



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

ENFRENTANDO O NORTE - DISCURSOS E IDEOLOGIA
COMO FONTES DE PODER PARA O REGIME DE ROBERT
MUGABE

XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO

BRASÍLIA

2011

XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO

**ENFRENTANDO O NORTE - DISCURSOS E IDEOLOGIA
COMO FONTES DE PODER PARA O REGIME DE ROBERT
MUGABE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Wolfgang Adolf Karl Döpcke

BRASÍLIA

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Minillo, Xaman Korai Pinheiro

Enfrentando o norte - discursos e ideologia como fontes de poder para o regime de Robert Mugabe / Xaman Korai Pinheiro Minillo. Brasília: UNB, 2011.

224 f.

Orientador: Prof. Dr. Wolfgang Adolf Karl Döpcke

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Instituto de Relações Internacionais – Universidade de Brasília – UNB.

1. Relações Internacionais 2. Zimbábue 3. Poder
4. Discurso

XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO

**ENFRENTANDO O NORTE - DISCURSOS E IDEOLOGIA
COMO FONTES DE PODER PARA O REGIME DE ROBERT
MUGABE**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Villa

Departamento de Ciência Política – DCP-USP

Instituto de Relações Internacionais – IRI-USP

Prof. Dr. Pio Penna Filho

Instituto de Relações Internacionais – UNB

Prof. Dr. Wolfgang Adolf Karl Döpcke

Instituto de Relações Internacionais – UNB

Brasília, 01 de Julho de 2011

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos e orientador que sempre estiveram ao meu lado, acreditando no meu potencial; aos afro-brasileiros e ao povo do Zimbábue.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifesto minha gratidão a todas elas e de forma particular:

Ao Prof. Dr. Wolfgang Adolf Karl Döpcke, meu orientador, por ter me recebido sob sua orientação e me guiado incansavelmente durante os dois anos de mestrado. Meus eternos agradecimentos! Obrigada pelas leituras, sugestões e pelos constantes comentários que, delicadamente, me permitiram chegar até onde estou.

À minha mãe, que demonstrou infinita paciência, persistência e profissionalismo ao ler e comentar este trabalho para o exame de Qualificação. Agradeço também pelas sugestões e pelo constante apoio.

A todos os professores do Instituto de Relações Internacionais, que me introduziram às Relações Internacionais, agradeço por todo o conhecimento que me passaram. Agradeço também aos funcionários do Instituto, pelo apoio que me ofereceram durante estes anos.

A toda minha família, pela eterna alegria e companheirismo, que me ensinaram a nunca desistir.

Aos amigos e companheiros, pelo auxílio e estímulo, que me proporcionaram oportunidades de debates e o prazer de estudar e pesquisar.

A CAPES, pelo apoio financeiro durante 24 meses que me proporcionou condições para me dedicar à pesquisa e escrever este trabalho. Obrigada!

“(...) while international forces are constructing various discourses of the state in Africa for their own interests, Africans are often exploiting such discourses for their own enrichment. (...) African political elites often use the dominant discourse to extract resources from the international community in a ‘legitimate’ manner”.¹

¹ DUNN, Kevin C. “Introduction: Africa and International Relations Theory”. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (eds.). *Africa's challenge to International Relations Theory*. New York: Palgrave Macmillan. 2001. pp. 60-61.

RESUMO

Em meados de 1990, Mugabe passou de um exemplo de líder político africano a um tirano para o Ocidente, que passou a criticar o líder em nome dos direitos humanos e da boa governança, culminando com o estabelecimento de sanções ocidentais e a suspensão do estado do Commonwealth. Reconhecendo o papel de discursos, ideologia e valores nas relações internacionais, que são aplicados segundo os interesses dos atores e podem ser uma fonte de poder para Estados com poucos recursos materiais, é possível entender como, mesmo sob pressão e sanções ocidentais, o regime de Mugabe continuou a existir, pois o líder político mobilizou estrategicamente, com seu discurso, a solidariedade dos Estados africanos e do Sul Global. A partir do estudo sobre o Zimbábue é possível compreender como Estados fracos, com poucos recursos materiais, podem agir e obter poder nas relações internacionais.

Palavras-Chave: Relações Internacionais. Zimbábue. Poder. Discurso

ABSTRACT

In the 1980s Mugabe was an example of African political leader, but in the 1990s he became a tyrant to the West, which criticized and blamed him for Zimbabwe's problems and demanded respect for human rights and good governance, actions which culminated in the establishment of Western sanctions and the suspension of Zimbabwe from the Commonwealth. Recognizing the role of speech, ideology and values in international relations, which are applied according to the interests of actors and can be a source of power to states with few material resources, it is possible to understand how, even under Western pressure and sanctions, Mugabe's regime continued to exist. The African political leader strategically deployed, with his speech, the solidarity of African States and members of the Global South. Thus, the Zimbabwean crisis can offer insights to the comprehension of how weak states can act and obtain power in international relations.

Keywords: International Relations. Zimbabwe. Power. Discourse.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

Acordo Político Global	GPA
<i>African National Congress</i>	ANC
<i>Brittish South African Company</i>	BSAC
Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos	ACHPR
Comissão de Supervisão Eleitoral do Zimbábue	ESC
<i>Common Market for Eastern and Southern Africa</i>	COMESA
<i>Commonwealth Heads of Government Meetings</i>	CHOGM
<i>Commonwealth Ministerial Action Group on the Harare Declaration</i>	CMAG
Conferência do Zimbábue para Reconstrução e Desenvolvimento	ZIMCORD
Estados da África, Caribe e Pacífico	ACP
Estados da Linha de Frente	ELF
Estados Unidos da América	EUA
Fórum de Comissões Eleitorais dos membros da SADC	SADC-ECF
Frente Patriótica	FP
Frente Rodesiana	FR
<i>Investment Promotion and Protection Agreement</i>	IPPA
<i>Movement for Democratic Change</i>	MDC
Movimento dos Não Alinhados	NAM
<i>New Partnership for African Development</i>	NEPAD
Organização da Unidade Africana	OUA
Organização das Nações Unidas	ONU
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	FAO
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	OCDE
<i>Preferential Trade Agreement</i>	PTA
República Democrática do Congo	RDC
<i>Southern Africa Development Co-ordination Conference</i>	SADCC
<i>Southern African Development Community</i>	SADC
<i>South-West Africa People's Organisation</i>	SWAPO
Tribunal Penal Internacional	TPI

União Africana	UA
União Européia	UE
<i>United African National Council</i>	UANC
<i>United Nations Development Programme</i>	UNDP
<i>Zimbabwe African National Liberation Army</i>	ZANLA
<i>Zimbabwe African National Union</i>	ZANU
<i>Zimbabwe African National Union-Patriotic Front</i>	ZANU-PF
<i>Zimbabwe African People's Union</i>	ZAPU
<i>Zimbabwe Broadcasting Corporation Television</i>	ZBC-TV
<i>Zimbabwe Democracy and Economic Recovery Act</i>	ZDERA
<i>Zimbabwe's Economic and Structural Adjustment Program</i>	ESAP

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
Questões centrais e hipóteses	6
Pressupostos teóricos	8
Fontes de pesquisa	11
Estrutura do trabalho	13
CAPÍTULO 1 - A “LUA DE MEL” ENTRE O ZIMBÁBUE E A COMUNIDADE INTERNACIONAL.....	15
1.1 De Rodésia do Sul a Zimbábue	15
1.2 Os benefícios da conjuntura internacional da Guerra Fria para os Estados africanos	19
1.3 Efeitos do regime de apartheid e suas tentativas de desestabilização ...	21
1.4 Zimbábue, um modelo de reconciliação racial na África Austral.....	23
1.5 Conclusão	27
CAPÍTULO 2 - A EMERGÊNCIA DA CRISE ZIMBABUANA ENTRE 1997 E 2000	29
2.1 A questão da terra.....	29
2.2 A intervenção militar na República Democrática do Congo	40
2.3 Contestações políticas ao regime	43
2.4 Reações do regime	48
2.5 Conclusão	52
CAPÍTULO 3 - A DETERIORAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO ZIMBÁBUE COM O OCIDENTE.....	54
3.1 Efeitos do final da Guerra Fria e do regime de apartheid para as relações internacionais do Zimbábue	54
3.2 Os críticos de Mugabe	57
3.2.1 Reino Unido	57

3.2.2 União Européia	59
3.2.3 Commonwealth	62
3.2.4 Estados Unidos da América.....	64
3.3 As reações ocidentais aos problemas domésticos do Zimbábue.....	68
3.3.1 A aplicação de sanções contra o Zimbábue	75
3.3.2 A Suspensão da <i>Commonwealth</i>	79
3.3.3 O tratamento do Zimbábue como um Estado pária	82
3.4 Conclusão	87

CAPÍTULO 4 - A MANUTENÇÃO DO APOIO AFRICANO E DO SUL GLOBAL

A MUGABE.....	89
4.1 A adaptação da cultura liberal-democrática pelos Estados do Sul.....	89
4.2 Os partidários de Mugabe	96
4.2.1 O apoio dos Estados do Sul	96
4.2.2 As relações bilaterais entre Zimbábue e China	98
4.2.3 O apoio da União Africana.....	101
4.2.4 O acompanhamento da crise pela SADC	103
4.2.5 A diplomacia silenciosa da África do Sul	105
4.3 Os diferentes tratamentos direcionados à crise	108
4.3.1 Uma questão de distribuição da terra	108
4.3.2 Uma questão doméstica	110
4.3.3 A aparente intensificação da pressão regional	122
4.4 Conclusão	131

CAPÍTULO 5 - ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO REGIME MUGABE

.....	134
5.1 Estratégias de sobrevivência de um “Estado pária”	135
5.1.1 Conformidade Parcial	136
5.1.2 Mudanças cosméticas	137
5.1.3 Status prescritivo	138
5.1.4 Negação	139
5.1.5 Contra-acusação.....	140
5.1.6 Grupo de marginalizados.....	143

5.1.7 Dividir seus críticos	145
5.1.8 Esperar pelo desgaste ou a desistência de seus oponentes	145
5.2 Estratégias de sobrevivência de um Estado fraco	146
5.2.1 A questão da terra como um resquício do colonialismo.....	149
5.2.2 A oposição às políticas imperialistas do Ocidente	151
5.2.3 A aliança entre os inimigos do Zimbábue	155
5.2.4 O desrespeito às leis que constroem as políticas do regime	157
5.3 Conclusão	159
CAPÍTULO 6 - IMPLICAÇÕES PARA AS TEORIAS DE RELAÇÕES	
INTERNACIONAIS	162
6.1 O poder do discurso e de narrativas nas relações internacionais	163
6.2 O discurso como fonte de legitimidade e poder para Estados fracos ...	169
6.3 Conclusão	175
CONCLUSÕES	178
Conclusões empíricas.....	178
Conclusões teóricas.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	190
Livros	190
Artigos.....	192
Relatórios de Organizações Internacionais e ONGs.....	201
Documentos Eletrônicos	206
Agências de Notícias	209

INTRODUÇÃO

Atualmente, o Zimbábue apresenta um dos piores índices de governança do mundo, sendo sua sociedade duramente castigada por problemas econômicos, violações de liberdades civis e direitos humanos, além de perseguições politicamente motivadas.¹ Utilizando-se de eleições fraudulentas e violência de milícias que apoiavam seu partido, a *Zimbabwe African National Union-Patriotic Front* (ZANU-PF), contra a população que apoiava a oposição, minando as instituições políticas e sociais do país, Robert Mugabe se manteve no poder desde a independência do Zimbábue em 1980.

A opinião da comunidade internacional sobre a crise é dividida, há aqueles que defendem o regime de Mugabe e atribuem a crise do país a questões fora do controle de seu governo, como fatores climáticos e as sanções ocidentais impostas contra o regime, enquanto outros acreditam que a crise é resultado da má administração do regime e sua tentativa de se manter no poder a qualquer custo.

Os maiores críticos de Mugabe, potências ocidentais como os Estados Unidos da América (EUA), o Reino Unido e outros membros da União Européia, adotam a segunda interpretação das causas da situação lastimável do país, atribuindo-a, à má administração do Estado que o governo de Mugabe conduziu nestes trinta anos, agindo em prol de seus interesses e não daqueles da população zimbabuana. Este grupo começou a criticar as políticas do regime a partir da segunda metade dos anos 1990, pressionando-o com a ameaça de sanções, as quais se concretizaram em 2002.

O Zimbábue já foi visto, no entanto, com outros olhos pela comunidade internacional. Durante a Guerra Fria o Estado se destacou como liderança no Terceiro Mundo e no Movimento dos Não Alinhados (NAM) e Mugabe era reconhecido internacionalmente como um estadista pragmático.² Durante este período, o Zimbábue

¹ A economia zimbabuana enfrenta sérios problemas desde meados dos anos 1990, tendo chegado, em outubro de 2008, a ser o primeiro país a sofrer de hiperinflação no século XXI, com uma inflação mensal de 79.600.000.000%. HANKE, Steve H. "Zimbabwe From Hiperinflation to Growth", Cato Institute. Nº 6, 2008. Disponível em http://www.cato.org/pub_display.php?pub_id=9484, acessado em 06/12/2010.

² O Movimento Não Alinhado foi iniciado em 1955, em uma conferência de Estados afro-asiáticos que juntou os líderes de 29 Estados, em grande medida antigas colônias para desenvolverem políticas conjuntas cujo interesse partilhassem. Os membros deveriam perseguir uma política de coexistência com relação aos diferentes regimes político-sociais, não se alinhar no conflito entre as grandes potências e apoiar movimentos de independência. Hoje o movimento conta com 115 membros, e seu foco, passou da descolonização para questões que interessam aos países do sul, como subdesenvolvimento, pobreza e as

tinha problemas domésticos. Por exemplo, para neutralizar a oposição e “dissidentes” apoiados pela África do Sul, o governo iniciou uma estratégia de repressão conhecida como *Gukurahundi*, na qual a ala armada da ZANU matou e torturou milhares de civis.³

Entretanto, ao mesmo tempo, Mugabe estendera a mão aos colonos brancos, mantivera o país inserido no mercado global, cooperando com as empresas e iniciativas estrangeiras que se encontravam no território e desenvolvera a reforma agrária respeitando a propriedade privada dos fazendeiros brancos. Estas iniciativas tornaram o ambiente doméstico do Zimbábue conveniente para os interesses ocidentais, e o Estado uma peça chave no desenvolvimento da África Austral, oferecendo um modelo bem sucedido de interação entre brancos e africanos. Por isto, pouca atenção foi conferida pela comunidade internacional aos seus problemas domésticos.

É possível, assim, identificar dois momentos distintos nas relações internacionais do Zimbábue. O primeiro período foi uma espécie de “lua de mel” entre Mugabe e a comunidade internacional e o segundo foi marcado pela perda da legitimidade do regime, cada vez mais criticado pelo Ocidente.⁴ Este dramático reposicionamento da opinião ocidental não pode ser atribuído aos problemas domésticos do Zimbábue na década de 1990, pois o Estado já tinha sérios problemas domésticos na década anterior. As críticas e pressões que passaram a ser direcionadas ao regime se deveram a uma mudança na imagem que a comunidade internacional fazia dele.⁵

Sob pressão das potências ocidentais, era esperado que um Estado pequeno como o Zimbábue capitulasse e que Robert Mugabe alterasse suas políticas, ou mesmo que ocorresse uma mudança de regime. No entanto, Robert Mugabe manteve-se como chefe de Estado do Zimbábue e não há indícios de que ele pretenda abdicar desta posição. É central a questão de como um Estado fraco, com pouco poder material, tem conseguido sobreviver politicamente na arena internacional e garantir a continuidade de seu regime mesmo sendo alvo de sanções e pressões de potências ocidentais. Para compreender como Mugabe continua no poder mesmo sem contar com a simpatia do Ocidente e com uma população descontente com o declínio de suas condições de vida, é

desigualdades da globalização. Para mais sobre o movimento, ver <http://www.nam.gov.za/>. Acessado em 10/01/2010.

³ KRIGER, Norma. “Robert Mugabe, Another Too-Long-Serving African Ruler: a Review Essay”. *Political Science Quarterly*. Vol. 118.No. 2. 2003 (A).

⁴ O termo “lua de mel” é utilizado por Stephen Chan em CHAN, Stephen. *Robert Mugabe: a life of power and violence*. Londres: I.B.Tauris. 2003.

⁵ DÖPCKE, Wolfgang. “A dupla metamorfose do Robert Mugabe ou: as dimensões domésticas e internacionais das eleições em Zimbábue.” *Meridiano 47*. 2002 (A). p. 18.

preciso retomar o debate que existe na comunidade internacional sobre a fonte dos problemas do Zimbábue.

A mudança na imagem do regime não foi unânime entre os membros da comunidade internacional. Enquanto as potências ocidentais voltaram-se contra Mugabe, Estados africanos e do Sul Global apoiaram-no, relutando em pressioná-lo.⁶ Este apoio não pode ser tomado como natural ou como uma escolha sem grandes implicações, pois os Estados vizinhos que agem desta forma são constantemente ameaçados pela espiral negativa de instabilidade, corrupção, fraudes eleitorais, violência, abuso de direitos humanos, desestruturação do sistema de direito e da economia nacional que têm marcado o Zimbábue. Para compreender esta postura é preciso analisar as estratégias adotadas por Mugabe que mobilizaram o apoio do Sul e, assim, garantiram a segurança de seu regime mesmo sob pressão.

Questões centrais e hipóteses

O estudo sobre as estratégias de sobrevivência do regime Mugabe nas relações internacionais do Zimbábue será desenvolvido em duas dimensões, envolvendo o estudo empírico do processo de crise nas relações interacionais deste e, a partir disso, serão propostas contribuições teóricas para o estudo das Relações Internacionais. Neste âmbito, são levantadas três questões importantes que a pesquisa pretende responder.

A primeira questão central para a pesquisa é “por que ocorreu uma alteração na imagem do Zimbábue e do regime de Mugabe para o Ocidente em meados da década de 1990?”. Esta questão envolve duas subquestões. A primeira destas é “por que o Estado e

⁶ A separação entre Norte-Sul é uma divisão sócio-econômica e política entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento e menos desenvolvidos. O termo “Terceiro Mundo”, primeiramente utilizado para os Estados não alinhados que haviam ganhado independência do domínio colonial após a Segunda Guerra Mundial, o termo passou a designar os Estados em desenvolvimento da África, América Latina e Ásia durante a Guerra Fria, diferenciando-os dos Estados capitalistas e daqueles comunistas, Primeiro e Segundo Mundo, respectivamente. Após o final da Guerra fria e findado o confronto entre capitalistas e socialistas, ainda se podia separar os Estados desenvolvidos e ricos daqueles em desenvolvimento, divisão que ficou conhecida como Norte-Sul. Norte Global refere-se aos Estados com alto desenvolvimento humano, com um Índice de Desenvolvimento Humano acima de 0,8. Embora a divisão não seja geográfica, a maioria deles se encontra no Hemisfério Norte. Em oposição ao Norte desenvolvido, pertencimento ao Sul implica falta de desenvolvimento, incluindo Estados em desenvolvimento e aqueles menos desenvolvidos. United Nations Human Development Report. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2005/>, acessado em 01/04/2011. Report 2005. PREECE, Julia. “Lifelong learning and development: a perspective from the ‘South’” *Compare: A Journal of Comparative and International Education*. Vol 39, No.5. 2009.

seu líder contavam com grande legitimidade no período entre 1980 e a primeira metade da década de 1990 mesmo tendo problemas domésticos?”. A segunda subquestão busca compreender “por que esta legitimidade foi perdida e a imagem de Mugabe e do Zimbábue deteriorou-se para o Ocidente?”.

A hipótese levantada para responder a estas questões é multicausal e propõe que, durante a Guerra Fria, criticar o governo não correspondia aos interesses internacionais, pois na conjuntura bipolar procurava-se manter o *status quo* do sistema internacional e não interferir nas questões domésticas dos Estados. Além disso, a situação doméstica do país era favorável aos interesses das potências e oferecia um modelo de interação racial que poderia servir de exemplo à África do Sul, então sob o regime de *apartheid*. A partir da segunda metade da década de 1990, no entanto, com o fim do confronto bipolar e do regime de *apartheid*, o Ocidente não possuía mais interesse em ignorar o governo de Mugabe. Alterações na cultura prevalente no meio internacional ao final da Guerra Fria fizeram com que fossem privilegiados valores liberais e democráticos e a defesa dos Direitos Humanos, perspectiva sob a qual ficavam evidentes os problemas do regime de Mugabe, que passou a ser criticado pelo Ocidente.

A segunda questão central para a pesquisa é “por que os Estados africanos e do Sul Global continuaram a defender Mugabe como um líder legítimo, mesmo sob pressão do Ocidente para que se voltassem contra ele?” A hipótese levantada neste trabalho para responder a esta pergunta é que as alterações na conjuntura internacional e da África Austral e na cultura internacional que afetaram a imagem de Mugabe no Ocidente não tiveram o mesmo efeito sobre os Estados do Sul Global. Apesar de estarem inseridos no mesmo ambiente internacional, estes Estados, com interesses, identidades e percepções diferentes das ocidentais, receberam estas mudanças de forma diferente, e não viram necessidade de voltarem-se contra Mugabe, pelo contrário, agiram ignorando a crise zimbabuana ou defenderam Mugabe, atribuindo as causas da crise a problemas externos a seu regime, como a resquícios do colonialismo.

Esta hipótese que atribui falta de interesse em criticar Mugabe não parece suficiente para explicar o apoio do Sul ao líder quando se leva em conta que os Estados africanos foram pressionados pelo Ocidente para que se voltassem contra Mugabe. Para compreender por que o Sul dedicou esforços para defender Mugabe, é preciso responder a terceira questão central da pesquisa: “como Mugabe resistiu às pressões e sanções ocidentais e garantiu a continuidade de seu regime?”.

A partir desta pergunta é levantada a hipótese de que, procurando garantir a segurança de seu regime, Mugabe desenvolveu um discurso por meio do qual sensibilizou os Estados africanos e do Sul de forma a mobilizar sua solidariedade a favor de seu regime. Neste discurso, o líder retrata os problemas de seu Estado como efeitos da colonização e da ação “branca” e seu regime como a vítima de uma conspiração ocidental, reafirmando a injustiça que existe na Sociedade Internacional, dividida em Estados dominantes e dominados. Desta forma, propõe-se que a solidariedade que o Sul garantiu a Mugabe foi resultado de ações estratégicas tomadas pelo líder, que soube manipular os interesses destes Estados e os valores defendidos por eles em seu favor.

A partir desta hipótese é proposta uma revisão das Teorias de Relações Internacionais, para torná-las mais compreensivas, abrindo espaço para Estados com poucos recursos como os africanos serem reconhecidos como agentes relevantes das relações internacionais.

Pressupostos teóricos

As hipóteses acima levantadas envolvem alguns pressupostos teóricos. Tais pressupostos e as generalizações teóricas às quais se chega estão relacionados às contribuições que esta pesquisa pretende oferecer às Teorias de relações Internacionais. Serão utilizados conceitos e teorias que não fazem parte do *mainstream* das teorias de Relações Internacionais e espera-se, ao final, contribuir para o campo de estudos.

Assume-se que os valores, normas, idéias e ideologias são de grande relevância no meio internacional. Esta condição é muito importante para o trabalho, pois a terceira hipótese proposta se sustenta sobre ela, indicando que valores podem ser determinantes para a segurança de um regime e desafiando a visão tradicional nas Relações Internacionais de que somente as capacidades materiais de um Estado determinam sua força. Aqui se propõe que os valores que um Estado promove podem se mostrar uma plataforma de projeção que lhe permitem alterar as dinâmicas políticas nas relações internacionais.

Não se assume, no entanto, que os valores defendidos pelos atores sejam constantes. Pelo contrário, eles se alteram conforme o contexto histórico e as

preferências dos agentes. Isto porque o interesse dos atores não é constante. Os Estados e regimes agem em busca da realização de seus objetivos, que podem variar e se manifestar de diversas maneiras. Dentre estes interesses, emerge como central para a pesquisa o conceito de segurança de regime, proposto por Clark, que precisa ser considerado quando se estuda a agência de Estados fracos, para quem a continuidade dos regimes, um objetivo que forçosamente vem antes de qualquer outro, é uma luta diária.⁷

Pode-se entender como cultura internacional o conjunto de normas e valores que permeia as relações internacionais e afeta a configuração internacional de poder e pode ser usada, em sua dimensão política, pelos governos para obterem seus objetivos, institucionalizando-os e legitimando-os.⁸ Esta cultura influencia as escolhas políticas dos Estados, moldando suas expectativas, valores e comportamento em um processo de constante construção, que é influenciado pela agência dos atores que compõem a sociedade internacional, uns mais do que outros.⁹

As idéias que compõem a cultura da sociedade internacional não são neutras nem há consenso sobre elas. Como afirma Carr, é “inadequada e errônea a tentativa de basear a moral internacional numa pretensa harmonia de interesses, que identifica o interesse da totalidade da comunidade das nações, com o interesse de cada membro individual dela”, pois as idéias predominantes na cultura internacional são aquelas defendidas pelos atores mais poderosos e correspondem aos seus interesses.¹⁰ Entretanto, mesmo aqueles cujos interesses não são promovidos pela cultura dominante, aceitam-na nominalmente, por serem mais fracos do que aqueles que a apóiam.¹¹

Poder e princípios morais se influenciam mutuamente. Os princípios defendidos pelos atores, embasados em seus interesses, ganham força ou não dependendo das relações políticas. Da mesma forma, as normas e valores que permeiam as relações internacionais e a cultura internacional podem influenciar na distribuição de poder. Esta dinâmica afeta todos os valores que compõem a cultura internacional, tanto aqueles promovidos pelos atores mais poderosos, quanto aqueles tidos como “divergentes”,

⁷ CLARK, John F. “Realism, Neo-Realism and Africa’s International Relations in the Post Cold War Era” In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Op. cit.* 2001. pp. 85-103.

⁸ MARTINS, E. C. R. *Cultura e Poder*. Brasília: IBRI. 2002. São Paulo: Saraiva. 2007. p. 36, 43.

⁹ GELDENHUYS, D. *Deviant Conduct in World Politics*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan. 2004. p. 17

¹⁰ CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise – 1919-1939*. IBRI: Brasília, 2001, pp. 80 e 106.

¹¹ *Ibidem*. p. 57.

defendidos por minorias descontentes com o *status quo*.¹² Os valores dominantes se transformam em normas, as quais, sejam elas regras especificadas na forma de leis, convenções ou acordos informais; definem padrões de comportamento apropriados, indicando como os atores devem se comportar. Conforme as relações políticas se alteram, os valores centrais para a cultura internacional e os padrões de comportamento também mudam. Assim, comportamentos considerados normais ou desviantes – isto é, o comportamento esperado dos atores, considerado normal, ou a violação das regras sociais, conduta considerada errada ou desviante – também se modificam no tempo.¹³

A premissa básica do construtivismo é que o mundo é socialmente construído pelas escolhas e agência dos atores. Isto não significa conferir aos agentes primazia ontológica sobre a estrutura, eles agem em um ambiente que lhes impõe certos constrangimentos, mas é por sua ação e interação que este mesmo ambiente é construído.¹⁴ As dinâmicas do meio internacional são constituídas pela ação simultânea de diversos atores em uma estrutura, a qual, embora restrinja suas ações em certa medida, também é moldada pela agência dos atores em conjunto.

Não se pretende utilizar o construtivismo como um modelo, ou mesmo caracterizá-lo como uma teoria. É relevante para a pesquisa o que o olhar construtivista oferece, pois reconhecendo a mutabilidade e a co-constituição de agentes e estrutura, sua visão de mundo compreende os fenômenos analisados. Percebe-se o potencial do construtivismo quando se observa, neste estudo, o poder de constituição da realidade do discurso de Robert Mugabe. Caracterizando a crise do Zimbábue como resultado do imperialismo britânico e ocidental e seu governo como vítima, este discurso produz efeitos sensíveis e reais, como o alinhamento da maioria dos Estados africanos e do Sul em favor de Mugabe. Não se descarta aqui o valor de fontes materiais de poder, mas salienta-se que os efeitos de discursos e fatores ideológicos sobre a realidade não podem ser desprezados. Os argumentos, conceitos e valores promovidos por Mugabe em seus discursos se mostram importantes para a construção da identidade do Zimbábue e do regime de Mugabe, garantindo-lhe a solidariedade de outros Estados que se identifiquem com o discurso e esta identidade.

¹² CARR, E. H. *Op. cit.* 2001. pp. 114-115.

¹³ GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. p. 14 e 17.

¹⁴ NOGUEIRA, J. P. e MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2005. pp. 162-3 e 166.

Reconhecendo, assim, a influência de constrangimentos materiais e normativos no comportamento dos Estados, admite-se que o ambiente internacional pode ser caracterizado não só pela anarquia hobbesiana, uma luta de todos contra todos, mas também por diversos tipos de interações, que podem ser pacíficas e cooperativas, influenciadas por normas e valores compartilhados.¹⁵ Desta forma abre-se espaço para uma ontologia pluralista, que reconheça que os Estados se relacionam não somente em termos de força e interesses, mas também podem desenvolver valores comuns em relações de reciprocidade e solidariedade.

A ontologia pluralista a partir da qual a pesquisa emerge reconhece no ambiente internacional as três culturas de anarquia que Wendt propõe: hobbesiana, lockeana e kantiana, caracterizadas por culturas de inimizade, de rivalidade e de amizade, respectivamente, inspirando a agência dos atores.¹⁶ Wendt faz uma ponte entre a visão realista e as teorias críticas e pós-modernas admitindo que mesmo no ambiente de anarquia internacional são possíveis outros comportamentos que não o de *self help*, pois os comportamentos variam dependendo dos papéis com os quais os Estados identificam a si mesmos e aos outros, e poder e interesses são constituídos por idéias e normas.¹⁷ Estas três culturas podem coexistir, pois as motivações que inspiram a ação dos agentes se alteram dependendo do contexto e dos atores envolvidos.

Fontes de pesquisa

O conhecimento histórico é obtido em um determinado tempo e espaço, mediante procedimentos específicos que o tornam controlável e permitem caracterizá-lo como científico. Por intermédio de fontes é feita referência ao mundo real em três planos: a origem dos acontecimentos, os possíveis observadores dos fenômenos ocorridos que, nas circunstâncias de seu tempo os registram segundo suas observações e

¹⁵ KORAB-KARPOWICZ, W. Julian. "Political Realism in International Relations", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edward N. Zalta (ed.). 2010

¹⁶ WENDT, A. "Three cultures of anarchy". In: WENDT, A. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999. pp. 246-312.

¹⁷ WENDT, A. "Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics," *International Organization*, Vol 46. 1987. p. 395. pp. 391–425. KORAB-KARPOWICZ, W. Julian. *Op.cit.* 2010

articulações e, finalmente, o “mundo refletido”, construído pelo historiador, que confere sentido ao conjunto de observáveis em um modelo explicativo intencional e narrativo.¹⁸

Reconhecendo que o acesso ao mundo real é mediado por relatos de observadores e procurando garantir o controle da investigação e impedir que ela se tornasse enviesada, foram utilizados diversos tipos de fontes na pesquisa: livros e artigos acadêmicos, imprensa e discursos de atores relevantes. Combinando documentos de caráter político e formulações teórico-acadêmicas, procurou-se obter uma visão balanceada, a partir da qual pudesse ser desenvolvida a interpretação analítica.

Foram analisados documentos como convenções, declarações e relatórios de organizações internacionais relevantes para a pesquisa, nas quais o Zimbábue esteve em evidência como a *Commonwealth*, a Organização da Unidade Africana (OUA), a União Africana (UA), as Nações Unidas e a *Southern African Development Community* (SADC). Bilateralmente destacam-se as relações com o Reino Unido, que colonizou o território que hoje é o Zimbábue, com a União Européia, com os Estados Unidos da América, a super-potência Ocidental, com a República Popular da China, que possuía laços com a ZANU antes mesmo da independência do país e com os Estados do subsistema regional da África Austral, sendo destacado o papel da África do Sul, historicamente decisivo na política exterior do Zimbábue. Também foram privilegiadas fontes que tratassem de momentos importantes para as relações internacionais do Zimbábue, como eleições, conferências e cúpulas internacionais.

Os dados obtidos foram organizados sistematicamente e tiveram seu conteúdo analisado metodicamente por meio de leituras sistemáticas e analíticas, que permitiram a aquisição de informações, possibilitaram a compreensão do caso e a fundamentação de construções teóricas e argumentos a partir dele. O trabalho foi desenvolvido com a premissa de que um texto se expressa com base em normas, valores e regras, representando percepções, crenças e um posicionamento particular com relação ao mundo, sendo preciso, no momento da análise, examinar o conteúdo apreciando os dados enquanto se articula a análise histórica de forma a situar os acontecimentos e discursos considerados.¹⁹ Assim, as fontes foram contextualizadas, mapeando-se em

¹⁸ MARTINS, E. C. de R. O Caráter Relacional do Conhecimento Histórico. In: COSTA, Cléria B. da (Org.) *Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15. 2002. pp. 11-13 e 21-22.

¹⁹ BAUER, Martin W. “Classical Content Analysis: a Review”. In: BAUER, Martin, GASKELL, George. *Qualitative Researching with Text, Image and Sound: A Practical Handbook*. Londres: Sage, 2000.

qual momento foram produzidas, por quem foram feitas, para que fins e quais foram seus efeitos, em um contexto de valores políticos competidores.

Os discursos utilizados na pesquisa foram analisados levando em consideração que a interpretação e o uso feito deles pelos receptores podem ser diferentes das intenções iniciais de quem o proferiu, sendo determinadas pelos seus próprios interesses e percepções. É admitida a existência de diferenças na percepção e nos efeitos dos discursos de Mugabe, por exemplo, no Ocidente – aumentando a distância entre estes receptores e o líder – e entre os Estados africanos, fortalecendo valores anti-imperialistas. Este exame cuidadoso da origem, contexto e uso dos discursos, permitiu o exame crítico das fontes, atentando para regularidades e variações de elementos, padrões que permitiram o desenvolvimento de argumentos e de um modelo explicativo generalizável às Relações Internacionais para conferir sentido aos dados e fenômenos analisados com a maior objetividade e imparcialidade possíveis.

Estrutura do trabalho

A periodização da pesquisa foi embasada na identificação de dois momentos distintos nas relações internacionais do Zimbábue, entre os quais ocorreu um dramático reposicionamento da opinião pública internacional a respeito do regime de Mugabe. O primeiro se estende de 1980 até meados da década de 1990, sendo marcado pela bem sucedida inserção de um pequeno Estado no ambiente internacional, destacando-se como um ator prestigioso. Devido a alterações na conjuntura internacional e regional e na cultura prevalente no meio internacional, o segundo período é caracterizado por uma deterioração nas relações entre o regime e as potências ocidentais a partir de meados dos anos 1990 até os dias de hoje.²⁰

Levando em conta os dois períodos identificados, no Capítulo 1 é tratado o período de “lua de mel” entre Mugabe e a comunidade internacional. É demonstrada a eficaz inserção internacional do Zimbábue no contexto da conjuntura internacional de Guerra Fria e da instabilidade que o regime de *apartheid* gerava na África Austral, sendo identificadas as condições que permitiram que a comunidade internacional ignorasse os problemas domésticos do Zimbábue.

²⁰ The Times “From Africa’s bread basket to economic basket case, life in Mugabe’s Zimbabwe”, 15/05/2007.

No Capítulo 2, é demonstrado o momento de internacionalização da crise do Zimbábue, quando o déficit democrático e os abusos de direitos humanos que ocorriam no país se tornam uma preocupação internacional e as políticas do governo de Mugabe passam a ser alvo de críticas. No Capítulo 3, admitindo-se que não se pode buscar a explicação para a postura hostil do Ocidente nos problemas domésticos no Zimbábue, que já existiam na década de 1980, procura-se identificar os fatores oriundos do sistema internacional que causam a mudança na imagem do regime de Mugabe para o Ocidente. Assim, este capítulo analisa como mudanças importantes na conjuntura global e na região da África Austral juntamente com os interesses e objetivos dos críticos de Mugabe fizeram com que o Ocidente passasse a ver o Zimbábue como um pária.

No Capítulo 4 o foco se desloca para os Estados africanos e do Sul Global que, sem os mesmos interesses do Ocidente, que depois da Guerra Fria transformou a liberal-democracia em sua bandeira, não pressionaram ou ameaçaram Mugabe. Quando eles não ignoravam a crise do Zimbábue, adotavam uma política de diplomacia silenciosa, procurando garantir o respeito à soberania do Zimbábue.

A explicação para este apoio generalizado que os Estados africanos e do Sul garantiram a Mugabe, que garantiu a sobrevivência do regime do líder até os dias de hoje, é apresentada no Capítulo 5. Procurando compreender como Mugabe logrou garantir a continuidade de seu regime mesmo sob pressão das potências ocidentais são analisadas as estratégias desenvolvidas pelo líder para garantir sua sobrevivência.

No Capítulo 6, é demonstrado o valor do discurso como uma fonte de poder para Estados fracos como o Zimbábue, que podem se utilizar de recursos narrativos e ideológicos para, em um contexto de grandes disparidades de poder como é o ambiente internacional, garantirem a segurança de seus regimes. A partir disto, podem ser revisitados os paradigmas tradicionais das Relações Internacionais, conferindo maior relevância ao continente africano e a Estados fracos em seus debates teóricos.

CAPÍTULO 1 - A “LUA DE MEL” ENTRE O ZIMBÁBUE E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

É possível identificar dois momentos distintos nas relações internacionais do Zimbábue, pois existiu, antes da perda de legitimidade do regime de Mugabe para o Ocidente e o reconhecimento do Zimbábue como um Estado pária, um período de “lua de mel” quando, apesar de seu pequeno tamanho, o Zimbábue tinha grande projeção no cenário internacional e Mugabe era um líder reconhecido internacionalmente. Este capítulo procura demonstrar como era este período das relações internacionais do Zimbábue, que perdurou por mais de uma década. Além de ilustrar o período em questão, se procura aqui identificar as causas e condições que fizeram com que, nos primeiros anos depois de sua independência, o Zimbábue tivesse uma boa inserção internacional mesmo possuindo problemas domésticos.

Há uma constelação de fatores responsáveis pela bem sucedida inserção internacional do Zimbábue como um Estado independente, envolvendo fatores estruturais como a conjuntura bipolar da Guerra Fria que dominava o sistema internacional e fatores regionais, como a instabilidade que marcava a África Austral devido à presença do regime de apartheid e às tentativas de desestabilização que este regime direcionava a seus vizinhos. Também é reconhecido o papel da agência e dos interesses dos atores nesta explicação, principalmente de Robert Mugabe, determinantes para o período de “lua de mel”.

1.1 De Rodésia do Sul a Zimbábue

O território que hoje compõe o Zimbábue foi conquistado pelos britânicos nos anos de 1880 e, reconhecido internacionalmente como Rodésia do Sul, passou a ser explorado e controlado pela *British South African Company* (BSAC) sob o domínio britânico de 1889 até 1923. Neste ano, o território tornou-se uma colônia da Coroa Britânica com direito de governo responsável.

Apesar das relações internacionais das colônias britânicas serem desenvolvidas pelo governo britânico, na prática, as relações comerciais da Rodésia do Sul eram desenvolvidas pelo governo local, cujo controle não se estendia somente a temas

relacionados à legislação que afetasse a população africana.²¹ Tendo um Primeiro Ministro, um Alto Comissariado em Londres, apontando seus representantes em outros domínios, participando de conferências internacionais e enviando observadores para as Conferências Imperiais, a colônia da Rodésia do Sul gozava dos privilégios de um domínio. Em 1948, ela tornou-se um membro das conferências da *Commonwealth* sobre comércio e finanças e, quatro anos depois, quando os domínios passaram a ter imunidade diplomática, foi incluída neste tratamento.²²

O status ambíguo da Rodésia do Sul foi mantido até 1953 quando, em resposta ao crescente nacionalismo africâner e com expectativas de maior prosperidade econômica, por meio de um referendo, a Rodésia do Sul se juntou aos territórios de Rodésia do Norte e Niassalândia para formar a Federação da Rodésia e Niassalândia.²³ A Federação durou poucos anos, se desfazendo no ano de 1963, quando Rodésia do Norte e Niassalândia, respondendo às demandas nacionalistas africanas, se tornaram Estados independentes.

A Rodésia do Sul, sob um governo da Frente Rodesiana (FR), um partido político favorável a um governo de minoria branca que tinha grande apoio da população branca, continuou a ser uma colônia britânica e sucedeu a Federação em seus tratados, como membro de organizações internacionais e nas missões britânicas. A FR procurava conter o movimento nacionalista africano que, sem a previsão do estabelecimento de um governo de maioria africana, se radicalizava. Cresciam os choques internos entre colonos e africanos, que desejavam independência, e entre o governo da Rodésia do Sul e a Inglaterra, a qual defendia a transição para um governo de maioria na colônia.

²¹ ENGEL, Ulf. *The Foreign Policy of Zimbabwe*. Hamburg: Institut für Afrika-Kunde. 1994. pp. 31-32. HERBST, J. *State Politics in Zimbabwe*. Harare, University of Zimbabwe Publications. 1990. p. 14. KRIGER, N. *Guerrilla veterans in post-war Zimbabwe: symbolic and violent politics, 1980-1987*. Cambridge: Cambridge University Press. 2003(B). p. 5.

²² Domínios são unidades políticas semi-autônomas sob o governo Britânico até 1948, data após a qual o termo passou a ser utilizado para designar nações independentes que mantiveram o monarca britânico como seu chefe de Estado. A Rodésia do Sul nunca foi parte do Estatuto de Westminster, ato do Parlamento Britânico de 1931 que estabeleceu igualdade legislativa entre os domínios do Império Britânico e o Reino Unido com poucas exceções.

²³ Dentro da federação, a Rodésia do Sul continuou como uma colônia da Coroa com governo responsável sob os cuidados do Escritório de Relações da *Commonwealth*, enquanto os outros membros se mantiveram como protetorados sob o Escritório Colonial. Embora não independente, a Federação tinha uma personalidade internacional e grande liberdade em sua política exterior, contando com autonomia para fechar acordos comerciais e com vizinhos. Seu Primeiro Ministro podia participar das reuniões da *Commonwealth*, podia estabelecer um banco central, uma moeda interna e legislar sobre sua cidadania, apontar seus agentes diplomáticos e consulares no estrangeiro e trocar representantes com membros da *Commonwealth*. ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. p. 34. SCARRITT, James R., NKIWANE, Solomon M. "Friends, neighbors, and former enemies: The evolution of Zambia-Zimbabwe relations in a changing regional context". *Africa Today*. Jan-Mar 1996, Vol. 43 No. 1.

Em 1965, o governo da FR declarou, unilateralmente, a independência do território, que se tornava a Rodésia. A Grã Bretanha não aceitou a declaração e, afirmando que o território ainda era parte de seus domínios, demandou do Conselho de Segurança das Nações Unidas a imposição sanções ao regime instalado na Rodésia do Sul. O Conselho de Ministros da OUA e a *Commonwealth* também demandaram sanções, e o Conselho de Segurança declarou que a declaração unilateral de independência constituía uma ameaça à paz e à segurança internacionais.²⁴ A partir de então, houve um retraimento das relações exteriores da Rodésia, pois Estado algum reconheceu sua independência.

A Rodésia privilegiava o regionalismo em suas relações internacionais, pois, sendo um país tampão, se utilizava do acesso aos portos da África do Sul e, até 1975, de Moçambique para obter importações e exportar parte de seus produtos.²⁵ A região da África Austral então contava com uma rede de acordos comerciais bilaterais e multilaterais dominados pelos interesses sul-africanos. Para suportar as sanções que a isolavam após sua declaração unilateral de independência, a Rodésia contribuiu para as relações assimétricas regionais fortalecendo seus laços com e tornando-se dependente da África do Sul, seu maior comprador e fornecedor de bens.

Com a alteração do balanço de poder na região após as independências de Moçambique e Angola, em 1975, intensificou-se o conflito pela independência na Rodésia. O regime de *apartheid* na África do Sul também sofria pressões internacionais e, temendo a radicalização dos conflitos e a expansão dos nacionalistas africanos em direção a seu território, passou a favorecer uma solução negociada para a luta pela independência na Rodésia que estabelecesse um governo multirracial moderado. Assim, juntamente com a Zâmbia, em 1974, a África do Sul pressionou a administração da FR para que esta soltasse os líderes nacionalistas que encarcerara e, nos três anos seguintes, gradualmente retirou o apoio militar e comercial que concedia ao regime, pressionando-o a negociar uma solução interna para os conflitos.

A partir de 1978, a África do Sul também financiou a campanha do *United African National Council* (UANC) do Bispo Abel Muzorewa, o mais moderado dentre os movimentos nacionalistas de libertação africanos da Rodésia.²⁶ A campanha foi bem sucedida e, em 1979, graças a um acordo interno, Muzorewa tornou-se o Primeiro

²⁴ Para os textos completos, ver <http://www.un.org/documents/scres.htm>, acessado em 09/01/2010.

²⁵ ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. pp. 325-335.

²⁶ *Ibidem.* p. 43

Ministro da República do Zimbábue-Rodésia. Entretanto, este acordo não foi reconhecido internacionalmente nem pelos movimentos de libertação.

Os principais partidos nacionalistas eram a *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU) e a *Zimbabwe African National Union* (ZANU), surgida a partir de uma facção que se dissociara da ZAPU. Em 1976, Robert Mugabe foi indicado para ser o novo líder da ZANU. Ele e Joshua Nkomo, líder da ZAPU, comandaram a Frente Patriótica (FP), uma aliança entre os dois partidos para negociar a independência. Os laços de ZANU e ZAPU com a comunidade internacional eram fortes e foram importantes para a rejeição do acordo entre a FR e o UANC e para a decisão, no encontro de 1979 da *Commonwealth Heads of Government Meetings* (CHOGM), de realizar uma conferência com todas as partes envolvidas nos conflitos.²⁷

Quando a Conferência de Lancaster House foi convocada, em setembro de 1979, já haviam ocorrido diversas tentativas frustradas de negociar um acordo. Mediada pelo Secretário de Assuntos Exteriores Britânico Lord Carrington, ela logrou estabelecer um cessar fogo e produzir uma Constituição de Independência não racial, com as bases das instituições democráticas e de autogoverno do Zimbábue, incluindo os procedimentos para a eleição de um novo governo, que ocorreria sob a supervisão britânica.²⁸

O acordo foi aceito pela FP, em grande medida por ser apoiado pelos Estados da Linha de Frente (ELF) e pela África do Sul, pois algumas de suas provisões eram contrárias à sua agenda nacionalista.²⁹ As eleições subsequentes foram vencidas pela ZANU, que ganhou 57 dos 80 assentos do parlamento e Robert Mugabe foi nomeado Primeiro Ministro. As sanções do Conselho de Segurança à Rodésia do Sul foram revogadas e, em dezoito de abril de 1980, foi conferida independência ao Zimbábue.³⁰

²⁷ Ambos os partidos mobilizavam-se no ambiente internacional, procurando influenciar as decisões dos governos britânicos e rodesiano, encorajando protestos contra eles, mantendo boas relações com Estados africanos independentes e participando de conferências da Commonwealth e da ONU. *Ibidem*. pp. 49-50.

²⁸ HUGUENEY FILHO, Clodoaldo. *A Conferência de Lancaster House: da Rodésia ao Zimbábue*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 1993. pp 24-29. NYANGONI, Wellington Winter. *Africa in the United Nations system*. Rutherford: Fairleigh Dickinson University Press. London. East Brunswick: Associated University Press. 1985. p. 150. Para maior detalhe, ver o documento da Conferência de Lancaster House, disponível em www.zwnnews.com/Lancasterhouse.doc. Acessado em 10/01/2010.

²⁹ Os Estados da Linha de Frente eram Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e, posteriormente, Zimbábue. ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. pp. 77.

³⁰ Resolução 448 (1979). Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/370/74/IMG/NR037074.pdf?OpenElement>. Acessado em 10/01/2010.

1.2 Os benefícios da conjuntura internacional da Guerra Fria para os Estados africanos

No contexto internacional da Guerra Fria, a estabilidade e segurança do regime de Mugabe foram favorecidas por uma série de motivos. Era generalizado o desejo de que os Estados pós-coloniais tivessem sucesso, e esta boa vontade para com os novos governos, aliada à força que o princípio da auto-determinação dos povos havia ganhado na década de 1960 e ao imobilismo inerente ao equilíbrio de poder da ordem internacional bipolar, que incentivava a separação entre o doméstico e o internacional, beneficiou os Estados africanos.³¹

As superpotências, competindo entre si estrategicamente, desejavam manter o equilíbrio estrutural entre suas áreas de influência. Neste contexto, territórios que não tinham importância estratégica, como a maior parte do continente africano, não eram disputados.³² Diferentemente do que ocorria nas áreas estrategicamente relevantes para o confronto bipolar, onde as duas superpotências não hesitavam em ferir a soberania dos Estados para desestabilizarem regimes que apoiassem sua rival, não havia disputa pelo controle do território africano. Ao invés disso, as superpotências garantiam alianças com os Estados africanos oferecendo seu apoio a eles em questões gerais, como a defesa da soberania jurídica.³³

Interessados em terem aliados poderosos, que respeitassem sua soberania e lhes garantissem recursos materiais importantes para a consolidação do aparato estatal, eram os jovens Estados africanos que buscavam ativamente a aliança das superpotências. O estabelecimento destas relações garantia-lhes grande liberdade de ação, pois as superpotências não dedicavam esforços para controlá-los, apoiavam os governos estabelecidos com recursos econômicos e militares, e defendiam sua soberania. Interessados nestes recursos, os Estados africanos competiam por alianças estratégicas com as potências, pois elas facilitavam a realização de seus objetivos e interesses, o

³¹ O reconhecimento internacional da soberania dos Estados africanos possibilitou a descolonização, sendo ele necessário – além do acordo entre colonizadores e colonizados – para o reconhecimento das antigas colônias como Estados soberanos. CLAPHAM, C. *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 e JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G. “Sovereignty and Underdevelopment: Juridical Statehood in the African Crisis” *J. of Modern African Studies*, Vol. 24, No 1, 1986.

³² CLAPHAM, C. *Op cit.* 1996. p. 136.

³³ *Ibidem.* pp. 134-137.

mais importante dos quais era a segurança do regime.³⁴ Em suas estratégias, os Estados africanos podiam escolher entre alianças com os EUA, que normalmente envolviam a continuação de fortes laços com as antigas potências coloniais, ou com a URSS, quando desejavam distanciar-se das potências coloniais e do Ocidente.³⁵

Pode-se identificar nesta dinâmica a ocorrência de intervenções exteriores nos Estados africanos, que condenavam tais práticas em seus discursos. No entanto, a retórica anti-intervencionista era utilizada instrumentalmente, de acordo com os interesses dos Estados. Desta forma, quando as alianças com as superpotências eram consideradas, as dinâmicas que elas envolviam não eram vistas pelos jovens Estados como uma violação de sua soberania, pois elas fortaleciam os governos estabelecidos e, assim, interessantes para eles, as intervenções eram por eles defendidas.

Estas dinâmicas também eram interessantes para as grandes potências, pois lhes garantiam alianças sem grandes esforços ou comprometimento ideológico. O Ocidente mantinha relações com regimes não democráticos e que violavam direitos humanos, ao mesmo tempo em que a URSS estabelecia aliados independentemente de seu regime sócio-econômico. Assim, era conservado o equilíbrio de poder no sistema internacional e fortalecida a soberania jurídica dos Estados pós-coloniais sem grande comprometimento com valores democráticos, socialistas ou de direitos humanos. Este desinteresse das grandes potências pelas condições domésticas dos Estados permitiu o estabelecimento de Estados centralizados, despóticos e super-armados na África.

Mugabe estreitou relações com as potências ocidentais, cuja simpatia angariou satisfazendo-as com seu pragmatismo, pois apesar do líder adotar uma retórica socialista, ele manteve boa parte da estrutura do Estado capitalista rodesiano. Ao mesmo tempo, o Zimbábue manteve-se aliado da China, com a qual a ZANU tinha laços desde o período de luta armada pela independência.³⁶

³⁴ CLARK, John F. *Op.cit.* In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Op. cit.* 2001. pp. 85-103. CLAPHAM, C. *Op cit.* 1996. pp. 138-139.

³⁵ CLAPHAM, C. *Op cit.* 1996. pp. 142-145.

³⁶ ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. pp. 49-50.

1.3 Efeitos do regime de apartheid e suas tentativas de desestabilização

Na década de 1980, a África do Sul, então sob o regime de apartheid, procurava instituir uma política externa de hegemonia regional via cooperação e dominação econômica para deixar os países da África Austral dependentes dela sob um projeto denominado *Total National Strategy*.³⁷ Devido a estas circunstâncias, apesar de ter sua economia dependente da África do Sul, o Zimbábue tinha como um dos fundamentos de sua política externa distanciar-se da vizinha e, mesmo sendo mantidos alguns laços comerciais entre os dois Estados, sua relação foi marcada por desconfianças, ameaças e mesmo atos de agressão por parte da África do Sul.³⁸

Para se afastar da África do Sul e, ao mesmo tempo, combater sua política hegemônica, o Zimbábue procurou desviar as relações comerciais que tinha com o Estado para projetos regionais como a *Southern Africa Development Co-ordination Conference* (SADCC), fechando acordos bilaterais nas áreas de comércio, transporte, energia e segurança com Moçambique, Zâmbia e Botsuana. Unindo os Estados em cooperação e redirecionando os laços que tinham com a África do Sul, a SADCC tornou-se uma força econômica na África Austral e reduziu a dependência econômica dos Estados da região com relação à África do Sul, frustrando a *Total National Strategy*.

Frente ao insucesso de sua estratégia de dominação econômica, a África do Sul passou a implementar táticas de desestabilização e intervenções militares em seu entorno, aproveitando-se das divisões internas nos Estados vizinhos e apoiando movimentos dissidentes dentro deles. O fim desta estratégia não era derrubar os governos, mas deixá-los vulneráveis e na defensiva, impedindo mobilizações contrárias aos seus interesses, como a aplicação de sanções e o apoio a movimentos anti-apartheid.

A África do Sul armou e treinou dissidentes que se encontravam dentro do Zimbábue, plantou armas estrategicamente e executou invasões militares, atentados e assassinatos, sabotando equipamentos militares e assassinando lideranças políticas do

³⁷ NKIWANE, Tandeka C. "Africa and International Relations: Regional Lessons for a Global Discourse". *International Political Science Review*, Vol.22, No. 3. 2001. ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. pp. 191-193.

³⁸ VAN WYK, Jo-Ansie. The Saga Continues...The Zimbabwe Issue in South Africa's Foreign Policy. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, Vol. 1, No. 4, 2002. p. 1. ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. pp. 78-80.

país. A reação do governo zimbabuano foi reprimir os revoltosos, enviando a 5ª Brigada, composta por soldados do *Zimbabwe African National Liberation Army* (ZANLA) treinados pela Coreia do Norte, para destruir os centros de dissidência. Esta operação, que ficou conhecida como *Gukurahundi*, foi desastrosa em termos humanitários, pois além dos revoltosos, matou e torturou milhares de civis.³⁹

Enquanto desenvolvia estas políticas na região, a África do Sul era corroída por forças democráticas domésticas e pressionada por sanções internacionais.⁴⁰ Para países economicamente dependentes dela o apoio às sanções era uma decisão difícil, pois podia implicar grandes danos ao seu desenvolvimento econômico. Ainda assim, os membros da SADCC apoiaram as sanções e, no âmbito do NAM, o Zimbábue liderou a pressão por sanções compreensivas e ajuda para os ELF e movimentos de libertação que se opunham ao regime de *apartheid*. Tal postura lhe rendeu uma projeção internacional que se mostrou um recurso importante para sua segurança.⁴¹

Em 1989, Frederik Klerk foi eleito presidente da África do Sul, marcando o início de mudanças políticas substantivas no país e a tentativa de readquirir o apoio internacional, recuperar sua economia, ter revista sua dívida externa e escapar da crise que se abatia sobre a economia.⁴² Em 1991, a estratégia de desestabilização regional foi encerrada.⁴³ Não foi fácil para o Zimbábue manter seu posicionamento duro com relação à África do Sul, mas enquanto era negociada a transição democrática do Estado, Mugabe manteve oficialmente o isolamento diplomático e o não reconhecimento do regime de *apartheid*.

Apenas no final de 1993, quando o Conselho Executivo Transicional já fora aprovado pelo Parlamento sul-africano e Mandela pedira o encerramento das sanções às Nações Unidas, o Zimbábue suspendeu as sanções. Em abril de 1994, após a primeira eleição democrática da África do Sul, o Ministro das Relações Exteriores do Zimbábue anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas com a África do Sul.⁴⁴

³⁹ KRIGER, Norma. *Op. cit.* 2003 (A).

⁴⁰ Em 1961, pela primeira vez foram sugeridas sanções pela Assembléia Geral das Nações Unidas como um meio pacífico adequado para induzir o regime da África do Sul a encerrar o regime de *apartheid*. Em 1963 o Conselho de Segurança adotou as resoluções 181 e 182 demandando embargo de armas para a África do Sul e diversas resoluções foram adotadas condenando as atividades do governo de *apartheid*. Para uma cronologia compreensiva sobre o envolvimento da comunidade internacional em repúdio às políticas do *Apartheid*, ver <http://www.anc.org.za/un/un-chron.html>. Acessado em 10/01/2010.

⁴¹ ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. pp. 262-265 e 279-280. NAM NAC/CONF.8/Doc.12, 01/09/1986.

⁴² ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. pp. 272 e 337.

⁴³ *Ibidem.* pp. 194, 218 -219.

⁴⁴ VAN WYK, Jo-Ansie. *Op. cit.* 2002. p. 1.

1.4 Zimbábue, um modelo de reconciliação racial na África

Austral

A importância atribuída ao Zimbábue por anos fica clara quando se observa a rapidez com a qual foi revertido o isolamento internacional que perseguia a Rodésia do Sul. Suas relações bilaterais floresceram e diversas delegações estrangeiras se instalaram em sua capital rapidamente.⁴⁵ O valor conferido ao Zimbábue pela comunidade internacional, principalmente pelo Terceiro Mundo, também é perceptível quando se observa sua participação em fóruns multilaterais.⁴⁶ Mugabe, antes mesmo de sua posse, participou de um encontro dos ELF, o Zimbábue automaticamente se tornou membro da *Commonwealth* e, em 1980, foi aceito na OUA e na ONU e se juntou ao NAM. Foi membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1983 e Secretário Geral do NAM entre 1986 e 1989, sediando a Assembléia Geral do movimento em Harare. Também ocupou a vice-presidência da Assembléia Geral das Nações Unidas em 1980 e 1989, da OUA em 1989 e 1993, assim como a Presidência da *Commonwealth* em 1991 e dos ELF em 1992.

A política externa do Zimbábue independente foi fortemente influenciada pela luta armada por descolonização, a qual teve papel central na formação da ideologia do partido governante. Percebe-se esta influência no destaque que valores como o nacionalismo soberanista, o não alinhamento, o anti-colonialismo, o anti-racismo e o socialismo tiveram na política exterior de Mugabe.⁴⁷ No entanto, estes valores eram defendidos por Mugabe por corresponderem a seus interesses.

Defendendo a bandeira de não alinhamento e neutralidade positiva, Mugabe desenvolveu uma política externa ativa, mobilizando-se contra o colonialismo, a exploração, o imperialismo, o racismo e o regime de *apartheid*. Os princípios de sua política externa enfatizavam ressaltavam a necessidade de defender a soberania dos Estados fracos e reavaliar o equilíbrio entre os estados ricos e pobres, garantindo-lhe, no contexto de Guerra Fria, destaque dentre o Terceiro Mundo e o NAM.⁴⁸ Beneficiando-

⁴⁵ Em janeiro de 1981 já havia 39 Estados e 5 organizações internacionais estabelecidas no país.

⁴⁶ ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. pp. 94-95.

⁴⁷ ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. pp. 63-69. NKIWANE, Solomon M. "Zimbabwe's Foreign Policy". In WRIGHT, S [Ed]. *African Foreign Policies*. Boulder: Westview Press. 1999.

⁴⁸ TALBOT, Steve. "From Liberator to Tyrant: Recollections of Robert Mugabe". *Frontline World*. Disponível em <http://www.pbs.org/frontlineworld/stories/zimbabwe504/profile.html>, acessado em 23/09/2010.

se do sistema multilateral, a política externa do Zimbábue teve muito sucesso, pois propondo agendas, coordenando e harmonizando políticas externas, o Zimbábue obteve proeminência entre os países em desenvolvimento e a liderança de Mugabe foi reconhecida internacionalmente.

É notável que, apesar de defender nominalmente o socialismo, o Zimbábue adotou a postura de não alinhamento, que se traduzia em uma neutralidade positiva, isto é, o afastamento do conflito Leste-Oeste e a oposição ao conceito de esferas de influência em prol da coexistência pacífica entre as nações e os diferentes sistemas sócio-econômicos. Esta postura, dadas as condições que o contexto internacional de Guerra Fria propiciava aos Estados africanos, garantiu ao Zimbábue um amplo leque de estratégias dentre as quais poderia buscar de forma pragmática de seus objetivos.

Para garantir sua segurança, aumentar sua independência de fato e reduzir sua dependência da África do Sul, o Zimbábue desenvolveu uma política econômica de promoção de exportações e a substituição de importações para manter um balanço de pagamentos positivo e procurou fortalecer a cooperação na região. O Estado passou a fazer parte da SADCC e do *Preferential Trade Agreement* (PTA), organizações nas quais teve papel de destaque, devido à força de sua indústria e agricultura.⁴⁹ Entretanto, devido à competitividade e não complementaridade dos produtos das economias da região, o comércio do Zimbábue se direcionou majoritariamente aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).⁵⁰

Outro objetivo do jovem governo era obter ajuda externa, da qual necessitava para reconstruir a infra-estrutura nacional destruída pelos conflitos da luta pela independência, recuperar a economia e gerenciar projetos sociais. Para garantir esta ajuda, apesar de adotar uma retórica socialista e manter relações com a República Popular da China, o governo de Mugabe manteve laços importantes com as potências

⁴⁹ Foram desenvolvidos diversos incentivos a isso por projetos como o *Export Incentive Scheme* de 1982 e o *Zimbabwe Export Promotion Programme* de 1986. A SADCC pretendia reduzir a dependência econômica dos seus membros integrando e desenvolvendo a região por meio da cooperação em programas que privilegiavam os interesses comuns de seus membros. ENGEL, Ulf. *Op. cit.* p. 285. A abordagem do PTA, surgido a partir do Plano de Ação de Lagos de 1980 da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), era de liberalização do comércio tradicional, focando na eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias. Para o texto do Plano de Lagos, ver http://www.uneca.org/itca/ariportal/docs/lagos_plan.PDF. Acessado em 12/01/2010. Em 1991, os membros da SADCC transformaram-na na *South African Development Community* SADC e, dois anos depois, os membros do PTA criaram o Mercado Comum da África Oriental e Austral. O Zimbábue tomou parte em ambos.

⁵⁰ ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. pp. 288-294.

ocidentais.⁵¹ Estas valorizavam o Zimbábue como um parceiro comercial na África Austral que contava com um governo legítimo e democraticamente eleito.

A política doméstica de Mugabe também era interessante para as potências ocidentais, especialmente para o Reino Unido, que tinha muitos nacionais vivendo no Zimbábue. Além da necessidade de reconstruir a estrutura de Estado que fora herdada da Rodésia e estava machucado pelos anos de conflito, dentre os desafios que o novo governo enfrentou imediatamente após a independência estavam como melhorar as condições de vida da população africana e inseri-la na economia do Estado e como lidar com a população de colonos brancos, que haviam desenvolvido políticas de exclusão racial na Rodésia. A saída encontrada pelo governo foi manter boa parte da estrutura do Estado rodesiano, continuando uma série de vantagens que os colonos brancos gozavam e procurando expandir os benefícios existentes para a população africana.⁵²

Boa parte da população branca temia Mugabe durante os anos de luta pela independência e, em 1980, quando o líder foi eleito Primeiro Ministro, muitos deixaram o país receando as medidas que ele poderia iniciar. No entanto, ao tomar posse, Mugabe iniciou uma política de reconciliação racial, incentivando o esquecimento do histórico de violações de direitos humanos que marcara o período colonial.⁵³

Henceforth you and I must strive to adapt ourselves intellectually and spiritually to the reality of our political change and relate to each other as brothers bound one to the other by a bond of comradeship. If yesterday I fought you as an enemy, today you have become a friend and ally with the same national interests, loyalty, rights and duties as myself. If yesterday you hated me, today you cannot avoid the love that binds you to me and me to you. Is it not folly, therefore, that in

⁵¹ Em 1980, o país recebeu promessas de 71.423 milhões de dólares, para serem usados em assistência a refugiados e reconstrução e no ano seguinte, com o fim de conseguir apoio da comunidade internacional para financiar os projetos necessários o governo hospedou a Conferência do Zimbábue para Reconstrução e Desenvolvimento (ZIMCORD), na qual foi prometido 1.286 bilhão em ajuda, sendo cerca de um quarto disto providenciado pelo Banco Mundial. Outros grandes contribuintes foram o Reino Unido, Estados Unidos da América, Comunidade Européia, França e República Federativa da Alemanha. ICG Africa Report n. 85. *Blood and Soil Land, Politics and Conflict Prevention in Zimbabwe and South Africa*. 2004. p. 32.

Embora com variações nos diferentes anos, em média, o maior doador bilateral do Zimbábue na primeira década de independência do país foi os Estados Unidos da América, seguido pelo Reino Unido, República Federal da Alemanha. Multilateralmente, a maior contribuinte foi a Comunidade Européia, seguida pela Associação Internacional de Desenvolvimento, filiada ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). ENGEL, Ulf. *Op. cit.* 1994. pp. 307-317.

⁵² HERBST, J. *Op. cit.* 1990. p. 30. HOLLAND, Heidi. *Dinner with Mugabe*. Londres: Penguin, 2008. pp. 228-229.

⁵³ JERVIS, David. "Review Essay The Reasons Why Robert Mugabe Became A Tyrant." *Journal of Third World Studies*, Vol. XXVI, No. 2. 2009. MEREDITH, Martin. *Mugabe: Power, Plunder, and the Struggle for Zimbabwe*. New York: Public Affairs, 2007. 272 p. 15.

these circumstances anybody should seek to revive the wounds and grievances of the past? The wrongs of the past must now stand forgiven and forgotten.⁵⁴

O Estado tinha uma economia forte controlada por brancos e multinacionais e, embora adotasse uma retórica igualitária, democrática e socialista, Mugabe garantiu a continuidade deste sistema.⁵⁵ Ao mesmo tempo, para garantir maior equidade na extremamente desigual sociedade zimbabuana, foi desenvolvido um estado de bem estar social que deu à população acesso a boa educação e a um sistema de saúde internacionalmente aplaudidos, que melhoraram as condições de vida da população.⁵⁶ Foi iniciado um programa de reforma agrária que se desenvolvia gradualmente, de acordo com as provisões do acordo de Lancaster House, respeitando os direitos de propriedade.

Devido à defesa da reconciliação racial e ao pragmatismo demonstrado por Mugabe ao implementar políticas que gradualmente estendiam o estado de bem-estar anteriormente restrito aos colonos à população africana sem desestabilizar as condições privilegiadas da população branca nem desafiar os direitos de propriedade, garantindo continuidade no desenvolvimento das indústrias, da agricultura e da mineração, o regime de Mugabe foi muito bem recebido pelo Ocidente. O Zimbábue parecia ser o modelo de Estado pós-colonial com uma grande população de colonos, um modelo que poderia ser seguido pela África do Sul quando esta se democratizasse. Mugabe, no comando do Estado, era reconhecido internacionalmente como um exemplo de líder político progressista.

A partir de 1982, foi iniciada a já mencionada operação *Gukurahundi*. Visando encerrar as dissidências contrárias a seu regime que existiam, e eram fortalecidas pela África do Sul, o governo procurou destruir a base de apoio da ZAPU, então a principal oposição, na *Matabeleland*, província onde o partido era majoritário. A ação da 5ª Brigada resultou na morte de entre 6.000 e 20.000 civis e em maus tratos e violações dos direitos humanos de muitos outros, um massacre que acabou apenas em 1987. Nesse ano Mugabe e Nkomo, chefes da ZANU e da ZAPU, respectivamente, assinaram

⁵⁴ Newsweek, "Zimbabwe: a final priceless reward", 28/04/1980.

⁵⁵ BRETT, Edward A. "From Corporatism to Liberalization in Zimbabwe: Economic Policy Regimes and Political Crisis, 1980–97". *International Political Science Review*, Vol. 26, No. 1. 2005. pp. 91-106.

⁵⁶ World Bank. Zimbabwe: achieving shared growth. Country Economic Memorandum. Vol. 1. 1995.

o Acordo de União, fundindo os partidos na ZANU-PF, que passou a ser dominada por Mugabe e encaminhou o Zimbábue para se tornar um Estado monopartidário.⁵⁷

Apesar de algumas ONGs denunciarem a operação *Gukurahundi*, a violação dos direitos humanos de milhares nos anos 1980 foram ignoradas pela comunidade internacional, assim como foi ignorado o autoritarismo de Mugabe e a tendência que se via no governo em prol da instalação de um Estado monopartidário.⁵⁸ Mesmo com estes problemas, na década de 1980, o Zimbábue era citado em muitos estudos comparativos e na mídia internacional como um modelo da democracia africana e reconciliação racial, além de ser um prestigioso combatente, pacífico, mas determinado, contra o regime de *apartheid*.⁵⁹ Mugabe também foi, por mais uma década, considerado um exemplo de estadista internacional.⁶⁰

1.5 Conclusão

A falta de atenção com a qual a comunidade internacional reagiu aos problemas existentes no Zimbábue era consistente com a falta de interesse que havia na conjuntura internacional em criticar o regime de Mugabe. O contexto estrutural de equilíbrio de poder entre as grandes potências que marcava o ambiente internacional favorecia a defesa da norma da soberania formal e as superpotências não estavam muito preocupadas com os Estados africanos, e muito menos com a situação doméstica dentro deles. O conflito bipolar garantiu a Mugabe recursos para o desenvolvimento de seu Estado sem intervenções indesejadas em suas políticas domésticas, pois ele soube, assim como outros líderes africanos, aproveitar-se da conjuntura global em seu benefício.

⁵⁷ CATHOLIC COMMISSION FOR JUSTICE AND PEACE. *Gukurahundi in Zimbabwe: A report on the disturbances in the Matabeleland and the Midlands*. London: Hurst and Company, 2007. KRIGER, Norma. *Op. cit.* 2003(A).

⁵⁸ DÖPCKE, W. “De babuínos, homossexuais e um Presidente – ou: o fracasso da política exterior do Zimbábue depois do fim da Guerra Fria”. In MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org.). *Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: FUNAG; IBRI, 2003, p. 11.

MASHINGAIDZE, Terence M. “The Zimbabwean Entrapment: An Analysis of the Nexus between Domestic and Foreign Policies in a “Collapsing” Militant State, 1990s-2006”. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, Vol. 5, No.4, Winter 2006 . p. 10.

⁵⁹ LAAKSO, L. “The Politics of International Election Observation: The Case of Zimbabwe in 2000”. *Journal of Modern African Studies*, Vol. 40, No. 3. 2002.

⁶⁰ TALBOT, Steve. *Op. cit.*

A presença do regime de *apartheid* na África do Sul também marcou os primeiros anos de independência do Zimbábue. Para garantir a segurança e a soberania de seu Estado frente às tentativas de desestabilização da África do Sul, Mugabe agiu estrategicamente em sua política externa, buscando o desenvolvimento econômico de seu Estado e aquele regional. Também contribuiu para a efetiva inserção internacional do Estado sua grande participação nos fóruns multilaterais e seu destaque no Terceiro Mundo devido à defesa que fazia em sua política externa de princípios políticos, que caracterizavam o Zimbábue como um Estado africano independente, e à luta que liderava contra o *apartheid*. Assim, embora a existência do regime de *apartheid* tornasse o desenvolvimento do Zimbábue difícil, ela destacava o valor do regime de Mugabe como um modelo da democracia africana.

Mugabe também desenvolveu uma política doméstica de reconciliação entre brancos e africanos e promoveu o bem-estar social da população africana sem desestabilizar os privilégios da população branca nem a estrutura da economia capitalista herdada da Rodésia. Estas condições satisfizeram os interesses ocidentais no Estado, que o reconheceram como um modelo de Estado pós-colonial, que poderia ser implementado na África do Sul quando esta se democratizasse.

A conjuntura de Guerra Fria e a presença do regime de *apartheid* na África do Sul, mobilizando estratégias de desestabilização em seu entorno, foram condições conjunturais que, cenário dos primeiros anos de independência do Zimbábue, funcionaram como um escudo que protegeu o regime e a elite política do Estado de ingerências externas. Desenvolvidas neste contexto, as políticas adotadas por Mugabe renderam ao Zimbábue grande prestígio internacional e fizeram com que a comunidade internacional ignorasse os esforços do governo para instalar um Estado monopartidário, seu autoritarismo e a repressão e violência às quais submeteu milhares de seus cidadãos.

Mugabe soube manipular suas relações com o ocidente, suas relações regionais e aquelas com outros membros do terceiro mundo de forma a transformar os primeiros anos de seu governo, mesmo que marcados por problemas domésticos, em um período de lua de mel entre o Zimbábue e a comunidade internacional e tornou-se conhecido como um estadista internacional.

CAPÍTULO 2 - A EMERGÊNCIA DA CRISE ZIMBABUANA ENTRE 1997 E 2000

A crise do Zimbábue se iniciou na segunda metade da década de 1990 e, diferentemente do que ocorria na década de 1980, ela foi reconhecida pelo Ocidente e afetou as boas relações que este tinha com Mugabe. As seções deste capítulo são dedicadas às questões-chave para o declínio zimbabuano, e permitem a compreensão de como se desenvolveu a crise do país que até os dias de hoje não foi solucionada.

Boa parte da população já vivia na pobreza e em Áreas Comuns superpopulosas, pois a reforma agrária do país, prometida na independência, não fora solucionada. A situação doméstica do país piorou quando, na década de 1990, foram feitas mudanças na estrutura econômica do Zimbábue devido à tentativa do governo de implementar um programa de ajuste estrutural econômico liberalizante, e quando o governo iniciou uma intervenção militar na República Democrática do Congo, empreitada que custava muito mais do que seu orçamento suportava.

Neste contexto, contestações políticas ao regime tornaram-se frequentes e surgiu um partido de oposição com chances de vencer a ZANU-PF em eleições. Para garantir sua continuidade no poder, a ZANU-PF, cujas estratégias se misturaram às do governo, passou a tomar medidas drásticas, utilizando-se de símbolos do ideário nacionalista para legitimar seu governo e transformar a oposição e a população brancas em inimigos do Estado, manipulando a reforma agrária para obter apoio da população rural e reprimindo quem se opusesse a seu regime. O déficit democrático e os abusos de direitos humanos que ocorriam no país se tornaram uma preocupação internacional e as políticas do governo passaram a ser alvo de críticas.

2.1 A questão da terra

A distribuição da terra é uma questão central no Zimbábue, tanto por razões culturais quanto econômicas. No período colonial, o Zimbábue foi marcado pela desapropriação da terra das populações africanas em benefício de colonos agricultores brancos. Assim, a distribuição desigual da terra é símbolo das desigualdades criadas na colonização do território e a permanência dos fazendeiros brancos como a maior força

produtiva agrícola do país após a independência tornou a restituição e a redistribuição de terras imprescindíveis para a estabilidade política, social e econômica do Estado.⁶¹

A apropriação das terras por colonos no território do Zimbábue iniciou-se em 1888, após ser obtida por métodos ilegais uma concessão do Rei Lobengula que permitia a extração mineral na Matabelelândia e a emissão da Concessão Lippert pelo governo britânico ano seguinte. Não encontrando no território riquezas minerais como havia na África do Sul, os colonizadores se dedicaram principalmente à agricultura e iniciaram um longo processo de expropriação das terras dos africanos e formaram uma grande comunidade.⁶²

Por meio de leis como a Ordem do Conselho sobre Reservas Nativas, foram criadas áreas reservadas aos africanos, que permitiram o gradual deslocamento da população africana para reservas e forneceram a base para, posteriormente, se separar racialmente as terras, reservando as melhores porções para os colonos brancos e condenando os indígenas a viverem em terras super-populosas. O *Land Apportionment Act*, uma lei segregacionista emitida em 1930, impedia que membros de um grupo racial tivessem terras em partes do território designadas a outro grupo, sendo 51% das terras reservado para brancos, cerca de 4% da população. Foram estabelecidas as *African Purchase Areas*, terras que podiam ser compradas por africanos e estas, juntamente com as reservas indígenas, correspondiam à porção de terras às quais africanos podiam ter acesso, sendo pouco menos de 30% do território.⁶³

Esta divisão racial do território tornou as reservas super-populosas, verdadeiros bolsões de mão de obra para a economia colonial, pois a baixa produtividade das terras forçava os africanos a buscarem emprego fora delas.⁶⁴ A administração rodesiana era intervencionista, estabelecendo leis que claramente privilegiavam os colonos e protegendo-os da competição africana por meio de práticas discriminatórias, excluindo os africanos das melhores terras e de certos mercados de trabalho, intervindo constantemente na economia em favor dos brancos, determinando preços, comprando safras agrícolas e taxando importações. Assim, os colonos tinham uma vida de alto

⁶¹ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Land, Liberation and Compromise in Southern Africa*. Palgrave Macmillan. 2009. pp. 2-6.

⁶² HERBST, J. *Op. cit.* 1990. p. 14.

⁶³ ICG Africa Report n. 85. *Op. cit.* 2004. p. 23. Programa de reforma agrária do governo do Zimbábue, disponível em <http://www.lands.gov.zw/landreform/landreform.htm>, acessado em 04/08/2010.

⁶⁴ O *Native Land Husbandry Act*, emitido em 1951, incentivava a expulsão de grande parte dos africanos das terras comunais. DUGGAN, W. "The Native Land Husbandry Act of 1951 and the Rural African Middle Class of Southern Rhodesia". *African Affairs* 1980.

padrão e sem choques graças aos controles e subsídios que recebiam do governo em detrimento da população africana.⁶⁵

Enquanto a Rodésia do Sul fez parte da Federação da Rodésia e Niassalândia os colonos continuaram beneficiados, pois se expandiram seu mercado consumidor e fontes de crédito. Confiantes e determinados a se auto-governarem, os colonos brancos declararam unilateralmente sua independência e, sob governo da Frente Rodesiana, o Estado se tornou ainda mais intervencionista para garantir a segurança política e econômica dos brancos, protegendo-os das sanções internacionais. Graças a sua boa organização política, os brancos contavam com apoio e financiamento do governo, e muitos adquiriam novas e grandes extensões de terra; áreas férteis e com boa distribuição anual de chuva nas quais podiam investir e otimizar sua produção.⁶⁶

O *Tribal Trust Lands Act* de 1967 transformou as reservas comunais em *Tribal Trust Lands* e reforçando a divisão das terras. Restrita às áreas comunais, a maioria dos camponeses africanos possuía pouco incentivo para melhorar sua tecnologia de cultivo para impedir o empobrecimento da terra e garantir maior produção. Além disso, poucos possuíam o capital necessário para comprar terras dentre aquelas reservadas para eles fora das áreas comunais, e muito menos para qualquer investir na terra.⁶⁷ Assim, mantinha-se o crescimento populacional dentro das reservas que garantia a mão de obra da qual as plantações ou indústrias brancas necessitavam.

Na conferência de Lancaster House, quando foi negociado o acordo que garantiu a independência do Zimbábue, a distribuição da terra foi discutida, pois, conforme o discurso inicial da FP, emitido por Joshua Nkomo, a terra era um ponto central para a coalizão.⁶⁸ A Frente Patriótica defendia o direito do governo que fosse estabelecido de adquirir qualquer propriedade que fosse de interesse público, sendo a compensação a ser paga decidida pelo governo. Somente quando não em contradição com este princípio, a propriedade provada seria protegida de aquisição compulsória.

Por sua vez, a Inglaterra priorizava os direitos de propriedade privada da terra, enfatizando a necessidade de compensações adequadas e prontas para adquirirem-se

⁶⁵ HERBST, J. *Op. cit.* 1990. p. 19 e 23. O'FLAHERTY, Michael. "Communal tenure in Zimbabwe: divergent models of collective land holding in the communal areas". *Africa*, Vol.68, No. 4. 1998.p. 537.

⁶⁶ HERBST, J. *Op. cit.* 1990. p. 25.

⁶⁷ O'Flaherty, Michael. *Op. Cit.* 1998. HERBST, J. *Op. cit.* 1990. p. 25.

⁶⁸ HUGUENEY FILHO, Clodoaldo. *Op. cit.* 1993. pp 24-29. NYANGONI, Wellington Winter. *Op. cit.* 1985. p. 150. Documento oficial da Conferência de Lancaster House, disponível em www.zwnews.com/Lancasterhouse.doc, acessado em 04/08/2010.

terras dos colonos estabelecidos. Este embate quase custou o estabelecimento de um acordo, pois para os nacionalistas a proposta da Inglaterra de “pronto pagamento de uma compensação adequada” para qualquer desapropriação ignorava o objetivo central da libertação do Zimbábue: a recuperação e devolução da terra que fora tomada dos africanos, e a manutenção dos direitos de propriedade como prioridade sobre a redistribuição da terra perpetuaria as injustiças e os privilégios dos brancos. Acabou-se chegando a um acordo de forma que a Constituição de Lancaster House estabeleceu:

Every person will be protected from having his property compulsorily acquired except when the acquisition is (...) to promote the public benefit or, in the case of under- utilised land, settlement of land for agricultural purposes. When property is wanted for one of these purposes, its acquisition will be lawful only on condition that the law provides for the prompt payment of adequate compensation and, where the acquisition is contested, that a court order is obtained. A person whose property is so acquired will be guaranteed the right of access to the High Court to determine the amount of compensation.⁶⁹

A Frente Patriótica demandava da Inglaterra o pagamento das compensações e, como era grande o investimento financeiro necessário para solucionar a questão, o governo britânico afirmou que apoiaria os esforços do governo estabelecido no Zimbábue na obtenção de assistência internacional para este fim. A Frente Patriótica concordou, aceitando que:

Britain, the United States of America and other countries will participate in a multinational donor effort to assist in land, agricultural and economic development programmes. These assurances go a long way in allaying the great concern we have over the whole land question arising from the great need our people have for land and our commitment to satisfy that need when in Government.⁷⁰

Desta maneira, ficou estabelecido que seriam pagas compensações, embora não foi determinado de onde exatamente viriam os fundos para isto, sendo ilegal a alteração da seção que tratava do tema da terra no documento constitucional por dez anos. Durante tal período, qualquer mudança seria possível somente se contasse com aprovação unânime do congresso, consenso improvável devido à distribuição dos assentos fixada forçosamente em 80 para negros e 20 para brancos. A Inglaterra aceitou custear a reforma desde que respeitado o desejo de venda dos colonos, de forma a

⁶⁹ Documento oficial da Conferência de Lancaster House, sessão C, Declaração dos Direitos, artigo V (*Freedom from Deprivation of Property*).

⁷⁰ Programa de reforma agrária do governo do Zimbábue.

garantir prerrogativas aos brancos e incentivar a continuação destes no Zimbábue e, nestes termos, cedeu 44 milhões de libras para a reforma agrária.⁷¹

Nos primeiros dez anos depois da independência, a reforma agrária se deu dentro do formato previsto em Lancaster House, a compra de terras ocorrendo somente quando havia oferta de venda voluntária. Segundo fontes do governo, a terra ofertada era, em sua maioria, pequenos pedaços caros e em locais desprivilegiados, tornando difícil a sistematização do projeto de reforma agrária.⁷² Ainda assim, meta inicial, em 1980, de assentar 18 mil famílias em cinco anos passou, no ano seguinte, para 54 mil famílias e, em 1982, tornou-se 162 mil reassentamentos até 1985.⁷³

Em 1981 foi conveniada a Conferência do Zimbábue para Reconstrução e Desenvolvimento (ZIMCORD), com o fim de conseguir apoio da comunidade internacional para financiar o projeto de reforma agrária e a reconstrução da infraestrutura física do país que fora, em grande medida, destruída durante a guerra de libertação. Na conferência muitas agências e governos estrangeiros aprovaram os projetos e se comprometeram a ajudar o novo governo, sendo previsto cerca de US\$ 1,8 bilhão para ser doado nos primeiros três anos de governo, cerca de um quarto disto providenciado pelo Banco Mundial.⁷⁴

Em 1982 teve início a política de redistribuição de terra no Zimbábue, quando foi emitido o *Communal Land Act*, que transformava as *Tribal Trust Lands* em Áreas Comuns. O Ato teve impactos limitados e não foi suficiente para diminuir a pressão populacional dentro das Áreas Comuns.⁷⁵ Em 1985 o *Land Acquisition Act* conferiu ao governo do Zimbábue o direito de ser o primeiro a comprar terras que fossem colocadas a venda. Este ato, coerente com a Constituição de Lancaster House, também teve poucos resultados, segundo o governo, devido aos constrangimentos financeiros que sofria que impediam mais compras de terras para realocar populações indígenas.⁷⁶

⁷¹ Human Rights Watch. *Fast Track Land Reform in Zimbabwe*. Março 2002, vol. 14, No.1. p. 7.

⁷² Fact Sheet do Governo do Zimbábue sobre a questão da terra. Disponível em <http://www.raceandhistory.com/Zimbabwe/factsheet.html>.

⁷³ ICG Africa Report n. 85. *Op. Cit.* 2004. p. 33. Segundo Herbst, as metas do governo nunca foram realistas, desenvolvidas sem grande cuidado de perceber quais eram as reais capacidades governamentais. HERBST, J. *Op. cit.* 1990. p. 45.

⁷⁴ ICG Africa Report n. 85. *Op. Cit.* 2004. p. 32.

⁷⁵ É importante salientar que a densidade populacional das Áreas Comuns variava bastante. Em 1982, em algumas delas havia uma média de 10 habitantes por quilômetro quadrado, e em outras havia 150 habitantes por quilômetro quadrado. World Bank, Study paper No. 6 do Consultative Group on International Agricultural research (CGIAR). *Zimbabwe e CGIAR*. 1985.

⁷⁶ Fact Sheet do Governo do Zimbábue sobre a questão da terra.

O modesto resultado das políticas adotadas neste período pode ser atribuído à ausência de um plano específico de reforma agrária que abarcasse a aquisição de terras e o reassentamento de maneira abrangente, compreendendo a necessidade de recursos, organização e apoio à população. Pode-se atribuir a falta de atenção governamental à reforma agrária devido a questões mais urgentes que demandavam atenção naquele momento, como as tentativas de desestabilização do governo de *apartheid*, que colocavam em risco a segurança do Zimbábue e do governo de Mugabe.⁷⁷

Ainda assim, a ZANU-PF adquiriu 40% do total de terras almejado (8.000.000 hectares) e realocou 54 mil famílias em mais de três milhões de hectares.⁷⁸ Este resultado positivo foi possível porque foram adquiridas terras inutilizadas, existentes principalmente na fronteira com Moçambique, área abandonada por rodesianos brancos durante a guerra de libertação, cujo preço era acessível.⁷⁹ A disponibilidade de terras, o respeito às cláusulas da Conferência de Lancaster House e a lentidão do processo de reassentamento devido à falta de capacidade organizacional do sistema fizeram com que as relações entre o governo e os fazendeiros brancos se mantivessem pacíficas.⁸⁰

Em 1990, cerca de um terço das terras do Zimbábue ainda estava sob o controle da população branca e, passados os dez anos do Acordo de Lancaster House, o governo do Zimbábue emendou a Constituição e, dois anos depois, aprovou *Land Acquisition Act*, libertando-se do compromisso de comprar terras somente quando houvesse vendas voluntárias.⁸¹ Agora o Estado podia adquirir compulsoriamente terras para a reforma agrária mediante o pagamento de compensação “justa” em “tempo razoável”. Também podia taxar as fazendas e estipular um tamanho máximo para elas, comprar terras adjacentes a áreas comunais mesmo que em uso, terras abandonadas ou subutilizadas cujos donos estivessem ausentes e terras de fazendeiros com mais de uma fazenda.⁸²

⁷⁷ DÖPCKE, Wolfgang; MASCHIETTO, Roberta H. *O Desenvolvimento de uma Arquitetura de Segurança Regional na África Austral (SADC)*. Working paper No. 2 do Projeto Líderes regionais e segurança internacional: Índia-Brasil-África do Sul, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília, Abril 2005. p. 4.

⁷⁸ Human Rights Watch. *Op. cit.* 2002.

⁷⁹ ICG Africa Report n. 85. *Op. Cit.* 2004. p. 33.

⁸⁰ Foi feita, a pedido da Grã Bretanha, uma revisão das políticas da ZANU-PF em sua primeira década de governo e, embora o relatório fosse cético em relação às capacidades de governança da ZANU-PF, concluiu que a redistribuição de terra estava surtindo efeito. ICG Africa Report n. 85. *Op. Cit.* 2004. p. 33. HERBST, J. *Op. cit.* 1990. p. 54.

⁸¹ ICG Africa Report n. 85. *Op. Cit.* 2004. p. 44. Para cesso à Constituição do Zimbábue com emendas, ver <http://kubatana.net/html/archive/legisl/070201consti.asp?sector=LEGISL>, acessado em 11/09/2010.

⁸² Em 1994 a comissão Rukuni recomendou que a melhor forma de redistribuir a terra seria via taxação. Human Rights Watch. *Op. cit.* 2002.

Apesar das medidas legais e da adoção de uma retórica agressiva, o governo não demonstrava energia para solucionar a questão da terra e muitas das terras designadas e adquiridas não eram redistribuídas, ficando inutilizadas.⁸³ Mesmo com as reformas legais, a reforma agrária continuou lenta, e nos cinco anos que se seguiram menos de um milhão de hectares foram adquiridos e menos de 20 mil famílias foram realocadas.⁸⁴

O passo lento no qual vinha se desenvolvendo a redistribuição de terra desde a independência, responsável pelos bons termos em que se desenvolviam as relações entre o governo e fazendeiros brancos, era contrário aos interesses da maioria da população, pois as Áreas Comuns tornavam-se mais populosas. Até 1995 foram realocadas 71 mil famílias em cerca de 3,5 milhões de hectares. Apenas 19% destas terras eram consideradas de boa qualidade e faltavam aos assentados infra-estrutura e apoio governamental.⁸⁵

Enquanto a grande maioria da população das Áreas Comuns manteve-se dentro delas aguardando serem reassentados e os pouquíssimos que dispunham de recursos compraram seu pedaço de terra, parte da população passou se apropriar de terras de maneira autônoma e ilegal.⁸⁶ Já ocorriam ocupações ilegais de terras no país desde a independência, mas a partir de 1997 elas tornaram-se recorrentes e centenas de posseiros invadiam fazendas de brancos. Embora algumas vezes os eles fossem retirados pelas forças policiais, alguns oficiais da ZANU-PF encorajavam as invasões.⁸⁷

Sob pressão da população, que sofria com os problemas econômicos pelos quais o país passava e demandava terra, o governo tomou medidas revertendo a liberalização

⁸³ Relatório do Controlador e Auditor-Geral de 1993 indicou que havia mais de 235 900 hectares inutilizados e cerca de 52 438 hectares sendo alugados. Em 1996, John Nkomo afirmou que havia 42 447 hectares disponíveis para serem redistribuídos, mas não havia recursos para realocar pessoas neles. Algumas das fazendas mais produtivas foram adquiridas e redistribuídas. Zimbabwe Independent “Designated Farm List Out”, 21/12/1997.

⁸⁴ Segundo o Programa de reforma agrária do governo do Zimbábue, o atraso se deveu aos altos preços das fazendas e à resistência dos fazendeiros, que podiam apelar judicialmente contra a aquisição de suas terras. Entretanto, percebe-se que neste período a reforma agrária não era prioridade no orçamento do governo. Por exemplo, no ano fiscal de 1996/1997, foram destinados \$26 milhões para reforma agrária e \$3,2 bilhões para a defesa, e no ano seguinte \$80 milhões e \$5,4 bilhões, respectivamente. Human Rights Watch. *Op. cit.* 2002. p. 6. Zimbabwe Independent “Bad Methods Overshadow Good Intentions”, 24/10/1997.

⁸⁵ Technical Committee of the Inter-Ministerial Committee on Resettlement and Rural Development and the National Economic Consultative Forum Land Reform Task Force, *Inception Phase Framework Plan: 1999 to 2000, An Implementation Plan of the Land Reform and Resettlement Programme – Phase 2* Harare, Governo do Zimbábue. 1998, parágrafo 1.2. Human Rights Watch. *Op. cit.* 2002. p. 7.

⁸⁶ Contribuiu para esta política conivente com os posseiros o fato da terra poder ser trabalhada imediatamente após sua tomada, a fraqueza da burocracia estatal, que não se organizou rapidamente para barrar o movimento e a existência, dentro do governo, daqueles favoráveis a prática de invasões de terras. HERBST, J. *Op. cit.* 1990. p. 67.

⁸⁷ ICG Africa Report n. 85. *Op. Cit.* 2004.

da economia e designou 1471 fazendas para serem adquiridas sem compensação a ser paga a seus donos.⁸⁸ A economia predominantemente agrária do país era dominada por cerca de 4500 fazendeiros de grande escala, majoritariamente brancos, uma distribuição que refletia a continuação de desigualdades raciais.⁸⁹

Alegando a culpa dos colonizadores britânicos, que haviam roubado as terras originalmente, e do Reino Unido, que prometera custear a reforma agrária na Conferência de Lancaster House, Mugabe determinou que “*In the year of our lord, the year 1997 should be final in terms of offering our people land*”, afirmando que terras de fazendeiros comerciais com mais de uma fazenda, terras de fazendas muito grandes e terras subutilizadas ou adjacentes a terras comunais passariam a ser adquiridas compulsoriamente, e a compensação por elas só seria paga se o Reino Unido o fizesse.⁹⁰

Embora a desigualdade da distribuição da terra fosse inegável, a aquisição compulsória de terras não foi bem vindo pelo Reino Unido e outros parceiros ocidentais do Zimbábue.⁹¹ O Reino Unido, que contribuía para a reforma agrária desde a independência do Zimbábue, demandava, para continuar financiando-a, o fim das aquisições compulsórias.⁹²

Com o início de um governo do Partido Trabalhista em 1997, a potência alterou sua política com relação ao Zimbábue, afirmando que não tinha responsabilidades especiais pelo colonialismo ou pela distribuição de terras no país. O governo Trabalhista recusava-se a continuar financiando a reforma agrária no Zimbábue da forma como ela vinha sendo desenvolvida, estando disposto a contribuir para o projeto somente se ele enfatizasse o combate à pobreza e respeitasse a prática de vendas voluntárias, posição visível em uma carta de Clare Short, Secretária do Estado Britânico para o Desenvolvimento Internacional, para o Ministro da Agricultura do Zimbábue:⁹³

(...)Tony Blair said that he looked forward to developing a new basis for relations with Commonwealth countries founded upon our government's policies, not on the past. (...)The central thrust of this will be the development of partnerships with developing countries

⁸⁸ MOYO, S. “The Political Economy of Land Acquisition and Redistribution in Zimbabwe, 1990-1999”. *Journal of Southern African Studies*. Vol. 26, No. 1. 2000, p. 6.

⁸⁹ MOYO, S. *The Land Acquisition Process in Zimbabwe – 1997/8: Socio-economic and Political Impacts*. Harare, 1998.

⁹⁰ VAN DEN BRINK, Rogier. “Zimbabwe Land Acquisition Update”. *World Bank. Report*, 19/05/1999. Panafrikan News Agency, “Mugabe Sets Date For Land Acquisition”, 15/10/1997.

⁹¹ Zimbabwe Independent, “Bad Methods Overshadow Good Intentions”, 24/10/1997.

⁹² Human Rights Watch. *Op. cit.* 2002. p. 7

⁹³ INGRAM, Derek. “Zimbabwe”, *Round Table*, Abril 1998, Vol. 346, No. 1.

which are committed to eradicate poverty. (...)I should make it clear that we do not accept that Britain has a special responsibility to meet the costs of land purchase in Zimbabwe. We are a new Government from diverse backgrounds without links to former colonial interests. (...)We do, however, recognise the very real issues you face over land reform. We believe that land reform could be an important component of a Zimbabwean programme designed to eliminate poverty. We would be prepared to support a programme of land reform that was part of a poverty eradication strategy but not on any other basis. (...)It follows from this that a programme of rapid land acquisition as you now seem to envisage would be impossible for us to support.⁹⁴

Os outros Estados doadores também viam problemas no formato da reforma agrária devido a práticas de corrupção e favorecimento de membros do governo na distribuição das terras que a permeavam.⁹⁵ O estado de direito vinha sendo desafiado por não favorecer a aquisição de novas terras e ser visto como um obstáculo para o fim das injustiças remanescentes do colonialismo e Mugabe chegou a pedir que a população esquecesse as leis do país que não indicassem que a terra poderia ser tomada.⁹⁶

Apesar de reconhecer as invasões ilegais de terra como resultado da impaciência do povo, Mugabe pediu à população que não invadisse fazendas e que esperasse a organização do programa de reforma agrária pelo governo.⁹⁷ Salientando que as aquisições compulsórias eram uma tentativa de fazer justiça, Mugabe afirmou que “*We are bringing a stop to colonialism*”.⁹⁸ Reafirmando a desigualdade racial que resultara do colonialismo, o Presidente disse à comunidade branca “*go back to your homes and tell your people we are taking the land back*”, e “*We will invite farmers province by province to meet with us and air their grievances. Genuine grievances will be looked into and those which are inhibitive will not*”.⁹⁹

Sob pressão de Estados doadores, do Banco Mundial e do FMI que, como o Reino Unido, se recusavam a custear a reforma agrária a menos que ela fosse

⁹⁴ Carta disponível em <http://politics.guardian.co.uk/foi/images/0,9069,1015120,00.html>, acessado em 11/09/2010.

⁹⁵ Em 1994, o Daily Gazette trouxe a tona um esquema de fazendas que haviam sido ocupadas por ministros e outros grandes cargos do governo e da ZANU-PF. Muitas, antes produtivas, foram transformadas em retiros de fim de semana para a elite governante. Há também notícias de que uma grande fazenda de Zvimba, a qual, segundo os experts da Agritex era inadequada à agricultura, foi adquirida sem os procedimentos corretos nem teve compensação. O processo foi feito a pedido de Mugabe, que desejava estender sua propriedade, localizada ao lado. i'Afrika News Network “Land Issue Still Unresolved”, 13/10/1997 e Zimbabwe Independent “Legal Battle Over Zvimba Farm”, 03/10/1997.

⁹⁶ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. p. 174. Zimbabwe Independent, “Cutting Edge: Mugabe Shows Contempt For Constitution”, 24/10/1997.

⁹⁷ Panafrican News Agency, “Kangai Warns Land-Hungry Zimbabweans”, 17/05/1998, Panafrican News Agency, “UK Softening Stance On Land Issue – Mugabe”, 27/06/1998.

⁹⁸ Panafrican News Agency, “Mugabe Fumes Over Land Issue”, 08/12/1997.

⁹⁹ Panafrican News Agency, “Mugabe Sticks To His Guns Over Land Issue”, 27/11/1997.

desenvolvida com transparência, dentro do estado de direito e não comprometesse a economia, o governo organizou uma conferência com possíveis doadores para angariar fundos para o projeto. Mugabe afirmou considerar pagar compensações aos fazendeiros comerciais por suas terras somente se obtivesse sucesso nesta arrecadação.¹⁰⁰ Ele insistia que “*If we get full aid there is no reason why full compensation would not be paid but we still regard it as a British problem*”, mas que “*That is a colonial problem for Britain to resolve*”.¹⁰¹

Na conferência, que ocorreu em setembro de 1998, o governo do Zimbábue apresentou o projeto *Land Reform and Resettlement Programme Phase Two*, que intencionava adquirir 5 milhões de quilômetros quadrados de terra em cinco anos para beneficiar 150 mil famílias das Áreas Comuns, priorizando aqueles que tivessem treinamento especializado em agricultura e mulheres e indígenas que desejassem se dedicar à agricultura comercial.¹⁰² As metas eram agir rapidamente para reduzir a pobreza entre trabalhadores e famílias rurais, aumentar a contribuição da agricultura ao PIB e o número de agricultores comerciais de pequena, promover o uso ambientalmente sustentável da terra e, reduzindo as desigualdades quanto à posse de terras, conseguir estabilidade social.¹⁰³

Compareceram à conferência representantes de 45 Estados, a maioria dos quais, embora reconhecesse a necessidade da redistribuição da terra no país, considerou o projeto muito ambicioso, caro, dependente em excesso do governo e de doadores. A liberação de fundos para o projeto foi condicionada à implementação das sugestões de aumentar a participação do setor privado e dos beneficiários, focar na redução da

¹⁰⁰ Zimbabwe Independent, “Britain urges Zimbabwe to respect law on land”, 30/01/1998. The Standard, “Zimbabwe moving in a 'disturbing direction'”, 07/02/1998, Zimbabwe Independent, “EU stresses openness in land redistribution”, 16/01/1998.

¹⁰¹ The Namibian, “Zimbabwe steadfast on land issue”, 19/05/1998, The Insider, “Can The Land Conference Provide A Lasting Solution?”, 18/06/1998.

¹⁰² Já na *New National Land Policy*, de 1991, o programa de reforma agrária passou a reconhecer, além da necessidade de lidar com a pressão demográfica das Áreas Comuns, a importância de garantir o desenvolvimento econômico do país, determinando que a terra seria cedida não somente para os mais necessitados, mas também para aqueles que tivessem mais conhecimento de agricultura e pudessem criar uma classe bem sucedida de produtores africanos. ICG Africa Report n. 85. *Op. Cit.* 2004. p. 46. Department for International Development, Oxfam. *Land Settlement in Zimbabwe*. 2000. Disponível em <http://www.oxfam.org.uk/resources/learning/landrights/downloads/zimdfidbrief.rtf>, acessado em 04/08/2010.

¹⁰³ Ver Mwengo Land Project. Country Feature – Zimbabwe. p. 5. Disponível em <http://archive.niza.nl/docs/200312301442484365.pdf>. Panafrikan News Agency, “Land Imbalances Threat To Social Stability – Mugabe”, 12/08/1998.

pobreza, garantir a transparência, a sustentabilidade e a proteção da produtividade e dos investimentos de acordo com as regras de mercado.¹⁰⁴

Alterando dramaticamente seu posicionamento, o governo do Zimbábue acatou às sugestões e, dias após a conferência, emitiu uma nova lista de fazendas destinadas à aquisição, na qual, das 1500 fazendas originais, haviam sido excluídas 442.¹⁰⁵ Os doadores presentes na conferência comprometeram-se a apoiar uma fase inicial do projeto que seria implementada ao longo de dois anos, mas somente a China garantiu US\$ 19 milhões imediatamente.¹⁰⁶

Dois meses depois, em novembro de 1998, Mugabe novamente alterou sua política e voltou atrás no acordo, anunciando que pessoas seriam reassentadas em terras designadas para aquisição compulsória e a compensação a ser pago por estas seria negociada posteriormente.¹⁰⁷ Entretanto, na prática, o processo foi parado e, no ano de 1998, foram reassentadas apenas 559 famílias em 18 fazendas, não havendo progresso na redução de pobreza ou alívio da superpopulação das terras comunais.¹⁰⁸

Diante destas circunstâncias, os doadores se recusaram a financiar a reforma agrária.¹⁰⁹ A recusa do Reino Unido em conceder fundos foi recebida pelo governo do Zimbábue como uma violação dos termos do acordo de Lancaster House, e as relações entre os dois governos se deterioraram.¹¹⁰ Tradicionais doadores do Zimbábue como a Alemanha, a própria UE, o Banco Mundial e o FMI também não liberaram fundos devido à não satisfação das condições estipuladas na conferência de doadores.¹¹¹

¹⁰⁴ Zimbabwe Independent, “Land reform in financial trouble”, 11/09/1998, Panafrican News Agency, “UK Softening Stance On Land Issue – Mugabe”, 27/06/1998, The Insider, “Land: Mugabe Throws In The Towel”, 24/09/1998, Zimbabwe Independent, “Land reform in financial trouble”, 11/09/1998, The Insider, “Land: The British Position”, 24/09/1998, The Insider, “Land: The European Union Position”, 24/09/1998, The Insider, “Land: The World Bank Position”, 24/09/1998, Zimbabwe Independent, “Land conference — eye openers”, 18/09/1998, All Africa News Agency, “Zimbabwe’s Human Rights Record Worsens”, 25/05/1998, Zimbabwe Independent, “Britain urges Zimbabwe to respect law on land”, 30/01/1998, The Insider, “Focus Of British Aid”, 26/05/1998.

¹⁰⁵ The Insider, “Land: Mugabe Throws In The Towel”, 24/09/1998, All Africa News Agency, “Zimbabwe Adjusts Land Distribution Scheme”, 21/09/1998.

¹⁰⁶ The Insider, “Land: The Final Communique”, 24/09/1998 e Zimbabwe Independent, “Donors conference was a flop”, 13/09/1998.

¹⁰⁷ The Insider, “Mugabe’s New Policy On Land”, 13/11/1998, Panafrican News Agency, “Land Imbalances Threat To Social Stability – Mugabe”, 12/08/1998.

¹⁰⁸ The Insider, “Land Reform Derailed!”, 26/02/1999.

¹⁰⁹ ZimbabweIndependent, “Land reform in financial trouble”, 11/09/1998, ZimbabweIndependent, “Land conference exposes government neglect”, 13/09/1998, ZimbabweIndependent, “Land conference — eye openers”, 18/09/1998 e The Insider, “Land: The Final Communique”, 24/09/1998.

¹¹⁰ INGRAM, Derek. *Op. cit.* 1998.

¹¹¹ Panafrican News Agency, “Mugabe Arrives In Bonn”, 24/03/1998, Panafrican News Agency, “Mugabe Winds Up German Visit, Goes To London”, 27/03/1998.

Mugabe acusou o Reino Unido, os Estados Unidos da América e o FMI de procurarem destruir seu país, e afirmou que não hesitaria em tomar medidas curas contra eles e sua marionete, o MDC. O líder também imputou os problemas do país à população branca, alegando que “*the whites of our community must play an even greater part in order to atone for the sins of their evil past.*”¹¹²

Esta retórica encontrou ecos na região.¹¹³ O Presidente da Tanzânia, Benjamin Mkapa, louvou a iniciativa de reforma agrária de Mugabe e garantiu seu apoio. Afirmando que os brancos procuravam desestabilizar o país, aconselhou cuidado com os inimigos do partido, que “desprezavam sua própria independência”:

Don't be misled by them, (...) They pretend to offer systems and different models of government they think you should establish (...) models are inconsistent with what we fought for. Reject their campaigns of slander and stand firm by your government (...) most white people think they have better ruling models to offer African governments, but never develop income generating projects to improve the welfare of the majority.¹¹⁴

2.2 A intervenção militar na República Democrática do Congo

Quando se iniciou a Segunda Guerra do Congo, em agosto de 1998, Laurant-Désiré Kabila, ameaçado por Uganda, Burundi e Ruanda, procurou alianças dentro destes países e junto dos membros da SADC.¹¹⁵ O Zimbábue foi o primeiro a responder o pedido de ajuda de Kabila, sediando uma cúpula em Harare no final de agosto para iniciar as negociações entre as partes e se envolvendo na primeira missão militar de investigação enviada ao país pela SADC.

Para Mugabe, a intervenção no Congo representava uma oportunidade para reafirmar sua liderança na região, que se via bastante desgastada frente ao prestígio de Mandela. A intervenção também era interessante para garantir a efetividade do acordo de defesa mútua da SADC e fortalecer a resolução da OAU que demandava resistência às mudanças de regime por meios militares.¹¹⁶

¹¹² Business Day, “Mugabe Rails Against Judges”, 08/02/1999.

¹¹³ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. p. 30-33.

¹¹⁴ Panafrican News Agency, “Visiting Tanzanian President Denounces Zanu PF Detractors”, 23/04/1998.

¹¹⁵ REYNTJENS, Filip. “The Second Congo War: More than a Remake”. *African Affairs*. 1999, vol. 98.

Times of Zambia, “Events in Congo Kinshasa Tragic”, 05/08/1998.

¹¹⁶ ICG Congo Report N°2, “Congo at War” Novembro 1998. pp. 1-2. REYNTJENS, Filip. *Op. cit.* 1999, vol. 98, 241-250. NEST, Michael. “Ambitions, Profits and Loss: Zimbabwean Economic Envolvment in

A RDC fizera uma grande dívida econômica com o Zimbábue durante a Primeira Guerra do Congo, conflito que se estendeu entre 1996-1997, e o pagamento desta seria comprometido se Kabila caísse. Quando o governo de Kabila foi instalado, em 1997, o Zimbábue estabeleceu laços com ele, fechando acordos econômicos, estabelecendo uma linha de crédito para que a RDC comprasse bens zimbabuano, abrindo uma embaixada e estabelecendo uma *Friendship Association* no início de 1998. Era estabelecido um diálogo intenso que envolvia questões econômicas e de segurança.¹¹⁷

Com seu acesso facilitado pelo envolvimento governamental e militar, antes um mercado desconhecido, a RDC tornou-se um mercado atraente para o setor privado zimbabuano, que buscava mercados na região e sofria com a competição com empresas internacionais, principalmente sul-africanas, após a liberalização iniciada na década de 1990. Devido aos laços entre os dois Estados e a rápida ajuda que o Zimbábue direcionou à RDC em 1998, foi garantido acesso preferencial ao Zimbábue, que investiu principalmente no setor de mineração.¹¹⁸

Apesar de gerar oportunidades de investimento e comércio, os negócios gerados na RDC promoveram somente os interesses particulares da elite zimbabuana. Dada a extensão dos conflitos da RDC e da participação zimbabuana nele, é difícil reconhecer benefícios para a população do Zimbábue advindos da intervenção, pois ela custou muito mais do que o orçamento do governo zimbabuano podia suportar e gerou diversas

the Democratic Republic of the Congo". *African Affairs*, 2001, no. 100 pp. 470-471. Panafrican News Agency, "SADC Mission To Democratic Republic Of Congo", 12/08/1998, Business Day, "Mugabe hits out at Mandela over Congo intervention plan", 21/08/1998, The Post, "US warns SADC", 21/08/1998, The Sowetan, "SADC Action on DRC Threatens to Plunge Region into War," 21/08/1998, Zimbabwe Independent, "Mugabe's DRC move comes under fire," 21/08/1998, Panafrican News Agency, "Minister Explains Zimbabwe's Stand On Congo", 25/08/1998.

¹¹⁷ Até outubro de 1997, estima-se que foram fechados acordos de em torno de 30 bilhões de dólares (dois terços dos quais relacionados às Indústrias de Defesa do Zimbábue) entre os dois países.

Zimbabwe Independent "\$20 Billion Congo Deal Hits A Snag", 31/10/1997, Zimbabwe Independent "ZDI Accused Of Unfair Play In DRC Exports", 07/11/1997, Panafrican News Agency, "Zimbabwe Opens Embassy In Congo To Consolidate Economic Ties", 09/01/1998, Panafrican News Agency, "Zimbabwe-Congo Friendship Association Launched", 11/01/1998, Panafrican News Agency, "Kabila Returns Home After Talks With Mugabe", 06/07/1998, Panafrican News Agency "Zimbabwe To Set Up Credit Line For Congo", 27/08/1997, The Insider, "News in Brief - Zimbabwe Racing to the Congo", 02/09/1997, Panafrican News Agency "Zimbabwe To Supply Democratic Congo Milk Products", 10/09/1997 e Zimbabwe Independent "Zimbabweans Jostle For Lucrative Congo Deals", 03/10/1997.

¹¹⁸ NEST, Michael. *Op cit.* 2001. pp. 471-475. Zimbabwe Independent, "DRC slams door on SA trade, favours Zimbabwe", 23/10/1998.

conseqüências sociais, políticas e econômicas negativas para o país, sobrecarregando seu sistema de saúde, gerando inflação e instabilidade social.¹¹⁹

A decisão de Mugabe de intervir na RDC foi duramente criticada domesticamente devido aos custos que o envolvimento no conflito traria ao Zimbábue. Embora a maioria dos zimbabuanos se opusesse à intervenção, cujo custo o país não podia suportar sem graves conseqüências no longo prazo, as tropas zimbabuanas continuaram a ser enviadas à RDC. Isto foi feito mesmo sem o aval do parlamento, descontente com o insulamento a decisão em prol da intervenção tomada pelo executivo e com os custos que ela gerara.¹²⁰

No ambiente internacional, Reino Unido, Estados Unidos da América e África do Sul também defendiam uma abordagem diferente ao conflito, demandando uma solução negociada para evitar um *spill-over* da violência na região.¹²¹ Devido às diferenças nas estratégias defendidas por Harare e Pretória, a SADC foi palco de desacordos entre Mugabe e Mandela.¹²²

Os altos custos da empreitada também reduziram as chances do Zimbábue receber ajuda externa. A administração Clinton revisou seu apoio a um empréstimo do Banco mundial para o Zimbábue após receber relatórios que indicavam que o país gastava na RDC quase dez vezes o que declarara ao FMI.¹²³ Reconhecendo irresponsabilidade nos altos gastos do Zimbábue com a intervenção, o FMI reteve US\$ 53 milhões em ajuda, necessitados para a balança de pagamentos do país.¹²⁴ Influenciada pela postura do FMI, em meados de 1999, a Dinamarca encerrou negociações sobre um futuro empréstimo de US \$25 milhões para melhorar os

¹¹⁹ Estima-se que 12 mil tropas que ficaram por cinco anos no território congolês, custando cerca de um bilhão de dólares e a vida de muitos soldados. Inter Press Service “Zimbabwe/DRC: The war that might not have been”, 10/09/2004, Zimbabwe Independent, “Zimbabweans count cost of Congo war”, 04/08/1998, All Africa News Agency, “Conflict over Zimbabwe’s DRC Participation Escalates”, 23/11/1998, Zimbabwe Independent, “Mugabe Business Associate Of Kabila - Rwanda Papers”, 21/08/1998, Zimbabwe Independent, “Zimbabweans count cost of Congo war”, 04/08/1998, The Standard, “Blood for nothing”, 30/08/1998, Mail & Guardian, “Adventures in Mugabe’s Neverland”, 20/11/1998. ICG Congo Report N°2, *Op.cit.* 1998. p. 22.

¹²⁰ Zimbabwe Independent, “Pressure mounts on Mugabe to withdraw troops from the DRC”, 30/10/1998.

¹²¹ Panafrican News Agency, “Mugabe Not Keen On Congo Summit”, 22/08/1998, Panafrican News Agency, “Hope For Peace In Congo After Regional Summit”, 24/08/1998, New Vision, “UK Calls For Peace Talks In Congo”, 25/10/1998..

¹²² BusinessDay, “African leaders seek ceasefire in Congo”, 24/08/1998, ZimbabweIndependent, “Congo offensive holds new dangers”, 23/10/1998, BusinessDay, “Mugabe hits out at Mandela over Congo intervention plan”, 21/08/1998, Business Day, “Congo peace brokers hypocrites, says Mugabe”, 27/08/1998.

¹²³ Business Day, “US may block loan to Harare”, 05/10/1999.

¹²⁴ IRIN, “IRIN Update for Southern Africa”, 13/05/1999.

aeroportos domésticos do Zimbábue.¹²⁵ Em setembro, após a Itália cortar a ajuda de US \$22 milhões que concedia anualmente ao Zimbábue, a Holanda suspendeu US \$15 milhões que também lhe oferecia anualmente, devido ao que chamou de extravagância, falta de responsabilidade e desrespeito aos direitos humanos nas políticas do governo, que gastava na RDC enquanto sua população sofria com a pobreza.¹²⁶

Mugabe reagiu a estas medidas e às acusações de má administração econômica, corrupção e gastos excessivos denunciando uma conspiração anglo-americana para desestabilizar seu governo que manipulava o FMI, uma criatura “monstruosa”.¹²⁷ Por sua vez, a China garantiu, em maio de 1999, U\$1,1 bilhão para alívio temporário dos problemas do Zimbábue, e fechou acordos de cooperação técnica e econômica com o Estado.¹²⁸ A ajuda foi louvada por Mugabe, mas não foi suficiente para solucionar os problemas do país.¹²⁹

2.3 Contestações políticas ao regime

Durante a década de 1980, o Zimbábue teve gastos de governo bastante elevados, que corresponderam a cerca de 45% de seu PIB. Sem muitas possibilidades de investimentos, o setor privado não se desenvolveu, foi gerada inflação e as importações, encarecidas, ficaram em falta. Apesar do crescimento da economia nesta década ser razoável, ele foi menor do que o crescimento populacional, fazendo aumentar os problemas socioeconômicos do país, como o desemprego.

Em 1991, o governo propôs uma agenda que, aprovada pelo Banco Mundial, tornou-se o *Zimbabwe's Economic and Structural Adjustment Program* (ESAP) e lhe rendeu um empréstimo de 125 milhões de dólares. Um programa de ajuste estrutural e econômico de caráter liberal, o ESAP objetivava abrir a economia reestruturando-a e

¹²⁵ IRIN, “Denmark suspends airport aid”, 11/06/1999.

¹²⁶ Panafrican News Agency, “Dutch Government Suspends Aid To Zimbabwe”, 29/09/1999.

¹²⁷ Africa Confidential, “Diplomacy with Attitude”, 30/04/1999, IRIN, “IRIN Update for Southern Africa”, 13/05/1999.

¹²⁸ Zimbabwe Independent, “Chinese take-away won't help Zimbabwe”, 28/05/1999, Panafrican News Agency, “Chinese Trade Team For Harare”, 28/07/1998 e Panafrican News Agency “Zimbabwe To Recruit More Doctors From China”, 29/10/1997.

¹²⁹ Envolvida em vários projetos no Zimbábue desde 1980, entre 1995 e 1998, a China disponibilizou mais de 620 milhões de Zimdollares em crédito para o Zimbábue financiar infra-estrutura e exportações para a ela. Panafrican News Agency, “Zimbabwe Govt Under Fire Over Chinese Loan”, 29/01/1998 e Panafrican News Agency, “Zimbabwe, China Sign Deal”, 31/07/1998.

reduzindo o papel do Estado, além de liberalizar as políticas comerciais e o sistema de câmbio. Dentre suas metas estavam diminuir o déficit orçamentário do governo a 5% do PIB até 1995, eliminar subsídios, reduzir gastos com serviços públicos, reduzir a inflação e eliminar o controle sobre as taxas de juros.¹³⁰

O programa obteve sucesso em suas metas liberalizantes, gerando crescimento e aumento nas exportações em 1994, mas as reformas fiscais evoluíram lentamente e o déficit orçamentário não se reduziu como se esperava, sendo intensificada a falta de capital para a iniciativa privada, a inflação, as altas taxas de juros e as incertezas que marcavam a economia zimbabuana.¹³¹ Confirmavam-se as previsões dos críticos do programa, que temiam que a ESAP gerasse efeitos negativos como desemprego, aumento de preços e da inflação e cortes nos serviços sociais. O programa também tinha falhas operacionais, prevendo ajuda no período de adaptação apenas para trabalhadores do setor formal urbano, de forma que a maioria da população, que trabalhava no campo ou no setor informal urbano, não teve acesso a auxílio e padeceu com a transição e com os problemas econômicos e sociais causados pelo ESAP.

As conseqüências do ESAP geraram instabilidade social e dependência de fundos internacionais, tornando o Zimbábue vulnerável a pressões de doadores. Estes, por sua vez, apesar dos problemas que o programa gerou, se mostraram satisfeitos. Segundo o Relatório de Conclusão de Projeto do Banco Mundial de 1995 os resultados haviam sido satisfatórios, e o Zimbábue era considerado a “história de sucesso” de Washington.¹³²

O Estado zimbabuano era forte e dominava a esfera política, o mercado de trabalho e a geração de riquezas do país, tendo incentivos para aumentar ainda mais seu poder e impedir a emergência de autoridades alternativas. Desde 1987, quando ZANU e ZAPU uniram-se e formaram a ZANU-PF, o ambiente político doméstico do Zimbábue foi dominado pela ZANU-PF, e o Zimbábue tornou-se, na prática, um Estado

¹³⁰ Para o texto do programa, ver <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports/06050223-EN-ZIMBABWE-ECONOMIC-STRUCTURAL-ADJUSTMENT.PDF>, para críticas ao programa, ver <http://www.africafiles.org/article.asp?ID=3876> Acessado em 16/01/2010.

¹³¹ The World Bank Independent Evaluation Group Report, "Zimbabwe--Structural Adjustment Program," Report No. 14751, 1995.

¹³² BOND, Patrick. "ZIMBABWE: Crisis showcases reasons for IMF, World Bank protests". 10/05/2000. Disponível em <http://www.greenleft.org.au/node/22406> , acessado em 25/09/2010. World Bank, Project Completion Report of the Economic Structural Adjustment Program. 1995. p. 3, disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1995/01/03/000009265_3961007214359/Rendered/PDF/multi0page.pdf , acessado em 25/09/2010.

monopartidário, pois a ZANU e o governo eram cada vez mais indistintos um do outro e a repressão violenta de manifestações e da oposição geraram apatia política popular.¹³³

A concentração de poder não se limitou ao cerceamento da oposição, e o Estado tornou-se, assim como a ZANU-PF, centralizado na figura do Presidente Mugabe, que governava unilateralmente, tomando decisões importantes sozinho, sem o apoio ou mesmo com clara contrariedade do parlamento. Exemplo disso foi a intervenção na RDC, decisão adotada sem a aprovação do parlamento.¹³⁴

A partir de 1997, no entanto, iniciou-se no cenário político do Zimbábue um período com características novas. Os problemas do país eram especialmente sérios devido a sua instabilidade econômica, intervenção na RDC pesou sobre os seus já escassos recursos, instalando no país uma crise econômica, e secas sentidas em toda a África Austral, em 1997 e 1998, juntamente com a falta de planejamento estratégico do governo, reduziram sua produção agrícola.¹³⁵ Descontente com estas condições e com a conduta de seu Estado, a população empobrecida passou a mobilizar manifestações, de forma que o final de 1998 foi tenso, marcado por greves e rebeliões, e mesmo tradicionais entusiastas do partido, como os Veteranos de Guerra, passaram a criticar e demandar mais do governo.¹³⁶

Os Veteranos de Guerra inicialmente correspondiam a membros de todas as classes sociais que haviam participado da luta pela libertação do Zimbábue, sendo, portanto, heróis nacionais. Entretanto, no final da década de 1990, a maioria daqueles que se declaravam Veteranos de Guerra eram jovens desempregados muito novos para

¹³³ CATHOLIC COMMISSION FOR JUSTICE AND PEACE. *Op. cit.* 2007. LAAKSO, Lisa. "Opposition politics in independent Zimbabwe." *African Studies Quarterly*, Vol. 7 No.2-3. 2003. The Standard, "Independent candidate victimised by CIO members", 22/03/1998, Panafrican News Agency, "Justice System Under Scrutiny", 22/02/1998, The Standard, "Over 3000 'ghosts' on Ward 6 voter's roll", 31/05/1998, Zimbabwe Independent, "Misihairabwi queries Kanengoni's impartiality in council elections", 05/06/1998.

¹³⁴ The Standard "Zimbabwe: Government shows contempt for people [Editorial]", 01/12/ 1997, Panafrican News Agency "Discontent Emerging Over Zimbabwe's Veterans Levy", 01/12/ 1997, Zimbabwe Independent, "Pressure mounts on Mugabe to withdraw troops from the DRC", 30/10/1998.

¹³⁵ Times of Zâmbia "FRA scouts for more maize", 20/08/1997. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), Africa Global Information and Early Warning System (GIEWS), agosto 1997.

¹³⁶ Panafrican News Agency, "Mugabe Warns Of State Of Emergency", 20/01/1998, The Insider, "Price Of Mealie Meal Doubles In Four Months", 18/01/1998, The Insider, "Riots Fail To Depress Market Price For Maize", 05/02/1998.

terem participado da guerra de libertação, que se utilizavam do título para terem a legitimidade de heróis da libertação nacional.¹³⁷

Agindo organizadamente por meio da Associação dos Veteranos de Guerra, os Veteranos contavam, desde 1993, quando foi proclamado o Ato de Compensação para os Veteranos de Guerra, com um fundo que garantia benefícios e terras para aqueles que houvessem sofrido danos físicos ou mentais na Guerra de Libertação. Entretanto, boa parte dos recursos deste fundo teve fins indevidos e, em 1997, o pagamento de compensações cessou, quase que totalmente tomado por oficiais do governo. O descontentamento com a falta de pagamento de seus benefícios e com as condições da economia fez com que os Veteranos ameaçassem invadir fazendas para terem seu pagamento em terra caso não recebessem seus benefícios até julho de 1998.¹³⁸

Procurando garantir a lealdade deste grupo, mesmo sem ter fundos, o governo lhes encaminhou o pagamento de grandes somas em dinheiro. O resultado foi a intensificação da crise econômica e o aumento da dívida externa do país, seguidos por ameaças do FMI e do Banco Mundial de encerrarem pacotes de ajuda.¹³⁹ Para custear esta nova fonte de gastos, o executivo aumentou, sem o apoio do parlamento, os impostos dos salários, eletricidade, vendas e combustível.¹⁴⁰ Inconformada, a população protestou contra a medida, e foi duramente reprimida pela polícia.¹⁴¹ Para conter a crise, o governo aumentou os salários e reduziu forçosamente os preços, mas não solucionou os desequilíbrios que originavam os problemas do país.¹⁴²

¹³⁷ Para uma discussão sobre Veteranos “reais” e “falsos”, ver KRIGER, Norma. “Zimbabwe: Political Constructions of War Veterans”. *Review of African Political Economy*, Vol. 30, No. 96. 2003(C). pp. 323-328.

¹³⁸ ICG Africa Report n. 85. *Op. Cit.* 2004. p. 56. NDLOVU-GATSHENI, S. J., Dynamics of the Zimbabwe Crisis in the 21st Century. *African Journal on Conflict Resolution*, Vol. 1, 2003. p. 109.

¹³⁹ Foram pagos imediatamente Z\$50.000 e mais pensão mensal de Z\$2.000 para cerca de 70.000 combatentes LAAKSO, L. *Op. cit.* 2002. p. 446. i'Afrika News Network “Zimbabwe: The end of the honeymoon”, 28/09/1997.

¹⁴⁰ The Standard “Zimbabwe: Government shows contempt for people”, 01/12/ 1997 e Panafrican News Agency “Discontent Emerging Over Zimbabwe's Veterans Levy”, 1 December 1997.

¹⁴¹ Panafrican News Agency “Some 30,000 Workers Join Demonstrations In Bulawayo”, 10 December 1997, The Standard “Hell hath no fury like a government on its last legs”, 15/12/1997, Media Institute of Southern Africa, “Alert - Tax Riots In Zimbabwe”, 09 December 1997, Mail & Guardian, “Tax hikes spur challenge to Mugabe”, 12 December 1997.

¹⁴² HRW, “Human Rights Watch Urges Government Of Zimbabwe To Respect Human Rights While Restoring Order”, 22/01/1998. Panafrican News Agency, “Opposition Parties Deny They Are Behind Riots”, 21/01/1998, Zimbabwe Independent, “Zimbabwe on brink of anarchy: civic groups”, 23/01/1998, The Standard “Millions Lost In Farm Riots Tendai Mutseyekwa”, 12/10/1997, Zimbabwe Independent “Farm Demonstrations Could Have Been Avoided”, 17/10/1997, i'Afrika News Network “First Ever Strike By Farm Workers In Zimbabwe”, 08 December 1997, The Standard, “Food Riots Loom: 'We will not allow that to happen', -Shamuyarira”, 27/06/1999.

É notável que a resposta do governo aos problemas que emergiam era comprar grupos como os Veteranos de guerra e oficiais da ZANU-P com dinheiro, terras ou cargos políticos, ao mesmo tempo em que reprimia e intimidava a oposição.¹⁴³ Uma das vítimas do regime foi a população branca, que se tornou alvo do discurso do governo, acusada de incitar protestos como vingança pela tomada de fazendas de proprietários brancos para serem redistribuídas entre a população negra.¹⁴⁴

Os problemas do Zimbábue não foram ignoradas pela comunidade internacional como ocorrera anos antes. Dentre as questões levantadas pelo Ocidente estavam as políticas de terras, políticas econômicas, a intervenção na RDC e mesmo os direitos de homossexuais no país.¹⁴⁵ Esta última questão ganhou destaque, primeiramente, devido à mobilizações da população civil britânica, que protestou devido à postura homofóbica de Mugabe e tachou o líder de “ditador intolerante”. O grupo britânico de direitos homossexuais OutRage! demandou a cessação de ajuda ao Zimbábue em repúdio aos abusos aos quais o governo do Zimbábue e principalmente Mugabe submetiam gays e lésbicas e mesmo grupos conservadores pediram medidas duras de seu governo, demandando ações de seu governo contra Mugabe por causa das violações de direitos humanos e das aquisições sem compensações de terras de fazendeiros brancos.¹⁴⁶

A atenção dada às violações dos direitos humanos que ocorriam no Zimbábue denota a transformação de direitos humanos e da democracia em questões centrais na política internacional que ocorreu na década de 1990. Estes temas ficaram em destaque e, no caso do Zimbábue, os abusos do governo contra sua população tornaram-se o foco da atenção internacional dada ao Estado.¹⁴⁷

Foi neste contexto que, em 11 de setembro de 1999, foi oficialmente lançado o Movimento pela Mudança Democrática (*Movement for Democratic Change*, ou MDC),

¹⁴³ Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE). *Land, Housing and Property Rights in Zimbabwe*. 2001. p. 59. The Insider, “ZANU-PF Using Financial Squeeze To Keep MPs In Line”, 10/09/1997.

¹⁴⁴ Cape Argus, “The sinister echoes of racial rhetoric”, 04/03/1998.

¹⁴⁵ Financial Gazette, “Zimbabwe faces new pressure on international front”, 11/11/1999.

¹⁴⁶ Sob o *Miscellaneous Offences Act*, há leis proibindo sodomia no Zimbábue, contra as quais os *Gays and Lesbians of Zimbabwe* (GALZ), associação existente desde 1989, protestam, demandando diferenciação entre atos consensuais e abuso, vistos como iguais na lei atual. Atividades homossexuais são ilegais e publicamente inaceitáveis no país, algumas leis relacionadas à transmissão de AIDS criminalizam a opção sexual e Mugabe condena homossexuais publicamente como “pervertidos sexuais, porcos e cães que não merecem direitos”. Panafrikan News Agency “Zimbabwe: Gays Reject Laws “Criminalising” Consensual Sex”, 27/12/1997, The Standard “Gays Invite Mugabe To Take ‘Arousal’ Test”, 26/10/1997, The Standard “Gays Invite Mugabe To Take ‘Arousal’ Test”, 26/10/1997, Africa Confidential, “Hawks or Doves?”, 18/02/2000, The Standard, “British press attacks Mugabe”, 06/12/1998.

¹⁴⁷ Financial Gazette, “Zimbabwe faces new pressure on international front”, 11/11/1999.

um partido formado a partir do movimento sindical que adquiriu ampla base de apoio, unindo advogados, estudantes, ativistas feministas e de direitos humanos e mesmo alguns Veteranos de Guerra.¹⁴⁸ Devido ao colapso econômico, os abusos de direitos humanos, a corrupção e a manipulação constitucional que ocorriam no país, o descontentamento popular era o maior trunfo do novo partido.¹⁴⁹

Em 1997, fora criada a Assembléia Nacional Constitucional, um fórum para desenvolver o debate público na sociedade civil sobre a criação de uma nova constituição.¹⁵⁰ Inicialmente o governo rejeitou a iniciativa, mas depois concordou e criou uma Comissão Constitucional para a elaboração do documento, que foi criticada por diversos setores da sociedade por ser apontada pelo Executivo e este poder, ao final do processo, alterar suas propostas.¹⁵¹ A Comissão e a Assembléia produziram documentos diferentes, e a versão da Comissão, que fortalecia o governo e concentrava ainda mais o poder, foi submetida a referendo nacional em fevereiro de 2000.

O descontentamento popular com o governo da ZANU-PF ficou claro quando, no referendo, a proposta do governo de uma nova Constituição foi rejeitada pela maioria da população. Esta foi a primeira derrota eleitoral da ZANU-PF desde a independência do Zimbábue.¹⁵² Temendo seu enfraquecimento político e uma nova rejeição nas eleições parlamentares, que ocorreriam em 2000, após a derrota no referendo o governo iniciou uma campanha de repressão violenta do MDC, o primeiro partido que emergia como uma oposição forte no Zimbábue em mais de dez anos.¹⁵³

2.4 Reações do regime

Para garantir apoio político na eleição parlamentar de junho de 2000 e manter-se no poder, a ZANU-PF procurou se utilizar da divisão da população nos ambientes rural e urbano. Sua estratégia era unificar a população rural negra contra a população urbana

¹⁴⁸ Africa Confidential, “Unmoved Movers”. 24/09/1999. Vol 40 No 18.

¹⁴⁹ The Insider, “MP Says Corruption Is Rampant In Zimbabwe”, 20/04/1998.

¹⁵⁰ Zimbabwe Independent “National constitutional assembly to be launched”, 30/01/1998, i’Afrika News Network, “Zimbabweans: Constitution Must Be Re-Written”, 18/02/1998 e Zimbabwe Independent, “Parliament to pass resolution on constitutional reform”, 15/05/1998.

¹⁵¹ i’Afrika News Network, “Why Mugabe does not want constitution changed”, 15/05/1998.

¹⁵² Africa Confidential, “Saying no to the yes-men”. 18/02/2000. Vol 41. No. 4. Media Monitoring Project Zimbabwe, “A Question of Balance: The Zimbabwean Media and the Constitutional Referendum”, Harare, 2000. Disponível em <http://www.article19.org/pdfs/publications/zimbabwe-a-question-of-balance.pdf>, 09/09/2010.

¹⁵³ Africa Confidential, “Comrade Mugabe's last stand”. 28/04/2000.

e fazendeiros brancos, base de apoio do MDC. Para isto, a ZANU-PF utilizou-se de narrativas que permeavam o ideário nacional, mobilizando símbolos como a distribuição da terra e o anti-imperialismo a seu favor.

Narrativas são interpretações amplas de eventos em contextos políticos específicos que contém e transmitem significados por meio de discursos. Os discursos não se restringem a idéias, traduzindo-se em ações e práticas que tornam seu conteúdo real, estruturando e delineando aquela realidade e tornando-a conhecida.¹⁵⁴ Ligados às manifestações narrativas da política, os discursos desempenham o papel de referencial, contruindo imagens, idéias, valores e normas, isto é, uma visão de mundo.¹⁵⁵ Por meio de seus discursos e da narrativa contruída neles, Mugabe estruturou uma versão da particular da história do Zimbábue que, chamada de história patriótica por Ranger, narra uma visão particular da história nacionalista para justificar as invasões de terras e a negação de direitos básicos à oposição.¹⁵⁶

Segundo Alden & Anseeuw, as narrativas sempre tiveram grande poder na África Austral, moldando as preferências e perspectivas das elites, grupos sociais e da população. Estes autores identificam no ideário da região a competição de três narrativas, a dos colonos, a de libertação e a neoliberal, que vinha ganhando força após o final da Guerra Fria.¹⁵⁷ Opondo-se ao colonialismo e enfatizando o poder do campesinato, Mugabe abraçou a narrativa de libertação e retomou a questão da distribuição da terra, que simbolizava os danos do colonialismo e, ao mesmo tempo, por não ter sido plenamente solucionada, era fonte de descontentamentos com o governo.¹⁵⁸

“*Land is the Economy, the Economy is the Land*” tornou-se o slogan oficial da campanha do governo, que se utilizava instrumentalmente da questão da terra para fins políticos. Dias depois do resultado do referendo, várias fazendas foram ocupadas na Província de Masvingo, e depois em outras províncias, tornando-se uma prática generalizada que contava com o apoio do governo. Já ocorriam ocupações ilegais no país desde a independência, e estas foram intensificadas em 1997, mas a partir deste momento a prática foi sistematizada e se tornou parte da reforma agrária. O executivo

¹⁵⁴ DUNN, Kevin C. *Op. cit* In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Op. cit.* 2001. p. 56.

¹⁵⁵ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. p. 25.

¹⁵⁶ KRIGER, Norma. “From Patriotic Memories to ‘Patriotic History’ in Zimbabwe, 1990 – 2005”, *Third World Quarterly*, Vol. 27, No. 6. 2006, p. 13 e RANGER, Terence. “Nationalist historiography, patriotic history and the history of the nation: the struggle over the past in Zimbabwe”, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 30 No. 2, 2004.

¹⁵⁷ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. p. 3.

¹⁵⁸ *Ibidem.* pp. 30-31.

chegou a subverter o judiciário em benefício dos invasores de terras, pois o este declarara as invasões ilegais e demandara a saída dos posseiros das terras.¹⁵⁹

A redistribuição de terras, que seguira a passos lentos desde o final de 1998, foi retomada em um programa populista de reforma agrária rápida, embasado na metódica invasão de terras por Veteranos de Guerra, que funcionavam como uma milícia armada do governo, invadindo as fazendas de brancos, atacando os fazendeiros e os trabalhadores rurais, além de violentamente intimidarem a oposição. A campanha eleitoral do governo caracterizava as ocupações de terras como a *Terceira Chimurenga*, retomando a nostalgia da Guerra de Libertação, discurso que era fortalecido pela participação dos Veteranos de Guerra nas invasões.¹⁶⁰

A onda de independências africanas se deu dentro do movimento anti-imperialista que ganhou proeminência após a Segunda Guerra mundial e, assim, a narrativa de libertação era intrinsecamente ligada ao anti-imperialismo e a políticas de solidariedade entre o terceiro mundo. Assim, ao mesmo tempo em que reacendia as mágoas contra o colonialismo e as práticas de segregação racial e exploração que caracterizaram este período, o discurso do governo direcionava estes sentimentos de injustiça contra o Reino Unido, que era acusado de ser a fonte dos problemas do país, por não contribuir mais com o financiamento dos programas sociais como o de reforma agrária, ligando o passado ao presente.¹⁶¹

Esta ligação também era feita nos discursos oficiais do governo, que afirmavam que a guerra de libertação não havia acabado e procuravam retomar o nacionalismo africano típico do período de descolonização. Retomando a independência como um feito da ZANU, que se tornou a ZANU-PF, o governo se legitimava como guardião da independência. Assim, suas ações, mesmo que violentas, eram autenticadas moralmente por serem feitas em nome do povo e seu desejo de libertação. Ao mesmo tempo, eram deslegitimados aqueles que se opusessem ao governo, e assim a oposição, representada pelo MDC, também era vítima da retórica do governo. Na narrativa de libertação

¹⁵⁹ ICG Africa Report N° 22. *Zimbabwe: at the Crossroads*. 2000. p. 2 e 32. Panafrican News Agency, “Mugabe Unveils Land Reform Election Manifesto”, 04/05/2000. Human Rights Watch. *Op. cit.* 2002. p. 11. Sokwanele, “The Politics of Land”, 18/07/2004. Disponível em http://www.sokwanele.com/articles/sokwanele/thepoliticsofland_18july2004.html, acessado em 11/09/2010.

¹⁶⁰ Em 1896-97 o país dois principais grupos étnicos do território do Zimbábue, os Shona e os Ndebele, revoltaram-se contra os colonizadores em uma insurreição que ficou conhecida como a *Primeira Chimurenga*, ou a primeira luta pela independência. A guerra nacionalista pela independência na década de 1970 ficou conhecida como a *Segunda Chimurenga*. ICG Africa Report N° 22. *Op. cit.* 2000. p. 2.

¹⁶¹ *Ibidem*. pp. 30-31.

destacava-se que a ZANU-PF era quem vencera o colonialismo e, portanto, à ela deveria se direcionar a lealdade da população, pois se apoiados outros movimentos poderia se retornar à era colonial e imperial. Assim, o MDC era caracterizado como uma marionete do Reino Unido, idéia que era fortalecida pelo fato do partido ser apoiado pelos fazendeiros brancos.

A oposição do MDC à tomada de terras a força era transformada no desejo da manutenção da desigualdade na posse de terras no Zimbábue. A população era dividida entre revolucionários patriotas – o governo, os Veteranos de Guerra e milícias armadas que continuavam a luta pela libertação por meio da invasão de fazendas – e os traidores da oposição, fantoches do ocidente que desejavam uma mudança de regime e procuravam desestabilizar o Estado.¹⁶² Ao mesmo tempo em que desenvolvia a narrativa de libertação, governo passou a sistematicamente coagir, intimidar e usar violência contra o MDC e a população que o apoiava, principalmente nas áreas rurais, impedindo oposição de fazer campanha em algumas regiões.¹⁶³

Devido a estes acontecimentos, o Zimbábue foi se tornando um exemplo de falta de legitimidade política, precariedade sócio-econômica e repressão violenta da população para o ocidente.¹⁶⁴ Até então, haviam ocorrido alguns choques nas relações internacionais do Estado, como na questão do financiamento da reforma agrária pelo Reino Unido e as críticas da população britânica aos abusos de direitos humanos no Zimbábue, mas não haviam sido afetados os laços comerciais, de investimento e mesmo ajuda. Entretanto, iniciava-se uma nova dinâmica nas relações internacionais do Zimbábue, pois as potências ocidentais começaram a se posicionar de forma mais dura com relação ao governo Mugabe.

Em fevereiro, o Reino Unido impôs um embargo de armas ao Zimbábue, incluindo nele aviões Hawks, que eram utilizados pelo Estado na campanha militar na RDC.¹⁶⁵ A comunidade internacional também passou a conferir mais atenção às eleições do Zimbábue, pressionando o governo para que este convidasse observadores para as eleições. No encontro da *Commonwealth* em maio de 2000, por exemplo, os Ministros do *Commonwealth Ministerial Action Group on the Harare Declaration* (CMAG), mostraram-se preocupados com a violência e intimidação política, as invasões de terras,

¹⁶² NDLOVU-GATSHENI, S. J. *op. cit.* 2003, p. 104. KRIGER, Norma. *Op. cit.* 2006. p. 1166.

¹⁶³ Zimbabwe Independent, “Zanu PF takes terror campaign to towns”, 05/05/2000.

¹⁶⁴ MKENDA, Adolf. Why I refuse to condemn Mugabe. *Pambazuka*, Edição 431. 2009.

¹⁶⁵ Africa Confidential, “Hawks or Doves?”, 18/02/2000. Vol. 41. No. 4.

o declínio do estado de direito no Zimbábue e os efeitos destas condições para as eleições que ocorreriam aquele ano no país.¹⁶⁶

Entretanto, aceitando o discurso da ZANU-PF e acreditando que os problemas do Zimbábue estavam relacionados à questão da terra e não à continuidade do governo da ZANU-PF, Estados africanos não se mostraram preocupados com as eleições parlamentares de junho de 2000 como os Estados Ocidentais. A África do Sul procurou contribuir para a solução da crise do Zimbábue lidando com o “problema colonial”, isto é, demandando a ajuda internacional – mais especificamente do Reino Unido – para a reforma agrária do Zimbábue se desenvolver de acordo com os termos estabelecidos na Conferência de Lancaster House, de forma pacífica e com financiamento britânico. Este Estado também procurou impedir o colapso do vizinho com pacotes de ajuda, direcionando, por exemplo, em fevereiro de 2000, um pacote de U\$133 milhões para garantir o estoque de combustível e eletricidade no Zimbábue.¹⁶⁷

2.5 Conclusão

Nos anos 1990, principalmente a partir do ano 1997, os problemas econômicos e sociais do Zimbábue e a repressão política à qual o governo submetia a população se intensificaram e, juntamente com os efeitos negativos causados pela intervenção militar na RDC, passaram a ameaçar a continuidade do regime de Mugabe e da ZANU-PF. Isto porque os problemas domésticos tornaram-se fonte de legitimidade para a oposição ao regime e ganharam relevância internacional, transformando Robert Mugabe em alvo de censuras e até mesmo de medidas punitivas.

Temendo que o MDC, oposição que vinha ganhando grande apoio popular, tomasse o poder, após sua primeira derrota eleitoral no referendo constitucional de fevereiro de 2000, a ZANU-PF iniciou uma campanha política marcada por violência e intimidação da oposição, pela utilização da distribuição de terra em um programa populista embasado na sistemática invasão de fazendas de brancos por milícias de

¹⁶⁶ LAAKSO, L. *Op. cit.* 2002. pp. 437 e 449. Commonwealth Observer Group, “The Parliamentary Elections in Zimbabwe 24-25 June 2000 Report”, 30/06/2000. p. 11. BBC News. “Zimbabwe bars election monitors”, 20/06/2000.

¹⁶⁷ A iniciativa não é um exemplo de altruísmo, interessada em impedir o colapso do Zimbábue, que lhe traria conseqüências negativas, a África do Sul também garantiu que boa parte dos fundos foi para as para-estatais sul-africanas Eskom e Sasol, as maiores fornecedoras de energia para o Zimbábue. ADELHANN, Martin. “Quiet Diplomacy: the reasons behind Mbeki’s Zimbabwe policy”. *Africa Spectrum*, Vol. 39. 2004. p. 259.

Veteranos de Guerra, e pela promoção do discurso de história patriótica, que legitimava o governo como o herói da independência e desqualificava a oposição.

Diferentemente do que ocorrera até então, estas condições não foram ignoradas pelos parceiros ocidentais do Zimbábue, que passaram a questionar as políticas de Mugabe. Iniciava-se um novo período nas relações internacionais do Estado, demonstrando que as condições que antes protegiam o regime da opinião internacional não existiam mais.

CAPÍTULO 3 - A DETERIORAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO ZIMBÁBUE COM O OCIDENTE

Na segunda metade da década de 1990, os parceiros ocidentais do Zimbábue passaram a questionar e criticar as políticas de Mugabe. A dinâmica das relações internacionais do Zimbábue mudara, e o Ocidente não se mostrava disposto a ignorar os problemas domésticos do Estado como havia feito até então, quando a imagem positiva do regime de Mugabe e a expectativa de que o Zimbábue fosse um exemplo de Estado pós-colonial fizeram-no ignorar os esforços do governo para instalar um Estado monopartidário e a repressão e violência à que submeteu a população de *Matabeleland*.

Na busca por uma explicação para esta postura hostil, não se pode voltar-se para os problemas domésticos no Zimbábue, pois estes já existiam na década de 1980, quando o Zimbábue era considerado a jóia da África. Para se compreender por que Mugabe torna-se um pária, é preciso reconhecer que ocorreu uma mudança na imagem do regime de Mugabe para o Ocidente, sendo necessário identificar fatores oriundos do sistema internacional que condicionaram tal alteração.

Este capítulo analisa as alterações nas relações internacionais do Zimbábue paralelamente a mudanças importantes na conjuntura global e na região da África Austral. Procura-se evidenciar como alterações globais e regionais influenciaram a alteração da imagem do regime de Mugabe e fizeram com que, a partir de 1997 e, principalmente entre 2000 e 2003, os problemas do Zimbábue ganhassem mais atenção internacional. Serão também tratados os críticos de Mugabe, procurando mapear seus interesses e objetivos envolvidos na formulação e implementação de políticas contra Mugabe que procuraram transformar o Zimbábue em um pária.

3.1 Efeitos do final da Guerra Fria e do regime de apartheid para as relações internacionais do Zimbábue

Durante os anos da Guerra Fria, a rígida estrutura bipolar que favorecia o respeito à soberania jurídica, garantiu segurança e liberdade de ação para os regimes estabelecidos nos Estados africanos. O fim deste período trouxe consigo grandes

mudanças na estrutura da arena internacional: findou-se a disputa por poder das grandes potências, valores democráticos e de segurança humana ganharam maior relevância e as condições favoráveis aos Estados africanos se acabaram.

O poder de negociação que estes Estados tinham nesse período, atraindo alianças entre a disputa por poder das grandes potências, findou-se ao mesmo tempo em que o interesse internacional na África diminuía, trazendo consigo sua fragilização e decadência. Nesta transição também diminuiu a importância dos fóruns multilaterais na determinação da agenda da comunidade internacional. Estes fóruns funcionavam como pontos de convergência, locais de harmonização da política exterior dos Estados africanos e promoção de suas agendas. Com a perda de sua relevância, Estados como o Zimbábue, que se utilizavam destes ambientes para promoverem seus interesses, perderam muito de seu poder na arena internacional.¹⁶⁸

A alteração na distribuição internacional de poder também gerou uma mudança na cultura prevalente no meio internacional. Juntamente com a ascensão ocidental, valores democráticos e de segurança humana ganharam maior relevância, sendo a nova bandeira ideológica do ocidente. Na ordem liberal-democrática, sustentada pelos Estados Unidos da América após a queda do inimigo comunista, a legitimidade dos governos estabelecidos passou a ser condicionada às condições domésticas dos Estados e a como os governos estabelecidos respondiam às demandas de suas populações.¹⁶⁹

O dogmatismo liberal – isto é, a crença de que a mudança de autocracias para democracias é desejável, inevitável, interessante aos Estados Unidos da América e deve ser incentivada nos países em desenvolvimento –, juntamente com a valorização do desenvolvimento econômico, equacionado com um Estado mínimo e liberalização comercial e financeira, passaram a compor a cultura internacional dominante.¹⁷⁰ Esta mudança na cultura prevalente na sociedade internacional erodiu o valor da soberania jurídica frente às demandas das potências ocidentais por programas de reforma econômica, defesa de direitos humanos, boa governança e eleições reconhecidas como democráticas, que passaram a ser condição para assistência financeira e cooperação,

¹⁶⁸ DÖPCKE, Wolfgang. *Op. Cit.* 2003. p. 16.

¹⁶⁹ KNUITSEN, Torbjorn L. *A History of International Relations Theory*. Manchester: Manchester University Press. 1992. pp. 259-286. ROSENAU, James. *Global structural transformation: underpinnings and outcomes*. Princeton: Princeton University Press. 1993.

¹⁷⁰ KIRKPATRICK, Jeane. Dictatorships and Double Standards. *Commentary Magazine*. 1979. pp. 5-9.

necessárias aos Estados fracos.¹⁷¹ Era legitimada a possibilidade de intervenção externa na política doméstica de um Estado em nome da democracia, defesa de direitos humanos, boa governança e reformas econômicas liberalizantes.

No entanto, a ascensão dos valores liberais e democráticos, que acompanhou a consolidação dos Estados Unidos da América como superpotência global, significa que foram produzidas mudanças normativas globais, mas não que estes valores tornaram-se consensuais ou substituíram arranjos sociais e normativos regionais. Os valores democráticos ganharam força e passaram a formar o denominador comum que unia a comunidade internacional, espaço antes ocupado pelo anti-comunismo, e sua expansão apoiada na condição de super-potência dos Estados Unidos da América reafirma o fundamento político da ética nas relações internacionais.

É preciso reafirmar que a ética liberal foi, e ainda é, utilizada politicamente nas relações internacionais. Os valores democráticos também foram aplicados de acordo com dinâmicas políticas, sendo defendidos de forma inconsistente e por vezes contraditória na nova ordem global, seus critérios variando dependendo do alvo ao qual se direcionavam.¹⁷² O próprio Zimbábue, que na década de 1980 desenvolvera um projeto de estado monopartidário e violara sistematicamente os direitos humanos da população que se opunha ao governo, não foi alvo de críticas internacionais até o ano de 1997.

Esta “demora” nos efeitos do mundo pós-Guerra Fria serem sentidos nas relações internacionais do Zimbábue é explicada pelas dinâmicas regionais da África Austral. O outro aspecto que influenciou negativamente a imagem internacional do governo de Mugabe foi o final do regime de *apartheid* na África do Sul, em 1994. A África Austral perdeu destaque como um tema de segurança internacional e, sem a luta contra o *apartheid*, uma das agendas mais importantes do Zimbábue, o apelo moral de Mugabe foi afetado.

A África do Sul, que já tinha destaque como um dos líderes do continente devido à força de seu Estado comparada àquela de outros Estados Africanos, transformou-se, com o final do regime de *apartheid*, de um Estado pária no símbolo da democracia africana, marco de estabilidade e desenvolvimento na região, papel anteriormente

¹⁷¹ CLAPHAM, C. *Op.cit.* 1996. pp. 192-200. WOYACH, Robert *et al.* “International Relations Theory and the New World Order”. *Mershon International Studies Review*, Vol. 40, No. 2. 1996.

¹⁷² MKENDA, Adolf. *Op. Cit.* Edição 431. 2009.

desempenhado pelo Zimbábue.¹⁷³ Incorporando as experiências da luta contra o *apartheid*, o governo de Mandela desenvolveu uma política que correspondia às demandas idealistas que eram direcionadas a seu país, enfatizando direitos humanos, democratização e desenvolvimento.¹⁷⁴ A jovem democracia adequava-se à nova ordem internacional, reconhecendo o colapso do socialismo e a emergência da liberal-democracia e das economias de mercado.¹⁷⁵

Neste contexto, imagem do Zimbábue deteriorou-se e o Estado deixou de ser um modelo de democracia e reconciliação racial. O Zimbábue era deixado para trás frente ao brilhantismo com o qual se desenvolvia a política exterior da África do Sul e a importância política de Mugabe diminuía, contraposta à de Mandela, que ascendia.¹⁷⁶ Ao mesmo tempo, com a intensificação dos laços comerciais entre os dois Estados após a transição democrática sul-africana, o Zimbábue tornava-se cada vez mais dependente economicamente dela.¹⁷⁷

3.2 Os críticos de Mugabe

3.2.1 Reino Unido

A crise no Zimbábue tem sido uma constante preocupação na política externa britânica. Procurando pressionar o governo de Mugabe em prol do fim das invasões ilegais de terras, da violência contra a oposição e da intervenção militar na RDC, e incentivar a tomada de medidas para reverter o declínio econômico do Estado, em fevereiro de 2000, o Reino Unido impôs um embargo de armas sobre o Zimbábue.

O Reino Unido encerrara suas contribuições para a reforma agrária no Zimbábue em 1997, não contribuindo com fundos após a conferência de doadores de 1998 devido à não satisfação das exigências dos doadores pelo Zimbábue. O governo Trabalhista

¹⁷³ BOOTH, Ken; VALE, Peter. "Security in Southern Africa: After Apartheid, beyond Realism". *International Affairs*, Vol. 71, No. 2. 1995. p. 286.

¹⁷⁴ ALDEN, Chris; Le PERE, Garth. "South Africa's Post-Apartheid Foreign Policy: From Reconciliation to Ambiguity?" *Review of African Political Economy*, Vol. 31, No. 100, 2004. p. 283-4.

¹⁷⁵ EVANS, Graham. "South Africa in Remission: The Foreign Policy of an Altered State". *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 34, No. 2. 1996. pp. 258-259.

¹⁷⁶ DÖPCKE, Wolfgang. *Uma hegemonia regional em movimento: a África do Sul*. 2005. p. 14.

¹⁷⁷ RUPIYA, Martin R. "Eight Years of Tension, Misperception and Dependence from April 1994 to December 2002 Zimbabwe - South Africa Foreign Relations: A Zimbabwean Perspective". *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, Vol.1, No.4, 2002

afirmava agir não contra Mugabe, mas contra a pobreza, fome, opressão e injustiça social que existiam no Zimbábue, procurando contribuir para a democratização, a estabilidade e a prosperidade do país. O Primeiro Ministro britânico Tony Blair descrevia os problemas africanos como “*a scar on our consciences*”, mas não aceitava que seu governo tinha responsabilidades especiais pelo colonialismo, afirmando que ajudaria o Zimbábue se Mugabe fizesse sua parte:

It's a deal: On the African side: true democracy, no more excuses for dictatorship, abuses of human rights; no tolerance of bad governance, from the endemic corruption of some states, to the activities of Mr Mugabe's henchmen in Zimbabwe. Proper commercial, legal and financial systems.¹⁷⁸

Os Trabalhistas, cujo governo iniciara-se em 1997, procuravam promover o desenvolvimento africano com base na boa governança, direitos humanos e políticas econômicas neoliberais, argumentando que os grandes desafios do continente eram a construção da paz, prosperidade e democracia. O governo também procurava se diferenciar dos Conservadores, que culpava por ignorar os problemas do Zimbábue na década de 1980, continuar financiando Mugabe e não mobilizar a *Commonwealth*.¹⁷⁹

Além de agir bilateralmente, criticando abertamente as políticas de Mugabe, o Reino Unido procurou mobilizar outros Estados contra o líder. No âmbito da *Commonwealth*, o governo britânico pressionou o Zimbábue em nome da defesa dos valores acordados na Declaração de Harare e procurou fazer com que outros membros do grupo fizessem o mesmo e apoiassem a suspensão do Zimbábue de seu meio.¹⁸⁰

Ao mesmo tempo, a antiga potência colonial manteve aberta a possibilidade de diálogo e, em abril de 2000, reafirmou sua disposição de contribuir para a reforma agrária, desde que o projeto fosse direcionado a acabar com a pobreza. Segundo Robin Cook, *Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs* do Reino Unido:

¹⁷⁸ BBC, “Blair promises to stand by Africa Blair has pledged to make Africa a priority”, 02/10/2001.

¹⁷⁹ É preciso salientar, no entanto, que na época dos massacres de Gukurahundi, o Partido Trabalhista também não se mobilizou nem criticou Mugabe. ABRAHAMSEN, Rita; WILLIAMS, Paul. “Ethics and foreign policy: the antinomies of New Labour's “third way” in sub-Saharan Africa”, *Political Studies* Vol. 49 No. 2, 2001.

¹⁸⁰ Até então, a *Commonwealth* suspendera membros apenas por sofrerem golpes militares, não prevendo medidas intermediárias para lidar com outras formas de repressão e abusos de direitos humanos. TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. “The Limits of Engagement: British Foreign Policy and the Crisis in Zimbabwe”. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, Vol. 78, No. 3. 2002. pp. 553 e 558. A Declaração de Harare está disponível em http://www.thecommonwealth.org/document/34293/39455/141099/harare_declaration.htm, acessado em 20/10/2010.

Neither Britain nor any other donor is going to fund a programme of land reform, unless: it is conducted within the rule of law; it is based on a fair price to the farmer; and it reduces poverty among the rural poor who have no land. Ministers in Zimbabwe have complained that Britain is imposing colonial conditions. There is nothing new about these conditions. They were all in the conclusion of the 1998 Land Conference which was hosted and chaired by the Government of Zimbabwe itself.¹⁸¹

Mugabe respondia às pressões as quais era sujeitado reafirmando a soberania do Zimbábue, acusando o Reino Unido de intervir em seus assuntos domésticos e aliar-se ao MDC, reafirmando que a posse de fazendas por brancos, fruto do regime colonial, era ilegal. Segundo Tsvangirai, Mugabe não chegou a um acordo com Londres antes da eleição parlamentar de 2000 como parte de sua estratégia eleitoral, procurando mostrar à população zimbabuana que Londres era aliada do MDC, e ambos desejavam colonizar o Zimbábue novamente.¹⁸² Com efeito, mantendo-se à distância de acordos com o Reino Unido e sendo alvo de críticas britânicas, Mugabe e seu discurso anti-imperialista eram fortalecidos, garantindo legitimidade para sua versão da crise.¹⁸³

Vendo que sua estratégia não surtia os efeitos desejados, o Reino Unido passou a considerar a imposição de sanções direcionadas à elite política do Zimbábue, iniciou o embargo de armas acima mencionado e suspendeu toda ajuda destinada ao Zimbábue, mantendo somente aquela destinada a projetos de saúde e saneamento. Mugabe reagiu acusando a *British Aerospace* de quebra de contrato e reafirmando que o governo britânico conspirava contra ele, financiando a oposição no país.¹⁸⁴

3.2.2 União Européia

O governo Trabalhista também procurou apoio na União Européia (UE) para a aplicação de sanções contra Mugabe.¹⁸⁵ No início de 2000, durante a Assembléia Parlamentar Conjunta entre a UE e os Estados da África, Caribe e Pacífico (ACP), o Reino Unido pediu o apoio do grupo à solicitação que direcionava ao governo de

¹⁸¹ TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. *Op.cit.* 2002. p.553.

¹⁸² As viagens de Tsvangirai a Londres confirmam tal aliança. MISSER, Francois, ANKOMAH, Baffour. Mugabe 1, Britain 0. *New African*, Edição 391. Dezembro de 2000.

¹⁸³ The Times, “Mugabe sets sights on 'all British firms'”, 16/06/2000.

¹⁸⁴ Africa Confidential, “Hawks or doves?”, 18/02/2000.

¹⁸⁵ TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. *Op. cit.* 2002. pp. 553-555. Africa Confidential, “More of Mugabe”, 20/04/2001.

Mugabe para que este “*reconsider its policy of fast track resettlement*”, descrevendo as invasões de fazendas que ocorriam como “*a further violation of the rule of Law*”. Entretanto, embora os Estados europeus apoiassem a proposta, os Estados ACP rejeitaram-na e defenderam Mugabe, apoiando unanimemente uma moção da África do Sul que pedia ao Reino Unido que custeasse a reforma agrária no Zimbábue, como fora acordado na Conferência de Lancaster House.¹⁸⁶

Os Estados ACP também impediram que sanções, sugeridas por quatro parlamentares europeus devido a um desentendimento entre Zimbábue e Reino Unido, fossem impostas pela Assembléia Parlamentar Conjunta.¹⁸⁷ O episódio ilustra como as relações bilaterais entre Zimbábue e Reino Unido influenciaram as relações entre aquele e os Estados europeus, ao mesmo tempo em que demonstra o apoio que os Estados africanos, do Caribe e do Pacífico ofereciam a Mugabe.

Em abril do mesmo ano, os Ministros dos Assuntos Estrangeiros da UE ameaçaram congelar os bens de Mugabe localizados na Europa para demonstrar sua preocupação com os problemas econômicos e o desrespeito às liberdades democráticas e ao estado de direito que marcavam o Zimbábue. Esta ação, que também condicionou US\$381 bilhões em ajuda à alteração das políticas do regime, foi iniciada pelo Reino Unido e recebeu o apoio de França, Alemanha, Holanda, Portugal, Finlândia, Suécia, Dinamarca, Itália, Grécia, Bélgica e Áustria.¹⁸⁸

Em resposta, o governo do Zimbábue afirmou que os Veteranos de Guerra cessariam as ocupações de fazendas. Tal discurso, sem fundamentos na realidade, tinha o fim de retardar a ação europeia e reatar laços com o Reino Unido para conseguir da antiga metrópole o pagamento de compensações pelas terras a serem adquiridas, e não se traduziu em medidas políticas. Frente à falta de indícios de que as ocupações haviam sido encerradas, o Reino Unido reafirmou sua disposição para financiar a reforma agrária no Zimbábue somente se ela respeitasse o estado de direito e o desejo de venda dos donos, e fosse direcionada ao combate da pobreza.¹⁸⁹

Em junho de 2000, as relações entre UE com os países ACP passaram a ser embasadas no Acordo de Cotonou, que substituiu a Convenção de Lomé.¹⁹⁰ O acordo

¹⁸⁶ MISSER, Francois, ANKOMAH, Baffour. *Op. cit.* 2000.

¹⁸⁷ Panafrikan News Agency, “Zimbabwe Escapes ACP-EU Sanctions”, 24/03/2000.

¹⁸⁸ Zimbabwe Independent, “EU Set To Probe Mugabe's Assets”, 14/04/2000.

¹⁸⁹ Zimbabwe Independent, “Now Stop Farm Invasions – Msika”, 14/04/2000.

¹⁹⁰ Texto completo do acordo disponível em

http://ec.europa.eu/development/geographical/cotonou/cotonoudoc_en.cfm. Acessado em 18/01/2010.

expandia a cooperação entre os blocos para a esfera política e reconhecia a importância da boa governança para o desenvolvimento econômico. O tratado estipulava que Estados que desconsiderassem direitos humanos ou fossem sistematicamente corruptos seriam excluídos dos programas de ajuda e neles seriam mantidos somente projetos formulados e implementados por atores não estatais que receberiam e controlariam os fundos, condições que foram direcionadas ao Zimbábue.¹⁹¹

Após a eleição parlamentar de junho de 2000, na Assembleia Parlamentar Conjunta UE-ACP de outubro de 2000, o Reino Unido procurou obter do grupo uma declaração de que a eleição não havia sido nem justa nem livre, devido ao "*high level of violence and intimidation*" que a precedeu. A declaração não foi aceita pela Assembleia, pois Estados ACP declararam que as eleições "*constituted an expression of the genuine issues and aspirations of the people of Zimbabwe*". Os Estados ACP também barraram o lobby britânico em prol da imposição imediata de sanções sobre o Zimbábue e, formalizaram um pedido à União Europeia para que ajudasse "*Zimbabwe strengthen its democratic institutions and tackle the challenging economic reform measures*".¹⁹²

Entretanto, enquanto os Estados ACP impediam a Assembleia Parlamentar Conjunta UE-ACP de agir contra o Zimbábue, o Parlamento Europeu passou uma resolução concluindo que o diálogo político que iniciara com Mugabe, previsto no Acordo de Cotonou, não estava surtindo efeitos, sendo necessárias medidas focadas no presidente e seus associados próximos para pressioná-los e solucionar os problemas do Zimbábue sem fazer com que a população pagasse. Assim, em outubro, a exemplo do Reino Unido, a UE impôs um embargo de armas ao Zimbábue, justificando-o com o temor do uso de armas pelo governo contra seus próprios cidadãos.¹⁹³

Alguns Estados europeus já haviam cortado a ajuda bilateral ao Zimbábue, assim como os Estados Unidos da América, o FMI e o Banco Mundial, devido aos problemas do país. Seguindo as diretrizes de Cotonou, em setembro de 2000, a UE decidiu em bloco que, enquanto as questões problemáticas não fossem solucionadas pelo governo, seriam desembolsados somente os recursos destinados a projetos de educação e saúde para o Zimbábue.¹⁹⁴ Segundo Karin Junker, presidente da Assembleia Parlamentar

¹⁹¹ Financial Gazette, "EU 'Fed Up' With Mugabe", 07/12/2000.

¹⁹² MISSER, Francois, ANKOMAH, Baffour. *Op. cit.* 2000.

¹⁹³ Financial Gazette, "EU States Slap Arms Embargo On Zimbabwe", 05/10/2000.

¹⁹⁴ O FMI suspendeu o crédito de US\$193 milhões que destinava a balança de pagamentos do Zimbábue após descobrir irregularidades nas estimativas de gastos com a intervenção militar, demandando do governo uma redução nestes. Africa Confidential, "Hawks or Doves?", 18/02/2000, Panafrican News

Conjunta UE-ACP, os membros da UE estavam fartos das políticas de Mugabe e esperavam que o presidente resignasse ou perdesse as eleições presidenciais em 2002, acreditando que isto seria o melhor para o Estado. A ajuda ao Zimbábue continuaria suspensa enquanto Mugabe fosse presidente e continuassem as invasões de terras.¹⁹⁵

3.2.3 Commonwealth

Desde fevereiro de 2000, a reforma agrária vinha sendo utilizada como pretexto para oprimir instituições democráticas e a oposição no Zimbábue. Naquele ano foram mortos 29 trabalhadores e nove fazendeiros, cerca de 70.000 perderam suas casas e 900 fazendas pararam de produzir, tornando necessária a importação de milho e trigo para alimentar o país. Procurando estabelecer padrões para a reforma agrária, promover o estado de direito, os direitos humanos e a democracia no país, em setembro de 2001, uma delegação especial da *Commonwealth*, composta por África do Sul, Austrália, Canadá, Jamaica, Nigéria, Quênia e Reino Unido se encontrou com o Ministro do Exterior do Zimbábue e o CMAG em Abuja.

O grupo fechou um acordo que reconhecia a reforma agrária como a fonte dos problemas do país, como propunha o governo de Mugabe, e não via a crise como fruto manobras políticas do governo para garantir o apoio eleitoral da população.¹⁹⁶ O pacto enfatizava a necessidade de redistribuir a terra no Zimbábue, cuja posse era reconhecida como desigual e resultado de injustiças, e era fonte de outros problemas do país, como a situação do estado de direito, dos direitos humanos, da democracia e da economia. O acordo propunha o desenvolvimento de uma reforma agrária equânime, justa e transparente, de acordo com a constituição do Zimbábue e em parceria com o *United Nations Development Programme* (UNDP).¹⁹⁷ Para restaurar a confiança internacional no Zimbábue, o acordo determinava que cessassem as ocupações de fazendas e a

Agency, “Denmark Cuts Aid to Zimbabwe's Agriculture Sector”, 22/11/2000, Financial Gazette, “EU Withholds Aid Until Re-establishment of Rule of Law”, 21/09/2000 e Financial Gazette, “EU 'Fed Up' With Mugabe”, 07/12/2000.

¹⁹⁵ Financial Gazette, “EU 'Fed Up' With Mugabe”, 07/12/2000 e Africa Confidential, “Bobodan’s Battles”, 27/10/2000. Financistas ocidentais prometem a abertura de linhas de crédito e a retomada da ajuda do FMI assim que Mugabe resigne.

¹⁹⁶ Africa Confidential, “More of Mugabe”, 20/04/2001.

¹⁹⁷ O texto do acordo está disponível em <http://www.zimbabwemetro.com/politics/full-text-of-the-abuja-agreement-on-zimbabwe/>, acessado em 20/10/2010.

violência, a restauração do estado de direito, o respeito aos princípios da Declaração de Harare e a permissão de monitores estrangeiros nas próximas eleições.

Foi oferecido ao governo o prazo de um mês para lidar com a crise e, assim que fosse confirmado o cumprimento das condições demandadas do Zimbábue, a *Commonwealth* se dedicaria a ajudar na redução da pobreza no país e o Reino Unido financiaria a compensação daqueles deslocados das fazendas e a construção de infraestrutura nas terras realocadas.¹⁹⁸ África do Sul, Angola, Botsuana, Malauí, Moçambique, Namíbia, e Tanzânia apoiaram o acordo e, dias depois, uma delegação da SADC visitou o Zimbábue, notificando-o que seu retorno ao estado de direito era essencial para a estabilidade regional.

Entretanto, não foram obtidas garantias ou metas concretas de que medidas eram tomadas para cumprir os termos do acordo.¹⁹⁹ Ao mesmo tempo em que o Acordo de Abuja era fechado, fazendas no norte do Zimbábue eram invadidas. Mugabe afirmou que tentava implementar o acordo, e seus porta-vozes afirmavam incoerentemente que os relatos na imprensa de que fazendas eram invadidas eram mentiras e, ao mesmo tempo, que a reforma agrária sempre estivera dentro da lei e, portanto, o Acordo de Abuja incentivava a continuação das invasões de terras.²⁰⁰

Government has made all the necessary efforts to make sure that the agreement succeeds (...) The Zimbabwean Government promised to carry out the land reform exercise according to the constitution and laws of the country as it had already been doing (...) Government has stopped all further occupations of farmlands despite repeated efforts from some white commercial farmers and opposition elements to make it appear as if the occupations are still going on. Some commercial farmers have “stage-managed” fresh farm occupations in a bid to tarnish the image of the Government.²⁰¹

Neste período, a Suprema Corte do Zimbábue aprovou o programa de *fast-track land reform*, deixando claro que o Acordo de Abuja não seria cumprido. As ocupações não cessariam, pois o governo pretendia reassentar o maior número de pessoas possível rapidamente para que estas, em retribuição por este benefício, votassem em Mugabe na eleição de 2002. O deslocamento dos fazendeiros brancos também era interessante para

¹⁹⁸ ICG Africa Report N° 32 “*Zimbabwe in Crisis: Finding a Way Forward*”, Julho 2001. p. 22. Human Rights Monitor. *Report N°. 19. The Abuja Agreement*. Outubro 2001.

¹⁹⁹ ICG Africa Briefing Paper, *Zimbabwe: Time for International Action*, Outubro 2001. pp. 4-5.

²⁰⁰ TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. *Op. cit.* 2002. p. 556. Africa Confidential, “The road to ruin”, 12/10/2001, Metro Zimbabwe, “Violence goes on, despite Abuja Agreement”, 12/09/2001.

²⁰¹ Grifo do autor. Human Rights Monitor. *Op. cit.* Outubro 2001.

os planos de continuidade do governo, pois deslocados, estes potenciais oponentes do partido eram impedidos de se registrarem e votarem na eleição que se aproximava.²⁰²

A *Commonwealth* procurou enviar uma missão ao Zimbábue, em outubro de 2001, para conferir se as condições de Abuja relativas à reforma agrária eram cumpridas.²⁰³ Mesmo concluindo que não havia melhoria na situação do Zimbábue, a organização não se mobilizou, e postergou a decisão para a CHOGM de março de 2002.²⁰⁴ Neste encontro, os chefes de governo presentes pediram o fim da violência e intimidação que caracterizavam a campanha eleitoral da eleição presidencial de 2002 e o estabelecimento de uma atmosfera que permitisse eleições livres e justas, mas não tomaram nenhuma medida concreta.

A indecisão que permeava a postura da *Commonwealth* com relação à crise zimbabuana devia-se à organização encontrar-se dividida. Enquanto o Reino Unido incentivava a adoção de medidas para pressionar Mugabe, os Estados africanos defendiam-no, nas palavras do presidente Nigeriano Olusegun Obasanjo: “*I am a fair man and I believe that anybody who believes that Zimbabwe should be suspended before elections is not fair.*”²⁰⁵ Assim, sem consenso, os membros da *Commonwealth* decidiram aguardar o relatório de observação da organização da eleição de 2002 para determinar as medidas apropriadas ao caso, que poderiam variar entre uma declaração de desaprovação coletiva e a suspensão da organização.²⁰⁶

3.2.4 Estados Unidos da América

Frente à utilização política da violência e da reforma agrária na primeira metade do ano 2000, os EUA se juntaram aos críticos de Mugabe:

While economic growth has been uneven during these 20 years and the government has never been what we would call “market friendly”, there was a pragmatic streak to government policies in the political and economic arena. We are talking, after all, about the second most

²⁰² Human Rights Monitor. *Op. cit.* Outubro 2001.

²⁰³ Business Day, “Commonwealth sidesteps Harare”, 26/10/2000.

²⁰⁴ Reuters, “Commonwealth to mull Zimbabwe sanctions in 2 weeks”, 15/12/2001.

²⁰⁵ Electoral Institute for the Sustainability of Democracy in Africa, “Zimbabwe: 2002 International statements”, março 2002. Disponível em <http://www.eisa.org.za/WEP/zim2002int.htm>, acessado em 28/10/2010.

²⁰⁶ Report of the Commonwealth Observer Group, The Parliamentary Elections in Zimbabwe, 24-25 June 2000. p. 14.

important economy in the [Southern Africa] subregion, a pivot for regional integration and development, and a nation whose institutions have at times played an important and constructive regional role. Sadly, those legacies have gone out the window. Zimbabwe's policies of pragmatism, reconciliation and regional cooperation have been replaced by the politics of greedy adventurism in the region – most notably, of course, in the Congo – and the politics of envy and racial scapegoating at home.²⁰⁷

O Congresso norte-americano reconhecia que, historicamente, as eleições do Zimbábue “*frequently included the arbitrary use of official power, an uneven playing field for opposition candidates, and the occasional resort to tactics of intimidation,*” mas acreditava que até a década de 1990 tais práticas tinham sido limitadas, pois a oposição não tinha forças para apresentar um desafio real ao governo da ZANU-PF.²⁰⁸ É interessante que, embora acreditasse que “*No matter what President Mugabe and his lieutenants may declare publicly, Zimbabwe's troubles are of their own making,*” o Congresso reconhecia o papel da comunidade internacional na crise do Zimbábue por não ter imposto limites às ações problemáticas de Mugabe na década de 1980.

The U.S. and the international community have sowed the seeds for today's crisis, sweeping these troubling realities under the rug for years, and indulging the Mugabe government with aid. U.S. bilateral aid alone has totaled \$750 million, while the Mugabe government has bought luxury properties abroad.²⁰⁹

Washington suspendeu qualquer apoio para a reforma agrária e ameaçou encerrar a ajuda bilateral ao Zimbábue devido às políticas do governo e à ação militar na RDC, e incentivou outros doadores e os Estados vizinhos do Zimbábue a pressionarem Mugabe.²¹⁰ No início de maio de 2000, foi introduzida no Congresso uma resolução que demandava do governo norte-americano que condenasse a violência do governo do Zimbábue contra seus cidadãos. Tal medida foi vista por Mugabe como uma campanha para coagir e forçar Mugabe a se submeter às demandas ocidentais.²¹¹

²⁰⁷ CROCKER, Chester A., Former Assistant Secretary Bureau of African Affairs, Testimony Before the House International Relations Committee Subcommittee on Africa, Washington, DC, 13/06/2000.

²⁰⁸ *Idem.*

²⁰⁹ ROYCE, Ed, Chairman Subcommittee on Africa Committee, U.S House of Representatives, Opening Statement for Hearing Entitled “Zimbabwe: Democracy on the Line”, Washington, DC, 13/06/2000.

²¹⁰ POWELL, Nancy J., Acting Assistant Secretary Bureau of African Affairs, Testimony Before the House International Relations Committee Subcommittee on Africa, Washington, DC, 13/06/2000, Financial Gazette (Harare), “UN warns Mugabe on abuses”, 22/06/2000. PAYNE, Donald M. Ranking Member, Subcommittee on Africa Committee, U.S House of Representatives, Opening Statement for Hearing Entitled “Zimbabwe: Democracy on the Line”, Washington, DC, 13/06/2000.

²¹¹ Zimbabwe Independent, “US Congress Condemns Lawlessness In Zimbabwe”, 12/05/2000.

Em junho, reconhecendo que a violência, a intimidação e as mortes que ocorriam no Zimbábue eram fruto da ação planejada do governo contra a oposição e fazendeiros brancos para se manter no poder, foi proposto no Congresso dos EUA o *Zimbabwe Democracy and Economic Recovery Act* (ZDERA). Este ato sugerindo a imposição de sanções que proibissem Mugabe, seus ministros e oficiais militares, assim como suas respectivas famílias, de entrarem nos EUA.²¹² Também seria cortada a ajuda bilateral ao Zimbábue, seriam impedidas reduções de sua dívida externa e oficiais norte-americanos em instituições multinacionais de empréstimo foram orientados a se oporem a empréstimos, créditos ou outros benefícios ao Zimbábue. A possibilidade de sanções compreensivas foi rejeitada, pois estas causariam mais problemas para os cidadãos comuns do que para a elite política, responsabilizada pelos problemas do país.²¹³ O ZDERA também previa a duplicação de fundos direcionados a reformas democráticas, e garantia que se o Zimbábue voltasse a ser democrático, os EUA retomariam as doações e contribuiriam com \$16 milhões para a reforma agrária.

O senador, Bill Frist, chefe de um subcomitê de assuntos africanos, afirmou que *“Increasingly over the last 20 years, President Mugabe's leadership has become more totalitarian”* e que *“The farm invasions in Zimbabwe are nothing but a cover for an assault on democracy and the rule of law, the collapse of the economy, and a desperate effort to win over rural, landless voters.”*²¹⁴ O Congresso norte-americano reconheceu que *“President Robert Mugabe is sparing no means to maintain power for his ZANU-PF,”* utilizando poderes especiais oriundos de legislação colonial, comprometendo o estado de direito, invadindo fazendas ilegalmente e orquestrando violência e intimidação contra a oposição que resultavam em mortes e no colapso da economia do país.²¹⁵ *“The government of Zimbabwe and the ruling ZANU-PF is primarily*

²¹² POWELL, Nancy J., Acting Assistant Secretary Bureau of African Affairs, Testimony Before the House International Relations Committee Subcommittee on Africa, Washington, DC, 13/06/2000, Zimbabwe Independent, “UN Abandons Zimbabwe”, 11/08/2000, IRIN, “New US Legislation To Suspend Aid”, 08/06/2000. Zimbabwe Human Rights Ngo Forum. *Human rights and Zimbabwe's June 2000 Election. Special Report*. Janeiro 2001. p. 6.

²¹³ Reuters, “US Sanctions Would Hurt Zimbabwe People –Opposition”, 08/06/2000.

²¹⁴ Reuters, “US Senate threatens to cut Zim aid”, 08/06/2000.

²¹⁵ ROYCE, Ed, Chairman Subcommittee on Africa Committee, U.S House of Representatives, Opening Statement for Hearing Entitled “Zimbabwe: Democracy on the Line”, Washington, DC, 13/06/2000. The Standard, “US Fears Slide Into Anarchy”, 26/03/2000.

responsible for these deeply troubling developments and the election climate which we see now in Zimbabwe.”²¹⁶

Os EUA desejavam enviar observadores para a eleição parlamentar de 2000, que sentiam estarem ameaçadas devido à natureza da campanha eleitoral. Mugabe negou acesso a diplomatas e membros de ONGs como observadores na eleição, afetando diretamente os observadores americanos, fato que teve repercussões negativas na opinião da potência sobre a eleição.²¹⁷ A má impressão não foi desfeita quando foi permitida, logo antes das votações, a presença dos diplomatas, os EUA reconheceram a atmosfera pacífica nos dias de votação, mas concluíram que irregularidades e a violência na campanha da ZANU-PF impediram a eleição de ser livre ou justa.²¹⁸

O congresso privilegiava uma postura intervencionista, prevendo que, se as eleições resultassem em uma vitória ilegal da ZANU-PF, seria iniciada uma estratégia de incentivos e punições “*treat Zimbabwe like the pariah it appears almost to want to be, disengage from official relationships and government-to-government programming of any sort, and wait for the pressures to mount*”.²¹⁹ Assim, em agosto, os Estados Unidos da América emitiram um alerta de segurança para os turistas americanos, avisando que a violência e as invasões de fazendas no Zimbábue poderiam ser perigosas para eles.²²⁰ Além disso, foram introduzidos requerimentos rigorosos para a obtenção de vistos norte-americanos por zimbabuanos.²²¹

Frente ao endurecimento na posição norte-americana, o Ministro do Exterior do Zimbábue, Stan Mudenge, iniciou um lobby para impedir a imposição das sanções previstas no ZDERA, afirmando que a isto condenaria a economia do Zimbábue. “*It's a bad Bill. It's really dangerous, it's horrible. The Americans want to recolonise Africa*

²¹⁶ The Associate Press, “U.S. Blasts Zimbabwe Election Move”, 21/06/2000, U.S. Department Of State, “Daily Press Briefing #63”, 21/06/2000.

²¹⁷ U.S. House International Relations Committee, “Gilman, Hastings Call For Election Monitors In Zimbabwe”, 13/05/2000.

²¹⁸ U.S. Department Of State, “Daily Press Briefing #65”, 26/06/2000, U.S. DEPARTMENT OF STATE, “Daily Press Briefing #66”, 27/06/2000.

²¹⁹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 2003. Disponível em <http://www.cebri.com.br/midia/documentos/apoliticaexternadoseua.pdf>, acessado em 25/10/2010.

CROCKER, Chester A., Former Assistant Secretary Bureau of African Affairs, “Testimony Before the House International Relations Committee Subcommittee on Africa”, Washington, DC, 13/06/2000.

²²⁰ Estima-se que em 1998, cerca de 20 mil turistas americanos visitavam o país anualmente e 5 mil americanos lá trabalhavam ou moravam. Panafrican News Agency, “US Tour Operators Explore Tourism Opportunities”, 16/08/1998, African Eye News Service, “US Warns Citizens Visiting Zimbabwe”, 24/08/2000.

²²¹ Panafrican News Agency, “US Introduces Stringent Visa Requirements for Zimbabweans”, 27/08/2000.

and make Zimbabwe their protectorate, that is outrageous.” Mudenge obteve o apoio da SADC, da OUA, do NAM e do movimento negro nos EUA e, em outubro de 2000, o Congresso norte-americano decidiu temporariamente arquivar o ZDERA, que seria retomado se o apoio à democracia no Zimbábue não surtisse os efeitos esperados.²²²

O relacionamento harmonioso que existia entre EUA e Zimbábue não foi retomado. A potência encerrou a ajuda para a reforma grária no Zimbábue e não incluiu este em uma redução de tarifas comerciais que ofereceu a 58 Estados africanos, do Caribe e da América Central.²²³ Em fevereiro de 2001, a potência condenou publicamente as violações de direitos humanos no Zimbábue e responsabilizou o governo pelas mortes que ocorreram durante a campanha da eleição de 2000.²²⁴

3.3 As reações ocidentais aos problemas domésticos do Zimbábue

Quando o governo iniciou sua campanha política marcada por violência e intimidação da oposição, apoio a invasões de propriedades e tomadas de terras de forma ilegal, tudo embalado no discurso da história patriótica, a própria Comissão de Supervisão Eleitoral do Zimbábue (*Electoral Supervisory Commission*, ou ESC), apontada pelo presidente para supervisionar as eleições afirmou que *“If what is reported in the media is anything to go by, then the trend is such that we may soon reach a situation which is not conducive to the holding of free and fair elections.”*²²⁵

A eleição parlamentar de 2000 tornou-se um evento de destaque internacional, pois preocupado com os abusos que marcavam a campanha da ZANU-PF, o ocidente passou a pressionar o governo para que este convidasse observadores para o processo eleitoral.²²⁶ A *Commonwealth* e a UE expressaram publicamente suas dúvidas quanto à possibilidade da eleição que se aproximava ser livre e justa e, para pressionar Mugabe a

²²² Zimbabwe Independent, “Zimbabwe Fights US Sanctions”, 04/08/2000, Panafrican News Agency, “Zimbabwe in Diplomatic Offensive to Thwart US Sanctions”, 04/08/2000, Panafrican News Agency, “Zimbabwe Welcomes US Suspension of Sanctions Bill”, 01/10/2000, Zimbabwe Independent, “US Pressured To Support Zimbabwe's Democratic Institutions”, 01/12/2000.

²²³ The Associated Press, “Clinton Decries Zimbabwe Violence”, 08/05/2000, Reuters, “U.S. Talbott Says No Aid for Zimbabwe With Violence”, 09/05/2000, New Vision, “Us Extends Trade Benefits”, 04/10/2000.

²²⁴ Financial Gazette, “US censures Zim on rights record”, 28/02/2001.

²²⁵ IRIN, “State Body Says Violence Endangers Fair Elections”, 11/05/2000.

²²⁶ Segundo Kriger e Laakso, embora as eleições de 1980 até 2000 fossem aceitas como democráticas, elas ocorriam em um contexto de autoritarismo político e intimidação da oposição. KRIGER, Norma. “ZANU-PF Strategies in General Elections, 1980–2000: Discourse and Coercion” *African Affairs*, Vol. 101. 2005. LAAKSO, Lisa. *Op. cit.* 2002. p. 10.

criar as condições necessárias para que a eleição fosse democrática, a UE cortou 120 milhões de euros que eram destinados à ajuda ao Zimbábue.²²⁷

Embora os observadores não devam ser tendenciosos com relação às autoridades nacionais, partidos e candidatos, a observação da eleição parlamentar do Zimbábue se mostrou bastante influenciada pelas agendas do governo de Mugabe e dos Estados que enviaram observadores. Os Estados ocidentais, esperando que a eleição não seria livre ou justa e temendo as conseqüências da violência e das invasões de terras que ocorriam no Zimbábue, desejavam enviar observadores esperando que, com sua presença, garantiriam maior segurança e influenciariam positivamente o processo eleitoral.²²⁸

Mugabe selecionou os observadores que poderiam acompanhar o processo, rejeitando mais de 200 diplomatas estrangeiros e membros de ONGs regionais ou internacionais.²²⁹ Foram credenciados 460 observadores e o Zimbábue salientou que sua função não incluía monitorar ou supervisionar as eleições nem se envolver no processo.²³⁰ Mugabe também proibiu especificamente a participação de britânicos na observação das eleições, fosse na delegação da UE ou da *Commonwealth*, afirmando que, tendenciosa, a presença britânica não estaria de acordo com os objetivos da observação da eleição, pois o Reino Unido estaria conspirando para derrubar seu governo, apoiando e financiando o MDC.²³¹

²²⁷ LAAKSO, Lisa. *Op. cit.* 2003. pp. 15-16. Business Day, “EU Speaks Out Against Crisis In Zimbabwe”, 08/05/2000. Panafrican News Agency, “McKinnon Says Free, Fair Elections In Zimbabwe Possible”, 17/05/2000.

²²⁸ LAAKSO, Lisa.. *Op. Cit.* 2002. p. 16. Report of the EU Election Observation Mission on the Parliamentary Elections in Zimbabwe on 24- 25 June 2000, Zimbabwe Independent, “Violence Dims Prospects For Free, Fair Elections”, 21/04/2000, Panafrican News Agency, “Commonwealth Chief On Peace Mission In Zimbabwe”, 16/05/2000 e The Telegraph, “Commonwealth turns fury on Zimbabwe”, 03/05/2000.

²²⁹ The Standard, “Commonwealth Denies Mugabe's Rejection Of Brit Observers”, 21/05/2000; The Telegraph, “Mugabe gets his ban on British poll observers”, 09/06/2000 e The Standard, “EU Bows To Mugabe's Demands”, 04/06/2000.

²³⁰ MATLOSA, Khabele. “Election Monitoring and Observation in Zimbabwe: Hegemony versus Sovereignty.” *African Journal of Political Science*. Vol 7 No. 1. 2002. p. 17. All Africa News Agency, “WCC, AACC To Send Peace Observers For Elections”, 31/05/2000, The Associate Press, “U.S. Blasts Zimbabwe Election Move”, 21/06/2000.

²³¹ O Reino Unido já declarara que não aceitaria uma vitória da ZANU-PF nas eleições devido à violência e intimidação que marcavam o período anterior à eleição. Nos dias 17 e 18 de junho, foram barrados 17 observadores da missão da UE, dez quenianos e sete nigerianos, acusados pelo governo do Zimbábue de trabalharem secretamente para o Reino Unido. Segundo o The Herald, os observadores “*had apparently been planted by Britain in an effort to subvert the ban by government on the former colonial power not to send observers*”. A UE negou qualquer conexão de seus observadores com o Reino Unido, mas retirou-os do Zimbábue. The Independent, “Mugabe win set to be rejected by UK”, 11/06/2000, The Standard, “Commonwealth Denies Mugabe's Rejection Of Brit Observers”, 21/05/2000, The Telegraph, “Mugabe gets his ban on British poll observers”, 09/06/2000, The Standard, “EU Bows To Mugabe's Demands”, 04/06/2000, BBC News, “Zimbabwe rejects African observers”, 19/06/2000, Panafrican News Agency,

A ONU, que esperava ser facilitadora das observações das eleições, foi rejeitada para tal papel por Mugabe, que acusou a organização de tentar “seqüestrar” o processo de observação. Não disposta a aceitar um papel menor, a ONU rejeitou o convite do governo para que enviasse observadores como os outros grupos e retirou seu time de assistência eleitoral do país.²³² O episódio abalou as relações entre o Zimbábue e a organização e, dias depois, a Alta Comissária dos Direitos Humanos, demandou de Mugabe que cessassem as violações de direitos humanos e a intimidação dos oponentes, pois isto tirava a credibilidade da eleição e, em agosto do mesmo ano, o Secretário Geral Kofi Annan abandonou planos de obter fundos para a reforma agrária no país.²³³

Durante a campanha, enquanto a ZANU-PF apoiava a invasão ilegal de terras e propagava seu discurso de história patriótica, o MDC aproveitava-se da crise pela qual o Zimbábue passava, acusando o governo de má administração, corrupção e nepotismo, tendo como seu lema “*It’s time for change*” e “*Vote for change.*” O partido defendia uma reforma agrária ordenada, o fim da intervenção na RDC e a aproximação do FMI e do Banco Mundial.

As propagandas eleitorais foram feitas de forma desigual, pois a *Zimbabwe Broadcasting Corporation Television (ZBC-TV)*, uma estatal sob o controle da ZANU-PF que monopolizava a mídia televisiva e de rádio, recusava-se a transmitir propagandas do MDC. O governo também controlava três jornais, mas outros quatro jornais independentes fizeram campanha pela oposição. Ambos os partidos desenvolveram suas campanhas principalmente em comícios, sendo impossível para o MDC fazer campanha em algumas regiões, principalmente áreas rurais, devido a coerção, intimidação e violência que caracterizavam o ambiente neste período.²³⁴

A ZANU-PF era responsável pela esmagadora maioria dos abusos cometidos e, em discursos do partido, era sancionado o uso da violência, contribuindo para que o medo se espalhasse. Houve violência vinda de partidários do MDC, mas esta foi bem menor do que aquela patrocinada pela ZANU-PF e os líderes da oposição, em seus

“Zimbabwe Throws Out Election Monitors”, 19/06/2000, CBC News, “Zimbabwe bars EU election observers”, 19/06/2000, Daily Nation, “President disowns polls team”, 21/06/2000.

²³² BBC News, “UN pulls out of Zimbabwe poll”, 09/06/2000, Reuters, “Mugabe Attacks U.N. Over Zimbabwe Poll Observers”, 11/06/2000, The Associated Press, “Zimbabwe Criticizes U.N. Monitoring”, 11/06/2000, Panafrican News Agency, “Zimbabwe Accuses UN Of Over-Stepping Election Role”, 11/06/2000, The Standard, “UN Observers Quit”, 12/06/2000.

²³³ Financial Gazette, “UN warns Mugabe on abuses”, 22/06/2000 e Zimbabwe Independent, “UN Abandons Zimbabwe”, 11/08/2000.

²³⁴ Zimbabwe Independent, “Zanu PF takes terror campaign to towns”, 05/05/2000.

discursos, claramente condenavam tais práticas. Todos os relatórios reconhecem a violência e a intimidação que sobrevieram entre fevereiro e junho, muitas vezes com a conivência da polícia, mas somente os relatórios da UE, da *Commonwealth* e da missão Parlamentar Australiana concluíram que estas práticas limitaram a liberdade de escolha dos eleitores e influenciaram os resultados da eleição.²³⁵

Nos dias da votação, o clima se apaziguou, e os maiores problemas registrados nos relatórios estavam relacionados às listas de eleitores, que, desatualizadas e cheias de erros, impediram muitos eleitores de votar.²³⁶ A contagem dos votos desenvolveu-se sem problemas sob a atenção dos observadores domésticos e internacionais, e o resultado final foi 62 assentos para a ZANU-PF, 57 para o MDC e um para a ZANU-Ndonga.²³⁷

Nenhum dos relatórios reconhece a eleição como livre e justa, enfatizando a desigualdade de acesso dos partidos à propaganda eleitoral e a ocorrência de coerção, intimidação e violência, principalmente nas áreas rurais, contra a oposição durante a campanha, a eleição de 2000 foi considerada, pelos observadores da União Européia, da *Commonwealth* e da Austrália, ilegítima, pois os problemas da campanha da ZANU-PF prejudicaram a liberdade do eleitorado na escolha de seus representantes.²³⁸ Segundo Schorri, líder da missão da UE “*The term 'free and fair elections' is not applicable*”, pois “*It is clear from the daily and weekly assessments made by EU observers in every*

²³⁵ Segundo o relatório da *Commonwealth*, 36 pessoas foram assassinadas, milhares sofreram ferimentos e 7.000 foram deslocados. Report of the Commonwealth Observer Group, The Parliamentary Elections in Zimbabwe, 24-25 June 2000, p. 20. Australian Parliamentary Observer Mission, Delegation Statement on Zimbabwe Elections, 24-25 June 2000.

²³⁶ Segundo Stephen Chan, o governo orquestrou uma das mais bem preparadas eleições, e todo o aparato autoritário foi ocultado durante os dias da votação e contagem. Para um relato detalhado, ver CHAN, S. “Endgame Or Gambit In Zimbabwe?”. *Contemporary Review*, Julho 2005.

Somente em um ponto de votação os observadores da *Commonwealth* foram intimidados, uma pessoa foi presa por tentar votar mais de uma vez e foram descobertas pessoas com trajes e crachás de observadores que se mostraram falsos. Não houve, no entanto, fraude sistemática. LAAKSO, Lisa. *Op. cit.* 2003.

Report of the Commonwealth Observer Group, The Parliamentary Elections in Zimbabwe, 24-25 June 2000, p. 27-29. Zimbabwe 2000: SADC-ECF observer mission report, disponível em <http://www.eisa.org.za/WEP/zim2000om1.htm>, acessado em 12/10/2010.

IRIN, “IRIN Focus On Mixed Reviews By International Observers”, 28/06/2000.

²³⁷ Dados obtidos do Electoral Institute for the Sustainability of Democracy in Africa. Disponível em <http://www.eisa.org.za/WEP/zimresults2000p.htm>, acessado em 13/10/2010.

²³⁸ A noção de eleições serem livres e justas vem sendo questionada por muitos autores e é muitas vezes evitada em relatórios oficiais de observadores. LAAKSO, Lisa. *Op. cit.* 2002, pp. 4-7 e 24. Report of the Commonwealth Observer Group, The Parliamentary Elections in Zimbabwe, 24-25 June 2000, p. 37. Report of the EU Election Observation Mission on the Parliamentary Elections in Zimbabwe on 24- 25 June 2000.

part of the country that there were serious flaws and failures in the electoral process.”²³⁹

Apesar de ter um histórico de autoritarismo e violência, as eleições do Zimbábue tradicionalmente eram pacíficas nos dias de votação e, sobre isto, Mugabe afirmou que “*Our poll attracted enormous interest from all over the world (...) Today the majority of them go away both humbled and educated, convinced and highly impressed by how we do things here*”.²⁴⁰

A pequena margem da vitória da ZANU-PF na eleição de 2000 gerou dúvidas no governo quanto à possibilidade de Mugabe vencer a eleição presidencial de 2002, faltando-lhe apoio mesmo dentro da ZANU-PF. Ainda assim, Mugabe se recandidatou, disposto a tudo para vencer a eleição, e em sua campanha foram cometidos pelo governo ainda mais abusos do que na campanha eleitoral de 2000.²⁴¹

Confrontado pelo crescente apoio urbano ao MDC, que mantivera “mudança” como o seu slogan e criticava a corrupção e a má administração do governo, este procurou afastar os candidatos da oposição da arena política encarcerando-os. Isto foi possível porque o governo fez algumas alterações legais tornando, sob o *Public Order and Security Act*, insulto ou desacato à autoridade do Presidente pronunciamentos falsos sobre ou relacionados a ele e que pudessem gerar hostilidade ou ridicularizá-lo. Este ato também tornou necessário o aviso prévio por escrito de encontros públicos à polícia, sendo o encontro sujeito à aprovação ou não da instituição, que poderia dispersar a reunião se acreditasse que ela colocava em risco a ordem.²⁴²

Com o *General Laws Amendment Act*, o governo conferiu ao Secretário Geral Eleitoral o poder de alterar os nomes na lista de eleitores e credenciar ou não

²³⁹ CBC, “Observers say Zimbabwe election unfair”, 26/06/2000, IRIN, “IRIN Focus On EU Election Verdict”, 26/06/2000, Panafrican News Agency, “EU Cites Flaws In Zimbabwean Election”, 26/06/2000.

²⁴⁰ LAAKSO, Lisa. *Op. cit.* 2002. p. 18.

²⁴¹ Havia facções moderadas anti-Mugabe no ZANU-PF, mas ele era o único candidato viável, pois tinha toda a legitimidade de ser um herói da libertação e os moderados não tinham recursos ou liderança para questionar sua candidatura. MACGREGOR, Karen, “One Side Of The Story Reporting Zimbabwe’s Presidential Elections”. *The Round Table*. Vol. 366. 2002. pp. 551–557.

²⁴² Segundo a lei, é uma ofensa criminal organizar ou ser parte de um ato de desobediência civil, o que inclui reuniões políticas e públicas e relatos negativos sobre o presidente. A lei se encontra disponível em <http://www.kubatana.net/html/archive/legisl/020122posa.asp>, acessado em 28/10/2010. Africa Confidential, “Hanging in there”, 10/08/2001, Business Day, “Harare, EU to hold talks”, 17/12/2001. Electoral Institute for the Sustainability of Democracy in Africa, “Zimbabwe 2002: Elections and new media legislation”, fevereiro, 2002.

observadores e monitores.²⁴³ Também determinou que cidadãos com dupla nacionalidade não poderiam votar e estipulou um número máximo de monitores, observadores, agentes eleitorais e jornalistas nos postos de votação. Apesar de ser grande o número de contestações judiciais a estas medidas, elas não deram, na maioria das vezes, resultado.

A campanha eleitoral da ZANU-PF foi, em muitos aspectos, similar a de 2000, apoiando-se na narrativa da história patriótica, chamando a população para a defesa da independência do Zimbábue e da África e afirmando que a “luta armada deveria servir de espírito que guia durante as eleições e depois.” A eleição era retratada não como um direito democrático, mas como parte da libertação do Zimbábue, envolvendo a luta contra a oposição, composta por traidores sem história.²⁴⁴ Na campanha do governo:

(...) a pretended completion of national independence has provided ideological and nationalistic justifications to xenophobia, incitation to racial hatred, violence, abuse of the parliamentary process, legislative gerrymandering, disenfranchisement by decree, untimely politically motivated modifications of rules and regulations, violations of fundamental rights and Constitutional distortions.²⁴⁵

A ZANU-PF deslocou milhares de eleitores urbanos para o campo, cedendo-lhes terra sob o projeto de reforma agrária e assim ganhou seu voto. Segundo Nathan Shamuyarira, porta voz da ZANU-PF:

The president will launch a vigorous campaign around our unshakeable commitment on the land issue, our efforts to revive an economy being sabotaged by our enemies, our determination to defend the interests of the majority and our record as gallant liberation fighters²⁴⁶

O partido continuou a apoiar as invasões de terra, e os Veteranos de Guerra passaram a atacar também pequenos negócios industriais, com a justificativa de protegerem os trabalhadores dos empregadores e sindicatos, aliados do MDC. Com isso,

²⁴³ A Suprema Corte do Zimbábue determinou que o ato era ilegal, mas as partes acima citadas, foram promulgadas pelo Ministro da Justiça. Electoral Institute for the Sustainability of Democracy in Africa, “New Zimbabwean legislation and the prospects for a free and fair election”, fevereiro, 2002 e Report of the Commonwealth Observer Group, 2002, pp.15-19, 23.

²⁴⁴ Junto com o conhecido slogan “*land is the economy and the economy is land*”, eram promovidos: “*Zimbabwe will never be a colony again*” e “*Vote for Maturity, Experience and Wisdom*”. RANGER, Terence. “The Zimbabwe Elections: A personal experience.” *Transformations* 19/3, julho 2002. p. 2. Electoral Institute for the Sustainability of Democracy in Africa, “Zimbabwe 2002: Political Campaigning”, fevereiro, 2002.

²⁴⁵ Commonwealth Press Union Report on Press Practices and Ethics in Zimbabwe “Free and Fair: an ambition for Press Reporting”. 2002. pp. 1-2.

²⁴⁶ MSNBC, “U.S. warns Zimbabwe, Mugabe to start campaign”, 12/12/2001.

a produção manufaturada do país, que caíra 10% em 2000, tornava-se menor do que fora no momento da independência e a produção agrícola continuava cair drasticamente, gerando o risco de falta de alimento no país.²⁴⁷

Os comícios continuaram a ser o principal meio de campanha, sendo notável o menor número de comícios do MDC e as muitas reclamações do partido de que a polícia negara permissão para seus comícios ou encerrara-os prematuramente.²⁴⁸ Houve muitas alegações de violência e intimidação perpetradas pelos dois partidos, mas a maioria envolvia a ZANU-PF e agentes de segurança do Estado. Muitos partidários do MDC, freqüentemente vítimas de violência, eram detidos ilegalmente enquanto a violência praticada pela ZANU-PF permanecia impune, com a aquiescência da polícia e das forças armadas.²⁴⁹

Alguns membros do parlamento que eram do MDC tiveram de deixar suas circunscrições por questões de segurança e, assim, não puderam fazer campanha.²⁵⁰ A imprensa independente também não teve acesso a muitas áreas rurais, tornando a propaganda eleitoral nestes locais tendenciosa, favorecendo a ZANU-PF.²⁵¹ Segundo o *Media Monitoring Project of Zimbabwe*, 94% das propagandas eleitorais televisionadas eram a favor de Mugabe.²⁵² Foi generalizado o uso de recursos do Estado para a campanha eleitoral da ZANU-PF, e os observadores da embaixada dos EUA notaram que, nos dias antes da eleição, apenas aqueles com cartões da ZANU-PF podiam comprar farinha de milho, escassa no país.²⁵³

²⁴⁷ MACGREGOR, Karen, *Op. cit.* 2002. Africa Confidential, “More of Mugabe”, 20/04/2001.

²⁴⁸ Enquanto o ZANU-PF fez cerca de 50 comícios, o MDC fez dez. Membros do MDC também reclamaram que 77 de suas reuniões de campanha haviam tido negada a permissão para ocorrerem pela polícia ou haviam sido perturbadas pelos jovens rebeldes da ZANU-PF. SADC Parliamentary Forum Election Observation Mission To Zimbabwe Report, 2002. p. 18. Report of the Commonwealth Observer Group. 2002. p. 23. Bureau of African Affairs, Washington, DC, Fact Sheet Zimbabwe: Initial Findings of U.S. Election Observer Team, 14/03/2002.

²⁴⁹ Bureau of African Affairs, Washington, DC, “Fact Sheet Zimbabwe: Initial Findings of U.S. Election Observer Team”, 14/03/2002. Report of the Commonwealth Observer Group. 2002, p. 43. RANGER, Terence. *Op. cit.* 2002. pp. 5-6.

²⁵⁰ Report of the Commonwealth Observer Group, pp. 32-33. SADC Parliamentary Forum Election Observation Mission To Zimbabwe Report. 2002. p. 5. Zimbabwe Independent, “American Blacks Slam Mugabe Over Arrests”, 19/04/2002.

²⁵¹ Bureau of African Affairs, Washington, DC. “Fact Sheet Zimbabwe: Initial Findings of U.S. Election Observer Team”. 14/03/2002.

²⁵² RAFTOPOULOS, B. “Briefing: Zimbabwe’s 2002 Presidential Election”. *African Affairs*. Vol. 101. 2002. p. 419. Report of the Commonwealth Observer Group. 2002, p. 33. SADC Parliamentary Forum Election Observation Mission To Zimbabwe Report, 2002, p. 18. Interim Statement by the SA Observer Mission on the Zimbabwean Presidential Elections of 9 and 10 March 2002, 13/03/2002.

²⁵³ Report of the Commonwealth Observer Group. 2002. p. 39 e Bureau of African Affairs, Washington, DC, Fact Sheet Zimbabwe: Initial Findings of U.S. Election Observer Team, 14/03/2002.

Dadas as condições nas quais se desenvolvia a campanha eleitoral, a eleição presidencial tinha poucas chances de ser livre e justa.²⁵⁴ Procurando garantir a aceitação da eleição, o governo do Zimbábue convidou observadores da sub-região, da OUA, da *Commonwealth* e de alguns Estados europeus, proibindo observadores da ONU, britânicos, suecos, dinamarqueses, alemães, finlandeses, holandeses e dos EUA.²⁵⁵ Frente a esta proibição, a UE e os EUA ameaçaram o governo do Zimbábue com a imposição de sanções.²⁵⁶

3.3.1 A aplicação de sanções contra o Zimbábue

Em março de 2001, o Parlamento Europeu suspendeu toda assistência de desenvolvimento para o governo do Zimbábue, afirmando que tal ajuda seria retomada somente quando a democracia e o estado de direito fossem restaurados no país.²⁵⁷ O Parlamento Europeu também aprovou uma resolução afirmando que o diálogo político iniciado com o Zimbábue, previsto no Acordo de Cotonou, não apresentava resultados, sendo necessários meios materiais direcionados ao presidente e seus associados próximos, para solucionar o problema sem fazer com que a população sofresse o efeito de sanções compreensivas.²⁵⁸ Assim, em outubro de 2001, a UE emitiu um ultimato afirmando que, se dentro de um mês o governo não provasse que respeitava os direitos humanos, imporia sanções ao país sob o artigo 96 do Tratado de Cotonou.²⁵⁹

Os Estados Unidos da América também consideravam aplicar sanções contra o Zimbábue devido às condições nas quais se encontrava o Zimbábue, devido ao desenvolvimento da mesma estratégia da campanha eleitoral da eleição parlamentar de

²⁵⁴ Somente em julho de 2001, a Amani Trust, que monitora abusos de direitos humanos no Zimbábue, registrou 11 assassinatos políticos, 61 desaparecidos, 104 casos de detenção ilegal e 288 casos de tortura. Genocide Watch News. *Monitor for Zimbabwe*. Fevereiro 2001. MACGREGOR, Karen, *Op. cit.* 2002, p. 557. International Institute for Strategic Studies. Zimbabwe's Pivotal Election Mugabe clings to Power Vol. 8, No. 1. 2002.

²⁵⁵ Financial Gazette, "Govt bars poll observers", 12/10/2001, New York Times, "U.S. Warns Zimbabwe That Next Year's Election Must Be Fair", 12/12/2001, MSNBC, "Foreign observers sidelined before Zimbabwe poll", 13/02/2002, The Telegraph, "Mugabe U-turn on foreign election observers", 12/12/2001.

²⁵⁶ Africa Confidential, "Hanging in there", 10/08/2001, Business Day, "Harare, EU to hold talks", 17/12/2001.

²⁵⁷ UN Integrated Regional Information Network, "EU Parliament Condemns Mugabe", 16/03/2001.

²⁵⁸ Texto completo da resolução disponível em http://ec.europa.eu/development/geographical/cotonou/cotonoudoc_en.cfm. Acessado em 18/01/2010.

²⁵⁹ The Guardian, "EU gives Mugabe deadline to avoid sanctions", 30/10/2001, AFP, "Zimbabwe ready for EU consultations", 30/10/2001, The Guardian, "Mugabe faces EU reprisal after snub", 25/10/2001.

2000 nos dois anos seguintes, para criar as condições favoráveis à ZANU-PF na eleição presidencial de 2002.²⁶⁰

Frente a estas ameaças, o Ministro do Exterior do Zimbábue, Stan Mudenge declarou “*Zimbabwe does not accept demands (...) we are a sovereign and independent state*” e Mugabe, reafirmando a existência de uma conspiração internacional para tirá-lo do poder, garantiu que “*sanctions or no sanctions, we will not retreat from the progress in giving people the land back.*”²⁶¹ A ZANU-PF continuou com sua estratégia agressiva contra a oposição, apoiando sistemáticas invasões ilegais de fazendas, violando direitos humanos, o estado de direito, o judiciário e a mídia independente, subvertendo as instituições democráticas do Zimbábue.

Como Mugabe recusava-se a responder às demandas internacionais e a situação do Zimbábue não melhorava, em dezembro de 2001, sanções direcionadas a indivíduos específicos começaram a ser discutidas pelo Parlamento Europeu.²⁶² Neste mês o ZDERA, que havia sido arquivado em outubro de 2000, foi retomado e aprovado pelo Congresso dos EUA e, em dezembro de 2001, foi transformado em lei pelo Presidente George W. Bush, embora não fosse colocado em prática.²⁶³

Após indicativas do governo do Zimbábue de que a UE não seria convidada a enviar uma missão de observação para a eleição presidencial, o bloco passou pressionar Mugabe com mais força, ameaçando impor sanções contra seu governo caso não pudesse enviar uma missão de observação e a situação de crise política no país não melhorasse. Finalmente, em fevereiro de 2002, um mês antes da eleição, a UE foi oficialmente convidada a mandar uma missão de observadores, junto com os países

²⁶⁰ Bureau of African Affairs, Washington, DC, “Fact Sheet Zimbabwe: Initial Findings of U.S. Election Observer Team”, 14/03/2002.

²⁶¹ BBC News, “Zimbabwe rejects EU poll ultimatum”, 23/10/2001, National Post Canada, “International plot to oust me, Mugabe claims”, 16/12/2001.

²⁶² Europa World, “Ban Mugabe From European Union, Says MEP”, 14/12/2001, Europa World, “EU Heads of State statement on Zimbabwe”, 17/12/2001, Financial Gazette, “EU to speed up Mugabe sanctions”, 10/01/2002, MSNBC, “U.S. tells Zimbabwe to change or face sanctions”, 15/01/2002, The Daily Telegraph, “Mugabe given EU deadline to accept poll observers”, 12/01/2002.

²⁶³ ICG Africa Report No. 85. *Op. cit.* 2004. p. 98. The White House Archives - President George W. Bush, “President Signs Zimbabwe Democracy and Economic Recovery Act” 21/12/2001. The Heritage Foundation, “Zimbabwe’s Stolen Presidential Election Demands a U.S. Response”, 14/03/2002, Dow Jones, “Restrictions Target Zimbabwe’s Ruling elite”, 11/12/2001, Zimbabwe Independent, “US warns Mugabe of election fraud”, 01/01/2002, The Financial Gazette, “US lawmakers rush Zim Bill”, 26/04/2001. Electoral Institute for the Sustainability of Democracy in Africa, “Zimbabwe: 2002 International statements”, março 2002. Disponível em <http://www.eisa.org.za/WEP/zim2002int.htm>, acessado em 28/10/2010.

ACP para observar o processo. Com isto, a decisão sobre a aplicação de sanções ao Zimbábue foi postergada.²⁶⁴

Entretanto, o convite era feito sob certas condições: a missão não poderia incluir nenhum nacional britânico, medida que também se aplicava à missão da *Commonwealth*, devido aos problemas na relação entre Zimbábue e Reino Unido.²⁶⁵ Também não eram bem vindos nacionais da Suécia, Dinamarca, Finlândia, Alemanha e Holanda, Estados que tinham sido mais críticos com as políticas de Mugabe.²⁶⁶ A missão europeia chegou ao Zimbábue em 10 de fevereiro, seu chefe, Pierre Schorri, era sueco, e havia diversos holandeses na missão, desafiando as condições impostas pelo Zimbábue.

A UE alegava ter autonomia para decidir os componentes de sua missão, mas o governo do Zimbábue reafirmou que só credenciaria uma missão mista da UE e países ACP, e especificou que o convite de observação do governo era direcionado somente a alguns membros da missão da UE, não incluindo Schorri.²⁶⁷ Como não houve acordo quanto à composição da missão, alegando não ter suas condições respeitadas, o governo do Zimbábue expulsou Schorri do país, após o que toda a missão europeia se retirou e a UE impôs sanções contra o Estado.²⁶⁸

As sanções eram direcionadas a vinte membros do governo (incluindo Mugabe), indivíduos considerados responsáveis pelas políticas do governo, e congelaram seus bens, recursos financeiros e contas bancárias que estivessem em território dos Estados membros da União Europeia e proibiram viagens deles e suas famílias para a Europa. Também foi estendido um embargo de qualquer tipo de armas da Europa para o

²⁶⁴ A demora na imposição das sanções reflete o pequeno grau de consenso dentro da UE, pois alguns desejavam uma reação mais dura, como o Reino Unido, preocupado com seus nacionais que sofriam violência do governo Mugabe, enquanto outros, como a França e a Bélgica, que tinham interesses na RDC, em grande medida sustentada pelas tropas zimbabuanas, se aproximaram de Mugabe. DÖPCKE, W. *Op. cit.* 2003. p. 34. BBC, “Mugabe evades EU sanctions”, 04/02/2002, EU Business, “EU sees “no need” for decision on Zimbabwe sanctions”, 04/02/2002.

²⁶⁵ BBC, “Britain ‘frozen out’ of Zimbabwe elections”, 07/02/2002.

²⁶⁶ The Times, “EU steps closer to Mugabe sanctions”, 09/02/2002, The Irish Examiner, “EU threat to freeze Mugabe’s assets over observers”, 09/02/2002.

²⁶⁷ MSNBC, “EU observer head arrives in Zimbabwe, rally barred”, 10/02/2002, Daily News, “EU defies Mugabe”, 11/02/2002, Melbourne Age, “Zimbabwe stands by EU accreditation limits”, 12/02/2002, MSNBC, “EU checking Zimbabwe refusal of Swedish observer”, 12/02/2002.

²⁶⁸ ICG Africa Report No. 85. *Op. cit.* p. 98. BBC, “EU agrees Zimbabwe sanctions” 18/02/2002, AllAfrica, “EU Slaps ‘Smart Sanctions’ on Mugabe, Recalls Election Observers”, 19/02/2002, The Telegraph, “EU poll observers quit Zimbabwe”, 20/02/2002, The Times, “Zimbabwe threat to expel EU election observer”, 16/02/2002, MSNBC, “Sweden’s Schori hits back after Zimbabwe expulsion”, 17/02/2002, MSNBC, “EU foreign ministers to weigh Zimbabwe sanctions”, 17/02/2002, MSNBC, “EU team in Zimbabwe confirms pullout – spokesman”, 18/02/2002, The Guardian, “The EU and Zimbabwe: Why we did what we did”, 28/02/2002.

Zimbábue e suspensão a assistência financeira a projetos de desenvolvimento do Estado africano.²⁶⁹ Esperava-se que a pressão sobre Mugabe, sua família e seu círculo mais próximo seria mais eficiente do que sanções compreensivas, cujo peso seria sentido pela população do Zimbábue, que já sofria com a crise política e o declínio econômico de seu Estado.

Ao mesmo tempo, como a situação no Zimbábue não melhorava, o Secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, declarou que as sanções do ZDERA estavam em processo de imposição.²⁷⁰ Dias depois, quando o Zimbábue declarou que não aceitaria observadores britânicos na eleição e revogou um visto que havia concedido ao Senador norte-americano Russ Feingold, impedindo-o de visitar o país antes da eleição presidencial, para observar a campanha, o governo norte-americano emitiu, juntamente com o Reino Unido, uma lista de 20 líderes políticos do Zimbábue e suas famílias cujos bens seriam identificados e tomados como parte das sanções.²⁷¹

As sanções norte-americanas eram similares às européias, direcionadas a membros específicos da cúpula do governo do Zimbábue proibiam sua entrada no território norte-americano, restringiam o financiamento multilateral ao país por parte de instituições como o FMI e o BIRD e incentivavam o fim do comércio entre Estados Unidos da América e Zimbábue.²⁷² Os EUA justificaram suas ações com a falta de transparência nas eleições presidenciais, avisando que, dependendo da conduta do governo de Mugabe nas eleições, poderiam ser adicionadas sanções financeiras às sanções direcionadas.²⁷³

Por serem especialmente direcionadas a indivíduos específicos, além de impedirem o comércio de armas que poderiam ser utilizadas pelo governo zimbabuano

²⁶⁹ The Times, “Zimbabwe threat to expel EU election observer”, 16/02/2002, MSNBC, “Sweden's Schori hits back after Zimbabwe expulsion”, 17/02/2002, MSNBC, “EU foreign ministers to weigh Zimbabwe sanctions”, 17/02/2002, MSNBC, “EU team in Zimbabwe confirms pullout – spokesman”, 18/02/2002, The Guardian, “The EU and Zimbabwe: Why we did what we did”, 28/02/2002, BBC, “EU agrees Zimbabwe sanctions” 18/02/2002, AllAfrica, “EU Slaps 'Smart Sanctions' on Mugabe, Recalls Election Observers”, 19/02/2002, The Telegraph, “EU poll observers quit Zimbabwe”, 20/02/2002.

²⁷⁰ Daily News, “Zimbabwe bars US senator ahead of polls”, 12/02/2002, US State Department, “US Concern Over Deteriorating Situation”, 16/02/2002, The Guardian, “US threat to punish Zimbabwe as Mugabe steps up repression”, 20/02/2002.

²⁷¹ AFP, “US in process of imposing Zimbabwe sanctions: Powell”, 07/02/2002, AFP, “US goes ahead with sanctions”, 08/02/2002, The Standard, “US and UK name targeted leaders”, 16/02/2002.

²⁷² AFP, “US in process of imposing Zimbabwe sanctions: Powell”, 07/02/2002, AFP, “US goes ahead with sanctions”, 08/02/2002, The Standard, “US and UK name targeted leaders”, 16/02/2002, MSNBC, “W. House imposes U.S. travel ban on Mugabe, aides”, 22/02/2002, Africa Confidential, “The nomenclatura”, 22/03/2002.

²⁷³ MSNBC, “W. House imposes U.S. travel ban on Mugabe, aides”, 22/02/2002, Africa Confidential, “The nomenclatura”, 22/03/2002.

para a repressão da população, as sanções ficaram conhecidas como *smart sanctions*.²⁷⁴ Mesmo sendo direcionadas, as sanções foram criticadas pela OUA, cujo então Secretário Geral, Amara Essy, afirmou que trariam conseqüências negativas para a economia e a situação política do Zimbábue e dos Estados vizinhos sem, no entanto, explicar como isto ocorreria. Por outro lado, as sanções foram bem recebidas pela oposição zimbabuana, que viu nelas o reconhecimento internacional dos problemas do Zimbábue. O Presidente Mugabe, por sua vez, ridicularizou-as e condenou-as como uma tentativa européia de manipular a eleição presidencial que se aproximava, acusando as potências ocidentais de, lideradas pelo Reino Unido, conspirarem contra seu governo em benefício do MDC, sua marionete.²⁷⁵

3.3.2 A Suspensão da *Commonwealth*

Dentro da *Commonwealth*, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Canadá demandavam a suspensão do Zimbábue do grupo devido as políticas de reforma agrária embasada em invasões de terras ilegais e de opressão e violência do governo de Mugabe contra a oposição.²⁷⁶ No entanto, a organização encontrava-se dividida devido ao discurso de Mugabe, que caracterizava a crise de seu Estado como fruto da dominação ocidental. Isto lhe garantiu o apoio dos Estados africanos e asiáticos membros da organização, mesmo de seus adversários, como Yoweri Museweni, Presidente de Uganda, e lhe permitiu continuar a desenvolver suas políticas flagelantes sem a intervenção da *Commonwealth*.²⁷⁷

Frente a continuação da crise zimbabuana e após a UE e EUA aplicarem sanções contra o regime de Mugabe, pressão para a *Commonwealth* tomar medidas aumentou, sendo considerada a possibilidade de suspender o Estado da organização.²⁷⁸ Entretanto,

²⁷⁴ The Scotsman, “EU in fresh showdown with Mugabe on observers”, 09/02/2002.

²⁷⁵ BBC, “Zimbabweans applaud EU sanctions”, 20/02/2002, MSNBC, The Guardian, “Mugabe Ridicules EU Sanctions”, 21/02/2002, “Zimbabwe condemns EU sanctions as 'hostile action' to influence elections”, 18/02/2002, MSNBC, “OAU says sanctions on Zimbabwe could hurt elections”, 21/02/2002, BBC, “Zimbabwe attacks US sanctions”, 23/02/2002, ABC News, “Mugabe Backers Defiant After New U.S. Sanctions”, 23/02/2002.

²⁷⁶ Reuters, “Australia seeks Zimbabwe Commonwealth suspension”, 28/01/2002, The Independent, “Britain presses Commonwealth ministers to suspend Zimbabwe”, 30/01/2002, The Daily Telegraph, “Commonwealth urged to act over Zimbabwe”, 20/03/2001.

²⁷⁷ DÖPCKE, Wolfgang. *Op. cit.* 2003. p. 36. BBC, “Analysis: Zimbabwe splits Commonwealth”, 30/01/2002, The Observer, “Mugabe's final, final warning”, 03/02/2002.

²⁷⁸ Reuters, “Commonwealth seen holding back on Zimbabwe”, 23/02/2002.

não se chegava a um consenso entre os membros da organização, e a decisão sobre o que fazer com relação à crise no Zimbábue foi postergada para depois da eleição presidencial, sendo condicionada à observação do processo eleitoral.²⁷⁹

As impressões da missão de observação da *Commonwealth* sobre as eleições presidenciais se concentraram nos acontecimentos da fase de campanha, reconhecendo a sistemática coerção e intimidação politicamente motivadas que a marcaram como um impedimento da liberdade dos eleitores, impedindo que escolhessem seu candidato livremente e, assim, tirando a credibilidade do processo eleitoral. Juntando estes problemas da campanha com a possibilidade de fraude, a *Commonwealth* concluiu que a eleição desafiava os princípios de democracia, de direitos humanos e o estado de direito defendidos na Declaração de Harare.²⁸⁰

Após a eleição, a *Commonwealth* se reuniu em Londres para decidir o que seria feito quanto ao Zimbábue.²⁸¹ Foi estabelecido um comitê *ad hoc* composto pelo Presidente Obasanjo da Nigéria, Presidente Thabo Mbeki da África do Sul e o Primeiro Ministro John Howard da Austrália para deliberar sobre a questão com base no relatório de observação da eleição produzido pela *Commonwealth*. Após horas de discussão, a tróica reconheceu que houvera muita violência política na eleição e o eleitorado não pudera expressar livremente seus desejos e, com base nisso, a tróica decidiu suspender o Zimbábue da *Commonwealth* por um ano devido à necessidade de reformas políticas e procedimentos eleitorais mais justos no Estado.²⁸²

²⁷⁹ MSNBC, “Zimbabwe sanctions depend on election – Canada”, 25/02/2002, BBC, “Commonwealth probe “needed in Zimbabwe””, 21/02/2002.

²⁸⁰ Havia indícios de fraude no processo, pois em 15 circunscrições nas quais o apoio do MDC era forte faltaram cerca de 185 mil votos e, em 42 circunscrições onde a ZANU-PF era forte, surgiram 105 mil votos extras. O primeiro anúncio do resultado da eleição pelo Secretário Geral Eleitoral, ao vivo no rádio e na televisão, emitiu um número total de votos (2.298.758 votos) 700.000 votos menor do que o número subsequentemente publicado de 2.998.758 votos válidos.

BAKER, Bruce. “When to Call Black White: Zimbabwe’s electoral reports”, *Third World Quarterly*, Vol. 23, No. 6. 2002. p. 1153. RANGER, Terence. *Op. cit.* 2002. p. 3. The Financial Gazette, “Zimbabwe: ZANU-PF ‘distributing’, marking ‘illegal’ ballot papers in rural areas - ZANU PF accused of using illegal ballots”, 31/01/2002, Africa Confidential, “Stalemate”, 05/04/2002, The Daily News, “Mudede Tape Proves Mugabe Lost Election”, 10/04/2002, The Observer, “Mugabe’s final, final warning”, 03/02/2002.

²⁸¹ The Times, “Commonwealth verdict ‘delayed by Mugabe talks’”, 15/03/2002, Reuters, “Commonwealth leaders to discuss Zimbabwe”, 19/03/2002.

²⁸² Foi emitido relatório que explicava a inexistência de condições para a expressão livre do desejo dos eleitores, detalhando incidentes de violência política, a grande participação da ZANU-PF neles, a tendência da polícia de favorecer o partido do governo, o bloqueio da maioria dos monitores e observadores da eleição, restrições a liberdades da população, manipulação dos registros eleitorais e uso de recursos públicos para a campanha da ZANU-PF. CNN, “Commonwealth trio to meet on Zimbabwe”, 15/03/2002, CNN, “Africa ‘damaged’ by Mugabe poll”, 15/03/2002, The Telegraph, “Zimbabwe suspended from Commonwealth”, 19/03/2002, Africa Confidential, “Stalemate”, 05/04/2002, The Age, “Highlights of Commonwealth statement on Zimbabwe”, 19/03/2002.

Após um ano, em março de 2003, quando a suspensão do Estado vencia, procurando contribuir para o processo de reconciliação nacional do Zimbábue, mesmo após ter suspenso-o de seu meio, a *Commonwealth* estava novamente dividida sobre o melhor caminho a ser tomado.²⁸³ Segundo um relatório interno do Secretário Geral Don McKinnon, devido ao desejo de alguns membros da organização de revogarem a suspensão e de outros de a manterem, a tróica decidira estender a suspensão até dezembro de 2003, quando ocorreria *Commonwealth Heads of Government Meeting* (CHOGM) de 2003 e poderia ser decidido o que fazer a respeito da suspensão.²⁸⁴

Entretanto, dentro da tróica, somente o Primeiro Ministro australiano, John Howard era a favor da manutenção da suspensão devido à continuação da falta de respeito pelas liberdades civis e políticas no Zimbábue.²⁸⁵ A África do Sul e a Nigéria que em 2002, como membros da tróica, haviam concordado em suspender o Zimbábue, apoiavam agora a readmissão do Estado como membro da organização, afirmando que assim seria mais fácil negociar com Mugabe medidas graduais para solucionar a crise. A Nigéria defendia o fim da suspensão chegando a afirmar que as ocupações de terra haviam se encerrado e, portanto, a situação do Zimbábue melhorara.²⁸⁶

Em outubro de 2003, o Secretário Geral admitiu que não havia consenso entre os membros da organização sobre como lidar com o caso, situação que ficou clara na CHOGM que ocorreu entre 5 e 8 de dezembro. O encontro deveria ser sobre democracia e desenvolvimento, mas o tema do Zimbábue dominou-o, dividindo os presentes.²⁸⁷

O Reino Unido defendia a continuação da suspensão para sinalizar desaprovação com continuação das políticas autoritárias de Mugabe, sendo apoiado pelo Canadá, Austrália e Nova Zelândia que não reconheciam nenhuma melhora na situação que justificasse uma mudança de tratamento e, a exemplo da UE e dos EUA, haviam imposto sanções direcionadas à elite política do Zimbábue.²⁸⁸ A posição africana, por sua vez, não era consolidada. Alguns Estados africanos demandavam o fim da

²⁸³ Commonwealth Secretariat. "Promoting Human Rights In Zimbabwe". 2004. Disponível em <http://www.thecommonwealth.org/Templates/System/LatestNews.asp?NodeID=37278>, acessado em 09/12/2010.

²⁸⁴ Cape Argus, "Go to hell, Mugabe tells Bush", 16/04/2003, IRIN, "ZIMBABWE: Commonwealth suspension questioned", 24/03/2003.

²⁸⁵ MSNBC, "S.Africa attacks Commonwealth over Zimbabwe ban", 28/02/2003, Reuters, "Troika stings Mugabe", 18/03/2003.

²⁸⁶ World Socialist Web Site, "US and Britain in plans for "road map" for Zimbabwe", 19/05/2003.

²⁸⁷ Reuters, "Commonwealth split over Zimbabwe", 15/10/2003, Nigeria Press, "Mugabe Not Invited To Commonwealth Summit", 25/11/2003, Africa Confidential, "The Cost of Mugabe", 19/12/2003.

²⁸⁸ BAKER, Bruce. *Op. Cit.* 2002. p. 1152. The Washington Post, "Sanctions to stay", 27/02/2007.

suspensão, acreditando que o isolamento do Zimbábue não traria os resultados desejados, outros posicionavam-se como o Presidente do Malauí, Bakili Muluzi, que afirmou na cúpula: “*My brother, comrade Mugabe, and his Zanu-PF must realise the world is changing in the direction of democracy. Laws that don't benefit the people should be scrapped.*”²⁸⁹

Finalmente, reafirmando os princípios da Declaração de Harare e o desejo de promover a reconciliação nacional do Zimbábue, os chefes de Estado decidiram estender a suspensão do Estado indefinidamente. Foi apontado um painel de sete membros liderado por Obasanjo para monitorar o diálogo político e os direitos humanos no Zimbábue que poderia, quando considerasse que o Estado atingira os padrões democráticos requisitados pela organização, sugerir o fim da suspensão e administrar sua readmissão à organização.²⁹⁰

Mugabe, que furioso por não ter sido convidado para o encontro, ameaçava sair da organização enquanto a cúpula se desenrolava, foi avisado da extensão da suspensão pela África do Sul, Jamaica e Nigéria, que lhe telefonaram para comunicar a decisão.²⁹¹ Descontente com a decisão, o Presidente do Zimbábue anunciou que seu Estado se retirava da organização.²⁹²

3.3.3 O tratamento do Zimbábue como um Estado pária

Justificadas pelos abusos de direitos humanos e outros problemas da administração de Mugabe que tornavam a vida da população do Zimbábue sofrível, as sanções ocidentais eram direcionadas a membros específicos da elite política do Zimbábue e afetavam seus recursos e sua entrada na UE e nos EUA. Além destas, para pressionar o regime a alterar suas políticas sem piorar a vida da população o Zimbábue foi alvo de embargo de armas e suspenso da *Commonwealth*.

²⁸⁹ The East African Standard, “Exclusion of Zimbabwe Triggers Racism Claims”, 06/12/2003, The Daily Telegraph, “Africa split on re-admission of Zimbabwe”, 06/12/2003, New Zimbabwe, “UN resolution will sober up Mugabe”, 08/12/03.

²⁹⁰ The Daily Telegraph, “Africa split on re-admission of Zimbabwe”, 06/12/2003, VOA, “Commonwealth Summit Panel Remains Deadlocked over Zimbabwe”, 06/12/2003, Reuters, “Commonwealth extends Zimbabwe suspension indefinitely”, 07/12/2003.

²⁹¹ The East African Standard, “Exclusion of Zimbabwe Triggers Racism Claims”, 06/12/2003.

²⁹² IOL, “Mugabe pulls Zim out of Commonwealth”, 08/12/2003, Human Rights First, “Zimbabwe Suspended Indefinitely from Commonwealth”, 08/12/2003, Royal African Society, “Zimbabwe's Commonwealth Suspension Extended”, 08/12/2003.

As proibições quanto à entrada de membros da elite política do Zimbábue em determinados territórios previstas nas sanções europeias e norte-americanas, foram violadas algumas vezes, pois não havia pleno acordo dentro da UE sobre como lidar com situações como a cúpula UE-ACP de novembro de 2002.²⁹³ O evento foi cancelado após a proibição da entrada de dois Ministros do Zimbábue no Parlamento Europeu ser recebida com protestos pelos representantes dos Estados ACP, que boicotaram o encontro.²⁹⁴ Mugabe foi a Roma em junho de 2002, para a Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), visita mal recebido pela UE e pelos EUA, mas permitida por direcionar-se à evento da ONU.²⁹⁵

Em janeiro de 2003, a França convidou Mugabe para uma cúpula de franco-africana que ocorreria em Paris no mês seguinte, um dia após o vencimento das sanções aplicadas contra o Zimbábue. Reino Unido, Suécia, Holanda e Alemanha criticaram o convite, mas acabaram cedendo quando Paris ameaçou bloquear a renovação das sanções contra o Zimbábue, algo que demandava consenso, caso impedida de emitir o convite. A França justificava sua ação afirmando desejava discutir questões de direitos humanos na cúpula.²⁹⁶ No dia 19 de fevereiro, após a visita, as sanções foram renovadas e a UE emitiu uma declaração condenando a tirania do governo zimbabuano e demandando que este respeitasse os direitos humanos e liberdades fundamentais de seu povo, encerrando a intimidação e violência às quais vinha sujeitando a oposição.²⁹⁷

Para minimizar os danos causados pelo convite francês, Tony Blair procurou impedir que Mugabe comparecesse à Segunda Cúpula UE-África que ocorreria em Lisboa, em abril de 2003.²⁹⁸ Portugal, assim como a França, desejava convidar o líder temendo que, se não o fizesse, os Estados africanos boicotariam o encontro, o encontro acabou sendo postergado após a África do Sul indicar que, se a presença de Mugabe não

²⁹³ Africa Confidential, “The nomenklatura”, 22/03/2002.

²⁹⁴ Africa Confidential, “Bad governance”, 06/12/2002, News24, “Europe must save Africa summit”, 19/12/2002.

²⁹⁵ Africa Confidential, “Fame and famine”, 28/06/2002.

²⁹⁶ The Guardian, “Several EU Nations Protest Mugabe Plans”, 27/01/2003, BBC, “EU to decide on Mugabe trip”, 27/01/2003, Reuters, “Four EU nations object to Mugabe's Paris visit”, 27/01/2003, Afrol, “EU fails to renew Zimbabwe sanctions”, 27/01/2003, Mail and Guardian, “France scuppers EU Zimbabwe sanctions”, 28/01/2003.

²⁹⁷ A UE declarou partilhar os objetivos do Council Common Position 2003/115/CFSP de 18 de fevereiro de 2003, emendando e estendendo o Common Position 2002/145/CFSP sobre as medidas restritivas contra o Zimbábue. Macedonian Press Agency, “Eu Presidency Statement On Restrictive Measures Against Zimbabwe”, 09/04/2003, Zimbabwe Independent, “France dismisses Zim claims”, 14/03/2003.

²⁹⁸ Reuters, “Blair braced for French row over Mugabe”, 22/01/2003, Mail and Guardian, “UK moves to limit damage over invitation to Mugabe”, 24/01/2003.

fosse permitida, o evento seria boicotado pelos Estados africanos.²⁹⁹ Este encontro, entre a UE e a África, foi postergado devido à desentendimentos quanto à questão do Zimbábue até 2007, quando Mugabe foi convidado e o Reino Unido se ausentou, pois a postura africana era de apoio a Mugabe afirmando a indivisibilidade do continente.³⁰⁰

Havia falhas de implementação nas sanções, por exemplo, naquelas do Reino Unido, primeiro Estado a impor um embargo de armas ao Zimbábue e crítico ferrenho de Mugabe. Um relatório das Nações Unidas sobre a Exploração ilegal de recursos minerais e outras riquezas da República Democrática do Congo acusou executivos britânicos envolvidos no caso de suprirem as Forças de Defesa do Zimbábue com serviços e equipamento militar.³⁰¹ Ainda assim, as sanções da UE continuaram a ser renovadas e os governos europeus se esforçaram para garantir sua consistência.³⁰² A possibilidade de diálogo, no entanto, manteve-se aberta caso o Estado se redemocratizasse, e a UE continuou alguns tipos de ajuda humanitária para o país.³⁰³

Juntavam-se aos esforços da UE, para forçar uma mudança de governo no Zimbábue, aqueles dos EUA, que por meio do ZDERA aplicavam sanções direcionadas a membros do governo e incentivavam as organizações financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial a rejeitarem empréstimos e não cancelarem as dívidas do Zimbábue, a menos que o país se redemocratizasse.³⁰⁴ Caso isto ocorresse, a potência afirmou que contribuiria para sua reconstrução com recursos financeiros e técnicos.³⁰⁵

Os EUA suspenderam, em maio de 2002, toda ajuda não emergencial ao Zimbábue, culpando políticas de Mugabe, como a ocupação de fazendas produtivas, pela escassez de alimentos pela qual o país passava, medida que foi imitada pelo

²⁹⁹ Financial Times, "EU to assess Harare sanctions", 25/01/2003.

³⁰⁰ Europafrika.net, "Britain's Voice Weakened at EU-Africa Summit", 22/10/2010, SAPA, "EU Must Save Key EU/Africa Summit: SA", 19/12/2002. CILLIERS, J. "From Durban to Maputo A review of 2003 Summit of the African Union". Institute for Security Studies. 2003. PHIMISTER, Ian; RAFTOPOULOS, Brian. "Mugabe, Mbeki & the politics of anti-imperialism", Review of African Political Economy, Vol. 31, No.101. 2002. p. 8.

³⁰¹ Africa Confidential, "The British connection", 25/10/2002.

³⁰² EUROPEAN UNION 2005, "2640th Council Meeting, General Affairs and External Relations - Brussels", 21 February. Citado em EISA, Zimbabwe: 2005 International statements, 2005 e News24, "EU slams Zim government", 07/06/2003

³⁰³ News24, "EU to give Zim Euro 13m", 14/05/2003, Daily News, "EU calls for dialogue to resolve Zimbabwe crisis", 21/06/2003.

³⁰⁴ The White House Archives, "President Signs Zimbabwe Democracy and Economic Recovery Act" 21/12/2001. SCHAEFFER, Brett, "Zimbabwe's Stolen Presidential Election Demands a U.S. Response", *The Heritage Foundation*. 2002. Ver <http://www.heritage.org/Research/Africa/BG1525.cfm> Acessados em 18/01/2010.

³⁰⁵ World Socialist Web Site, "US and Britain in plans for "road map" for Zimbabwe", 19/05/2003.

Japão.³⁰⁶ A potência também excluiu o Zimbábue dos benefícios do *US African Growth and Opportunity Act*, que garantia preferências comerciais para Estados da África subsaariana. Nos pronunciamentos norte-americanos relacionados ao Zimbábue, sempre é enfatizada a preocupação de Washington com a defesa da democracia, do estado de direito e dos direitos de propriedade, e em nome disso os EUA pressionavam Mugabe e demandava dos líderes africanos que o pressionassem também, condicionando investimentos, acordos comerciais e apoio a iniciativas como a *New Partnership for African Development* (NEPAD) à comprovação do compromisso africano para com padrões de boa governança.³⁰⁷

Em 2003, o Secretário de Estado norte-americano Colin Powell condenou Mugabe e seu governo, discorrendo em um artigo no *New York Times* sobre as terríveis condições do Zimbábue e os sofrimentos pelos quais a oposição passava. Ele também reafirmou que embora seu país tivesse suspenso toda ajuda que antes era destinada ao governo do Zimbábue, caso fosse iniciado um governo transicional, os EUA contribuiriam para a reconstrução do país, mas, enquanto a situação no Zimbábue continuava a se deteriorar as sanções seriam expandidas.³⁰⁸

Em março de 2003, uma ordem executiva do Presidente Bush estendeu as sanções direcionadas a 77 membros da elite política da ZANU-PF, que já eram alvos das sanções européias, bloqueando seus recursos e proibindo transações dos EUA ou de norte-americanos com estas pessoas.³⁰⁹ A potência também afirmou que lideraria a campanha de condenação do Zimbábue pelos abusos de direitos humanos que ocorriam no país na ONU e pressionaria os Estados africanos para que estes também se voltassem contra Mugabe, distribuindo um livreto intitulado *“Zimbabwe's Manmade Crisis”*, no qual a crise era atribuída às políticas do governo de Mugabe.³¹⁰

³⁰⁶ Africa Confidential, “Hungry for change”, 31/05/2002.

³⁰⁷ United States Department of State (Washington, DC), “U.S. Calls For End To Political Intimidation In Zimbabwe”, 12/06/2000, Financial Gazette, “US Affirms Position On Zimbabwe”, 06/07/2000, World Socialist Web Site, “US and Britain in plans for “road map” for Zimbabwe”, 19/05/2003.

³⁰⁸ NYTimes, “Freeing a Nation From a Tyrant's Grip”, 24/06/2003, CNN, “Powell denounces Zimbabwe's leader”, 24/06/2003.

³⁰⁹ The Guardian, “U.S. weighs sanctions against Zimbabwe”, 08/01/2003, Zimbabwe Standard, “US shuns Zimbabwe”, 12/01/2003, Reuters, “US imposes sanctions on Mugabe”, 09/03/2003, Zimbabwe Standard, “US freezes Mugabe and cronies' assets”, 09/03/2003, US House of Representatives, “Blocking Property Of Persons Undermining Democratic Processes Or Institutions In Zimbabwe - Message From The President Of The United States (H. DOC. 108-45)”, 06/03/2003, Daily News, “US tightens screws”, 04/05/2003.

³¹⁰ United States Department of State, “The Situation in Zimbabwe & Implementing Sanctions - Joint Statement Philip Reeker Washington, DC March 12, 2003 Principal Deputy Assistant Secretary for African Affairs Mark Bellamy and Deputy Assistant Secretary for Democracy, Human Rights, and Labor

O Zimbábue se tornou um país de alto risco para a maioria das agências internacionais de crédito devido a sua instabilidade política e econômica. Isto, juntamente com o ZDERA, que aconselhava instituições financeiras a não contribuírem para o regime de Mugabe a menos que este se redemocratizasse, gerou uma redução nas linhas de crédito para o país.³¹¹ Percebe-se que, além das sanções direcionadas, sanções informais também agiam contra o regime de Mugabe. Estas se traduziam no apoio ocidental ao MDC, no desvio de fluxos financeiros, na retirada de ajuda financeira que antes era direcionada ao país e na propaganda negativa do governo do Zimbábue, clara nas críticas presentes em qualquer discurso de membros dos governos ocidentais sobre o Estado.³¹²

Em 2001, depois de declarar o Zimbábue inelegível para utilizar seus recursos devido aos gastos com as tropas na RDC, o FMI fechou suas portas ao Estado, emitindo uma declaração de não cooperação e encerrando toda assistência técnica, suspendendo os empréstimos ao Estado e tirando o poder de voto de Harare na instituição, recusando-se a retomar conversas até que a economia zimbabuana fosse estabilizada.³¹³ O Banco Mundial, por sua vez, deslocou seu representante de Harare para Lusaka e continuou a ajudar o país somente via ONGs, para evitar o uso político de recursos.³¹⁴

A economia do Zimbábue era a que mais diminuía no mundo, suas dívidas não eram pagas e aumentavam continuamente, ela perdeu 9% de seu PIB e teve uma inflação de 600% em 2003.³¹⁵ O FMI emitiu relatório demonstrando que a crise era fruto de problemas de governança e corrupção que, relacionados à reforma agrária e a

J. Scott Carpenter on the Situation in Zimbabwe and Current Steps Towards Implementing U.S. Sanctions”, 14/03/2005, The Australian, “US steps up pressure on Mugabe”, 13/03/20003, NYTimes, “Bush Calls for Changes in Africa to End Wars and Promote Trade”, 27/06/2003.

³¹¹ Financial Times, “US bank tightens credit restrictions to Zimbabwe,” 12/12/2002.

³¹² MAROLENG, Chris. “Prospects for Political Transition in Zimbabwe”. *Africa Security Analysis Programme, Institute for Security Studies*. 2003. YEROS, P. *Evolução do Regime Internacional de Sanções Econômicas e o Caso do Zimbábue*. 2007.

Apesar de se concordar com Yeros sobre a existência destas dinâmicas e de seus efeitos constrangedores no regime de Mugabe, não se adota sua visão, de que foram estas sanções informais as responsáveis pelo declínio econômico do país. Seguindo a proposta de Maroleng, admite-se que a crise zimbabuana foi fruto da má administração de Mugabe, que gerou problemas econômicos, miséria, instabilidade e insegurança no Zimbábue e afugentou, além de capitais externos, boa parte da população do país.

³¹³ Africa Confidential, “More of Mugabe”, 20/04/2001, Africa Confidential, “Not too smart”, 11/10/2002, Daily News, “IMF demands stability before resuming talks”, 01/04/2003, International Monetary Fund, “Press Release No. 01/40”, 25/09/2001, International Monetary Fund, “Press Release No. 02/28”, 14/06/2002, International Monetary Fund, “Press Release No. 03/80”, 06/06/2003.

³¹⁴ Africa Confidential, “Not too smart”, 11/10/2002, Africa Confidential, “Hungry for change”, 31/05/2002.

³¹⁵ Africa Confidential, “Banking breakdowns”, 23/01/2004, Business Report, “No more aid until Harare pays arrears, decides IMF”, 17/03/2003.

indigenização da economia, erodiam a confiança dos investidores. Mugabe afirmou não estar preocupado com a opinião ou os conselhos da instituição, culpando-a por arruinar a economia do Zimbábue e afirmando que seu país estava melhor sem ela e o Banco Mundial. Para o líder, o ocidente ficava feliz em ver o declínio econômico de seu país, pois assim seria mais fácil promover uma mudança de regime.³¹⁶

A deterioração das relações entre o Zimbábue e o Ocidente se intensificou e, em 2005, a Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, traduziu a péssima imagem do Estado no Ocidente quando utilizou o termo *outpost of tyranny* para designar o regime de Mugabe, juntamente com os governos de Belarus, Mianmar, Cuba, Irã e Coréia do Norte, caracterizando-os como ditaduras totalitárias.³¹⁷

3.4 Conclusão

Com o final da Guerra Fria e a alteração na distribuição internacional de poder que ele provocou, houve uma mudança na cultura prevalente no meio internacional e ascendeu a ordem liberal democrática. Os princípios defendidos pelo regime de Mugabe na política exterior perderam importância na nova ordem que se desenrolava, e mesmo a soberania, valor basilar do sistema de Estados, mostrava-se contingente, dependendo do cumprimento de certos requisitos como a manutenção de uma democracia liberal e de bons índices de governança. Assim, era legitimada a possibilidade de intervenção externa em nome da defesa de direitos humanos, boa governança e liberalismo político e econômico, características demandadas como condição para a manutenção de boas relações com as potências ocidentais, assistência financeira e cooperação.

Juntamente com as alterações na conjuntura global, mudanças no ambiente regional resultaram na alteração da imagem internacional do Zimbábue, que se antes se destacara como um modelo de Estado pós-colonial que poderia ser seguido pela África do Sul, agora perdia sua relevância estratégica, frente à emergência da África do Sul democrática. Assim, a partir de 1997, quando as condições domésticas do Estado tornaram-se instáveis, as políticas do governo de Mugabe passaram a ser criticadas pelo Reino Unido, alguns Estados europeus e os EUA. Desde então, o Ocidente conferiu

³¹⁶ Zimbabwe Independent, “IMF blasts Zimbabwe again”, 08/08/2003.

³¹⁷ Africa Confidential, “Gideon's bible”, 19/03/2004, The Washington Post, “Outposts of Tyranny: Zimbabwe” 12/04/2005.

maior atenção aos problemas domésticos do Zimbábue e as eleições de 2000 e de 2002 no Estado tornaram-se eventos de destaque internacional.

Acreditando que ambos os processos eleitorais não seriam democráticos, as potências ocidentais desejavam observar as eleições, para acompanhá-las e, se possível, reduzir a violência e a intimidação que nelas ocorriam. Ambas as eleições foram marcadas por campanhas eleitorais nas quais o governo usou a narrativa da história patriótica, a reforma agrária e violência e intimidação contra a oposição e fazendeiros brancos para mobilizar o apoio da população rural africana em seu favor. Consistentes com a posição dos Estados e organizações que enviaram as missões de observação, os relatórios dos Estados Ocidentais e da *Commonwealth* consideraram o processo ilegítimo e intensificaram as pressões sobre o regime de Mugabe.

As pressões por uma mudança de regime no Zimbábue traduziram-se na aplicação de sanções direcionadas contra membros da elite política zimbabuana por UE, EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, pressionando o governo sem piorar as condições de vida da população. O Zimbábue também foi suspenso da *Commonwealth*, foi vítima de propaganda negativa e viu o fluxo de ajuda internacional, investimentos e recursos financeiros que antes recebia minguar, sendo tratado como um pária pelo Ocidente.

CAPÍTULO 4 - A MANUTENÇÃO DO APOIO AFRICANO E DO SUL GLOBAL A MUGABE

A partir do momento em que as questões do Zimbábue ganharam um maior nível de atenção internacional, enquanto o governo de Robert Mugabe tornou-se alvo de críticas e ameaças de sanções ocidentais sendo culpado pelos problemas econômicos, sociais e políticos do Estado, e chegou a ser considerado um “Estado pária”, a comunidade de líderes políticos africanos e do Sul apoiou Mugabe.

Não motivados pelos mesmos interesses do Ocidente, que depois da Guerra Fria transformou a liberal-democracia em sua bandeira, os Estados do Sul, mais especialmente os Estados africanos, não pressionaram ou ameaçaram Mugabe, eles adotaram, quando não ignoravam a crise do Zimbábue, uma política de diplomacia silenciosa procurando, por meio da atuação da África do Sul, mediar a crise, primeiramente entre o Zimbábue e o Reino Unido, e depois entre a ZANU-PF e o MDC.

Esta postura pode ser observada na atuação em bloco de Estados do Sul, nas relações bilaterais entre China e Zimbábue e na agência dos Estados africanos manifesta nas reuniões e cúpulas de organizações como a UA e a SADC, ou mesmo em discursos dos governos que podem ser encontrados na mídia. O apoio a Mugabe pode ser percebido no silêncio dos líderes políticos do Sul sobre os problemas do Zimbábue, como se estes não existissem, ou em pronunciamentos favoráveis ao líder zimbabuano, reconhecendo em fatores externos a seu governo a fonte da crise. Estas dinâmicas repetiram-se ao longo dos anos até os dias de hoje, e foram determinantes para a continuação do regime de Robert Mugabe.

4.1 A adaptação da cultura liberal-democrática pelos Estados do Sul

Ao final da Guerra Fria, enquanto a ordem liberal-democrática era promovida pelo Ocidente, que originara a identidade e o sistema cognitivo da ética liberal-democrática, estes valores eram validados nas diferentes regiões do globo ao serem reconstruídos de forma a se encaixarem nas identidades e sistemas cognitivos

preexistentes, sendo adaptados, e não diretamente transplantados nem suplantando os sistemas normativos locais.³¹⁸

Apesar da maioria dos Estados fracos serem “*rule-takers*”, pois as normas predominantes na sociedade internacional são aquelas defendidas pelos atores mais fortes, não ocorre uma transposição direta de valores dos atores poderosos para aqueles mais fracos.³¹⁹ As normas defendidas pela comunidade internacional são tidas como globais e determinam os fundamentos da cultura internacional, mas, quando chegam à periferia da comunidade internacional, em alguns casos estas normas são assimiladas e em outros são alteradas, apoiadas nominalmente, mas não efetivamente, ou mesmo completamente rejeitadas, esta resposta variando conforme os interesses, capacidades e estratégias dos Estados. Agindo politicamente, para adotar as normas ocidentais, os Estados do Sul consideram os benefícios que podem obter com a internalização destas normas, relacionados a sua aceitação pela comunidade internacional, e os custos disso, pois as normas podem não interessar para os governantes ou podem chocar-se de tal forma com a cultura da população que é impossível para o Estado adotá-las.

A China, por exemplo, defende, desde 1949, uma visão de Direitos Humanos diferente da ocidental, enfatizando o dever de seus cidadãos, como parte da sociedade, contribuírem para a construção da nação, destacando a solidariedade e os direitos materiais em um discurso pragmático e nacionalista que enfatiza o desenvolvimento.³²⁰ O princípio absoluto na ideologia chinesa é o desenvolvimento, que deve ser promovido com estabilidade e a preservação da ordem social.³²¹ A China não rejeita a idéia ocidental de direitos humanos, mas defende a necessidade de desenvolvimento com estabilidade como o primeiro direito humano, garantidor dos outros, privilegiando os direitos humanos comunitários antes daqueles individuais, defendidos pelo Ocidente.

³¹⁸ ACHARYA, Amitav. “How Ideas Spread: Whose Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism”, *International Organization*, Vol. 58, No. 2. 2004. p. 270.

³¹⁹ As idéias que compõem a cultura da sociedade internacional não são unanimemente aceitas nem são neutras. É “inadequada e errônea a tentativa de basear a moral internacional numa pretensa harmonia de interesses, que identifica o interesse da totalidade da comunidade das nações, com o interesse de cada membro individual dela”. As idéias predominantes na cultura internacional foram propostas e defendidas por atores mais poderosos e correspondem aos interesses deles e aqueles que não identificam a defesa de seus interesses nesta cultura aceitam-na, ao menos nominalmente, por serem mais fracos do que a maioria, que apóia a cultura e pode tornar sua aceitação compulsória pela força. CARR, E. H. *Op. cit.* 2001. pp. 80 e 106.

³²⁰ TAYLOR, Ian. “Sino-african relations and the problem of Human Rights”. *African Affairs*, Vol. 107 No. 426. 2002(A).

³²¹ WEATHERLY, Robert. *The Discourse of Human Rights in China: Historical and ideological perspectives*. Macmillan, London, 1999. ANSHAN, Li. “Chinese experiences in development: Implications for Africa”, *Pambazuka*, 18-06-2009.

Os regimes estabelecidos nos países em desenvolvimento, muitas vezes sem um Estado consolidado, governam por meio de intimidações, uso de violência e de laços patrimonialistas e se vêem ameaçados pelo projeto democrático-liberal promovido pelo ocidente. Além de não poderem implementar rapidamente as reformas exigidas para a cooperação com o ocidente, eles percebem a expansão da liberal-democracia ideologicamente, como um neo-imperialismo que ameaça seus regimes. Procurando manterem-se independentes do Ocidente, os Estados do Sul formam alianças entre si, embasadas no passado de colonialismo, no respeito à soberania, à não interferência em assuntos domésticos e em uma ideologia contrário à ocidental.

Tradicionalmente, os Estados, unidades primárias de análise das relações internacionais, são considerados estruturas políticas independentes com autoridade e poder para governar uma população em um território definido, componentes que, muitas vezes, não são reconhecidos nos Estados africanos, caracterizados como domesticamente deficientes e externamente dependentes.³²² Entretanto, esta caracterização tradicional do que constitui um Estado é mais um ideal do que um dado empírico. Krasner demonstra, a partir de um estudo historicamente amplo, como os Estados soberanos Westfalianos sempre conviveram com organizações políticas de outros tipos que eram, quando do interesse dos atores mais poderosos, legitimadas como Estados pela sociedade internacional.³²³

Na maioria dos Estados Africanos que se tornaram independentes no século 20, os componentes da estatalidade não estavam consolidados, e sua independência deveu-se principalmente ao seu reconhecimento externo, isto é, à legitimação de sua soberania jurídica pela comunidade de Estados que os aceitava como parte dela.³²⁴ Segundo Jackson, foi devido à expansão do direito internacional e de valores como a soberania, a crescente ilegitimidade do colonialismo e a disseminação da doutrina de autodeterminação, que as colônias européias na África e Ásia, mesmo não tendo sua estatalidade consolidada, se tornaram unidades soberanas reconhecidas como iguais pelos outros Estados.³²⁵

³²²DUNN, Kevin C. *op. cit.*. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Op. cit.* 2001. p. 50.
CLAPHAM, Christopher. Review Article: Africa's International Relations. *African Affairs*, Vol. 86, No. 345. 1987. p. 611.

³²³ KRASNER, Stephen D. *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princeton: Princeton University Press. 1999. p. 231.

³²⁴ JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G. *Op. cit.*. 1986. pp 1-3.

³²⁵ *Ibidem.* pp. 9-10.

Apesar de dependentes do reconhecimento internacional, os Estados africanos não eram atores passivos, pelo contrário, temendo desafios à sua soberania, eles abraçaram-na como um valor central em suas políticas, defendendo também o respeito às fronteiras e aos governos estabelecidos.³²⁶ Opondo-se a interferências externas e ao colonialismo, as relações internacionais africanas se desenvolveram imbuídas de uma retórica de solidariedade, enfatizando a união dos Estados africanos como unidades soberanas que partilhavam uma identidade comum, definida pela raça negra, pela luta pela independência e o fim do colonialismo. Em nome dessa identidade e do interesse comum em defender sua soberania, os líderes políticos africanos deveriam agir harmonicamente, especialmente contra políticas racistas e imperialistas, e defender sua integridade territorial e aquela de seus vizinhos, mesmo que suas estruturas internas fossem problemáticas ou não democráticas, de ingerências externas.

É preciso ressaltar que estes princípios, assim como outros promovidos nas relações internacionais, são politicamente motivados, sendo invocados quando é do interesse dos atores. Como já mencionado, durante a Guerra Fria, a soberania e a não intervenção não eram invocadas quando as superpotências contribuíam com recursos nos quais os Estados africanos estavam interessados, mas tinham bastante força quando a segurança dos Estados e regimes instalados era ameaçada.

Não satisfeitos com a sua posição na ordem internacional, os Estados africanos, como a maioria dos Estados do Sul, adotaram uma postura revisionista, enfatizando a necessidade de justiça internacional e anti-hegemonismo.³²⁷ Eles respeitavam, no entanto, os princípios básicos da ordem internacional de soberania e não-interferência que os beneficiavam, desejando alterar somente os componentes dessa ordem que não lhes favorecessem. Procurando defender, antes de tudo, a liberdade dos Estados e governos, os líderes políticos privilegiam a necessidade de justiça internacional sobre a justiça interna, defendendo a segurança do Estado antes da segurança humana.³²⁸

A ênfase que os líderes políticos africanos conferem à defesa dos interesses do Estado em detrimento daqueles da população pode ser analisada sob o conceito de segurança de regime. Clark propõe este conceito dentro de uma visão Realista sem suas implicações positivistas ou sua epistemologia racional, rejeitando conceitos como

³²⁶ CLAPHAM, C. *Op. cit.* 1996. p. 11.

³²⁷ CLARK, Ian. *The Hierarchy of States: Reform and Resistance in the International Order*, Cambridge University Press, Cambridge. 1993. p. 18.

³²⁸ GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. pp. 22-23.

interesse nacional ou balança de poder, que não conseguem descrever as relações internacionais africanas. Ele enfatiza o valor do conceito de segurança do regime na compreensão do comportamento dos líderes africanos, pois ele inspira os objetivos e interesses dos governos e molda suas estratégias.³²⁹

Diferentemente de Estados consolidados, como os europeus, cujas preocupações principais se voltam para questões como a guerra, os Estados africanos têm a preocupação constante com a luta pela sobrevivência da estrutura do Estado e do governo para se manter no poder.³³⁰ Governando Estados fracos, não consolidados e divididos por dissidências domésticas, os líderes africanos tinham de usar seu poder de governo em benefício próprio, pois a sobrevivência do regime, embora não fosse seu único objetivo, era uma pré-condição para o desenvolvimento de outros objetivos.³³¹ Assim, ao invés enfatizar a segurança do Estado como um todo, os governantes privilegiavam o bem-estar e a segurança de seus regimes.

Um líder africano necessitava, para garantir a segurança de seu regime e sua continuidade no poder, da boa vontade ou tolerância daqueles que pudessem ameaçar seu controle sobre o Estado, o que incluía, domesticamente, as forças armadas e líderes de oposições nacionais e, externamente, governantes de Estados vizinhos e de grandes potências. A busca pela segurança dos regimes se traduziu, no âmbito das relações internacionais africanas, no entendimento entre os líderes africanos de que respeitariam a integridade territorial uns dos outros e se absteriam de apoiar movimentos insurgentes que prejudicassem seus vizinhos, respeitando fronteiras e governos estabelecidos. Os valores de soberania, não intervenção e integridade territorial foram consolidados na OUA, criada em 1963 pelos Estados Africanos interessados em garantir a segurança de seus regimes, âmbito no qual foi desenvolvida a solidariedade entre os Estados africanos como unidades soberanas que partilhavam uma identidade comum.³³²

³²⁹ CLARK, John F. *Op. cit.* In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Op. cit.* 2001. pp. 85-103.

³³⁰ MAHMUD, Sakah. "Controlling African States' Behavior: International Relations Theory and International Sanctions against Libya and Nigeria". In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Op. cit.* 2001. pp. 129.

³³¹ CLAPHAM, C. *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 5.

³³² A forma como se desenvolve o conceito de sobrevivência do regime é contingente, podendo ser adotadas múltiplas estratégias, pois elas variam conforme à que se direcionam especificamente. Mas considerando a sobrevivência do regime o objetivo dos líderes políticos, é possível entender seu comportamento, padrões de interação e intervenção nas relações internacionais africanas, os laços estabelecidos com as grandes potências ou instituições financeiras internacionais, e mesmo estratégias da política doméstica, como o patrimonialismo estatal. CLARK, John F. *Op. cit.* pp. 94-97.

Após a ordem bipolar ser extinta, estas dinâmicas continuaram a caracterizar as relações internacionais africanas, e os líderes políticos africanos continuaram a privilegiar a soberania e a não-interferência sobre os valores liberal-democráticos, que ganhavam destaque no mundo globalizado. A cultura liberal – com sua ênfase na legitimação dos governos conforme eles satisfazem as necessidades da sociedade civil e respeitam as liberdades e direitos humanos de seus cidadãos – era vista com desconfiança pelos Estados africanos, que não desejavam ceder poder político das instâncias governamentais para a sociedade civil. Assim, a imposição destes valores pelo ocidente, na forma de demandas por reformas econômicas e eleições reconhecidas como democráticas em troca da ajuda necessária aos Estados fracos, era tomada como uma ingerência ocidental, que ameaçava a segurança dos regimes africanos instalados.³³³

Mas isto não significou a rejeição completa da cultura liberal-democrática. Com o fim da disputa bipolar da Guerra Fria, a África deixou de representar um desafio estratégico para as grandes potências e passou por uma desclassificação internacional, pois as experiências de desenvolvimento importadas não tiveram sucesso e os Estados africanos não se inseriram como atores eficientes no sistema econômico mundial. Marcados por crises econômicas e políticas, tensões e conflitos, os Estados africanos foram abandonados e a descrença em seu desenvolvimento, provocada pelos inúmeros insucessos em seus processos políticos e de crescimento, engendrou o pensamento afropessimista.³³⁴

Enfraquecidos, sob pressão das instituições financeiras internacionais e das potências ocidentais para que fizessem reformas liberalizantes e democratizantes – condição imprescindível para o desenvolvimento e a manutenção de fluxos de ajuda ocidental – os Estados africanos procuraram encerrar sua marginalização e se inserir no mundo globalizado liberal.³³⁵ Enquanto entre 1957, quando com a independência de Gana se iniciou o ciclo de descolonização da África subsaariana, e 1989, quando se

³³³ WOYACH, Robert *et al.* “International Relations Theory and the New World Order”. *Mershon International Studies Review*, Vol. 40, No. 2. Outubro, 1996. pp. 339-352

³³⁴ O Afropessimismo é uma visão pessimista da África que é desenvolvida a partir do acúmulo de informações estereotipadas recebidas pela mídia, que nos inunda com imagens negativas do continente e seus problemas de fome, doenças endêmicas, conflitos e subdesenvolvimento. VIEIRA, Francisco S.S. “Do Eurocentrismo ao Afropessimismo: Reflexão sobre a construção do imaginário da “África” no Brasil”. *Em Debate, Rev. do Depto. de Serviço Social PUC-Rio*. 2006. WONDJI, C. “Posfácio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990” in MAZRUI, Ali A., WONDJI, C.[Eds]. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO. 2010. pp. 1133-1135.

³³⁵ WONDJI, C. *Op. Cit.* 2010. Pp. 1138-1139.

encerrou a Guerra Fria, as mudanças de regime nos Estados Africanos foram feitas, majoritariamente, por meio de golpes militares de Estado e apenas em Maurício um governo eleito assumiu o poder pacificamente, entre 1990 e 1995 quase todos os Estados da África subsaariana iniciaram mediadas de liberalização política e democratização.³³⁶

No ano de 1990, foi emitida a *OAU Declaration on the Political and Socio-Economic Situation in Africa and the Fundamental Changes taking place in the World* (AHG/Decl.1 (XXVI) 1990), na qual os Estados africanos reconheceram as mudanças conjunturais internacionais e a deterioração e precariedade sócio-econômica do continente neste ambiente mutável. Mostrando-se preocupados com as crescentes imposições de condicionalidades políticas para a assistência ao continente, eles demandaram maior justiça internacional, principalmente no sistema econômico internacional. Nesta declaração, assim como na *African Charter for Popular Participation in Development and Transformation* (Arusha 1990), foram reconhecidos o vínculo entre democracia e desenvolvimento e a necessidade de promover a participação popular nos processos políticos, a defesa do estado de direito e dos direitos humanos, e os Estados comprometeram-se com a democratização de suas sociedades de acordo com seus valores culturais e realidades.

Após um golpe de Estado em Serra Leoa, em 1997, foi adotada a *Harare Decision on Unconstitutional Removal of Governments*, que condenava e rejeitava qualquer mudança inconstitucional de governo. Esta posição foi reafirmada na *Algiers decision on Unconstitutional Changes of Government* (AHG/Dec.141 (XXXV) 1999) e consolidada na Declaração de Lomé *on the Framework for an OAU Response to Unconstitutional changes of Government* (AHG/Decl.5 (XXXVI) 2000), que reconhecia os princípios de boa governança, transparência e direitos humanos como essenciais para um governo estável e para a prevenção de conflitos na África.

Estes documentos demonstram o reconhecimento do valor da democracia pelos Estados africanos como viabilizadora do desenvolvimento, diferentemente do Ocidente que a promovia por seu valor intrínseco. No entanto, mesmo a adoção instrumental dos valores democráticos pelos Estados africanos foi superficial. Temendo perder tudo se resistissem às pressões externas, e perdendo com as eleições apenas o poder

³³⁶ JOSEPH, Richard. "Democratization in Africa after 1989: Comparative and Theoretical Perspectives". *Comparative Politics*, Vol. 29, No. 3, 1997. p. 368.

hegemônico, os líderes autoritários africanos relutantemente se converteram à democracia, encarando-a como uma escolha estratégica, e perceberam que além de ser uma condição para o recebimento de ajuda ocidental, a democracia podia ser controlada.

Enquanto nos anos de 1990 e 1991 diversos regimes enraizados foram terminados, a partir de 1991 os governos estabelecidos passaram a se submeter às eleições sem sucumbir. Assim como já se utilizavam do patrimonialismo para garantir a continuidade de seus governos, os líderes autoritários passaram a manipular os processos eleitorais, obtendo a aprovação ocidental e continuando no poder. Muitas transições democráticas que ocorreram eram ilusórias, alguns regimes mantiveram sistemas repressivos após prometerem a liberalização, outros adotaram a democracia apenas quando as forças contestadoras podiam ser controladas por eles.³³⁷

Os valores liberais e democráticos promovidos pelo Ocidente após o final da Guerra Fria foram, assim, aceitos nominalmente, mas não se tornaram dominantes ou passaram a nortear as políticas internacionais africanas. Na prática as relações internacionais africanas continuaram a ser norteadas por valores soberanistas e pelo privilégio dos interesses dos governos, antes aqueles da população. A impressão de Tsvangirai, líder do MDC, sobre a Declaração de Harare, da *Commonwealth*, pode ser aplicada à postura geral africana com relação aos valores democráticos:

You know this is the saddest thing about Africa, all these flowery declarations and all without commitment. There's no commitment because there is no holding to account. They are not held to account in international relations, the leaders who make these flowery declarations. They feel no responsibility to the declarations but, more, they feel no responsibility to ethical standards ... The declarations are not worth the paper they're written on. Releasing such paper creates a feel-good atmosphere and, when leaders are reminded of what they have signed, they ... retreat into the defense of the sovereignty of nations.³³⁸

4.2 Os partidários de Mugabe

4.2.1 O apoio dos Estados do Sul

³³⁷ *Ibidem*. pp. 366-377.

³³⁸ TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. *Op. cit.* 2002. p.556.

Os Estados do Sul Global defendiam Mugabe fóruns multilaterais barrando iniciativas das potências ocidentais contra o líder zimbabuano. Isto ocorreu nos encontros da Assembléia Parlamentar Conjunta UE-ACP, nas quais o Reino Unido procurou o apoio da Assembléia contra Mugabe, procurando desqualificar a eleição de 2000 e forçar o líder a alterar o formato da reforma agrária no país.

Em ambas ocasiões, os Estados ACP defenderam Mugabe, demandando da potência que custeasse a reforma agrária, como havia prometido na Conferência de Lancaster House, declarando que a eleição parlamentar de 2000 refletia o desejo do povo zimbabuano, barrando uma proposta europeia de impor sanções contra o Zimbábue e demandando da UE ajuda material para o fortalecimento da democracia no Estado. Graças à sua atuação em bloco, a UE não pode pressionar Mugabe no âmbito da Assembléia Parlamentar UE-ACP.

O desacordo entre os Estados do Norte e do Sul sobre que posicionamento tomar quanto à crise do Zimbábue também gerou entraves à realização de encontros multilaterais. Conforme tratado no Capítulo 3, o encontro que ocorreria entre a UE e os Estados ACP em Bruxelas, em novembro de 2002, foi cancelado devido à relutância dos Estados ACP em participarem dele após a proibição da entrada de dois Ministros do Zimbábue no Parlamento Europeu.

A *Commonwealth* ficou dividida entre um bloco liderado pelo Reino Unido e outro dos Estados africanos e asiáticos membros da organização. Esta divisão quanto à como responder aos eventos que marcaram a crise zimbabuana deixou clara a relutância dos Estados do Sul em criticar Mugabe. Devido ao desacordo entre seus membros do Sul e do Norte, as respostas da organização foram caracterizadas por indecisão e pelo repetido adiamento uma tomada de decisão sobre o que fazer quanto à crise.³³⁹

Foi somente após UE e EUA imporem sanções contra o Zimbábue e aumentarem a pressão sobre a organização e provavelmente – embora não foram encontrados documentos que comprovem – sobre os Estados africanos, que a possibilidade de suspensão do Estado tornou-se mais plausível. Até 2002, somente Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Canadá demandavam a suspensão do Zimbábue do grupo, mas depois da eleição presidencial ser avaliada negativamente pela missão de observação da *Commonwealth*, que concluiu que a ela desafiava os princípios

³³⁹ Business Day, “Commonwealth sidesteps Harare”, 26/10/2000, Reuters, “Commonwealth to mull Zimbabwe sanctions in 2 weeks”, 105/12/2001.

de democracia, direitos humanos e estado de direito defendidos na Declaração de Harare, foi estabelecida uma tróica composta pelos Presidentes da Nigéria e da África do Sul e pelo Primeiro Ministro da Austrália e esta, com base nas impressões da missão de observação, decidiu suspender o Zimbábue da organização.

4.2.2 As relações bilaterais entre Zimbábue e China

As relações entre a China e o continente africano, durante as décadas de 60 e 70 eram motivadas ideologicamente, pois o país oferecia apoio material e moral aos movimentos de libertação, sendo uma alternativa à EUA e URSS. Nos anos 80 ganharam importância relações econômicas e, ao final da Guerra Fria, consolidaram-se relações de cooperação com fins econômicos e políticos entre China e África.

Hoje a China é dos maiores parceiros comerciais do continente. Interessada principalmente nos recursos energéticos e minerais africanos para sua indústria, ela oferece aos Estados africanos oportunidades de cooperação sem exigir em troca padrões de governança como o Ocidente, defendendo direitos econômicos e de desenvolvimento e os princípios de soberania e não interferência.³⁴⁰ Na ideologia chinesa, os direitos humanos devem ser desenvolvidos respeitando a não interferência e a soberania dos Estados, o que torna sua política externa dramaticamente diferente daquela dos Estados ocidentais, que após o final da Guerra Fria passaram a patrocinar a democracia mais ativamente, advogando políticas invasivas em seu nome.

A China, como uma potência do Sul, oferece aos Estados fracos oportunidades de cooperação sem exigir deles padrões de governança como o Ocidente, em nome da defesa de seus direitos econômicos e sua soberania.³⁴¹ Como o Primeiro Ministro chinês Wen Jiabao afirmou, “*China's assistance offer to Africa is with sincerity and without any political conditions*”, uma cooperação bastante interessante para garantir a estes Estados recursos que eles não conseguem obter do Ocidente devido às condicionalidades impostas na cooperação ocidental.³⁴²

Ao mesmo tempo em que exporta bens industriais e armas e importa produtos primários, principalmente recursos minerais e de energia, necessários para a

³⁴⁰ TAYLOR, Ian. “Africa's leaders and the crisis in Zimbabwe.” *Contemporary Review*. 2002(B).

³⁴¹ TAYLOR, Ian. *Op. cit.* 2002(A).

³⁴² Africa Confidential, “Africa's Trade with China”, 03/11/2005, IOL, “China a shining economic example, says Mugabe”, 16/12/2003.

sustentabilidade de seu crescimento econômico, a China apresenta-se como representante do Sul, exportando para a África sua forma de tratar os temas da agenda internacional, cooptando as elites políticas africanas enquanto investe no continente.³⁴³ Em suas relações exteriores, a China se norteia pelos Cinco Princípios de Coexistência Mútua, sendo estes o respeito mútuo pela integridade territorial, a não agressão, a não interferência nos assuntos internos, o benefício mútuo e equivalente e a coexistência pacífica. A insistência na não interferência nos assuntos internos é invocada pela China quando esta é criticada pelo Ocidente por não demandar condições para cooperar com Estados com problemas de governança e, assim, possibilitar a continuação de regimes problemáticos.³⁴⁴

A China também legitima suas relações com regimes autoritários e repressivos com sua visão de Direitos Humanos diferente da ocidental, que coloca desenvolvimento, estabilidade e soberania como a origem dos direitos humanos, privilegiando os direitos do Estado sobre aqueles da população.³⁴⁵ O discurso chinês, que legitima uma posição contrária à ideologia ocidental, diferencia dramaticamente as relações africanas com a China daquelas com o Ocidente. Os Estados africanos sentem-se ameaçados pelo projeto liberal-democrático promovido pelo ocidente, pois não conseguem ou não desejam, implementar as reformas exigidas por este. Na China, por sua vez, eles vêem um parceiro que não procura interferir em seus assuntos domésticos.

A visão particular da China sobre direitos humanos é apoiada por Mugabe, que criticou a imposição de concepções ocidentais de direitos humanos e democracia à China quando esta foi criticada pelos massacres da Praça da Paz Celestial. O Oriente se apresenta como opção de modelo de desenvolvimento alternativo ao Ocidente e, além de oferecer a Estados como o Zimbábue assistência econômica sem interferir em seus assuntos domésticos com exigências de reformas, a China compartilha com a África o passado de exploração colonial pelo Ocidente.³⁴⁶

A relação entre os governos da China e do Zimbábue se estendeu a partir de laços entre a China e a ZANU-PF antes da independência do Zimbábue e, quando o

³⁴³ SARAIVA, José Flávio Sombra. “A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?” *Rev. Bras. Polít. Int.* Vol. 51 No. 1. 2008. pp. 97-98.

³⁴⁴ Sariah Rees-Roberts, oficial de imprensa da Amnesty International de Londres, citada em UN Integrated Regional Information Networks, “PanAfrica: China And Africa - for Better Or for Worse?”, 27/06/2006.

³⁴⁵ TAYLOR, Ian. *Op.cit.* 2002(B). WEATHERLY, Robert. *Op. cit.* 1999. ANSHAN, Li. *Op.cit.* 2009.

³⁴⁶ YOUDE, Jeremy. “Why Look East: Zimbabwean foreign policy and China”. *Africa Today*, Vol 53, 2006-2007.

Zimbábue passou a ser criticado e pressionado pelo Ocidente, a China não ameaçou interromper o fornecimento de recursos para o Zimbábue devido a seus problemas domésticos. Na conferência de doadores organizada pelo Zimbábue em setembro de 1998 para angariar fundos para a reforma agrária, enquanto os doadores ocidentais se recusaram a liberar fundos enquanto não tivessem provas de que a reforma agrária era desenvolvida seguindo o modelo proposto por eles, a China garantiu U\$ 19 milhões ao projeto.³⁴⁷

Quando o FMI e Estados europeus cortaram a ajuda ao governo do Zimbábue devido aos gastos na intervenção militar na RDC, a China garantiu fundos para alívio temporário dos problemas do Zimbábue e continuou acordos de cooperação técnica e econômica.³⁴⁸ A economia de rápido crescimento chinesa necessitava de matérias primas que o Zimbábue podia oferecer, obtendo em troca uma via de comércio e investimentos muito importante para sua economia e a garantia de um bom relacionamento com um Estado que tinha poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas.³⁴⁹

No entanto, a China não correspondia a todas as expectativas de Mugabe, sendo cuidadosa no financiamento das importações do Zimbábue por temer a incapacidade do Estado de lhe pagar de volta, e sua ajuda não era suficiente para garantir a recuperação da economia zimbabuana.³⁵⁰ Ainda assim, este relacionamento fortalecia o discurso anti-ocidental de Mugabe, oferecendo-lhe uma opção de desenvolvimento alternativa ao modelo ocidental e permitindo-lhe afirmar que as sanções ocidentais não teriam efeitos, pois contando com o apoio do Oriente ele não precisava curvar-se ao Ocidente.³⁵¹

Today's dangerous, unipolar world is characterised by the brutal predominance of America, unconditionally supported by Britain, Australia and other nations of Europe, recklessly seeking global hegemony under the convenient but false cover of good governance, human rights and democracy (...) the thousands of seasons of our association with the west have not yielded fair trade terms, technology transfer or development, (...) Broader partnerships with friendly Third

³⁴⁷ Ver secção 2.2.4 do Capítulo 2, “1990: novos modelos de redistribuição e o fim do financiamento internacional da reforma agrária”.

³⁴⁸ Ver secção 2.3 do Capítulo 2, “A intervenção militar na República Democrática do Congo: um catalisador dos problemas do Zimbábue”.

³⁴⁹ Friedrich-Ebert-Stiftung Policy briefing paper, “The ‘Look East Policy’ of Zimbabwe now focuses on China”, novembro de 2004, disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/iez/50063.pdf> acessado em 01/04/2011. Africa Confidential, “An economic fairy tale”, 15/12/2006. The Herald, “Look East Policy Fruitful”, 21/05/2009.

³⁵⁰ Africa Confidential, “Hungry for change”, 31/05/2002.

³⁵¹ ICG Africa Report N°97. *Zimbabwe's Operation Murambatsvina: The Tipping Point?*. 2005. p. 5

World countries and emerging markets such as the People's Republic of China and other countries of the Far East should be the focus and emphasis of our efforts.³⁵²

4.2.3 O apoio da União Africana

A solidariedade entre os Estados que permeia as relações internacionais africanas não vai contra o pensamento tradicional que reconhece o meio internacional como um ambiente marcado por políticas embasadas em interesses egoístas dos Estados, pois são exatamente os interesses partilhados pelos Estados africanos que possibilitaram o estabelecimento das políticas de solidariedade. Na busca pela segurança de seus regimes, os Estados africanos, que contam com pouco poder material e muitas vezes não tem o domínio sobre seu território consolidado, defendem harmonicamente a soberania, a integridade territorial, a não intervenção e o respeito aos governos estabelecidos enfatizando sua união como unidades soberanas com uma identidade comum.³⁵³

Os princípios que inspiram as políticas africanas se consolidaram no âmbito da OUA, que foi criada em 1963 para promover relações pacíficas entre os Estados africanos e restringir ingerências externas neles. A organização funciona como um sindicato dos governos estabelecidos, no qual os Estados africanos defendem sua soberania, promovem sua agenda anti-colonialista e anti-imperialista e defendem a solução doméstica de seus problemas.³⁵⁴

Estas dinâmicas surgiram durante a Guerra Fria e continuaram a caracterizar as interações estatais africanas após o fim deste período de forma que, quando Mugabe passou a ser pressionado pelo Ocidente, as críticas e ameaças ocidentais a Mugabe foram recebidas ideologicamente, como tentativas ocidentais de ingerência em um Estado africano. Assim, inspirados pela solidariedade pan-africanista, os líderes africanos, mesmo sob pressão ocidental para se voltarem contra Mugabe, continuaram defendendo-o publicamente e aceitaram a crise do Zimbábue como um problema doméstico que deveria ser resolvido sem intervenções externas.

³⁵² IOL, “China a shining economic example, says Mugabe”, 16/12/2003.

³⁵³ CLAPHAM, C. Op. cit. 1996. p. 11.

³⁵⁴ *Ibidem.* pp. 112-115.

O fato da crise do Zimbábue estar relacionada a temas sensíveis como a distribuição da terra também influenciou o tratamento africano da crise, pois as políticas de reforma agrária de Mugabe eram reconhecidas como a tentativa de lidar com o que é, para Mbeki, “*one of the enduring legacies of colonialism*”, isto é, a posse da maior parte da terra por fazendeiros brancos em detrimento da população africana.³⁵⁵ Reconhecendo a crise dentro dos termos propostos por Mugabe, como a tentativa de acabar com uma condição residual do sistema colonial, ela é inserida em um contexto de colonialismo e racismo, tornando difícil para a África criticar o líder.

Além disso, Mugabe é um herói da independência, que lutou contra o colonialismo e, quando o Zimbábue se tornou independente, iniciou uma política externa fortemente influenciada pela ideologia da luta armada por descolonização e procurou, juntando-se aos outros Estados da África Austral, lutar contra o regime de *apartheid* da África do Sul, com papel de destaque na promoção de sanções contra este regime mesmo que estas implicassem em prejuízos ao desenvolvimento econômico do Zimbábue. Estas fontes de prestígio continuaram importantes para a África, e Mugabe continuou a ser respeitado pelos outros líderes africanos.

Com isto, embora algumas vozes, como a de Desmond Tutu e Nelson Mandela se levantaram contra Mugabe, a maior parte dos líderes políticos africanos, quando não apoiaram o Presidente do Zimbábue, mantiveram o silêncio, privilegiando a política de diplomacia silenciosa encabeçada pela África do Sul como o meio de lidar com a crise. Dentro da OUA, esta postura se traduziu em raras menções feitas à crise, demonstrando a influência do prestígio de Mugabe e da solidariedade entre os Estados africanos como fatores que impedem que os líderes políticos africanos se posicionem contra o líder.

Na 74ª reunião do Conselho de Ministros da OUA, que ocorreu na Zâmbia, em julho de 2001, foi o conjunto de Estados declarou que a desigualdade na distribuição da terra estava no centro dos problemas do Zimbábue, sendo o motivo principal da luta por independência do país e a origem da crise que assolava o Estado.³⁵⁶ Sendo esta condição um resquício do passado colonial, a OUA defendia, nas mesmas linhas que o governo do Zimbábue, que a crise deveria ser solucionada por meio de negociações entre Zimbábue e Reino Unido.

³⁵⁵ MCKINLEY, Dale T. “South African Foreign Policy Towards Zimbabwe under Mbeki”. *Review of African Political Economy*, Vol. 31, No. 100, 2004, p. 357.

³⁵⁶ CM/Dec.46 (LXXIV), Draft Decision On The Land Question In Zimbabwe.

A organização salientou que as críticas ocidentais eram uma tentativa de isolar e vilificar o Zimbábue, e que a introdução de questões políticas alheias à questão da terra era uma tentativa de deslocar o foco das responsabilidades da Grã-Bretanha. A OUA indicou seu apoio ao governo da ZANU-PF aplaudindo os esforços de Mugabe para redistribuir a terra, reconhecendo progresso no programa de reforma agrária rápida iniciado em 2000 e reclamando do Reino Unido o financiamento prometido em Lancaster House.³⁵⁷ Também foram aclamados os esforços da África do Sul e da Nigéria de mediar o diálogo entre Zimbábue e Reino Unido.³⁵⁸

Posteriormente, quando as políticas de repressão contra a oposição do regime de Mugabe tornaram a dimensão política da crise do Zimbábue clara, a organização apoiou os esforços da África do Sul para promover negociações entre o governo e o MDC, e não emitiu relatórios, decisões ou declarações sobre o Zimbábue. A União Africana (UA) substituiu a OUA em 2002, e a crise não entrou em sua agenda nas cúpulas que ocorreram até 2004, pois para isto seria necessário que um Estado requeresse a inclusão oficial do tema – o que nenhum dos membros desejava fazer devido ao prestígio de Mugabe e às políticas de solidariedade – ou o envolvimento da organização em um processo de reconciliação no Estado, o que não era o caso, já que ela aceitara as eleições de 2000 e 2002 como legítimas e justas.³⁵⁹

4.2.4 O acompanhamento da crise pela SADC

Apesar de também se mostrar sob a influência dos princípios que inspiram as relações internacionais africanas visíveis no tratamento da crise do Zimbábue pela UA, a SADC, mantendo a o respeito à figura do Presidente Mugabe e à soberania do Zimbábue, se mostrou mais vocal sobre a questão do que a organização continental. Em sua cúpula de 2001, a organização regional se mostrou preocupada com a situação da

³⁵⁷ *Idem.*

³⁵⁸ AHG/Decl.2 (XXXVII), Declaration On The Resolution Of The Land Question In Zimbabwe.

³⁵⁹ CILLIERS, J. *Op. cit.* 2003.

A organização chegou a rejeitar, na Cúpula de julho de 2004, um relatório da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (*African Commission on Human and People's Rights*, ou ACHPR) sobre o Zimbábue que, feito por uma missão enviada ao país em 2002, descrevia a inexistência de liberdade de expressão nele. Após o Zimbábue argumentar que não tivera a oportunidade de examinar o relatório, ele não foi adotado pelo Conselho de Ministros nem constou na agenda da Assembléia dos Chefes de Estado e Governo da organização. NYTimes, “African Leaders Failing Zimbabwe, Prelate Says”, 08/07/2004. RAFTOPOULOS, B.; SAVAGE, T. [Eds.] *Zimbabwe: Injustice and Political Reconciliation*. Institute for Justice and Reconciliation. Institute for Justice and Reconciliation: Cidade do Cabo. 2004. p. 286.

economia do Zimbábue e estabeleceu uma força-tarefa para ajudar o governo de Mugabe a lidar com os problemas do país. Entretanto, ao mesmo tempo, a SADC embasou suas impressões sobre a segurança na região em um relatório feito por Robert Mugabe, então presidente de seu Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança.³⁶⁰

Na cúpula extraordinária de janeiro de 2002, a SADC deixou clara sua preocupação com a campanha presidencial de Mugabe. No comunicado oficial do encontro, seus membros pediram ao Zimbábue respeito aos direitos humanos e a outras condições que garantissem que a eleição fosse livre.³⁶¹ Entretanto, apesar da preocupação, a organização reafirmou sua solidariedade com Mugabe, considerando a eleição, no relatório de observação de sua Força-Tarefa Ministerial, substancialmente livre e justa apesar dos problemas que marcaram a campanha e das falhas no período de votação.³⁶²

A demonstração de preocupação da SADC sobre a questão do Zimbábue com mais clareza e frequência do que a UA é compreensível, pois a SADC e seus membros, Estados vizinhos do Zimbábue, são mais diretamente afetados pelos transbordamentos negativos da crise, na forma de instabilidade, fluxos de refugiados, afastamento de investimentos e capital estrangeiro e aumento da percepção de risco da região. Ainda assim, a organização regional se opôs às sanções da UE, dos EUA e da *Commonwealth*, afirmando que elas eram nocivas ao povo zimbabuano e tinham profundos impactos negativos na África Austral. Embora em nenhum momento se explicou como as sanções, que eram direcionadas, afetavam a população e a região, o então Presidente da SADC, Benjamin Mkapa afirmou, em 2003:

I do not believe the application of sanctions in the case of Zimbabwe is a good, warranted, or even effective strategy. It has not worked, it will not work, and it only makes the life of the ordinary people in Zimbabwe unnecessarily difficult. Those sanctions should now be lifted. The quicker they are lifted, the quicker more influence for positive growth and change can emerge.³⁶³

³⁶⁰ Comunicado da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, que ocorreu em Blantyre, no Malauí, entre 12 e 14 de agosto de 2001.

³⁶¹ Comunicado da Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e Governo da SADC, Blantyre, Malauí, janeiro de 2002.

³⁶² EISA, “Zimbabwe: Excerpts from 2002 African observer mission reports”, março de 2002.

³⁶³ MKAPA, Benjamim. “Faster development of coherent SADC identity and shared destiny”. SADC Today, Vol. 6 No. 4. Outubro de 2003. p.7. Disponível em <http://www.sardc.net/Editorial/sadctoday/V6-4-10-03/SADCTODAYFAoct.pdf> acessado em 01/04/2011.

Apesar de não desejar desafiar a soberania do Zimbábue ou a legitimidade de sua eleição, em suas cúpulas anuais de 2002 e 2003, a SADC mostrou-se preocupada com a falta de alimentos com a situação econômica e política do Zimbábue.³⁶⁴ Na cúpula de 2004, a questão da crise política foi retomada quando a SADC adotou um protocolo com princípios e diretrizes para eleições democráticas na região da África Austral, o *SADC principles and guidelines governing democratic elections*.³⁶⁵ O protocolo demandava dos Estados membros a garantia de eleições regulares, acesso igualitário na mídia para todos os partidos, participação de todos os cidadãos nas eleições, tolerância política, liberdade de associação, educação eleitoral e um judiciário e um sistema eleitoral imparciais.³⁶⁶

Embora a organização reconhecesse a existência de problemas no Zimbábue e indicasse seu descontentamento com sua situação política diplomaticamente, na prática ela não se mobilizou, delegando a responsabilidade de solução da crise à África do Sul, apontada como mediadora. Após o encontro de 2004, o Zimbábue afirmou estar reformando seu sistema político e adequando sua legislação aos princípios do protocolo de eleições democráticas, postura que foi bem vinda pela SADC, que deixou claro seu desejo de que as eleições no país fossem livres e justas e para que as sanções contra o Zimbábue fossem suspensas e ela pudesse normalizar suas relações com EUA e UE.³⁶⁷ Depois disso, no entanto, a organização não verificou se a afirmativa do governo do Zimbábue era verídica, aceitando-a, juntamente com a alegação do Presidente sul-africano Thabo Mbeki de que sua diplomacia silenciosa estava dando resultados.³⁶⁸

4.2.5 A diplomacia silenciosa da África do Sul

A densidade dos laços existentes entre a África do Sul e o Zimbábue, a forte dependência econômica deste em relação à primeira, além do papel de destaque

³⁶⁴ Comunicado da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Luanda, Angola, entre 1 e 3 outubro de 2002 e Comunicado da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Dar es Salaam, Tanzânia, entre 25 e 26 de agosto de 2003.

³⁶⁵ Africa Confidential, “On and on and on”, 24/07/2004. ICG Africa Report No. 86. *Zimbabwe: Another Election Chance*. 2004. SADC Principles And Guidelines Governing Democratic Elections, disponível em <http://www.eisa.org.za/PDF/sadcguidelines.pdf>, acessado em 07/12/2010.

³⁶⁶ KAGWANJA, Peter. “Zimbabwe’s March 2005 Elections: Dangers And Opportunities”. *African Security Review*, Vol. 14, No. 3. 2005. pp. 12-13.

³⁶⁷ Comunicado final da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Grand Baie, Maurício, agosto de 2004.

³⁶⁸ Africa Confidential, “On and on and on”, 21/07/2004.

conferido à ela pelo atores internacionais, tornaram a África do Sul o ator externo mais influente na crise. Enquanto o Ocidente esperava que a África do Sul pressionasse Mugabe os Estados africanos apostaram na mediação de Mbeki para solucionar a crise.

Para lidar com a crise do Zimbábue por meio da diplomacia silenciosa, Mbeki agiu de maneira centralizada, excluindo grupos da sociedade civil, sindicatos trabalhistas e figuras públicas que criticavam as políticas de Mugabe como ao Arcebispo Desmond Tutu.³⁶⁹ O líder procurava aplicar o modelo de reconciliação e divisão pacífica do poder que funcionara para encerrar o regime de *apartheid*. Esta prescrição, que ficou conhecida como doutrina Mbeki, defende que “*South Africa cannot impose its will on others, but it can help to deal with instability in African countries by offering its resources and its leadership to bring rival groups together, and to keep things calm until an election is safely held.*”³⁷⁰ Assim, a manutenção do diálogo com o governo do Zimbábue era imprescindível, sendo necessário para isto, manter as negociações secretas, pois Mugabe não alteraria suas políticas se ficasse claro que estava sendo pressionado. A manutenção de um canal de comunicação com Mugabe na mediação de Thabo Mbeki foi muito importante, pois as relações entre Mugabe e o Ocidente eram marcadas por muita retórica, não existindo um diálogo construtivo.

A possibilidade da África do Sul impor sanções sobre o Estado vizinho, defendida pelos EUA e Reino Unido devido a seu considerável poder econômico na região e sua autoridade moral, sempre foi rejeitada pelo Estado.³⁷¹ Quando foram impostas as sanções direcionadas a membros do governo do Zimbábue, a África do Sul se opôs e, enfatizando que a crise somente seria solucionada diplomaticamente, afirmou ser preciso ajudar a população e não impor sanções contra o governo. O Estado também lutou pelo fim da suspensão do Zimbábue na *Commonwealth* e, em novembro de 2004,

³⁶⁹ KAGWANJA, Peter. *Op. cit.* 2005. pp.13-14. GRAHAM, Victoria. “How firm the handshake? South Africa’s use of quiet diplomacy in Zimbabwe from 1999 to 2006”. *African Security Review*, Vol. 15, No. 4, 2006. p. 117.

³⁷⁰ The Economist, “Come, let’s be friends”, 08/05/2003.

³⁷¹ A autoridade moral do Estado foi adquirida principalmente a partir da política externa de Mandela e reafirmada com o projeto de Renascimento Africano de Mbeki, que adotava princípios democráticos e de boa governança como prioridades africanas. GRAHAM, Victoria. *Op. cit.* p. 125. US State Department, “The Situation in Zimbabwe & Implementing Sanctions - Joint Statement Philip Reeker Washington, DC March 12, 2003 Principal Deputy Assistant Secretary for African Affairs Mark Bellamy and Deputy Assistant Secretary for Democracy, Human Rights, and Labor J. Scott Carpenter on the Situation in Zimbabwe and Current Steps Towards Implementing U.S. Sanctions”, 14/03/2005, The Australian, “US steps up pressure on Mugabe”, 13/03/20003.

bloqueou uma resolução do Terceiro Comitê da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre os abusos de direitos humanos que ocorriam no Zimbábue.³⁷²

Em sua diplomacia silenciosa, Mbeki reconhecia a crise como uma questão doméstica. Assim, ao mesmo tempo em que rejeitava intervenções externas na crise, o líder, embora não pressionasse ou criticasse Mugabe publicamente, incentivava negociações entre ele e Tsvangirai, oferecendo-se para media-las.³⁷³ Críticos argumentam que este tipo de ação permitiu que a crise do Zimbábue se estendesse aos poucos, mas não há garantias de que se a África do Sul tomasse medidas mais drásticas, pressionando Mugabe, ele cederia, pois a postura do líder indica a disposição de se manter no poder mesmo que isto acarretasse o colapso do Estado.

Com sua mediação, a África do Sul procurava impedir este colapso, temendo que, se o regime de Mugabe fosse extinto abruptamente, o Estado zimbabuano poderia se esgotar, impossibilitando suas relações econômicas e aumentando de tal forma o fluxo de refugiados zimbabuanos que este se tornaria um sério problema de segurança na região.³⁷⁴ Assim, diferentemente da UE e dos EUA, a África do Sul não podia ousar uma abordagem dura devido às possíveis conseqüências de uma piora dramática da crise e, com a crise se estendendo aos poucos, mesmo com sua economia em declínio, o Zimbábue ainda apresenta oportunidades para as empresas sul-africanas.³⁷⁵

Além de seu interesse em impedir um final súbito do regime de Mugabe, que seria mais nocivo à região do que a continuação da crise, os Estados africanos não desejam ser vistos como subordinados ao ocidente. Pode-se afirmar isto principalmente da África do Sul, que temia ser vista pelo continente como um hegemon regional a serviço do ocidente, devido a seu passado marcado pelo regime de *apartheid* e à força de valores democráticos ocidentais nas suas políticas durante o regime de Mandela, exemplificadas pelo tratamento da crise da Nigéria em 1995.³⁷⁶ Para ser vista como igual pelos outros Estados africanos e não como um agente do ocidente procurando expandir sua hegemonia pelo continente, África do Sul procurava afastar indícios de que tinha

³⁷² Mail and Guardian, “Diplomacy is the way to handle Harare”, 09/03/2003, Xinhua, “S.Africa opposes sanctions against Zimbabwe”, 09/03/2003, The Daily Mirror, “Zim, Sudan resolutions blocked,” 26/11/2004.

³⁷³ News24, “No smart sanctions against Zim”, 26/03/2003, Africa Confidential, “Slow to go”, 25/07/2003.

³⁷⁴ ADELMANN, Martin. *Op. cit.* 2004.

³⁷⁵ PHIMISTER, Ian; RAFTOPOULOS, Brian. *Op. cit.* 2004. p. 6.

³⁷⁶ SCHOEMAN, M; ALDEN, C. “The hegemon that wasn’t: South Africa’s foreign policy towards Zimbabwe”, *Strategic Review for Southern Africa*. 2003. pp 18–19. GRAHAM, Victoria. *Op.cit.* 2006. p. 119, 121.

interesse em ser um líder regional, pois isto iria contra o valor da igualdade dos Estados soberanos, fortemente enraizado na cultura que permeia as relações internacionais africanas e procurava fortalecer seus laços com outros Estados africanos e garantir o apoio destes para iniciativas sul-africanas como o Renascimento Africano e a NEPAD.³⁷⁷

4.3 Os diferentes tratamentos direcionados à crise

4.3.1 Uma questão de distribuição da terra

Entre 1997 e 2000, quando o governo do Zimbábue passou a designar fazendas para serem adquiridas compulsoriamente e sem compensação para a reforma agrária, suas políticas não foram bem vindas pelos parceiros ocidentais do Estado, que se recusaram a contribuir para um sistema que não era embasado na compra e venda voluntárias de terras. Por sua vez, os Estados africanos aceitaram o discurso da ZANU-PF de que os problemas do Zimbábue eram decorrentes da desigualdade na distribuição de terra no Estado e, aceitando a crise como decorrente das explorações e desigualdades do passado colonial, aceitaram a reforma agrária como uma possível solução.

Mesmo quando, procurando garantir a continuidade de seu regime, a partir de 2000, o governo de Mugabe iniciou um programa populista de reforma agrária rápida embasado na sistemática invasão ilegal de terras por milícias de Veteranos de Guerra, acompanhado por uma campanha de repressão violenta da oposição, representada pelo MDC, e passou a disseminar a narrativa da história patriótica, culpando o ocidente e principalmente o Reino Unido pelos problemas do país, os Estados africanos continuaram a tratar a crise zimbabuana como uma questão relacionada à distribuição de terra e não à continuidade do governo da ZANU-PF.³⁷⁸

Os Estados africanos procuraram contribuir para a solução da crise resolvendo o “problema colonial”, isto é, demandando ajuda internacional – mais especificamente do Reino Unido – para a reforma agrária do Zimbábue de acordo com os termos

³⁷⁷ CLAPHAM, C. *op. cit.* 1996. p. 112. GRAHAM, Victoria. *Op. cit.* 2006. p. 119. NATHAN, Laurie. “SADC's Uncommon Approach to Common Security, 1992-2003”. *Journal of Southern African Studies*, Vol. 32, No. 3. 2006.

³⁷⁸ RANGER, Terence. *Op. cit.* 2004. NDLOVU-GATSHENI. *Op. cit.* 2003. p. 104. KRIGER, Norma. *Op. cit.* 2006. pp. 13-15. ICG Africa Report N° 22. *Op. cit.* 2000. p. 2. Panafrikan News Agency, “Mugabe Unveils Land Reform Election Manifesto”, 04/05/2000.

estabelecidos na Conferência de Lancaster House. A iniciativa foi liderada pela África do Sul, que também concedeu ao Estado, em fevereiro de 2000, um pacote de U\$133 milhões para garantir seu estoque de combustível e eletricidade.³⁷⁹

A OUA, que posteriormente se tornaria a UA, demonstrou estar de acordo com a versão do governo do Zimbábue, de que a crise era causada pela desigualdade na distribuição de terra. Na cúpula da organização de julho de 2000, o Conselho de Ministros decidiu que uma melhor distribuição da terra era central para o desenvolvimento e a estabilidade de longo prazo do Zimbábue e, sendo esta questão uma herança do período colonial, a responsabilidade por sua solução recaía sobre o Reino Unido. A OUA encorajou, portanto, o diálogo entre o Zimbábue e a potência, e pediu que esta honrasse suas obrigações de acordo com o tratado de Lancaster House, financiando a reforma agrária no Zimbábue.³⁸⁰ Na mesma cúpula, a Assembléia de Chefes de Estado e Governo emitiu uma declaração denunciando o ZDERA como uma tentativa norte-americana de interferir nos assuntos domésticos de um dos seus Estados membros, dissuadindo a transformação da proposta em lei.³⁸¹

A SADC, em sua 20ª cúpula, que ocorreu em 2000, na Namíbia, também recomendou a suspensão do ZDERA antes que ele se tornasse uma lei efetiva e enviou diplomatas a Washington com este fim. Reconhecendo a raiz colonial da crise, o então presidente da organização, Joaquim Chissano, criticou as grandes potências por tentarem encobrir a história da luta por independência africana retratando seus heróis como antidemocráticos ou ditadores. A SADC também pediu aos presidentes da África do Sul e do Malauí que promovessem negociações entre o Zimbábue e o Reino Unido.³⁸²

O Presidente sul-africano Thabo Mbeki procurou obter financiamento para a reforma agrária do Zimbábue e, juntamente com a Nigéria, a África do Sul obteve, após encontros com o Secretário Geral das Nações Unidas e com o apoio do UNDP, fundos do Banco Mundial e de doadores ocidentais condicionados ao estabelecimento de um programa de reforma agrária liberal, que construísse confiança internacional no país.

³⁷⁹ A iniciativa não é um exemplo de altruísmo, além de interessada em impedir o colapso do Zimbábue, que lhe traria conseqüências negativas, a África do Sul garantiu que boa parte dos fundos foi para as parastatais sul-africanas Eskom e Sasol, as maiores fornecedoras de energia para o Zimbábue. ADELMANN, Martin. *Op.cit.* 2004. p. 259.

³⁸⁰ CM/Dec.544 (LXXII) Rev.1, Decision On Developments In Zimbabwe.

³⁸¹ AHG/St.1 (XXXVI), Statement On Zimbabwe

³⁸² Comunicado final da Cúpula da SADC, Windhoek, Namíbia, agosto de 2000.

Uma semana após aceitar a proposta, Mugabe afirmou, em um discurso doméstico, que não aceitara o acordo e que as invasões de terras continuariam, como de fato ocorreu.³⁸³

4.3.2 Uma questão doméstica

A recusa de Mugabe em ceder às demandas dos doadores – que já ocorrera após a conferência de doadores de setembro de 1998 para angariar fundos para a reforma agrária – sabotou a iniciativa da África do Sul e demonstrou que tratar a distribuição de terra não solucionaria a crise zimbabuana, pois o cerne da questão era a manutenção do governo da ZANU-PF e a reforma agrária rápida era uma medida populista para garantir isto e não teria sua forma alterada.³⁸⁴

A partir de então, estando claro o desejo do governo de garantir a continuidade de seu regime a qualquer custo, os Estados africanos e do Sul, embora ainda reconhecessem a distribuição da terra como uma fonte de instabilidades que deveria ser solucionada, passaram a aceitar a existência de uma crise política no país. Isto não implicou, no entanto, em uma aproximação da posição ocidental. Os Estados que apoiavam Mugabe aceitaram a crise política como uma questão doméstica, que deveria ser solucionada em um acordo entre o governo e oposição, sem intervenções externas.

Os Estados da África Austral desejavam, assim como as potências ocidentais, observar as eleições de 2000 e 2002 no Zimbábue, mas seus interesses no processo eram diferentes daqueles ocidentais, que temendo que a eleição não fosse livre ou justa desejavam conter a violência e as invasões de terras que marcavam o período de campanha. Apesar de também se preocuparem com a crise do Zimbábue, temendo seus efeitos, os Estados vizinhos não desejavam comprometer suas relações com Mugabe e não acreditavam que as estratégias ocidentais de isolamento e críticas públicas solucionariam a crise, podendo, na verdade, gerar mais instabilidade.

É possível perceber a partir dos relatórios emitidos pelas missões de observação da África do Sul, da SADC e da OUA, que elas interpretaram os acontecimentos que marcaram os processos eleitorais de forma diferente das missões ocidentais, vendo com olhos mais brandos a violência e a intimidação que marcaram as campanhas eleitorais e

³⁸³ Reuters, “Mugabe misleads Mbeki”, 04/08/2000.

³⁸⁴ ICG Africa Report No. 85. *Op. cit.* 2004. pp. 61-63. ADELMANN, Martin. *Op. cit.* 2004. p. 261.

procurando legitimar as eleições. Seus relatórios reconheceram a violência e a intimidação que marcaram a campanha eleitoral, a desigualdade no espaço dado na mídia ao governo e à oposição e o impedimento do MDC de fazer campanha em algumas regiões, mas tudo isto não foi considerado suficiente para deslegitimar a eleição.³⁸⁵ Diferentemente das missões da UE, da *Commonwealth* e da Austrália, que concluíram que a campanha limitou a liberdade de escolha dos eleitores, nos relatórios africanos foi enfatizada a atmosfera pacífica que caracterizou os dias de votação e a eleição, que não foi livre ou justa, foi elogiada por ser pacífica e organizada.³⁸⁶

Assim como as missões ocidentais e da *Commonwealth*, a OUA, a Missão do Parlamento da SADC e o Fórum de Comissões Eleitorais dos membros da SADC (SADC-ECF) reconheceram com preocupação que muitos eleitores foram impedidos de votar devido a falhas na lista de eleitores. No entanto, o SADC-ECF afirmou que tais problemas não chegaram a afetar a eleição, a qual, apesar da violência, foi transparente, bem administrada e legítima, refletindo o desejo do povo.³⁸⁷ A OUA também tomou conhecimento de incidentes esparsos de tentativas de intimidação de eleitores, mas concluiu que eles não impediram os eleitores de exercerem seu direito ao voto.³⁸⁸

Muitos líderes africanos também adotaram o discurso de história patriótica característico de Mugabe, condenando as críticas das missões de observação ocidentais como tentativas de ingerência externa sobre o processo eleitoral. O Presidente da Tanzânia, Bejanmin Mkapa descreveu os observadores ocidentais como vingativos, tendenciosos, agressivos, com idéias erradas e preconceituosas, e a *South-West Africa People's Organisation* (SWAPO), da Namíbia, viu na vitória da ZANU-PF um aviso ao ocidente de que o povo africano não toleraria intervenções externas em seus assuntos.³⁸⁹

³⁸⁵ Zimbabwe Independent, “Zanu PF takes terror campaign to towns”, 05/05/2000, Report of the Commonwealth Observer Group, The Parliamentary Elections in Zimbabwe, 24-25 June 2000, p. 37, CBC, “Observers say Zimbabwe election unfair”, 26/06/2000, IRIN, “IRIN Focus On EU Election Verdict”, 26/06/2000, Panafrican News Agency, “EU Cites Flaws In Zimbabwean Election”, 26/06/2000.

³⁸⁶ Segundo Stephen Chan, o governo orquestrou uma das mais bem preparadas eleições, e todo o aparato autoritário foi ocultado durante os dias da votação e contagem. CHAN, S. *Op. cit.* 2005. LAAKSO, Lisa. *Op. cit.* 2002, p. 4-7 e 24. The Post, “Free and fair elections”, 30/06/2000.

³⁸⁷ IRIN, “IRIN Focus On Mixed Reviews By International Observers”, 28/06/2000. SADC-ECF Observer Mission Report, “Zimbabwe 2000”, disponível em <http://www.eisa.org.za/WEP/zim2000om1.htm>, acessado em 12/10/2010.

³⁸⁸ Segundo o relatório da Commonwealth, 36 pessoas foram assassinadas, milhares sofreram ferimentos e 7.000 foram deslocados. Report of the Commonwealth Observer Group, The Parliamentary Elections in Zimbabwe, 24-25 June 2000, p. 20. OAU interim statement, “Zimbabwe 2000”, disponível em <http://www.eisa.org.za/WEP/zim2000om2.htm>, acessado em 12/10/2010. Australian Parliamentary Observer Mission, Delegation Statement on Zimbabwe Elections, 24-25 June 2000.

³⁸⁹ LAAKSO, Lisa. *Op. cit.* 2002. p. 23.

O Diretor Executivo Adjunto do *Centre for Democracy and Development* de Gana, mesmo reconhecendo a violência e intimidação que ocorreram na campanha eleitoral, louvou a eleição como um modelo de democracia real, a “melhor dos últimos tempos observada na África”.³⁹⁰ O Comitê de Segurança e Defesa da SADC mostrou-se preocupado com a influência de forças externas nas eleições do Zimbábue e o Conselho de Ministros da OUA lamentou as tentativas de “interesses exteriores” interferirem e influenciarem, por meio de recursos e da manipulação da mídia, o resultado da eleição, ameaçando, assim, a independência do Zimbábue.³⁹¹

Parecia que na campanha da eleição presidencial de 2002, na qual houve mais problemas do que em 2000, os Estados africanos dariam maior atenção a eles, pois, em janeiro de 2002, em sua Cúpula Extraordinária, a SADC pediu ao Zimbábue que garantisse o não envolvimento de militares na eleição e:

full respect for human rights, including the right to freedom of opinion, association and peaceful assembly for all individuals; the commitment to investigate fully and impartially all cases of alleged political violence in 2001 and action to do so; a Zimbabwean Electoral Supervisory Commission which is adequately resourced and able to operate independently; the accreditation and registration of national independent monitors in good time for the elections; a timely invitation to, and accreditation of a wide range of international election observers; commitment to freedom of expression as guaranteed by the Constitution of Zimbabwe; reaffirmation by Zimbabwe of its practice of allowing national and international journalists to cover important national events, including elections, on the basis of its laws and regulations; commitment by the government of Zimbabwe to the independence of the judiciary and to the rule of law; and the transfer by the Government of Zimbabwe of occupiers of non designated farms to legally acquired land.³⁹²

Ao mesmo tempo, procurando demonstrar que não desejava constranger o governo, o comunicado afirmava que a expectativa da SADC era de que a eleição seria livre e justa e indicava sua preocupação com a propaganda hostil ao governo do Zimbábue emitida por Estados ocidentais.³⁹³ Após a eleição novamente ficou clara a tentativa legitimar uma eleição problemática a qualquer custo quando a Força-Tarefa Ministerial da SADC concluiu que “*despite reported incidents of pre-election violence*

³⁹⁰ The Accra Daily Mail, “CDD Director Lauds Zimbabwe Election”, 31/07/2000.

³⁹¹ Panafrikan News Agency, “Ministers Condemn External Interference in Elections”, 26/07/2000. CM/Dec.544 (LXXII) Rev.1, Decision On Developments In Zimbabwe.

³⁹² Comunicado da Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e Governo da SADC, Blantyre, Malauí, janeiro de 2002.

³⁹³ *Idem.*

*and some logistical shortcomings during voting,(...) the elections were substantially free and fair (...) a true reflection of the will of the people of Zimbabwe.”*³⁹⁴

A OUA declarou a eleição “*transparent, credible, free and fair,*” afirmando que questões como o número de postos de votação e alterações legais não eram da alçada dos observadores, mas assuntos domésticos do Zimbábue. Reafirmando isto, os presidentes do Quênia e da Tanzânia parabenizaram Mugabe pela vitória e os observadores da *Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA)* declararam que a eleição foi conduzida com credibilidade, liberdade e justiça.³⁹⁵ África do Sul considerou o desenvolvimento da eleição satisfatório, afirmando que a violência fora contida pelo governo e a participação da oposição fora ativa, legitimando os resultados.³⁹⁶ Os observadores do *African National Congress (ANC)* declararam que mesmo com falhas “*the will of the people of Zimbabwe has prevailed.*”³⁹⁷ As missões da Nigéria e da Namíbia, também reconheceram que a eleição, livre e justa, refletiu os desejos do povo do Zimbábue. O líder da missão da Namíbia afirmou que “*we are largely satisfied with administrative arrangements of the electoral process*” e “*the system is water tight without room for rigging,*” enquanto a missão nigeriana elogiou a atmosfera pacífica na qual a votação ocorreu, afirmando não notar nada que maculasse a integridade da eleição.³⁹⁸

Destoaram destas declarações apenas duas opiniões. Uma foi a do Fórum Parlamentar da SADC, que concluiu que, apesar das garantias do governo do Zimbábue de que a eleição seria livre e justa e a campanha do governo seria pacífica e incluiria a oposição, a atmosfera de insegurança e violência que predominava no Zimbábue desde 2000 impediu a eleição presidencial de estar de acordo com suas normas e padrões para eleições democráticas.³⁹⁹ A outra foi a do Presidente do Senegal Abdoulaye Wade que, apesar de não se considerar apto a dizer se a eleição deveria ser invalidada, afirmou que

³⁹⁴ EISA, “Zimbabwe: Excerpts from 2002 African observer mission reports”, março de 2002, disponível em <http://www.eisa.org.za/WEP/zim2002om1.htm>, acessado em 29/10/2010.

³⁹⁵ CNN, “Africa 'damaged' by Mugabe poll”, 15/03/2002.

³⁹⁶ Interim Statement by the SA Observer Mission on the Zimbabwean Presidential Elections of 9 and 10 March 2002, de 13/03/2002.

³⁹⁷ EISA, “Zimbabwe: Excerpts from 2002 African observer mission reports”, março de 2002.

³⁹⁸ *Idem.*

³⁹⁹ SADC Parliamentary Forum Election Observation Mission To Zimbabwe Report, 2002, p. 14-15 e 29 e SADC Parliamentary Forum, Norms and Standards for Elections in the SADC Region, 25/03/2001. Disponível em http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/regional-resources-africa/sadcpf_electionnormsstandards.pdf/view, acessado em 27/10/2010.

“From what I know, these elections do not conform to the norms that I would expect for elections.”⁴⁰⁰

Com a exceção destas opiniões, a resposta africana aos resultados da eleição foi favorável ao ZANU-PF, contrastando com aquela dos Estados ocidentais e explicitando a polarização dos observadores internacionais em dois grupos, um interessado em identificar as falhas no processo e criticar o governo da ZANU-PF, e outro em garantir a legitimidade da eleição, censurando o primeiro grupo por tentar interferir no processo.⁴⁰¹

A avaliação das eleições foi politizada devido aos interesses dos observadores e à sua projeção internacional, tornando-se eventos nos quais era colocada a prova a legitimidade do governo de Mugabe e a credibilidade do comprometimento africano com valores democráticos e de boa governança.⁴⁰² Devido aos problemas nas eleições, reconhecidos mesmo por aqueles que aceitaram sua validade, sua legitimação mostrou-se mais nociva à credibilidade dos observadores africanos do que melhorou a imagem dos processos eleitorais do Zimbábue, gerando repercussões negativas para a África.

Vendo a recepção favorável das eleições zimbabuanas no contexto maior, das relações internacionais da África com o Ocidente, é possível compreender a aparente contradição da suspensão do Zimbábue da *Commonwealth* em 2002, decidida por um comitê composto pelos Presidentes da Nigéria, da África do Sul e pelo Primeiro Ministro australiano. Esperava-se que, com maioria africana, a tróica da *Commonwealth* decidiria não suspender o Zimbábue da organização, pois África do Sul e Nigéria haviam declarado as eleições do Zimbábue legítimas, mas isto não aconteceu.⁴⁰³

A legitimação dos resultados da eleição presidencial do Zimbábue de 2002 pela África do Sul e pela Nigéria foi motivada pelo desejo de manter boas relações com

⁴⁰⁰ BAKER, Bruce. *Op. Cit.* 2002. pp. 1150-1152.

⁴⁰¹ Com base em relatórios provisórios e declarações, o Botswana Centre For Human Rights procurou comparar as perspectivas dos observadores nas eleições de 2002, oferecendo um panorama das falhas no processo eleitoral e da opinião dos diversos observadores. Ver Ditshwanelo - The Botswana Centre For Human Rights. “Press Statement on Zimbabwe Presidential Electoral Process”. 2002. BAKER, Bruce. *Op. Cit.* 2002. pp. 1150-1152.

⁴⁰² Africa Confidential, “Election Arithmetic”, 08/03/2002, Africa Confidential, “Will the real Thabo Mbeki stand up?”, 17/05/2002. LAAKSO, Lisa. *Op. cit.* 2003. pp. 4-7.

⁴⁰³ A África do Sul afirmou que as eleições, embora não livres e justas, foram legítimas, representando o desejo do povo do Zimbábue. Há notícias de um relatório sul-africano sobre as eleições de 2002 no Zimbábue, mas esta nunca foi tornado público e Mbeki, que declarou as eleições democráticas, negou sua existência. CNN, “Africa 'damaged' by Mugabe poll”, 15/03/2002, SW Radio Africa, “SA newspaper fights for release of Zim 2002 election report”, 25/05/2010, Zimbabwe Situation, “No Zim poll violence report: Mbeki”, 09/08/2010, Africa Confidential, “Will the real Thabo Mbeki stand up?”, 17/05/2002. HAMILL, J. “South Africa and Zimbabwe”. *Contemporary Review*. Vol 34. No. 6. Julho 2002.

Mugabe e não desafiar sua soberania, mas ambos os Estados não estavam satisfeitos com o resultado do processo eleitoral e o déficit democrático do Zimbábue.⁴⁰⁴ Isto fica claro após a eleição quando, mesmo aceitando seu resultado para não desafiar Mugabe, os presidentes Mbeki e Obasanjo propuseram a formação de um governo de coalizão entre ZANU-PF e MDC para solucionar a crise domesticamente, evitando críticas públicas e interferências externas.⁴⁰⁵ Os líderes africanos, apesar de apoiarem publicamente o regime de Mugabe não tinham interesse na continuação e intensificação da crise, e a insistência do líder em manter-se no poder mesmo que isto significasse a destruição de seu país poderia causar um transbordamento da crise e ameaçar iniciativas de inserção internacional do continente africano no mundo globalizado.

A partir de 1999, o Presidente sul-africano Thabo Mbeki desenvolveu a *African Renaissance*, procurando conferir relevância para o pan-africanismo, reafirmar a liderança da África do Sul democratizada no continente estreitando seus laços com outros Estados africanos, e encerrar a marginalização que marcava a África após a Guerra Fria.⁴⁰⁶ A efetiva inclusão africana na comunidade internacional, dominada por valores ocidentais, não seria possível enquanto fosse mantida uma cultura contrária a estes valores, cultura que a continuação da crise do Zimbábue e a postura diplomática africana simbolizavam, contribuindo para o isolamento da África.

No âmbito da *African Renaissance* foi criada a NEPAD, uma proposta específica de inserção internacional da África que salientava o vínculo entre desenvolvimento econômico, boa governança e democracia. Reconhecendo que “*development is impossible in the absence of true democracy, respect for human rights, peace and good governance*,” o projeto apropriava-se instrumentalmente de valores liberal-democráticos como prioridades africanas e previa a melhora dos índices democráticos e de direitos

⁴⁰⁴ HAMILL, J. *Op. cit.* 2002.

⁴⁰⁵ Em troca de implementar o acordo, o governo do Zimbábue seria recompensado com um pacote de resgate econômico e a retomada das relações com as instituições financeiras internacionais. Africa Confidential, “On the knife-edge”, 22/03/2002, ABC News, “S. Africa Urges Mugabe to Consider Unity Government”, 15/03/2002, Reuters, “Africa bids to avert Commonwealth Zimbabwe ban”, 15/03/2002. ICG Africa Report N° 47. *Zimbabwe: What Next?*. Junho 2002. pp. 7-9, 15-17.

⁴⁰⁶ DÖPCKE, Wolfgang. “Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African development”. *Rev. bras. polít. int.* [online]. Vol.45, No.1. 2002(B). Para uma discussão sobre as dificuldades de inserção internacional da África após o final da Guerra Fria, ver DÖPCKE, Wolfgang. “A inserção internacional da África sob o signo da globalização e do fim da bipolaridade – teses e idéias.” História, Universidade de Brasília.

humanos nos Estados Africanos, que receberiam, em troca, investimentos que facilitariam sua inserção no mundo globalizado.⁴⁰⁷

We want to see an African Continent in which the people participate in systems of governance in which they are truly able to determine their destiny and put behind us the notions of democracy and human rights as peculiarly “Western” concepts. Thus would we assume a stance of opposition to dictatorship, whatever form it may assume. Thus (...) we say that we must ensure that when elections are held, these must be truly democratic, resulting in governments which the people would accept as being genuinely representative of the will of the people.⁴⁰⁸

A eleição presidencial do Zimbábue apresentou-se como um teste do comprometimento africano com a defesa dos valores previstos na NEPAD, e a reação africana de legitimar a eleição em solidariedade a Mugabe reafirmou um africanismo soberanista e colocou em cheque a credibilidade da iniciativa, gerando descrédito quanto ao comprometimento africano com os valores democráticos e contribuindo para o isolamento da África.⁴⁰⁹ Procurando garantir a credibilidade do renascimento africano e da NEPAD, Mbeki e Obasanjo propuseram o governo de coalizão, mas quando a iniciativa fracassou, pois Mugabe e Tsvangirai não aceitaram negociar, a África do Sul e a Nigéria ficaram em uma posição difícil, procurando satisfazer as demandas de democratização ocidentais sem desafiar os valores africanistas.

Como continuavam os problemas do Zimbábue, embora não se pronunciassem contra Mugabe em nome de seus Estados, no âmbito da *Commonwealth*, Mbeki e Obasanjo apoiaram a suspensão do Estado. Para dar maior credibilidade a suas ações e não ameaçar suas credencias africanistas, Mbeki enfatizou publicamente que a decisão de suspensão foi tomada com base no relatório de observação da *Commonwealth*, que concluía que houvera muita violência política na eleição e o eleitorado não pudera expressar seus desejos livremente e, por isto, a decisão tomada no âmbito da tróica fora diferente daquela defendida pelo governo da África do Sul, que legitimara a eleição.⁴¹⁰

⁴⁰⁷ Ver *New Economic Partnership for African Development*, outubro de 2001, p. 17. Disponível em http://www.nepad.org/system/files/framework_0.pdf, acessado em 31/10/2010.

⁴⁰⁸ Thabo Mbeki, “Statement by Deputy President Mbeki at the African Renaissance Conference”, Johannesburg, 28/09/1998, disponível em www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/I998/tmo928.html, acessado em 19/10/2010.

⁴⁰⁹ DÖPCKE, Wolfgang. *Op. cit.* 2002 (A). p. 44. ICG Africa Report N°47. *Op.cit.* 2002. TAYLOR, Ian, “Commentary: the New Partnership for Africa’s Development and the Zimbabwe Elections: Implications and Prospects for the Future.” *African Affairs*. No. 101. 2002 (C). pp. 403-412. Africa Confidential, “Part of the union”, 12/07/2002.

⁴¹⁰ MBEKI, Thabo. “We will resist the upside-down view of Africa”. ANC Today, Volume 3, No. 49. 12-18 Dezembro 2003, CNN, “Commonwealth trio to meet on Zimbabwe”, 15/03/2002, CNN, “Africa

Percebe-se, assim, que a aparente inconsistência nas ações dos líderes africanos é fruto do embate entre os discursos africanista e liberal-democrático que eles tentavam defender simultaneamente para promover iniciativa do renascimento africano sem desafiar a cultura de solidariedade africana.⁴¹¹ No entanto, a relutância em apontar a os problemas da eleição do Zimbábue enfraqueceu a credibilidade do comprometimento africano com valores democráticos, fortalecendo o afro-pessimismo e mesmo com a suspensão do Zimbábue da *Commonwealth*, a NEPAD perdeu seu destaque.⁴¹²

Depois deste episódio, os Estados africanos, mais especificamente Nigéria e África do Sul, retomaram sua postura de apoio público a Mugabe, e no ano de 2003, quando foi levantada a questão da continuação da suspensão do Zimbábue da *Commonwealth*, eles demandaram a readmissão do Estado, assegurando que isto facilitaria a negociação de uma solução para a crise. No entanto, mesmo sem consenso dentro da organização, na CHOGM de dezembro de 2003 a suspensão do Zimbábue foi continuada indefinidamente e Mugabe decidiu unilateralmente retirar-se dela.⁴¹³

Na eleição parlamentar de 2005 o Zimbábue rejeitou a maioria dos observadores estrangeiros, convidando apenas aqueles simpáticos a seu governo. Por isto, o aval da SADC era importante para legitimar a eleição internacionalmente. Para estar em conformidade com os *SADC principles and guidelines governing democratic elections*, o governo prometeu reformas no sistema eleitoral, abrindo acesso na mídia para a oposição e reduzindo a violência e intimidação. Embora estas medidas foram seletivas e feitas tardiamente, Thabo Mbeki mostrou-se certo de que o Zimbábue comprometera-se com os princípios e diretrizes da SADC, e que a eleição seria livre e justa. A SADC aceitou suas palavras e não enviou conferiu o andamento das reformas.⁴¹⁴

'damaged' by Mugabe poll", 15/03/2002, The Age, "Highlights of Commonwealth statement on Zimbabwe", 19/03/2002.

⁴¹¹ ALDEN, Chris; SOKO, Mills. South Africa's economic relations with Africa: hegemony and its discontents. *J. of Modern African Studies*. Vol. 43, No. 3, 2005. pp370-373.

⁴¹² WAAL, Alex, "What's New in the 'New Partnership for Africa's Development'?" *International Affairs*, Vol. 78, No. 3. 2002.

⁴¹³ Reuters, "Troika stings Mugabe", 18/03/2003. Segundo a Alta Comissária da África do Sul para o Reino Unido, Lindiwe Mabuza, os membros da *Commonwealth* que eram membros do NAM e da SADC criticaram a continuação da suspensão, e a medida não era favorecida pela maioria dos membros da *Commonwealth* ou da tróica. IRIN, "ZIMBABWE: Commonwealth suspension questioned", 24/03/2003, The Herald, "Sadc diplomats back Zimbabwe", 17/04/2003.

⁴¹⁴ Leis restritivas como o Public Order and Security Act (POSA) e o Access to Information and Protection of Privacy Act (AIPPA) foram mantidas, não foram garantidos direitos de fazer reuniões, proteção contra violência política ou acesso à mídia para a oposição, o espaço político continuou restrito, o sistema de governança repressivo, continuaram a intimidação e a violência contra a oposição e as forças de segurança mantiveram-se sob o controle da ZANU-PF. Human Rights Watch Press Statement,

Embora ocorressem episódios de violência e intimidação, os relatórios indicam que eleição foi muito mais calma e pacífica do que as que a antecederam.⁴¹⁵ Os problemas da eleição incluíram incidentes de intimidação, uma lista de eleitores cheia de erros, o uso de alimentos como arma política, o monopólio da educação eleitoral pelo governo, seleção de observadores e atraso no seu credenciamento, impedindo muitas missões de observarem a fase da campanha e discrepâncias nos resultados anunciados, indicando a possibilidade de fraude.⁴¹⁶ Estes excessos, o pequeno número de observadores internacionais e a obstrução de ONGs de direitos humanos conferiram pouca credibilidade à eleição, que não foi aceita pelos EUA e pela UE.⁴¹⁷

Mugabe rejeitara observadores de Estados ou organizações que haviam criticado as eleições anteriores e, para legitimar a eleição convidou observadores da UA, da África do Sul e da SADC.⁴¹⁸ Com efeito, a África do Sul notou uma grande melhora no clima da eleição comparado àquele das eleições de 2000 e 2002, declarando-a de acordo com a legislação do Zimbábue e os Princípios e Diretivas da SADC para eleições democráticas. Segundo ela, as alegações da oposição de que a lista de eleitores tinha problemas eram infundadas e, apesar de presenciar episódios de violência e abuso de forças policiais contra o MDC, concluiu que a eleição refletiu o desejo do povo.⁴¹⁹

As missões de observação de Botsuana, do Malauí, da UA, da SADC e do SADC *Electoral Commissions Forum* se pronunciaram de forma similar, complementando que o acesso à mídia pelos partidos foi justo e a eleição livre e

“Zimbabwe: Electoral Bill fails to Meet Benchmarks”, 24/11/2004. KAGWANJA, Peter. *Op. cit.* 2005. Mail & Guardian, “Mbeki: No one will hamper fair Zim vote”, 02/03/2005.

⁴¹⁵ Africa Confidential, “Waiting for Kiev”, 01/04/2005.

⁴¹⁶ KAGWANJA, Peter. *Op. cit.* 2005. p. 2. EISA, Election Update, Zimbabwe, No. 3. 2005. p. 3. Africa Confidential, “Special report: Zimbabwe Elections 2005, What happened in Matebeleland?”, abril 2005, Zimbabwe Independent, “Violence hots up,” 11/02/2005, The Herald, “31 ZANU PF supporters denied bail,” 11/02/2005, Zimbabwe Standard, “Terror in Mutare as ZANUPF thugs demand cards”, 27/02/2005.

⁴¹⁷ EISA, Election Update 2005, Zimbabwe, No. 1, 2005. pp. 7-10, 15-16. Foreign & Commonwealth News, “Straw Statement on Zimbabwe”, 21/02/2010, News24, “U.S.: Zim polls not free or fair”, 02/04/2005, BBC News, “US anger over Zimbabwe reporters”, 23/02/2005. EMBAIXADA DOS EUA, “Statement on US Embassy observation of Zimbabwean parliamentary elections”. 2005. EMBAIXADA DOS EUA, “United States Embassy concerned over the tabulation of vote counts”. 06/04/2005. ZIMBABWE LAWYERS FOR HUMAN RIGHTS, “Report on the March 2005 parliamentary elections in Zimbabwe”. 2005.

⁴¹⁸ Africa Confidential, “Matebeleland moves on”, 18/03/2005. EISA ELECTION UPDATE, ZIMBABWE, No. 1, 2005. p. 14. EISA Not Observing Zimbabwean Elections, Press Statement: 15 March 2005. SADC PF 2005 "SADC Parliamentary Forum's position regarding observation of the 2005 Zimbabwe parliamentary elections". 10/03/2005.

⁴¹⁹ EISA ELECTION UPDATE, Zimbabwe. No. 1. 2005, p. 4. South African Observer Mission, “Preliminary Statement”. 02/04/2005.

justa.⁴²⁰ Embora reconhecesse a necessidade de algumas melhorias, a SADC aprovou o processo, congratulando o Zimbábue pela eleição bem administrada, transparente e digna de confiança, que permitiu a expressão do desejo do povo e contribuiu para a democracia e estabilidade política do país e da região por ser o primeiro Estado a incorporar os padrões e normas eleitorais da SADC.⁴²¹

A divergência nas opiniões africana e ocidental indica que novamente nenhum dos grupos observou a eleição com neutralidade e suas impressões, entrevistas nos pronunciamentos enfatizando determinados aspectos da eleição, continuaram a ser motivadas por interesses diferentes. Tal envolvimento da comunidade internacional, dividida em dois grupos com opiniões diametralmente opostas também ficou claro quando, entre maio e julho de 2005, alegando a necessidade de erradicar habitações ilegais e eliminar o mercado informal para conter a espiral de criminalidade e corrupção e melhorar os padrões de moradia e saúde, entre 24 de maio e 27 de julho de 2005, o governo do Zimbábue coordenou a Operação Murambatsvina, na qual a polícia, o exército e milícias de jovens demoliram favelas e pontos de venda ilegais.

A operação se estendeu de Harare a outros centros urbanos, afetando cerca de 2,4 milhões de pessoas e 133.534 moradias em áreas onde se concentrava a oposição à ZANU-PF.⁴²² Foram violadas diversas convenções internacionais de direitos humanos assinadas pelo Zimbábue e mesmo leis internas do Estado, sendo a operação possível somente devido à retomada de leis coloniais, como o *Regional Town and Country Planning Act*, criado para reforçar a segregação racial e social.⁴²³ Além disso, como não

⁴²⁰ EISA ELECTION UPDATE, ZIMBABWE, No. 1, 2005. pp. 6-7.

⁴²¹ Além de não enviar uma missão para conferir o andamento das reformas legais, a organização se limitou a observar a votação, não se dedicando às fases de campanha e contagem de votos. MATLOSA, Khabele. "Occasional Paper 118: Democratisation at the Crossroads Challenges for the SADC Principles and Guidelines Governing Democratic Elections", *Institute for Security Studies*. Outubro de 2005. SADC Today, "SADC Mission congratulates the people of Zimbabwe for 'peaceful, transparent, credible, and well-managed elections, which reflect the will of the people'", Vol.8, No.1. Abril de 2005. SADC, "SADC Election Observer Mission Preliminary Statement." 2005.

⁴²² POTTS, D. "'Restoring Order'? Operation Murambatsvina and the Urban Crisis in Zimbabwe", *Journal of Southern African Studies*, Volume 32, No. 2. 2006. p. 3. ICG Africa Report N°97. *Op.cit.* Agosto de 2005. pp. 1-4. The Washington Post, "Homeless in Harare", 22/07/2005, Mail and Guardian, "Zim army opposed house demolitions", 08/07/2005.

⁴²³ Cerca de 700 mil indivíduos perderam suas casas e meios de subsistência, 500 mil crianças tiveram sua educação interrompida, sendo forçadas a saírem das escolas e seis pessoas morreram. KAJUMULO TIBAIJUKA, "Report of the Fact-Finding Mission to Zimbabwe to Assess the Scope and Impact of Operation Murambatsvina by the UN Special Envoy on Human Settlements Issues in Zimbabwe". 2005, pp. 5-6. International Crisis Group Africa Report N°97, *Op. cit.* p. 3. BRATTON, M; MASUNUNGURE E. Popular Reactions to State Repression: Operation Murambatsvina in Zimbabwe. *African Affairs*. Vol. 106, No. 422. 2006. p. 3. Africa Confidential, "One law for the poor", 10/06/2005, SW Radio Africa,

há uma correlação entre trabalhadores informais e moradores de favelas, o setor informal continuou a operar, e foi intensificado o declínio econômico e social do país, pois foi gerada uma imensa massa de deslocados internos.⁴²⁴

A ONU e o ocidente reagiram rapidamente, Anna Tibaijuka, diretora do UN Habitat, produziu um relatório sobre a situação, identificando na catástrofe um caso que mobilizava o princípio de Responsabilidade de Proteger.⁴²⁵ A ONU também levantou \$30 milhões para ajuda emergencial no Zimbábue na forma de alimentos, remédios e ajuda para a construção de abrigos temporários, que não foram aceitos pelo governo.⁴²⁶

Os EUA e a UE utilizaram um debate sobre a fome na África Austral para discutir a operação no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas com a presença de Tibaijuka a portas fechadas mesmo com votos contrários de Argélia, Benin, Tanzânia, China e Rússia, que argumentavam que a questão era doméstica.⁴²⁷ As sanções direcionadas foram estendidas a mais indivíduos, a Bélgica negou vistos Zimbábue para uma Cúpula UE-ACP que ocorreria em Luxemburgo, e o parlamento alemão, que incentivara a ampliação do escopo das sanções, pediu ao Conselho de Segurança que investigasse os responsáveis pela Operação Murambatsvina e levasse-os ao Tribunal Penal Internacional (TPI).⁴²⁸

A Austrália e a Nova Zelândia também demandaram do Conselho de Segurança a submissão da operação ao TPI.⁴²⁹ A Austrália reforçou suas próprias sanções, criando uma lista de 127 pessoas com quem firmas australianas não poderiam fazer negócio e retirando o privilégio de zimbabuanos de transitarem por seus aeroportos a caminho de

“Murambatsvina victims dumped in forest”, 18/07/2005, Irin, “Zimbabwe: Man-made tsunami engulfs urban poor”, 21/07/2005, Irin, “Zimbabwe: Displaced cleared from transit centre”, 22/07/2005.

⁴²⁴ POTTS, D. *Op. cit.* 2006. p. 19. International Crisis Group Africa Report N°97, *Op. cit.* pp. 2-3.

⁴²⁵ International Crisis Group Africa Report N°97, *Op. cit.* p. 15-16. Reuters, “UN wants \$30 millions for homeless in Zimbabwe”, 27/11/2005.

⁴²⁶ Reuters, “Mugabe rebuffs UN plans for \$30 mln emergency aid”, 25/08/2005.

⁴²⁷ A reação russa foi inesperada, pois anteriormente, o então Presidente Vladimir Putin afirmara ser necessário não ter medo de barrar ditadores como Mugabe. ZimOnline, “Russian leader brands Mugabe a dictator”, 06/07/2005, Mail & Guardian, “Putin calls Robert Mugabe a dictator”, 06/07/2005, SABC News, “African food crisis spurs UN debate on Zimbabwe”, 01/07/2005, IOL, “Mugabe says no to UN housing offer”, 03/11/2005. International Crisis Group Africa Report N°97, *Op. cit.* p. 16-17.

⁴²⁸ NewZimbabwe, “Belgium in visa snub for Zimbabwe minister”, 22/06/2005, ZimOnline, “Bundestag wants home demolishers before International Criminal Court”, 20/07/2005, EU General Affairs and External Relations Council, “Conclusions”, 18/07/2005, Council of the European Union, “Council Decision implementing Common Position 2004/161/CFSP renewing restrictive measures against Zimbabwe”, 08/06/2005, ZimOnline, “Clean up operation scuppers US policy rethink on Harare”, 06/07/2005, Reuters, “US freezes Zimbabwe farm assets”, 04/08/2005, New Zimbabwe, “United States freezes assets of Mugabe's men”, 04/08/2005, United Press, “U.S. tightens Zimbabwe policy”, 23/09/2005, VOA, “US Widens Sanctions on Zimbabwe Officials”, 23/09/2005

⁴²⁹ CBC News, “Australia, New Zealand pressure UN on Zimbabwe”, 02/07/2005.

outros Estados sem um visto australiano.⁴³⁰ A nova Zelândia, por sua vez, investigou a possibilidade de qualificar a operação como um crime contra a humanidade.⁴³¹

O Ministro do Exterior britânico pressionou a África do Sul, afirmando que até que os líderes africanos reconhecessem os problemas do Zimbábue e agissem, a tirania de Mugabe continuaria.⁴³² No entanto, Mbeki continuou recusando-se a criticar o regime de Mugabe, insistindo que a crise era doméstica e não deveria ser alvo de ingerências externas. Apesar de reconhecer os problemas na implementação da operação, o líder aceitou sua legitimidade, afirmando que não era porque uma cúpula do G8 se aproximava que a África do Sul procuraria agradar as potências mundiais.⁴³³ Ao mesmo tempo, para melhorar a situação doméstica do Zimbábue, a África do Sul cedeu \$470 milhões para alimentos, combustível e o pagamento de dívidas com o FMI.⁴³⁴

A SADC e a UA receberam com silêncio a operação, demonstrando a recusa africana em censurar publicamente as políticas de Mugabe. A SADC se recusou a mencionar a Operação Murambatsvina, e a crise do Zimbábue não foi tratada em suas cúpulas de 2005 e 2006.⁴³⁵ A operação também não foi para a agenda da UA, cujo porta-voz chefe afirmou que, apesar de problemática, a operação estava fora do escopo da organização, sendo questão doméstica.⁴³⁶ A organização também afirmou que se haviam ocorrido violações de direitos humanos, elas deveriam ser tratadas pela ACHPR, e não pelo Conselho de Ministros da UA.⁴³⁷

A ACHPR aprovou, em dezembro de 2005, uma resolução pedindo que o Zimbábue cumprisse as recomendações feitas pela ONU relacionadas à Operação Murambatsvina, respeitasse os direitos fundamentais de seu povo, processasse os responsáveis pela operação e permitisse a entrada de organizações que desejassem

⁴³⁰ The Courier Australia, "Australia tightens sanctions against Zimbabwe", 15/07/2005, SW Radio Africa, "Australian Sanctions List", 25/11/2005.

⁴³¹ The Scotsman, "New Zealand wants to drag Mugabe to International Criminal Court", 16/07/2005. International Crisis Group Africa Report N°97, *Op. cit.* p. 18.

⁴³² Reuters, "Straw urges African leaders to get tough on Mugabe", 22/07/2005.

⁴³³ GRAHAM, Victoria. *Op. cit.* 2006. p. 123. iAfrica, "SA 'irritated' at 'bogeyman' approach", 23/07/2005.

⁴³⁴ International Crisis Group Africa Report N°97, *Op. cit.* p. 13. The Business Day, "SA to bail out Harare to avoid inheriting crisis", 25/07/2005, BBC News, "SA and Zimbabwe discuss bail-out", 04/08/2005", ZimOnline, "SA throws \$500 million lifeline to Harare", 04/08/2005.

⁴³⁵ Comunicado da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Gaborone, Botsuana, agosto de 2005. Comunicado da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Maseru, Lesoto, agosto de 2006.

⁴³⁶ International Crisis Group Africa Report N°97, *Op. cit.* pp. 14-15. Sunday Times, "African heads force Mugabe into talk", 10/07/2005, News24, "Don't interfere in Zim – AU", 24/06/2005.

⁴³⁷ International Crisis Group Africa Report N°97, *Op. cit.* p. 3, BRATTON, M. MASUNUNGURE, E. *Op. cit.* 2006. p. 3. Africa Confidential, "One law for the poor", 10/06/2005.

ajudar as vítimas no país.⁴³⁸ No entanto, esta declaração, uma das mais duras emitidas por uma instituição africana sobre o Zimbábue, foi ignorada ao ser submetida com o relatório da ACHPR no encontro de 2006 da UA e, quando o relatório foi publicado, as partes que tratavam do Zimbábue foram excluídas.⁴³⁹

4.3.3 A aparente intensificação da pressão regional

Em 2007 ocorreu a eleição do Senado do Zimbábue, estabelecido por uma emenda constitucional proposta pela ZANU-PF.⁴⁴⁰ Devido à situação de crise do país, as condições repressivas nas qual e a eleição ocorreu, a falta de informação generalizada sobre o processo e o boicote proposto por parte do MDC, que enfraqueceu e cindiu o partido, houve pouco interesse e participação popular na eleição.⁴⁴¹ Diferentemente das eleições anteriores, esta eleição não foi muito significativa, sendo chamada de “*non event*” por Tsvangirai e pelos EUA.⁴⁴² O número de eleitores e de observadores credenciados foi o mais baixo na história do país, desinteresse devido à crença de que a eleição já tinha seu resultado determinado.

Neste ano, a economia do Zimbábue estava em frangalhos, o sistema de serviços básicos do Estado, como educação e saúde, não dava conta de atender às demandas da população, 80% da população vivia abaixo da linha da pobreza e a expectativa de vida

⁴³⁸ Comunicado Final da 38ª sessão da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, Banjul, Gâmbia, novembro/dezembro de 2005.

⁴³⁹ Assembly/AU/Dec.101(VI), Decision on the 19th Activity Report of the African Commission On Human And Peoples' Rights - (Doc. EX.CL/236 (VIII)). SW Radio Africa, “African Commission adopts strong critical resolution on Zimbabwe”, 30/12/2005, IPI, “IPI disappointed by African Union's slow progress in criticizing Zimbabwe's record on human rights, press freedom”, 04/04/2006.

⁴⁴⁰ Emenda Constitucional No 17. 2005. Disponível em http://www.kubatana.net/docs/legisl/constitution_zim_amd17_050825.doc, acessado em 02/12/2010. Daily Mail & Guardian, “New Bill to strengthen Mugabe's hand”, 16/08/2005.

⁴⁴¹ ZESN Press Statement, “Preliminary statement for the Senate elections and Gutu North Parliamentary by-election”, 25/11/2005.

O MDC entrou em crise sobre a participação nas eleições do Senado em novembro de 2005 e o partido se dividiu. A facção de Tsvangirai, que se tornou conhecida como MDC-T, manteve o apoio do ZCTU, da Assembléia Nacional Constitucional e da maioria das ONGs, e a outra facção, a favor de participar da eleição, passou a ser liderada por Arthur Mutambara, tornando-se o MDC-M. Africa Confidential, “Stout party splits”, 20/01/2006, New Zimbabwe, “MDC receives \$8 billion from government”, 20/02/2006, Africa Confidential, “Man with a plan?”, 03/03/2006.

⁴⁴² CHIRORO, Bertha. “Occasional Paper No. 38: Apathy, Fatigue or Boycott? An Analysis of the 2005 Zimbabwe Senate Elections”. *Electoral Institute for the Sustainability of Democracy in Africa*. 2005. p. 10-11.

no país se tornara a mais baixa do mundo.⁴⁴³ Um quarto da população do país havia se refugiado, principalmente nos Estados vizinhos, forçando a SADC a se mobilizar, pois a região sofria com os efeitos da crise.⁴⁴⁴ África do Sul, Botsuana e Lesoto procuraram enviar uma missão de averiguação para o Zimbábue, mas Mugabe afirmou que não toleraria interferências externa em seu governo e tal missão não seria bem vinda.⁴⁴⁵

Foi conveniada, em março de 2007, uma Cúpula extraordinária da SADC, na qual a organização reconheceu oficialmente a existência de um problema no Zimbábue que requeria a atenção regional, e Mbeki foi enviado para mediar negociações entre ZANU-PF e MDC.⁴⁴⁶ A organização reafirmou a sua solidariedade com o líder, aceitando suas alegações de que a crise fora causada pela necessidade de reforma agrária e pelas sanções ocidentais, garantindo que procuraria ajudar sua recuperação econômica e pedindo o fim das sanções impostas contra o Estado e a retomada do financiamento da reforma agrária pelo Reino Unido.⁴⁴⁷

A África do Sul também reconheceu as sanções ocidentais como uma das causas da crise, erodindo a independência do Zimbábue e aumentando as contradições políticas e os problemas econômicos do país mas, preocupada com a crescente repressão da oposição no Zimbábue, a inexistência de diálogo político no país e as conseqüências regionais da crise, pediu o respeito ao estado de direito e aos direitos humanos dos cidadãos do Zimbábue pelo governo. O Estado reafirmou a importância de não se tomar medidas drásticas e o valor da diplomacia silenciosa como a única solução viável para impedir a radicalização da crise, salientando *“the responsibility of the Zimbabweans to resolve the problems that they are facing. We, as neighbors, have the responsibility to encourage and assist their political leaders and their people to find solutions”*, algo que

⁴⁴³ Institute for Security Studies Information, “27 August 2007: SADC on Zimbabwe”, 27/08/2007, ICG Africa Report N°132, “Zimbabwe: A Regional Solution?”, 2007. Africa Confidential, “Zapping the zeroes”, 25/08/2006, TalkZimbabwe, “Zimbabwe Has the Lowest Life Expectancy in the World”, 13/11/2006.

⁴⁴⁴ International Crisis Group Africa Report N°132. *Op.cit.* 2007. The Baltimore Sun, “In Botswana, border turns electric”, 25/11/2003, Africa Confidential, “Zimbabwe's Inflation”, 16/02/2007, Africa Confidential, “Zimbabwe's Domestic Debt”, 16/02/2007, Africa Confidential, “Beware the Ides of March”, 16/03/2007 e Africa Confidential, “More blood, more cash”, 03/08/2007.

⁴⁴⁵ Talk Zimbabwe, “Concern In Southern Africa About Proposal To Extend Mugabe Term”, 28/12/2006.

⁴⁴⁶ International Crisis Group Africa Report N°132. *Op.cit.* 2007. Comunicado da Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e Governo da SADC, Dar ES Salaam, Tanzânia, março de 2007.

⁴⁴⁷ “As SADC Free Trade Area beckons Zimbabwe embarks on economic recovery”. *SADC Today*, Vol. 9 No.6, fevereiro de 2007. Communiqué of the 2007 Extraordinary SADC Summit, março, 2007. Government of Zimbabwe, “ZANU-PF Position Paper: SADC-Initiated Dialogue”, 01/06/2007.

fazia encorajando o diálogo entre ZANU-PF e MDC “*to resolve the crisis and not to intensify the conflict.*”⁴⁴⁸

Depois de meses de negociações coordenadas pela África do Sul, fechou-se um acordo político entre Tsvangirai, Mutambara e Mugabe que permitia reuniões de partidos sem notificação prévia da polícia, aumentava os assentos do Senado e do Parlamento e abolia o poder do Presidente de apontar parlamentares.⁴⁴⁹ A ZANU-PF concordou com as alterações legais em troca de uma emenda constitucional que permitia a realização de eleições presidenciais, parlamentares e municipais em 2008 e, em setembro de 2007, foi assinado o protótipo da nova Constituição.⁴⁵⁰ Entretanto, não se acordou uma data para a implementação do documento e Mugabe marcou unilateralmente as eleições para março de 2008.⁴⁵¹ Mesmo sem existir condições para uma eleição livre e justa, Mbeki afiançou para a SADC que a iniciativa regional fora um sucesso e que a única pendência era procedimental, a implementação da constituição.⁴⁵²

Mesmo com as alterações legais feitas em setembro de 2007, era impossível que a eleição de 2008 fosse livre e justa. As circunscrições foram redefinidas sem debate público e de forma a privilegiar o ZANU-PF, a lista de eleitores estava cheia de erros e o credenciamento de observadores internacionais foi seletivo e discriminatório, sendo convidados somente Estados e organizações simpáticos ao governo.⁴⁵³

Houve alguns casos de intimidação e de violência política, que impediram a oposição de fazer campanha em determinadas áreas rurais, e durante a votação alguns eleitores foram impedidos de votarem devido a erros da lista de eleitores.⁴⁵⁴ Os

⁴⁴⁸ Discurso da Ministra-Adjunta Sul-africana Sue van der Merwe no debate da Assembleia Nacional sobre a deterioração da situação no Zimbábue e suas conseqüências políticas, econômicas e sociais para o Zimbábue, África do Sul e a região Sul Africana. 28 de março de 2007. Disponível em <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2007/merw0329.htm>

⁴⁴⁹ Africa Confidential, “Mbeki to the rescue”, 30/11/2007, Africa Confidential, “Signs of movement”, 21/09/2007.

⁴⁵⁰ ICG Africa Report N°138. “Zimbabwe: Prospects from a Flawed Election”, 2008. p. 2. Voice of America, “Despite last-ditch Harare demarche, accord eludes S. Africa’s Mbeki”, 17/01/2008, Zimbabwe Independent, “Zimbabwe: ZANU-PF, MDC sign new constitution”, 19/10/2007.

⁴⁵¹ ICG Africa Report N°138, *Op. cit.* 2008. p. 8. Agence France-Presse, “Zimbabwe polls set for March 29”, 25/01/2008.

⁴⁵² ICG Africa Report N°138, *Op. cit.* 2008. pp. 7-8. “State of the Nation address of the President of South Africa, Thabo Mbeki: Joint sitting of parliament”, 08/02/2008, disponível em www.dfa.gov.za/docs/speeches/2008/mbek0208.html. Acessado em 01/12/2010.

⁴⁵³ EISA, “Interim Statement: EISA Regional Election Observer Mission to the 2008 Harmonised Elections in Zimbabwe”, 31/03/2008. ICG Africa Report N°138, *Op. cit.* 2008. p. 1, 19. The Herald, “Zim invites 47 observer teams”, 07/03/2008.

⁴⁵⁴ The Herald, “ZEC responsible for voter education”, 07/01/2008, ZESN, “Pre-election update no. 5”, 2008. EISA, “Interim Statement: EISA Regional Election Observer Mission to the 2008 Harmonized Elections in Zimbabwe”, 31/03/2008.

resultados, no entanto, foram retidos por cinco semanas, sendo anunciados somente no dia 2 de maio quando, como nenhum candidato à presidência obtivera a maioria dos votos, foi previsto um segundo turno entre Tsvangirai e Mugabe para 27 de junho.⁴⁵⁵

Antes da liberação dos resultados, preocupada com o atraso, a SADC organizou um encontro extraordinário e demandou das autoridades eleitorais do Zimbábue que anunciassem os resultados, e das partes que aceitassem-nos, quaisquer que fossem.⁴⁵⁶ Embora o comunicado emitido na cúpula não tratasse das opiniões dos Estados membros, havia desacordo entre eles. Botsuana, Zâmbia e Tanzânia, defendiam o estabelecimento de um governo transicional, mas Mbeki relutava em criticar Mugabe publicamente e, somente após os resultados serem retidos por três semanas o presidente sul-africano reclamou sua liberação.⁴⁵⁷

Neste ínterim, um navio chinês carregado com armas e munições encomendadas por Mugabe antes das eleições, chegou à região, mas foi impedido pelos Estados costeiros de descarregar seu conteúdo, demonstrando a relutância da África Austral em coadunar com as políticas repressivas do regime de Mugabe. A ação se iniciou no âmbito da sociedade civil, quando os trabalhadores das docas de Durban recusaram-se a desembarcar a carga e, posteriormente – embora Pretória fosse contra – a SADC apoiou o movimento e impediu as armas de chegarem ao Zimbábue.⁴⁵⁸

O Ocidente continuava a fazer muita pressão, demandando a liberação dos resultados e a criação de condições para um segundo turno justo.⁴⁵⁹ Tamanha era a

⁴⁵⁵ EISA, “Zimbabwe: 2008 Presidential Run-off”, 14/07/2008.

⁴⁵⁶ EISA, “Post-election Statement: EISA Regional Election Observer Mission to the 2008 Harmonised Elections in Zimbabwe”, 11/04/2008. SADC Communiqué: First Extra-Ordinary SADC Summit Of Heads of State and Government. 2008. BBC News, “Zimbabwe Emergency talks called”, 09/04/2008, NYTimes, “Regional Leaders to meet on Zimbabwe”, 10/04/2008, NYTimes, “Southern African Leaders Press Zimbabwe”, 13/04/2008.

⁴⁵⁷ ICG Africa Briefing N°51. *Negotiating Zimbabwe's Transition*. Maio de 2008. p. 8, 10. SADC Communiqué: First Extra-Ordinary SADC Summit Of Heads of State and Government. 2008. International Herald Tribune, “South Africa joins call for release of Zimbabwe election results”, 17/04/2008, Africa Confidential, “The sick man of the south”, 28/03/2008.

⁴⁵⁸ NYTimes, “Zimbabwe arms shipped by China spark an uproar”, 19/04/2008, NYTimes, “Zambia seeks to block arms for Zimbabwe”, 22/04/2008, Africa Confidential, “Oceanic turnaround”, 25/04/2008. Somente Angola permitiu que o navio atracasse em seu porto de Luanda, mas apenas para descarregar outras cargas. SW Radio Africa, “Angola: Country allows Chinese arms ship to dock, but not unload weapons”, 28/04/2008. Crisis Group Africa Briefing N°51, *Op. cit.* Maio de 2008. p. 10.

⁴⁵⁹ Associated Press, “Bush decries Mugabe’s rule in Zimbabwe”, 17/04/2008, Voice of America, “Rice says Africa must step up on Zimbabwe election crisis”, 17/04/2008, BBC News, “Brown sends out warning to Mugabe”, 12/04/2008, UK Foreign and Commonwealth Office, “Foreign Secretary Written Ministerial Statement on Zimbabwe”, 21/04/2008 e “Declaration by the Presidency on behalf of the European Union on Zimbabwe”, 04/04/2008, disponível em www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/cfsp/99758.pdf, acessado em 05/12/2010.

preocupação, que foi marcada uma discussão sobre o Zimbábue no âmbito do Conselho de Segurança no dia 29 de abril, a pedido de EUA, Reino Unido e França, na qual uma resolução impondo um embargo de armas e sanções direcionadas ao governo do Zimbábue foram vetadas por Rússia e China.⁴⁶⁰ O Secretário Geral Ban Ki-Moon expressou impaciência com os esforços da SADC para lidar com a questão e afirmou que “*the international community continues to watch and wait for decisive action*” e que “*the credibility of the democratic process in Africa could be at stake here*”.⁴⁶¹

Enquanto os resultados não eram liberados, as críticas ao regime de Mugabe aumentavam, partindo mesmo de líderes africanos.⁴⁶² Os Presidentes da Nigéria e de Gana censuraram-no, o Ministro do Exterior da Tanzânia afirmou que “*There is every sign these elections will never be free nor fair. (...) We have told the government of Zimbabwe to stop the violence. [The] people of Zimbabwe are hurting and it pains us*” e o Primeiro Ministro do Quênia chamou o regime de vergonha para o continente, demandando de Mugabe a remoção dos obstáculos impostos à oposição.⁴⁶³

Após os resultados serem finalmente liberados, antes do segundo turno, houve um dramático aumento na intimidação e violência contra a oposição, deslocando milhares e matando mais de 86, chocando observadores e fazendo com que Tsvangirai se retirasse da disputa.⁴⁶⁴ O Presidente do Conselho de Segurança condenou a violência e os obstáculos que impediram a oposição de fazer campanha livremente afirmando, como Tsvangirai, que era impossível a ocorrência de eleições livres no dia 27 de junho.⁴⁶⁵ Foi emitido um comunicado pelo órgão condenando a eleição, que teve de ser

⁴⁶⁰ Africa Confidential, “Britain and the sanctions question, 18/07/2008, The Telegraph, “Zimbabwe: Russia and China veto sanctions”, 12/07/2008, SW Radio Africa, “Australia, Belgium, Canada, Croatia, France, Italy, Liberia, Netherlands, New Zealand, Sierra Leone, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America: draft resolution”, 11/07/2008.

⁴⁶¹ All Africa, “Zimbabwe: UN Chief Calls for 'Decisive Action' on Polls”, 16/04/2008 e NYTimes, “Strong talk about Zimbabwe at the UN”, 17/04/2008.

⁴⁶² Africa Confidential, “The neighbours start to turn”, 20/06/2008.

⁴⁶³ Africa Confidential, “Can the party hold together?”, 04/07/2008.

⁴⁶⁴ Business Day, “Zimbabwe violence ‘shocks’ SA generals”, 14/05/2008, ICG Africa Briefing N°51, *Op. cit.* Maio de 2008. p. 6. EISA, “Statement of support for national & international election observation in Zimbabwe”, 23/05/2008, EISA, “Zimbabwe: 2008 Post-harmonised election violence”, 29/07/2008, EISA, “Zimbabwe: 2008 Presidential Run-off”, 14/07/2008 e Human Rights Watch, “Bullets for Each of You. State-Sponsored Violence since Zimbabwe's March 29 Elections”. 2008. Para uma lista dos relatórios dos observadores das eleições, ver EISA, “Zimbabwe: 2008 Election observer missions and statements”. Disponível em <http://www.eisa.org.za/WEP/zim2008eom.htm>, acessado em 03/12/2010 e EISA, “Zimbabwe: 2008 Statements by various actors on post-electoral developments”. Disponível em <http://www.eisa.org.za/WEP/zim2008statements.htm>, acessado em 03/12/2010.

⁴⁶⁵ UN Integrated Regional Information Network, “Statement by the President of the Security Council of the United Nations”, 23/06/2008.

reformulado 15 vezes antes de ser aceito, pois a África do Sul insistia que a questão era doméstica e, junto com China e Rússia, procurava diluir seu conteúdo.⁴⁶⁶

A SADC pediu que o segundo turno fosse postergado, pois se levadas a cabo em tal situação as eleições não seriam legítimas.⁴⁶⁷ Alegando falta de tempo, a ZEC procedeu com a eleição, e Mugabe venceu o segundo turno com 90,22% dos votos.

A violência fora tamanha que mesmo a SADC concluiu que a eleição não fora de acordo com os SADC *Principles and Guidelines Governing Democratic Elections* e não refletia o desejo do povo zimbabuano.⁴⁶⁸ O Fórum de Comissões Eleitorais da SADC reconheceu a existência de problemas na fase de campanha que feriam os *Principles for Election Management, Monitoring and Observation in the SADC Region*.⁴⁶⁹ A missão do Parlamento Pan-africano concluiu que as eleições não haviam sido livres, justas ou legítimas e não estavam de acordo com a *African Union Declaration on the Principles Governing Democratic Elections*.⁴⁷⁰

Depois de anos de silêncio sobre a situação do Zimbábue, a UA, na cúpula de julho de 2008, emitiu uma resolução pedindo negociações entre Mugabe e Tsvangirai e o estabelecimento de um governo de união nacional.⁴⁷¹ A organização, juntamente com a SADC, procurou negociar um acordo transicional no Zimbábue.⁴⁷² Sob tamanha pressão, com a mediação de Mbeki, no dia 21 de julho os líderes da ZANU-PF e das duas facções do MDC assinaram um “*Memorandum of understanding*”, que comprometia as partes a dialogarem para chegar a uma solução viável, sustentável e permanente para a crise, que criasse uma nova ordem política e a estrutura de um novo governo por meio de um Acordo Político Global (GPA).

⁴⁶⁶ Reuters, “U.S. urges UN Security Council talks on Zimbabwe”, 13/06/2008, NYTimes, “Security Council Urges Zimbabwe to Halt Violence”, 24/06/2008, NYTimes, “South Africa Snubs U.S. Effort to Condemn Mugabe”, 20/06/2008. Security Council SC/9369, 23/06/2008.

⁴⁶⁷ ZimOnline, “SADC troika calls for postponement of Zim poll”, 26/06/2008.

⁴⁶⁸ SADC Election Observer Mission, “Preliminary Statement on the Presidential Run-off and House of National Assembly By-elections held on 27 June 2008”, disponível em <http://www.eisa.org.za/PDF/zim2008sadc2.pdf>, acessado em 05/12/2010.

⁴⁶⁹ Electoral Commissions Forum of SADC Countries, “The Observation Statement submitted to the Zimbabwe Electoral Commission”, disponível em <http://www.eisa.org.za/PDF/zim2008sadcecf2.pdf>, acessado em 05/12/2010.

⁴⁷⁰ Office Of The AU Observer Mission To The Presidential Run-Off And House Of Assembly By-Elections In Zimbabwe, “Preliminary Statement Of The African Union Observer Mission”, Disponível em <http://www.eisa.org.za/PDF/zim2008au.pdf>, acessado em 05/12/2010.

⁴⁷¹ Assembly/AU/Res.1 (XI). Africa Confidential, “Deaths and deals”, 04/07/2008.

⁴⁷² EISA, “Report: Presidential run-off election and House of Assembly by-elections Republic of Zimbabwe”, 27/06/2008. Disponível em <http://www.eisa.org.za/PDF/zim2008pap2.pdf>, acessado em 05/12/2010.

Com a pressão regional, foi fechado no dia 15 de setembro de 2008^o GPA, estabelecendo um governo de união entre os partidos.⁴⁷³ No entanto, tamanha era a desconfiança entre estes, que as negociações ficaram paralisadas. A ZANU-PF não aceitava repartir o poder e o MDC não desejava unir-se ao governo sem autoridade ou poder real.⁴⁷⁴ Para ajudar a superação do impasse, a SADC organizou um encontro e a África do Sul reteve \$30 milhões que cederia ao governo do Zimbábue para custear atividades agrícolas, afirmando que os fundos só seriam liberados quando o governo inclusivo estivesse funcionando.⁴⁷⁵

Em janeiro de 2009 o acordo foi efetivado e, no dia 11 de fevereiro, o governo de inclusão foi estabelecido, com dois centros de poder executivo, cujas relações e influência sobre o gabinete e o Conselho de Ministros não foram especificadas, assim como não foram implementadas muitas das demandas de Tsvangirai, o que determinou, posteriormente, a continuação do impasse.⁴⁷⁶

Foi gerada uma onda de otimismo, sendo prevista a retomada da normalidade nas esferas econômica e social.⁴⁷⁷ A África do Sul se mostrou orgulhosa de sua mediação, a SADC, a Rússia e a China aprovaram o acordo e contribuíram financeiramente para o governo inclusivo, que também recebeu crédito do Banco Africano de Desenvolvimento do Banco Africano de Exportações-Importações de Cairo e fundos do Banco Mundial e do FMI.⁴⁷⁸ A *Commonwealth* louvou o GPA, acreditando que ele poderia gerar condições para o Zimbábue retornar ao grupo no futuro sem, no entanto, tomar medidas imediatas em prol disto.⁴⁷⁹ Os Estados ocidentais também se mostraram cautelosos, mantendo suas sanções e negando ajuda ao Zimbábue até que

⁴⁷³ NewZimbabwe, “Memorandum of understanding between Zanu PF and MDC”, 21/07/2008. EISA, “Zimbabwe: 2008 Peace Negotiations”, setembro 2008, NYTimes, “Zimbabwe: South African Leader to Press for Deal”, 09/08/2008. O texto do acordo está disponível em <http://www.eisa.org.za/PDF/zimpsa200809.pdf>, acessado em 05/12/2010.

⁴⁷⁴ ICG Africa Briefing N°56. “Ending Zimbabwe’s Nightmare: A Possible Way Forward”. Dezembro 2008. The Guardian, “Tsvangirai granted wish for summit in bid to break Zimbabwe deadlock”, 28/10/2008, Africa Confidential, “Political theatre”, 19/09/2008.

⁴⁷⁵ Business Day, “South Africa withholds aid”, 27/11/2008.

⁴⁷⁶ Comunicado da Cúpula extraordinária de Chefes de Estado e Governo da SADC, Pretória, África do Sul, janeiro de 2009. ICG Africa Briefing N°56. *Op. cit.* Dezembro 2008. p. 4. Los Angeles Times, “Zimbabwe opposition agrees to a unity government with Mugabe”, 31/01/2009.

⁴⁷⁷ ICG Africa Briefing N°59. *Zimbabwe: Engaging the Inclusive Government*. Abril 2009. ICG Africa Briefing N°70. *Zimbabwe: Political and Security Challenges to the Transition*. 2010. p. 2. Associated Press, “Zimbabwe inflation falls, survival battle goes on”, 09/04/2009.

⁴⁷⁸ Africa Confidential, “Worthless cash”, 06/03/2009, BBC News, “World Bank resumes Zimbabwe aid”, 18/05/2009, The Herald, “Biti allocates IMF U.S. \$510 Million to Fiscus, Productive Sector”, 30/09/2009. ICG Africa Briefing N°70, *Op. cit.*. 2010, p.3.

⁴⁷⁹ SW Radio Africa, “Commonwealth meeting set to pave way for Zim readmission”, 03/07/2009, Africa Confidential, “Progress in Port of Spain”, 04/12/2009.

tivessem certeza de que as reformas necessárias estavam sendo feitas, o GPA fosse totalmente implementado e os abusos de direitos humanos cessassem.⁴⁸⁰

As prioridades políticas do acordo eram a formulação de uma Constituição, fortalecimento da responsabilidade e transparência do governo, promoção do estado de direito, da justiça e da equidade. No entanto, continuaram as invasões de fazendas, as violações de direitos humanos, o controle da mídia, a aplicação seletiva do direito, a perseguição e prisão de ativistas políticos, jornalistas e advogados e os esforços da ZANU-PF para impedir o MDC de conseguir poder.⁴⁸¹

Percebendo que Mugabe não aceitara a necessidade de reconciliação nacional, em maio de 2009, Tsvangirai encaminhou uma resolução do MDC à SADC e à UA, garantidoras do GPA, para que arbitrassem sobre as questões mais importantes do acordo que continuavam sem solução.⁴⁸² Sem obter resposta, o MDC pediu à SADC a organização de uma cúpula extraordinária para lidar com o impasse, mas não foi atendido e, na cúpula de 2009, pediu novamente a intervenção da organização.⁴⁸³ Antes da cúpula, em uma visita ao Zimbábue, o novo Presidente sul-africano, Jacob Zuma, pediu que os partidos resolvessem suas desavenças e que o ocidente suspendesse suas sanções, para que o governo inclusivo tivesse êxito. No encontro, os líderes pediram o fim das sanções ocidentais e apontaram uma tróica para lidar com o impasse do GPA.⁴⁸⁴

⁴⁸⁰ ICG Africa Briefing N°59. *Op. cit.* Abril 2009. ZimEye, “Gono diverts funds to ZANU (PF)”, 02/03/2009, Pambazuka, “Donors won’t cough up without change”, 14/05/2009, The Washington Post, “Bush Expands Sanctions Against Zimbabwe”, 25/07/2008, NYTimes, “U.S. Strengthens Zimbabwe Sanctions”, 26/07/2008, US Treasury department, “Treasury Designates Mugabe Regime Cronies”, 25/11/2008, Council of the European Union, “Council Conclusions on Zimbabwe”, 2889th External Relations Council meeting, 15/09/2008, Financial Times, “Washington issues Zimbabwe ultimatum”, 18/09/2008, Agence France-Presse, “EU won’t change sanctions before October”, 15/09/2008.

⁴⁸¹ Africa Confidential, “A new federation”, 06/03/2009, Africa Confidential, “The hard road to a new constitution”, 26/06/2009, Africa Confidential, “Greed, gold and grit”, 28/08/2009, Africa Confidential, “Parliamentary prosecutions”, 07/08/2009.

⁴⁸² The Herald, “Zimbabwe: MDC-T Turns to SADC, AU”, 18/05/2009, Zimbabwe Independent, “Zimbabwe: Mugabe, Tsvangirai Crisis Talks Deadlocked”, 29/04/2009, VOA, “Zimbabwe’s MDC Formally Requests Southern African, AU Intervention in Unity Dispute”, 18/05/2009.

⁴⁸³ Human Rights Watch, “Southern Africa: SADC Should Press Zimbabwe to Implement Rights Reforms”, 31/08/2009, SW Radio Africa, “Southern Africa: SADC Agrees to Convene Special Summit On Zimbabwe”, 07/09/2009, SW Radio Africa, “Southern Africa: SADC in U-Turn over Special Summit”, 08/09/2009, The Herald, “SADC snubs MDC-T”, 09/09/2009, SW Radio Africa, “Zimbabwe: MDC Calls for Urgent SADC Summit”, 01/06/2009, SW Radio Africa, “Zimbabwe: SADC Will Not Convene Full Summit to Discuss Issues in GPA”, 02/06/2009, Africa Confidential, “Too many enemies”, 06/11/2009, SW Radio Africa, “MDC - SADC Reluctant to Approach Zim Issue Head-On”, 09/09/2009.

⁴⁸⁴ Irin, “Southern Africa: Quiet Diplomacy Replaced with a More Direct Approach”, 31/08/2009, SW Radio Africa, “SADC Want ‘Sanctions’ Against Mugabe And Cronies Lifted”, 09/09/2009, SADC Communique of the 29th Summit of SADC Heads of State and Government”, 10/09/2009, Africa

No entanto, os desacordos não foram solucionados, todos os prazos dados pela SADC para a solução do impasse foram perdidos, e a reação da organização foi conceder mais tempo a Mugabe, que se recusava a ceder espaço ao MDC. A permissividade dos líderes africanos com as políticas de Mugabe continuou como ocorria há anos. Como afirmou John Makumbe, a SADC *“has always supported Mugabe, and he could afford to be stubborn and resistant to democracy,”* sabendo que não seria pressionado.⁴⁸⁵

Na Cúpula da SADC em 2010, a tróica deu um mês para que o impasse do GPA fosse resolvido, ao que Mugabe prontamente respondeu que não aceitaria as demandas de Tsvangirai até que as sanções, culpadas pelos problemas do país, fossem suspensas.⁴⁸⁶ Como de costume, o comunicado final da cúpula não pressionou Mugabe para que tomasse as medidas necessárias para o pleno desenvolvimento do governo de inclusão, afirmando que a nomeação dos governadores, fonte dos impasses do governo inclusivo, deveria ser resolvida após a suspensão das sanções ocidentais, e designou os presidentes da África do Sul, Zâmbia e Namíbia para pedirem o fim destas.⁴⁸⁷

O estabelecimento do governo inclusivo gerou certa estabilidade e previsibilidade no Zimbábue, melhorando a situação econômica e diminuindo um pouco a violência e a intimidação contra a oposição. Entretanto, o GPA não foi completamente implementado, e a postura permissiva da SADC, que claramente defendia Mugabe,

Confidential, “Too many enemies”, 06/11/2009, SW Radio Africa, “MDC - SADC Reluctant to Approach Zim Issue Head-On”, 09/09/2009.

⁴⁸⁵ Los Angeles Times, “Zimbabwe opposition agrees to a unity government with Mugabe”, 31/01/2009. Um episódio que ilustra a tolerância da SADC foi, em novembro de 2008, quando o Tribunal da SADC julgou a causa de 78 fazendeiros zimbabuanos desapropriados decidindo que eles tinham direito de ficar em suas fazendas, e a decisão não foi respeitada pelo Zimbábue. Pelo contrário, Mugabe afirmou que o a decisão do tribunal era bobagem sem importância e, ao invés de solucionar a questão com seus fazendeiros, com o pretexto de que o Tribunal não era legítimo por não ter sido ratificado por dois terços dos membros da SADC, afirmou que não o reconhecia, nem suas decisões. O Tribunal notificou a SADC que o governo do Zimbábue não cumprira suas estipulações, mas os membros da organização não se manifestaram, mantendo o apoio a Mugabe e ignorando o problema. SW Radio Africa, “Southern Africa: Country Pulls Out of SADC Tribunal”, 02/09/2009, SW Radio Africa, “Farmers Outraged As SADC Remains Silent On Snub of Tribunal”, 09/09/2009, Zimbabwe Independent, “SADC Tribunal Pull-Out Null And Void – Tsvangirai”, 10/09/2009, The Namibian, “Zimbabwe: SADC Tribunal Rules Govt Non-Compliant”, 11/06/2009.

⁴⁸⁶ SW Radio Africa, “Mugabe Says Poverty Remains High Because of Targeted Sanctions”, 22/09/2010.

⁴⁸⁷ SW Radio Africa, “Mugabe Reneges On GPA Implementation”, 20/08/2010, Zimbabwe Independent, “SADC Sets Up Presidential Team On Sanctions”, 30/09/2010 e Zimbabwe Independent, “Sanctions - SADC Barks Up the Wrong Tree”, 08/10/2010.

impediu uma real divisão de poderes, e o governo de união resultou em políticas de continuidade, legitimando o governo de Mugabe sem solucionar o conflito.⁴⁸⁸

4.4 Conclusão

What we have seen is solidarity among African leaders, (...) What we have not seen is solidarity from the leaders with the African people.⁴⁸⁹

Os líderes políticos do Sul, principalmente os africanos, tinham um grande respeito por Mugabe, um herói na luta pela independência do Zimbábue e um feroz oponente do regime de *apartheid*. O prestígio de Mugabe e sua retórica anti-imperialista, associados à cultura de solidariedade que permeia as relações internacionais africanas, fizeram com que a crise zimbabuana fosse reconhecida ideologicamente, como o efeito de políticas imperialistas. Identificando-se com Mugabe, os líderes dos Estados do Sul não se voltaram contra o líder como o Ocidente fazia.

Com motivações e interesses diferentes dos ocidentais, estes Estados não viam razões para criticar o regime de Mugabe quando sua crise se internacionalizou, a partir de 1997, assim como não as viam na década de 1980, acreditando que os problemas que o Estado apresentava poderiam ser resolvidos domesticamente. Isto porque os Estados do Sul não viram uma dramática mudança na imagem de Mugabe na década de 1990. Estes Estados não abraçaram os valores democrático-liberais como as potências ocidentais, nem viram, como estas, no final do regime de *apartheid* a emergência da África do Sul como o modelo de Estado africano democrático.

Defendendo valores importantes para a segurança de seus próprios regimes e defendendo valores democráticos apenas quando era do seu interesse, os Estados do

⁴⁸⁸ CHEESEMAN, N., TENDI, B. "Power-sharing in comparative perspective : the dynamics of 'unity government ' in Kenya and Zimbabwe", *J. of Modern African Studies*, Vol.48, No. 2. 2010. SW Radio Africa, "Zimbabwe: Governors and Bennett Not Sworn in as Deadline Approaches", 31/08/2009, Africa Confidential, "Tsvangirai's walkout puts Mugabe on the backfoot", 23/10/2009, SW Radio Africa, "Zimbabwe: NGO Forum Takes Government to SADC Tribunal", 22/04/2009, Africa Confidential, "The President ends his holiday", 05/03/2010, SW Radio Africa, "Farm Invasions Continue, 2 Years Since Signing GPA", 15/09/2010 e Financial Gazette, "Tsvangirai Under Pressure to Quit as Inclusive Govt Splits MDC-T", 17/09/2009.

⁴⁸⁹ Gift Chimankire, Vice Secretário Geral do MDC em missão presente em encontro de George W. Bush com Thabo Mbeki. NYTimes, Seeking Help With a Crisis, Zimbabweans Go to Pretoria, 09/07/2003

Sul, especificamente os africanos, continuaram a ver em Mugabe um símbolo da luta contra o colonialismo e do movimento não alinhado, contrário ao imperialismo.

Assim, apesar das políticas de Mugabe trazerem instabilidade e problemas para a África Austral e comprometerem a imagem da África no Ocidente, os líderes africanos apoiaram Mugabe e sua retórica anti-ocidental, censurando a política ocidental de críticas públicas e sanções e enfatizando a necessidade do respeito à soberania do Zimbábue, apoiando uma solução doméstica para a crise, sem interferências externas. Contrastando com as políticas ocidentais, as políticas africanas para solucionar a crise eram feitas diplomaticamente e silenciosamente. O tratamento duro que o Ocidente conferiu a Mugabe e sua clara intenção de substituir seu regime, apoiando o MDC, aproximou ainda mais os líderes políticos do Sul da ZANU-PF, pois nenhum deles, especialmente a África do Sul, desejava ser visto como uma marionete das potências, e todos temiam que políticas similares fossem direcionadas contra seus regimes.

A manipulação do tema da distribuição da terra, um problema real na África Austral, também inibiu críticas ao regime, pois os Estados vizinhos viram a crise, em um primeiro momento, como resultado da distribuição desigual de terras, a qual era fruto do domínio colonial. Assim, a realização de uma reforma agrária financiada pelo Reino Unido parecia ser a solução, e tal negociação entre Reino Unido e Zimbábue foi buscada pelos Estados africanos e a UA e a SADC entre 1997 e 2001.

A intensificação da crise zimbabuana e a crescente violência e opressão que eram direcionadas à oposição, demonstrou que a questão da terra estava sendo utilizada instrumentalmente por Mugabe para se manter no poder. Percebendo isto, os Estados do Sul passaram a procurar mediar negociações entre Mugabe e o MDC por meio da diplomacia silenciosa de Mbeki. Ainda assim, a crise era tratada como um problema doméstico, que deveria ser resolvido sem interferência externa, resultando em uma recusa ativa dos Estados africanos e do Sul em pressionar Mugabe e criticá-lo publicamente.

As poucas as menções públicas à crise, quando ocorriam, eram feitas com o cuidado de não ferir a soberania do Zimbábue, aceitando a versão do governo sobre as origens da crise e desestimulando ingerências externas. Para os Estados da África Austral, a mediação diplomática da crise se mostrava a medida mais razoável que poderia ser adotada, pois era improvável que Mugabe cedesse a pressões externas. Também era interessante uma solução negociada entre o governo e a oposição, pois um

fim súbito do regime de Mugabe poderia gerar a falência do Estado, trazendo terríveis conseqüências para a região.

Assim, mesmo depois do estabelecimento do governo inclusivo, a crise ainda era reconhecida como uma questão doméstica e Mugabe não foi duramente pressionado, sendo caracterizado como uma vítima do imperialismo ocidental. As sanções aplicadas contra seu regime eram criticadas e a crise pode se estender até os dias de hoje, permitindo a continuação do regime de Mugabe e prolongando o sofrimento da população zimbabuana.

CAPÍTULO 5 - ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO REGIME MUGABE

“Robert Mugabe has survived for so long because he is more clever and more ruthless than any other politician in Zimbabwe. To give the devil his due, he is a brilliant tactician and has long thrived on his ability to abruptly change the rules of the game, radicalize the political dynamic and force everyone else to react to his agenda.”⁴⁹⁰

Mugabe é o Presidente do Zimbábue há três décadas e, apesar da crise no país e das pressões internacionais às quais seu regime vem sendo sujeito, ele tem se mantido no poder à frente do governo da ZANU-PF. Além de ser duramente criticado, o líder sofreu a imposição de sanções Ocidentais e seu Estado foi suspenso da *Commonwealth*. Entretanto, diferentemente do que se esperava – que o Estado fraco e dependente de recursos externos cederia às pressões ocidentais e Mugabe capitularia para não sofrer as conseqüências das sanções – o regime se posicionou diretamente contra o Ocidente e Mugabe manteve-se na presidência do Zimbábue não tendo, apesar da crise, planos de sair do poder.

A continuação do regime de Mugabe não pode ser atribuída à falta de vontade política do Ocidente. Mesmo existindo episódios de desacordo quanto à aplicação das sanções ou de empresas ocidentais que mantiveram com o Zimbábue relações proscritas por seus governos, estes foram poucos e, no geral, a mobilização ocidental contra Mugabe se manteve constante e teve efeitos sensíveis, como as recorrentes demandas por sua suspensão por parte do governo do Zimbábue indicam.

O governo desenvolveu políticas domésticas com o intuito de fortalecer seu regime e enfraquecer a oposição, cooptando alguns grupos e coagindo outros, manipulando a questão da distribuição de terras, controlando as forças policiais do

⁴⁹⁰ Telegrama 07HARARE638, enviado em 13/07/2007 pelo embaixador norte-americano Christopher W. Dell da embaixada dos EUA em Harare para seu governo. Disponível em <http://www.wikileaks.ch/cable/2007/07/07HARARE638.html>, acessado em 05/04/2011.

Estado, reelegendo-se consecutivamente por meio de violência e fraudes e utilizando a estrutura estatal como um meio para garantir sua própria sobrevivência, mesmo que isso destruísse o país.⁴⁹¹ Tamanho é o poder do governo sobre o Estado, centralizado e direcionado à satisfação de interesses privados da elite governante, que a oposição não tem forças para impedir a continuação de seu domínio.

Com a internacionalização da crise, as maiores ameaças à segurança do regime de Mugabe eram externas, vindas das pressões ocidentais. Por isto, as estratégias de sobrevivência do regime que se voltam para o ambiente internacional mostraram-se determinantes para a continuação do governo de Mugabe e da ZANU-PF.

Não se observa, no caso do Zimbábue, um Estado africano fraco que cede às condicionalidades ocidentais de boa governança para restabelecer boas relações com os doadores internacionais.⁴⁹² Pelo contrário, com o aumento da pressão ocidental sobre suas políticas, Mugabe aumentou o furor de sua retórica anti-imperialista e pan-africanista, situando os problemas de seu país no centro de uma luta entre Estados opressores e oprimidos. A continuação do regime de Robert Mugabe deveu-se, principalmente, à resposta do líder às pressões que eram colocadas sobre ele, pois ele soube utilizar-se destas para angariar a simpatia do Sul Global e, mesmo causando a ruína do Zimbábue, garantiu a sobrevivência de seu regime enquanto as condições de vida da população se deterioravam.⁴⁹³

5.1 Estratégias de sobrevivência de um “Estado pária”

Devido a suas políticas domésticas problemáticas, o Zimbábue foi tachado pelos EUA de entreposto da tirania e Estado pária.⁴⁹⁴ Durante a Guerra Fria, Estados párias era como eram chamados Estados que se isolavam diplomaticamente e não tinham laços políticos certos dentro das estruturas da aliança das duas grandes potências. Por terem governos autoritários de extrema direita e sistematicamente abusarem dos direitos humanos de sua população, tais Estados eram censurados em fóruns internacionais

⁴⁹¹ BRATTON, M.; CHIKWANA, A.; SITHOIE, T. “Propaganda and Public Opinion in Zimbabwe”, *Journuif of Contemporary African Studies*. 23.1. Jan. 2005. pp. 77-78.

⁴⁹² LAAKSO, Lisa. *Op. cit.* 2002. p.1.

⁴⁹³ Atualmente, o Estado apresenta o pior índice de desenvolvimento humano (HDI) do mundo. UNDP, International Human Development Indicators, Zimbabwe. Disponível em <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/ZWE.html>, acessado em 10/02/2011.

⁴⁹⁴ The Washington Post “Outposts of Tyranny: Zimbabwe” 12/04/2005.

como a ONU e rejeitados pelo Ocidente.⁴⁹⁵ Depois da Guerra Fria, o termo passou a ser intercambiável com “*rogue state*”, isto é, Estados com condutas inadequadas às normas consolidadas na sociedade internacional.⁴⁹⁶ No entanto, enquanto o termo *rogue states* indica Estados que se apresentam como uma ameaça internacional, o termo pária é utilizado para designar Estados que têm um comportamento desviante, mas suas políticas, caracterizadas por violações de direitos humanos da população e autoritarismo, não se apresentam como ameaças para além de suas fronteiras.

O discurso norte-americano é parte de sua estratégia para fazer com que Estados africanos pressionem o regime Mugabe. Quando tratam o Zimbábue como um “Estado pária”, os EUA não estão fazendo um diagnóstico das relações internacionais do Estado, mas estão tentando transformá-lo em um pária da comunidade internacional. Caracterizando as políticas do regime Mugabe como inadequadas às normas da sociedade internacional, a potência procura tirar a legitimidade com a qual Mugabe conta entre o Sul Global e torná-lo reconhecido como um transgressor, não um herói.

Se, adotando a perspectiva dos Estados ocidentais, aceitarmos o discurso norte-americano que caracteriza o Zimbábue como um “Estado pária”, percebem-se, nas estratégias de sobrevivência de Mugabe, padrões de conduta compatíveis com aqueles de Estados cujo comportamento é considerado desviante das normas da comunidade internacional quando sob pressões externas para que se altere tal comportamento. Estas respostas podem variar, segundo Geldenhuys, em um continuum, entre os extremos da capitulação às demandas externas e da resistência armada, e todas estas possíveis estratégias de párias, excluindo-se os dois extremos de capitulação e resistência armada, podem ser identificadas nas ações de Mugabe.⁴⁹⁷

5.1.1 Conformidade Parcial

Há conformidade parcial quando o Estado desviante, sob pressão, adapta-se ou adota parte do comportamento esperado pelos outros atores. Isto é feito pelo Estado para

⁴⁹⁵ HARKAVY, Robert E. “Pariah States and Nuclear Proliferation”. *International Organization* Vol. 35, No. 1. 1981. p. 135. GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. p. 1-3.

⁴⁹⁶ O termo *rogue* foi popularizado pela administração Clinton, mas, assim como pária, não têm seu sentido fixado no direito internacional e ambos são usados e intercambiados com pouco rigor nos discursos políticos. GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. p. 3-11, 23-36, 353.

⁴⁹⁷ *Ibidem.* pp. 47-50.

ganhar mais tempo ou barganhar com os outros atores.⁴⁹⁸ Sob pressão de Estados doadores, do Banco Mundial e do FMI, que se recusavam a financiar a reforma agrária a menos que ela fosse desenvolvida de uma forma que a aceitassem, após a conferência de doadores para angariar fundos para o projeto de reforma agrária que ocorreu em setembro de 1998, o governo do Zimbábue aceitou pagar compensações aos fazendeiros comerciais por suas terras se obtivesse financiamento e concordou que a reforma agrária seria desenvolvida com transparência, dentro da lei e de um projeto amplo de erradicação da pobreza, como os doadores demandavam.⁴⁹⁹ No entanto, esta conformidade durou pouco e, dois meses depois, quando não obteve financiamento, a política de terras do governo voltou a ser agressiva, e o Presidente Mugabe voltou atrás no acordo, anunciando que pessoas seriam reassentadas em terras obtidas por meio de aquisição compulsória e que o pagamento das terras seria negociado posteriormente.⁵⁰⁰

Também se pode reconhecer como conformidade parcial a aceitação de última hora de observadores previamente rejeitados na eleição parlamentar de 2000. O credenciamento logo antes da votação de diplomatas britânicos e norte-americanos, que antes haviam sido proibidos, assim como quase 300 jornalistas da mídia internacional, tratou-se da adoção de parte do comportamento esperado de Mugabe pelo Ocidente. Agindo assim, o Zimbábue cedeu às pressões ocidentais para observarem a eleição, mas fez isto somente quando a votação se aproximava de modo a satisfazer a demanda ocidental e, ao mesmo tempo, garantir que estes observadores não tinham contato com a fase da campanha eleitoral, que fora bastante violenta, tendo acesso somente à eleição nos dias da votação, calmos e sem grandes problemas.⁵⁰¹

5.1.2 Mudanças cosméticas

Sob pressão, o Estado desviante pode introduzir mudanças cosméticas em suas políticas, não negando a validade da norma que é acusado de ferir. Esta postura foi adotada pelo Zimbábue em sua eleição de 2005, após a SADC adotar os *SADC principles and guidelines governing democratic elections*, e pedir ao Estado que levasse

⁴⁹⁸ GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. p. 48.

⁴⁹⁹ The Insider, “Land: Mugabe Throws In The Towel”, 24/09/1998.

⁵⁰⁰ The Insider, “Mugabe's New Policy On Land”, 13/11/1998, Panafrican News Agency, “Land Imbalances Threat To Social Stability – Mugabe”, 12/08/1998.

⁵⁰¹ LAAKSO, Lisa. *Op. Cit.* 2002. pp. 17-18.

a cabo reformas eleitorais para garantir acesso igualitário na mídia para todos os partidos, participação de todos os cidadãos nas eleições, tolerância política, liberdade de associação, educação eleitoral e um judiciário e um sistema eleitoral imparciais.⁵⁰²

Mugabe afirmou que estava reformando o sistema político e, com efeito, adotou algumas medidas legais para se aproximar do protocolo, o que pode ser caracterizado como uma estratégia de conformidade parcial. No entanto, estas medidas foram seletivas e adotadas tardiamente, de forma que não tiveram muito efeito e mostraram-se mudanças cosméticas, tornando o processo eleitoral confuso. A estratégia teve sucesso, pois a SADC não enviou uma missão para conferir o desenvolvimento das reformas e, após a eleição, afirmou que o processo eleitoral estava de acordo com seus princípios e normas gerais para eleições democráticas.⁵⁰³

5.1.3 Status prescritivo

O Estado pressionado também pode defender nominalmente uma norma mesmo que sua conduta a viole. Este tipo de ação fica claro nas declarações democráticas e de direitos humanos assinadas sem comprometimento pelo Zimbábue que, apesar de defender estes direitos, não os aplica em suas políticas, tornando as declarações vazias.⁵⁰⁴ Em 2000, sendo acusado de ferir os direitos humanos da oposição em sua campanha eleitoral, Mugabe rebateu:

Who brought human rights to Zimbabwe? We did. And Robin Cook is telling the people who actually introduced democracy, who introduced human rights who introduced transparency, the rule of law - telling us that these aspects must be observed by us - the British Government never observed them in respect of Rhodesia.⁵⁰⁵

⁵⁰² KAGWANJA, Peter. *Op. cit.* 2005. pp. 12-13. Africa Confidential, “On and on and on”, 24/07/2004. ICG Africa Report No. 86. *Op. cit.* 2004.

⁵⁰³ Leis restritivas como o Public Order and Security Act (POSA) e o Access to Information and Protection of Privacy Act (AIPPA) foram mantidas, não foram garantidos direitos de fazer reuniões, proteção contra violência política ou acesso à mídia para a oposição, o espaço político continuou restrito, o sistema de governança repressivo, continuaram a intimidação e a violência contra a oposição e as forças de segurança mantiveram-se sob o controle da ZANU-PF. Human Rights Watch Press Statement, “Zimbabwe: Electoral Bill fails to Meet Benchmarks”, 24/11/2004. KAGWANJA, Peter. *Op. cit.* 2005. Mail & Guardian, “Mbeki: No one will hamper fair Zim vote”, 02/03/2005.

⁵⁰⁴ GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. p. 48.

⁵⁰⁵ BBC News, “Mugabe vs the ‘arrogant little fellows’”, 26/06/2000.

Em 2001, adotando o Acordo de Abuja, o Zimbábue novamente adotou uma postura de status prescritivo, defendendo nominalmente os termos do acordo enquanto violava-os. Quando, em 2000, a UE ameaçou o congelamento dos bens de Mugabe e outros membros do governo como símbolo de sua preocupação com os problemas do Zimbábue e o governo deste afirmou que as ocupações de fazendas cessariam, também era adotada a postura de status prescritivo, pois a declaração não se traduziu em medidas políticas, sendo somente uma tentativa do governo de ganhar tempo, pois o governo do Zimbábue sabia que a natureza da reforma agrária rápida e a violência a que vinha submetendo a oposição eram problemáticas.⁵⁰⁶

A continuação do desenvolvimento de eleições no Zimbábue, mesmo que os processos políticos fossem constantemente violados e marcados por problemas, também pode ser vista como uma medida de status prescritivo, pois as eleições são desenvolvidas na tentativa de legitimar a continuação do regime da ZANU-PF, aparentando demonstrar o respeito da democracia pelo governo, enquanto na prática as campanhas eleitorais são dominadas por violações de direitos humanos e de liberdades civis, favorecendo a vitória da ZANU-PF.

5.1.4 Negação

O Estado pressionado pode, ao ser acusado de conduta inadequada, não se responsabilizar por ela ou não reconhecer que sua conduta feriu normas. O Estado também pode aceitar responsabilidade pelo ato, mas negar que ele tenha as qualidades negativas atribuídas a ele.⁵⁰⁷ Esta conduta pode ser observada nas ações do Zimbábue no ano de 2001, com relação ao Acordo de Abuja. Enquanto o governo fechava o acordo, fazendas ao norte do país eram invadidas, ferindo seus termos e, mesmo assim, o governo afirmou que tentava implementá-lo, negando a ocorrência de invasões novas e afirmando que os relatos na imprensa, de que fazendas eram tomadas, eram mentiras negando, portanto, a existência de violações ao acordo.⁵⁰⁸

⁵⁰⁶ Zimbabwe Independent, “EU Set To Probe Mugabe's Assets”, 14/04/2000, Zimbabwe Independent, “Now Stop Farm Invasions – Msika”, 14/04/2000.

⁵⁰⁷ GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. p. 48.

⁵⁰⁸ A postura de status prescritivo e de negação são estratégias identificadas por Geldenhuys que podem ser utilizadas por Estados párias para garantirem a continuidade de seu governo. GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. pp. 47-50. Business Day, “Commonwealth sidesteps Harare”, 26/10/2000, Reuters,

Ao mesmo tempo, o governo também desenvolveu a estratégia de negação quando afirmou que a reforma agrária sempre fora feita dentro da lei e, como o Acordo de Abuja incentivava a realização de reforma agrária dentro da lei, ele possibilitava a continuação das invasões de terras. Assim o governo responsabilizava-se pelas invasões, mas negava que elas constituíam uma conduta inadequada.⁵⁰⁹

Também pode ser observada a negação na caracterização da crise como uma questão doméstica relacionada à distribuição da terra que o governo do Zimbábue propunha, negando que os problemas do país constituíssem uma questão que merecesse atenção internacional e, assim, caracterizando as pressões ocidentais como tentativas de ingerência em um Estado africano. Esta postura de negação teve sucesso, pois a OUA reconheceu que “*the introduction of extraneous political issues into the land question is aimed at shifting focus away from Britain’s responsibilities*” e caracterizou as críticas ocidentais como uma tentativa de isolar e vilificar o Zimbábue.⁵¹⁰

5.1.5 Contra-acusação

Um Estado pária pode desafiar a noção de que seu comportamento está sujeito a julgamento e escrutínio internacional rejeitando a validade da norma que é acusado de ferir ou acusando seus críticos de ferirem outra norma, supostamente mais válida do que aquela da qual é acusado de desafiar, neutralizando, assim, suas próprias falhas. É comum a invocação da norma da não interferência nos assuntos domésticos de Estados soberanos, privilegiando esta norma sobre aquelas das quais os Estados párias são acusados de não respeitar.⁵¹¹

Há um imenso conjunto de discursos de Mugabe e de membros de seu governo que indicam esta conduta, afirmando que o Reino Unido, outros Estados Europeus ou os EUA atacaram Mugabe injustamente e que o Reino Unido é culpado pelos problemas do Zimbábue por ter cessado o financiamento da reforma agrária que havia sido prometido em Lancaster House.⁵¹² Em 1997 o Presidente Mugabe afirmou que as terras

“Commonwealth to mull Zimbabwe sanctions in 2 weeks”, 105/12/2001. Para mais detalhes, ver secção 3.4.3 do Capítulo 3.

⁵⁰⁹ TAYLOR, Ian e WILLIAMS, Paul. *Op. cit.* 2002. p. 556. Africa Confidential, “The road to ruin”, 12/10/2001. Metro Zimbabwe, “Violence goes on, despite Abuja Agreement”, 12/09/2001.

⁵¹⁰ CM/Dec.46 (LXXIV), Draft Decision On The Land Question In Zimbabwe.

⁵¹¹ GELDENDHUYNS, D. *Op. cit.* 2004. p. 48.

⁵¹² INGRAM, Derek. “Zimbabwe”, *Round Table*, Abril 98, Vol. 346, No. 1.

de fazendeiros brancos passariam a ser adquiridas compulsoriamente pelo seu governo, e a compensação por elas só seria se o Reino Unido o fizesse, pois os britânicos haviam originalmente roubado as terras zimbabuanas.⁵¹³ O líder afirmou que a tomada de terras era uma tentativa de fazer justiça, para acabar de vez com o colonialismo.⁵¹⁴

Após a retenção de ajuda e financiamento ocidental, do FMI e do Banco Mundial que a intervenção militar zimbabuana na RDC provocou, além de acusações de má administração econômica, corrupção e gastos excessivos contra Mugabe, este denunciou uma conspiração anglo-americana para desestabilizar seu governo. Quando os Estados Ocidentais passaram a criticar a campanha eleitoral da ZANU-PF e a pressionar o Zimbábue para observar suas eleições, Mugabe caracterizou estas iniciativas como uma tentativa imperialista de derrubar seu governo.

Our poll attracted enormous interest from all over the world and that interest expressed itself by way of thousands of guests who came to observe the way we run our elections here. Many of them came with different attitudes: conceptions and misconceptions; perceptions, prejudices and premonitions; hopes and horrors; facts and fears. Among these our guests were some who, much in the mould of the Victorian 'civilising mission', thought they had come to pacify, give virtue and thus redeem us the 'natives'.⁵¹⁵

Para se defender, Mugabe culpou a população branca pelos problemas econômicos do país e contra-demonizou seus detratores, atribuindo intenções malévolas a Reino Unido, UE, EUA e FMI, acusando-os de procurarem destruir seu país, acabarem com seu governo e apoiarem a oposição zimbabuana, que era sua marionete, afirmando, com relação a esta última acusação, que “*my government will not hesitate in taking very stern measures against them and their puppets.*”⁵¹⁶ Mugabe respondia às pressões às quais era sujeito acusando intervenções externas em seus assuntos domésticos que feriam a soberania do Zimbábue e alianças entre o MDC e as potências imperialistas, reafirmando que a posse de terras por brancos, fruto do regime colonial, era ilegal e transformando as eleições na continuação da luta contra o colonialismo.

Por meio do discurso da História Patriótica Mugabe reacendia mágoas contra o colonialismo e as práticas de segregação racial e exploração que marcaram este período.

⁵¹³ VAN DEN BRINK, Rogier. “Zimbabwe Land Acquisition Update”. *World Bank. Report*, 19/05/1999.

⁵¹⁴ Panafrikan News Agency, “Mugabe Fumes Over Land Issue”, 08/12/1997.

⁵¹⁵ LAAKSO, Lisa. *Op. cit.* 2002.p. 18.

⁵¹⁶ Business Day, “Mugabe Rails Against Judges”, 08/02/1999, Zimbabwe Independent, “Who will Mugabe blame next?”, 04/06/1999, BBC, “Zimbabwe attacks US sanctions”, 23/02/2002, ABC News, “Mugabe Backers Defiant After New U.S. Sanctions”, 23/02/2002.

Tais mágoas eram direcionadas contra o Reino Unido e o MDC, acusado de ser um agente do imperialismo que desejava impedir a distribuição da terra no país. Quando foram aplicadas sanções contra o regime, estas foram utilizadas para reforçar a acusação de Mugabe de que o Ocidente conspirava contra ele e procurava manipular as eleições zimbabuanas, além de financiar grupos de oposição no país.⁵¹⁷

Em 2003, quando o Secretário de Estado norte-americano Colin Powell criticou Mugabe e seu governo, o *The Herald*, jornal controlado pelo ZANU-PF, acusou os EUA de serem imperialistas e terem padrões duplos, e Mugabe afirmou que a potência é que deveria iniciar um governo transicional, e não ele, acusando a eleição de George W. Bush de não ser democrática.⁵¹⁸ Quando, no mesmo ano, o FMI declarou em um relatório que a crise do Zimbábue era fruto da má administração do governo, Mugabe culpou a instituição por arruinar a economia do Zimbábue e afirmou que seu país estaria melhor sem ela e o Banco Mundial, que procuravam deteriorar a economia zimbabuana para assim, forçarem uma mudança de regime.⁵¹⁹ Muitas destas acusações elaboradas por Mugabe encontram ecos na realidade, pois o Ocidente realmente pressionava Mugabe em prol de uma mudança de regime, favorecendo a ascensão do MDC ao poder e, garantindo, assim, mais munição política para o líder zimbabuano.

Muitos dos comentários do líder adotavam um tom milenarista e procuravam simplesmente contra-demonizar seus inimigos, isto é, atribuir intenções malévolas a seus detratores.⁵²⁰ Por exemplo, para demonstrar sua indisposição em negociar com os Estados que o pressionavam, Mugabe declarou que o Ocidente era “*The devil*”.⁵²¹ Em agosto de 2001, o líder também afirmou que os fazendeiros brancos que se recusavam a sair de suas fazendas “*will not be treated like special creatures. Why should they be treated as if they are next to God? If anything, they are next to he who commands evil and resides in [the] inferno*”.⁵²²

⁵¹⁷ BBC, “Zimbabweans applaud EU sanctions”, 20/02/2002, MSNBC, The Guardian, “Mugabe Ridicules EU Sanctions”, 21/02/2002, “Zimbabwe condemns EU sanctions as 'hostile action' to influence elections”, 18/02/2002, MSNBC, “OAU says sanctions on Zimbabwe could hurt elections”, 21/02/2002, Africa Confidential, “Hawks or doves?”, 18/02/2000.

⁵¹⁸ The Herald, “Powell Ignorant of Zimbabwe Situation”, 02/07/2003, Cape Argus, “Go to hell, Mugabe tells Bush”, 16/04/2003, Zimbabwe Situation, “Mugabe: U.S. official can 'go hang' over call for free ballot”, 22/04/2003.

⁵¹⁹ Zim Independent, “IMF blasts Zimbabwe again”, 08/08/2003.

⁵²⁰ GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. p. 48.

⁵²¹ Disponibilizado por Sokwanele, em <http://www.sokwanele.com/node/110>, acessado em 03/04/2011.

⁵²² Disponibilizado por Sokwanele, em <http://www.sokwanele.com/node/92>, acessado em 03/04/2011.

Mugabe chegou a acusar o Arcebispo Desmond Tutu de ser “*an unholy man*”, “*an angry, evil and embittered little bishop*”.⁵²³ Voltando-se contra o governo britânico, Mugabe afirmou em 2000 que “*the British kind - are very difficult to change. We rate them as the most conceited, the most arrogant, the most selfish and the most racist*” e, após perder seu título de cavaleiro, em 2008, afirmou que “*We continue to respect the queen [...] It's the demons at Downing Street that need to be exorcized*”.⁵²⁴

5.1.6 Grupo de marginalizados

O Estado sob crítica também pode se juntar a outros Estados que apresentem relações problemáticas com o Ocidente, que privilegiem outras normas que não as liberais e democráticas e sejam criticados por terem comportamentos desviantes, criando uma espécie de “bando de marginalizados”. Eles podem, agindo em conjunto, desenvolver políticas de contra-acusação e, apoiando-se mutuamente, tornarem-nas mais fortes.⁵²⁵

Mugabe aproximou-se da Líbia, país que tinha recursos que lhe interessavam para solucionar a falta de combustível do Zimbábue e era governado por um chefe de Estado com quem se identificava ideologicamente. Muammar al-Gaddafi chegara ao poder por meio de um golpe militar em 1969, adotara políticas pan-arabistas e um socialismo de Estado, nacionalizando a economia líbia. Desenvolvendo uma política confrontacionista com os EUA, o líder era alvo de críticas ocidentais e seu governo fora alvo de sanções da ONU.⁵²⁶ Entretanto, a amizade entre Mugabe e Gaddafi não se estendeu muito além do suficiente para manter os negócios entre os Estados, e mesmo estes não se tornaram muito intensos, pois a Líbia tinha pouca esperança de que o Zimbábue pagaria as importações e dívidas que fazia com ela.⁵²⁷

⁵²³ Disponibilizado por Sokwanele, em <http://www.sokwanele.com/node/113> e <http://www.sokwanele.com/node/114>, acessados em 03/04/2011.

⁵²⁴ BBC News, “Mugabe vs the 'arrogant little fellows'”, 26/06/2000. Sokwanele, <http://www.sokwanele.com/node/653>, acessado em 03/04/2011.

⁵²⁵ GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. pp. 48-49.

⁵²⁶ Esta aproximação causou grandes preocupações nos Estados Unidos. The Guardian, “U.S. weighs sanctions against Zimbabwe”, 08/01/2003. Para uma cronologia de eventos importantes na Líbia, ver BBC News, “Timeline: Lybia”, 31/03/2011.

⁵²⁷ Africa Confidential, “Hungry for change”, 31/05/2002, Zimbabwe Independent, “Fuel situation set to deteriorate”, 01/12/2002, Zimbabwe Independent, “Libyans in Zim on rescue mission”, 12/12/2002, Zimbabwe Independent, “Libya puts beef deal on ice”, 16/01/2003, SABC, “Zimbabwe wins Libyan pledge on oil trade”, 27/06/2003, Financial Times, “Zimbabwe and Libya fail to secure fuel deal”, 17/12/2002 e BBC News, “Mugabe ends Libya oil talks”, 27/06/2003.

O Zimbábue também se aproximou do Irã. Em 2004, foram desenvolvidos planos de intercâmbio cultural entre os dois Estados e o Irã pretendia construir uma usina de gás no Estado africano.⁵²⁸ Suas relações econômicas fundamentavam-se na exportação de produtos agrícolas e minerais do Zimbábue para o Estado islâmico, o qual, em troca, transferia projetos relacionados a fontes de energia e equipamento agro-industrial para o Zimbábue e, em 2003, quando o Ocidente criticava ferozmente Mugabe, o Irã direcionou uma linha de crédito de US\$ 15 milhões para seu governo.⁵²⁹

Ambos os Estados são membros do NAM e partilham uma ideologia contrária ao que chamam de domínio anglo-americano no mundo, tendo relações problemáticas com o Ocidente, mais especificamente com os EUA, que os vilificou como “entrepostos da tirania”.⁵³⁰ No final de 2006, quando Mugabe visitou o Irã, o Presidente Mahmoud Ahmadinejad afirmou que “*We do not accept US and British dominance in the world. We will cooperate to put an end to domination*”, e Mugabe complementou “*Iran and Zimbabwe think alike and have been described [as belonging] to the 'axis of evil', who are they to judge us?*” e “*We find ourselves against countries like the Unites States, which think the world belongs to them exclusively*”. Mugabe, também afirmou que “*Those countries that think alike should come together*” para lutarem contra George W Bush e Tony Blair, e Ahmadinejad deixou claro que estava no mesmo time de Mugabe ao afirmar que “*We do not condone US and British hegemony. We have good co-operation to do away with this control*” e que Mugabe era um “*prominent, influential and just leader, a person who loves freedom, a freedom fighter*”.⁵³¹

A aliança procurava mostrar ao ocidente que o Zimbábue poderia sobreviver sem sua ajuda, mas a retórica e a ideologia partilhada mostrou-se o maior laço entre os Estados. Assim como em relações desenvolvidas entre Mugabe e Fidel Castro, e Hugo Chavez e Theodore Obiang Nguema, pois havia pouco que o Zimbábue, em crise, podia oferecer aos outros Estados em termos materiais.⁵³²

⁵²⁸ Iran News, “Iran to construct gas power plant in Zimbabwe”, 13/11/2011, The Herald, “Zim, Iran to introduce cultural course at UZ”, 04/10/2004.

⁵²⁹ Xinhua, “Zimbabwe negotiates preferential trade accords with Angola, Iran”, 07/10/2005.

⁵³⁰ Daily News, “Even with Iran Zimbabwe must behave properly”, 20/01/2005, Islamic Republic News Agency, “Iran, Zimbabwe discuss expansion of agro cooperation”, 19/11/2006.

⁵³¹ Islamic Republic News Agency, “Iran, Zimbabwe underline expansion of mutual relations”, 19/11/2006, Khaleej Times, “Iran, Zimbabwe vow to resist US 'dominance'”, 20/11/2006, IOL, “Iran, Zim think alike, says Mugabe”, 21/11/2006.

⁵³² Zimbabwe Online, “Mugabe's visit to Iran a desperate search for allies”, 23/11/2006.

5.1.7 Dividir seus críticos

O Estado marginalizado pode procurar enfraquecer seus adversários dividindo-os ou explorando divisões existentes entre eles e obtendo apoio ou simpatia de alguns deles. Isto pode ser observado nas relações internacionais do Zimbábue quando seu governo se mostrou aberto a discutir direitos humanos na cúpula franco-africana que ocorreria em Paris, em fevereiro de 2003. Temendo que, se rejeitasse o Estado, a cúpula seria boicotada pelos outros Estados africanos, a França convidou Mugabe e ameaçou bloquear a renovação das sanções da UE contra o Zimbábue, caso impedida.⁵³³ No entanto, a medida não teve muito sucesso, pois imediatamente após a cúpula as sanções foram renovadas e a UE condenou a tirania do governo no Zimbábue.⁵³⁴

Mesmo não tendo muito sucesso em dividir seus críticos, Mugabe dividiu a comunidade internacional, pois enquanto o Ocidente pressionava-o, os Estados africanos e do Sul recusavam-se a fazer isto, apoiando-o e impedindo a crise zimbabuana de ser tratada no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas.⁵³⁵

5.1.8 Esperar pelo desgaste ou a desistência de seus oponentes

O Estado sob pressão também pode esperar que seus oponentes se desgastem, desistam, e comecem a normalizar as relações com ele sem que ele tenha de mudar suas políticas. Procurando chegar a este resultado, o Estado pária pode adotar uma diplomacia arriscada, levando a crise ao extremo para forçar seus adversários a desistirem, cederem ou, ao menos, fazerem concessões substantivas.

Este tipo de estratégia pode ser observado na intensificação da crise que o governo do Zimbábue tem permitido, afirmando que *“The more they [Western countries] work against us... the more negative we shall become to their kith and kin*

⁵³³ The Guardian, “Several EU Nations Protest Mugabe Plans”, 27/01/2003, BBC, “EU to decide on Mugabe trip”, 27/01/2003, Reuters, “Four EU nations object to Mugabe's Paris visit”, 27/01/2003, Afrol, “EU fails to renew Zimbabwe sanctions”, 27/01/2003, Mail & Guardian, “France scuppers EU Zimbabwe sanctions”, 28/01/2003.

⁵³⁴ Macedonian Press Agency, “Eu Presidency Statement On Restrictive Measures Against Zimbabwe”, 09/04/2003, Zimbabwe Independent, “France dismisses Zim claims”, 14/03/2003.

⁵³⁵ ZimOnline, “Russian leader brands Mugabe a dictator”, 06/07/2005, Mail & Guardian, “Putin calls Robert Mugabe a dictator”, 06/07/2005, SABC News, “African food crisis spurs UN debate on Zimbabwe”, 01/07/2005, IOL, “Mugabe says no to UN housing offer”, 03/11/2005, Africa Confidential, “Britain and the sanctions question”, 18/07/2008, The Telegraph, “Zimbabwe: Russia and China veto sanctions”, 12/07/2008. ICG Africa Report N°97, *Op. cit.* p. 16-17.

here”.⁵³⁶ Mugabe tem permitido a contínua deterioração so Zimbábue, insistindo que só implementará o GPA completamente quando as sanções ocidentais forem suspensas. Mesmo com o governo inclusivo ele afirmou que “*Some of you were thinking we are no longer in power. I am still in control and hold executive authority, so nothing much has changed*”, e “*Land distribution will continue. It will not stop. The few remaining white farmers should quickly vacate their farms as they have no place there*”.⁵³⁷

5.2 Estratégias de sobrevivência de um Estado fraco

Reconhecer o Zimbábue como um Estado pária como os EUA propõem e, a partir daí, analisar suas estratégias de sobrevivência que se encaixam no perfil de um Estado pária permite compreender muitas das políticas de Mugabe, mas não é suficiente para explicar a sobrevivência de seu regime. Esta explicação se mostra falha, pois, mesmo que o discurso norte-americano e de outros Estados ocidentais a promovam, o Zimbábue não é um Estado pária.

O apoio africano e do Sul Global com o qual Mugabe conta mostra a inadequação da caracterização do Zimbábue como um Estado pária, pois para os Estados fracos, o comportamento do líder não é desviante ou inadequado. Embora o grupo mais poderoso da sociedade internacional, que propõe as normas que são consolidadas na cultura internacional, veja o Zimbábue desta forma, a própria sociedade internacional se mostra claramente dividida entre aqueles que execram e aqueles que enaltecem Mugabe.⁵³⁸ Enquanto o Ocidente criticava duramente suas políticas, culpando-as pelos problemas econômicos, sociais e políticos do Zimbábue, Mugabe tinha o apoio africano e dos Estados do Sul, que impedia que seu regime fosse marginalizado pela sociedade internacional.

A caracterização, pelo Ocidente, do Zimbábue como um Estado paria não é o resultado de uma análise desinteressada das relações internacionais do Zimbábue. Esta caracterização é coerente como parte da política externa de críticas agressivas e pressões

⁵³⁶ Mugabe na conferência anual da ZANU-PF em 2002, disponibilizado por Sokwanele, em <http://www.sokwanele.com/node/100>, acessado em 03/04/2011.

⁵³⁷ Mugabe em sua 85ª festa de aniversário, em 28/02/2009, disponibilizado por Sokwanele, em <http://www.sokwanele.com/node/795>, acessado em 03/04/2011.

⁵³⁸ O termo *rogue* foi popularizado pela administração Clinton, mas, assim como pária, não têm seu sentido fixado no direito internacional e ambos são usados e intercambiados com pouco rigor nos discursos políticos. GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. p. 3-11, 23-36 e 353.

que as potências ocidentais têm desenvolvido contra o Estado africano. Ela é parte de um esforço para caracterizar Mugabe como um vilão, pois dentre os Estados do Sul, Mugabe é defendido como um representante legítimo do povo zimbabuano, um herói da independência africana cujo governo é ameaçado por ingerências ocidentais que procuram derrubá-lo.

A relação de Mugabe com os Estados africanos e outros membros do Sul, como a China, difere daquela desenvolvida entre ele e os líderes de Estados párias, acima tratada como a formação de um grupo de marginalizados, baseada em exclusão, pois, apesar desta estratégia incluir elementos similares àqueles que imbuem as relações internacionais do Zimbábue com Estados do Sul, como o discurso de justiça internacional, ela não é uma ação de Estados excluídos, pois o Sul corresponde a mais da metade dos Estados. O Zimbábue tem um amplo leque de relações internacionais e apoio no Sul Global, e este conjunto extenso de aliados pode ser caracterizado como um grupo solidário, que partilha uma ideologia baseada no discurso anti-hegemônico, anti-imperialista e, tendo um passado de exploração colonial, procura corrigir as injustiças e explorações às quais foi sujeito.

Este apoio foi a condição principal para que, ao contrário do que se esperava, Mugabe continuasse no poder mesmo sob pressões e sanções ocidentais e com a crescente deterioração das condições do Zimbábue. Tal apoio não é natural, a solidariedade entre Estados é posta em prática quando é do interesse deles. Neste caso, a solidariedade africana e do Sul Global foi sensibilizada em prol da defesa de Mugabe graças à estratégia desenvolvida pelo líder, que se utilizou de temas sensíveis para compor uma narrativa que os mobilizasse ideologicamente por meio de seus discursos.

A narrativa de libertação desenvolvida por Mugabe pode ser chamada de história patriótica por ser uma visão nacionalista da história do Zimbábue que liga o passado ao presente caracterizando a ZANU-PF e seu líder, Mugabe, como os responsáveis pela independência do país ao mesmo tempo em que exclui qualquer oposição ao partido do rol de heróis da independência, legitimando o governo e desqualificando a oposição.⁵³⁹ O discurso de Mugabe contém elementos de solidariedade, enfatizando a necessidade de lealdade da população para com o movimento de libertação, herdeiro legítimo do Estado por ter lutado contra e vencido o colonialismo, pois do contrário, pode-se voltar a um sistema colonial. A partir dela também é definida a identidade nacional, buscando no

⁵³⁹ NDLOVU-GATSHENI, S. J. *Op.cit.* 2003. p. 104.

relacionamento da população com o movimento de libertação a diferenciação entre os cidadãos autênticos e os traidores, que desafiam o governo.

O processo de descolonização, parte importante dos mitos fundacionais do Estado africano, é utilizado para transformar a ZANU-PF em guardião da independência. Assim, qualquer posição contrária ao governo torna-se uma tentativa de tirar a independência do povo e oprimi-lo. A narrativa de libertação também retoma a obtenção do poder pela violência, que foi admitida na luta de independência e é caracterizada como necessária e natural para conter a oposição.⁵⁴⁰

Na narrativa de libertação nem todos aqueles que lutaram pela independência do Zimbábue são heróis, sendo homenageados e lembrados exaustivamente apenas aqueles que são do interesse da ZANU-PF. Os membros da ZAPU que lutaram pela independência não recebem as mesmas honrarias que os membros da ZANU, e mesmo alguns membros da ZANU, como Josiah Tongogara, que sendo o comandante da guerrilha da ZANU era uma figura importante no movimento de independência, foram esquecidos.⁵⁴¹ Tongogara, que morreu pouco após o Acordo de Lancaster House, não foi lembrado como um dos heróis honorários do Zimbábue em 2005, no *Zimbabwe's Silver Jubilee Awards*, assim como Herbert Chitepo, líder da ZANU assassinado em 1975.⁵⁴²

No entanto, ao retomar o passado de luta pela independência, a narrativa da libertação salienta as falhas do regime, pois lembra a população das promessas dos movimentos de libertação como a reforma agrária que, não havia sido satisfatoriamente desenvolvida. Assim, a narrativa do regime tornava imprescindível a retomada da reforma agrária, algo que o projeto de reforma agrária rápida, a partir de 2000, procurou desenvolver, para demonstrar o comprometimento do governo com suas promessas e a plena independência do povo zimbabuano.⁵⁴³

⁵⁴⁰ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. pp. 30-32.

⁵⁴¹ Media Institute of Southern Africa “No Trace Of War Documentaries”, 11/09/1997.

⁵⁴² Institute for War and Peace Reporting, “Rewriting History in Zimbabwe”, 28/04/2006.

⁵⁴³ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. pp. 32-33.

5.2.1 A questão da terra como um resquício do colonialismo

Como se procurou demonstrar no Capítulo 2, a distribuição da terra é um tema sensível no Zimbábue e na maior parte dos Estados do Sul, pois o domínio colonial incluiu a apropriação da terra pelos colonos em detrimento da população nativa. Ao perder o financiamento do Reino Unido para a reforma agrária em 1997, Mugabe passou a tratar a reforma agrária como uma prioridade em seus discursos, enfatizando a urgência da questão:

(...) inadequate international support and limited national resources for land purchases and a number of legal, administrative and logistical constraints limited the pace and quality of land distribution (...) As a result, racial imbalances in land ownership and use, and associated poverty remain entrenched in the country. The continuation of this state of affairs poses a threat to social stability.⁵⁴⁴

Também foi destacada a responsabilidade da antiga potência colonial pela distribuição desigual da terra. Como se não tivesse tido quase duas décadas para procurar resolver a questão, o governo culpou os colonizadores britânicos por terem roubado as terras originalmente, e Mugabe caracterizou a reforma agrária como uma tentativa de fazer justiça, afirmando que ela colocava um fim ao colonialismo.⁵⁴⁵

We are going to take the land and we are not going to pay for the soil. That is our set policy. Our land was never bought and there is no way we would buy back the land. (...) So, we are grabbing the land, but who started grabbing land from the other? (...) If you grab my property and I follow you up and demand my property back, could that be termed 'grabbing'?⁵⁴⁶

The message has to get to the British. There is wealth for a minority and poverty and suffering for the majority. There have been various promises, economic independence did not come in 1980, land belongs to Zimbabwe by name and remains Rhodesian in practice (...) the soil is ours, what came in 1980 was the right to rule ourselves.⁵⁴⁷

Com base nesses argumentos, Mugabe demandava a continuação do financiamento do programa de reforma agrária pelo Reino Unido, que prometera custear a reforma agrária na Conferência de Lancaster House, mas encerrara o financiamento

⁵⁴⁴ The Insider, "Mugabe's New Policy On Land", 13/11/1998, Panafrican News Agency, "Land Imbalances Threat To Social Stability – Mugabe", 12/08/1998.

⁵⁴⁵ Panafrican News Agency, "Mugabe Fumes Over Land Issue", 08/12/1997.

⁵⁴⁶ Panafrican News Agency "Mugabe Wants More Land For The People", 16/10/1997.

⁵⁴⁷ Panafrican News Agency, "UK Softening Stance On Land Issue – Mugabe", 27/06/1998.

em 1997. Caso o Reino Unido não financiasse o projeto, as terras de fazendeiros brancos seriam adquiridas compulsoriamente pelo governo, sem o pagamento de compensação por elas, pois “*The land issue is a critical matter. We cannot tax our own people in order to buy back land which was never bought. We are prepared to pay for the improvements on the farms, not the land itself. That is a colonial problem for Britain to resolve*”.⁵⁴⁸

I insisted that our team which was going to negotiate make it clear there was no way we could go back to accepting a willing-seller settlement or accept to pay compensation to farmers for the purchase of the land. We are only prepared to pay for improvements on the land.⁵⁴⁹

Fica claro que o valor da questão da terra é inflado na retórica do governo quando se percebe que a reforma agrária, que fora lenta, praticamente parou em 1998.⁵⁵⁰ Nas eleições de 2000 e 2002, a campanha eleitoral da ZANU-PF retomou a questão em seu slogan “*Land is the Economy, the Economy is the Land*”, que, juntamente com o apoio do governo a invasões de fazendas de brancos, transformou a distribuição da terra em uma medida populista para garantir apoio da população rural à ZANU-PF. A questão da distribuição da terra simbolizava os danos do colonialismo e, enfatizando o poder do campesinato, a campanha eleitoral do governo caracterizava as ocupações como a *Terceira Chimurenga*, ligando a política de reforma agrária rápida à narrativa de libertação, pois a terra foi perdida pela população africana para o regime colonial.⁵⁵¹

Os Estados da África Austral, nos quais a distribuição desigual das terras também é uma fonte de instabilidade social e econômica, os regimes instalados, temendo que uma postura contrária à reforma agrária rápida no Zimbábue poderia ser mal recebida por suas próprias populações, demonstraram apoio à Mugabe, reiteraram suas alegações de que os problemas do Zimbábue estavam relacionados à questão da terra e não à continuidade do governo da ZANU-PF, censuraram as críticas ocidentais como uma tentativa de isolar e vilificar o Zimbábue e reclamaram do Reino Unido o financiamento da reforma agrária prometido em Lancaster House. Os esforços de Mugabe para redistribuir a terra foram aplaudidos e a questão foi reconhecida como um

⁵⁴⁸ VAN DEN BRINK, Rogier. “Zimbabwe Land Acquisition Update”. *World Bank. Report*, 19/05/1999. The Namibian, “Zimbabwe steadfast on land issue”, 19/05/1998, The Insider, “Can The Land Conference Provide A Lasting Solution?”, 18/06/1998.

⁵⁴⁹ Panafrican News Agency, “Mugabe Sticks To His Guns Over Land Issue”, 27/11/1997.

⁵⁵⁰ The Insider, “Land Reform Derailed!”, 26/02/1999.

⁵⁵¹ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. p. 30.

resquíio do domínio colonial, pois a terra “*has always been at the core of the political, economic and social struggle in Zimbabwe*”.⁵⁵²

5.2.2 A oposição às políticas imperialistas do Ocidente

A independência dos Estados africanos ocorreu em uma onda anti-imperialista que ganhou destaque após o final da Segunda Guerra Mundial, sendo o anti-imperialismo uma parte importante da narrativa de libertação que se fundamentava na solidariedade entre o terceiro mundo contra tentativas de dominação. Assim, ao mesmo tempo em que retomava a legitimidade que a ZANU-PF tinha como um movimento de libertação, a narrativa de libertação reacendia as mágoas contra o colonialismo e o Reino Unido que, como se não bastasse ter explorado o território durante o regime colonial, procurava intervir nas políticas do regime demandando padrões de governança. Um exemplo da postura interventora pode ser identificado na insistência do reino Unido em estar disposto a financiar a reforma agrária somente se ela fosse desenvolvida em um formato específico, dentro do estado de direito, com compras e vendas voluntárias e dentro de um programa de redução de pobreza.⁵⁵³

Mugabe respondia às pressões e críticas às quais era sujeitado reafirmando a soberania do Zimbábue e acusando intervenções em seus assuntos domésticos. A imposição de sanções pelo Ocidente foi denunciada por Mugabe como “*a brutal and cynical campaign to cow its political opponents into submission*”, uma tentativa de recolonizar a África e o Zimbábue.⁵⁵⁴

As acusações de Mugabe eram fortalecidas por comentários como o do Presidente da Assembléia Parlamentar Conjunta UE-ACP, de que fartos das políticas de Mugabe, os membros da UE esperavam que o presidente resignasse ou perdesse as eleições presidenciais, e assim, o governo e seu discurso anti-imperialista eram

⁵⁵² ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. pp. 2-6. OUA CM/Dec.46 (LXXIV), Draft Decision On The Land Question In Zimbabwe.

⁵⁵³ Robin Cook, Hansard em 03/05/2000 *Apud* TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. *Op. cit.* 2002. p. 553.

⁵⁵⁴ Zimbabwe Independent, “US Congress Condemns Lawlessness In Zimbabwe”, 12/05/2000, Zimbabwe Independent, “Zimbabwe Fights US Sanctions”, 04/08/2000, Panafrican News Agency, “Zimbabwe in Diplomatic Offensive to Thwart US Sanctions”, 04/08/2000, Panafrican News Agency, “Zimbabwe Welcomes US Suspension of Sanctions Bill”, 01/10/2000, Zimbabwe Independent, “US Pressured To Support Zimbabwe's Democratic Institutions”, 01/12/2000.

legitimados.⁵⁵⁵ Também apoiando-se no claro desejo do Ocidente de substituir seu regime por um do MDC, o governo rejeitou muitos observadores nas eleições que ocorreram a partir de 2000, pois observadores não devem ser tendenciosos.⁵⁵⁶

Embora as eleições do Zimbábue, eram claramente problemáticas, a postura ocidental, abertamente incentivando o fim do regime da ZAU-PF e favorecendo a vitória do MDC fornecia combustível para as acusações de intervencionismo que Mugabe direcionava contra aqueles que o pressionavam e, assim, fortaleciam seu discurso anti-imperialista. Sensibilizados por este discurso e procurando enfatizar sua oposição a interferências e tentativas de dominação e imposição de políticas ocidentais, os Estados africanos defenderam as problemáticas eleições do Zimbábue.

Os valores ocidentais de boa governança, que passaram a ser promovidos a partir de 1990 pelos doadores ocidentais, que demandavam a reestruturação dos sistemas políticos e econômicos dos Estados em desenvolvimento, sua democratização e liberalização como condições para a continuação da ajuda, também eram reconhecidos como uma forma de dominação, pois reduziam a esfera de ação dos governos e, enfraquecendo a soberania, reduziam seu poder e ameaçavam sua segurança. Mugabe denunciava estes valores como um *bogus universalism*, isto é, um falso universalismo, e justificava isto com o intervencionismo e os padrões duplos das políticas ocidentais, principalmente dos EUA e do Reino Unido.⁵⁵⁷ Em seu discurso na XIII Cúpula do Movimento Não Alinhado, Mugabe explicou:

Today, however, we find ourselves in a new era of unipolarity (...) characterised by unilateralism-cum-hegemonism, supported by an interventionist military doctrine that bids the more powerful to impose their will on those who, like many of us, are weak. Colonialism now assumes a varied form, and seeks to garner in all of us of the Third World as we get globally villagised under false economic pretences. We are cheated to believe that we shall all be equals in that village, but are denied to assume military strength of the same magnitude as that of the western and more highly developed States. (...) Politically our sovereignty will not have the same weight as that of big brother, and big brother has the right to determine the justice of our systems and not we his. As he likes, he can blatantly use his prejudice to

⁵⁵⁵ Financial Gazette, “EU 'Fed Up' With Mugabe”, 07/12/2000, Times UK, “Mugabe sets sights on 'all British firms’”, 16/06/2000.

⁵⁵⁶ LAAKSO, Lisa. *Op. Cit.* 2002. pp. 16, 18.

⁵⁵⁷ A hostilidade de parte da comunidade internacional não pode ser atribuída ao fato de existirem problemas domésticos no Zimbábue, pois estes existiam em 1980, quando o Zimbábue era considerado a jóia da África e há outros Estados problemáticos que não são pressionados, mas recebem ajuda econômica e de segurança dos EUA. ZUNES, S. “African Dictatorships and Double Standards”, *Foreign Policy in Focus*, 01/01/2008.

determine and upset the validity of any of our elections and declare a validly elected President of a country illegitimate. (...) And is it not ironical that Mr. Bush who was not elected should deny my legitimacy established by many observer groups from Africa and the Third World? Who should the world impose sanctions on, Robert Mugabe or George Bush? The fact of power has also become, to those who hold it the determinant of justice, morality and even legality. In other words the governing norms of our World have been greatly eroded.⁵⁵⁸

Neste contexto,

The United States awakened to the implications of being the sole Superpower, joined by Britain, as a born again Colonialist, and other Western countries have turned themselves into ferocious hunting bull dogs raring to go, as they sniff for more blood, Third World blood. We, their hunted game, are for slaughter.(...) Bush and Blair have, apparently developed similar warlike dispositions deriving from similar ideologies of new imperialism.

Para explicar o novo imperialismo, Mugabe, no mesmo discurso, citou Robert Cooper, assessor de Blair, que declarou em um artigo:

The most logical way to deal with chaos, and the most often employed in the past, is colonization. But colonization is unacceptable to post modern states (and, as it happens, to some modern states too). (...) What is needed then is a new kind of imperialism, one acceptable to a world of human Rights and cosmopolitan values. We can already discern its outline: an imperialism which, like all imperialism, aims to bring order and organisation. (...) The challenge of postmodern world is to get used to the idea of double standards. Among ourselves (i.e. the West) we operate on the basis of laws and often cooperative security. But when dealing with more old fashioned kinds of states outside the postmodern continent of Europe, we need to revert to the rougher methods of an earlier era, force, preemptive attack, deception, whatever is necessary.⁵⁵⁹

A partir disso, Mugabe reafirma ser vítima de uma conspiração anglo-americana que procura tirá-lo do poder e agradece o apoio dos Estados do Sul à seu regime:

Who after reading this Blair philosophy would be surprised by his irrational actions on Zimbabwe? He desires and is determined to undermine the sovereignty of my country and introduce neo colonialist rule. That we shall never allow him to achieve, and I want

⁵⁵⁸ Discurso do Presidente da República do Zimbábue, Robert Mugabe na XIII Cúpula do Movimento Não Alinhado, Kuala Lumpur, Malásia, 25/02/2003.

⁵⁵⁹ COOPER, R. "The post-modern state", In LEONARD, M. [Ed.] *Re-Ordering the World: The long-term implications of September 11th*. The Foreign Policy Centre.2002.

to take this opportunity to thank you for your consistent support and solidarity with Zimbabwe.⁵⁶⁰

Motivados pelo desejo de garantir a segurança de seus regimes e temendo desafios semelhantes aos enfrentados por Mugabe, os Estados africanos e outros membros do Sul recusaram-se a criticar Mugabe publicamente e a acatar a imposição de sanções ao regime. As sanções, por sua vez, ganharam grande destaque no debate sobre a crise do Zimbábue na comunidade internacional, pois neste ambiente, permeado pela retórica, tanto os que as apoiavam quanto os que as condenavam exageravam sua importância.⁵⁶¹

Apesar de terem conhecimento de que Mugabe e a ZANU-PF impediam a solução da crise, sendo a fonte da violência extremada que marcou as eleições do Zimbábue e, posteriormente, impedindo a implementação do GPA, os líderes da SADC mantiveram sua postura de apoio público ao regime e rejeitaram as sanções, as quais, impostas apenas por Estados ocidentais, perdiam parte de sua legitimidade. Apesar das sanções serem direcionadas, elas eram caracterizadas como algo monstruoso, que *“hurt not only ordinary Zimbabweans but also have profound social and economic implications on the region as a whole.”*⁵⁶²

Quando se procurava impedir Mugabe de comparecer a eventos internacionais com base nas sanções direcionadas, a reação era, nas palavras de Nkosazana Dlamini-Zuma, Ministra das Relações Exteriores da África do Sul entre 1999 e 2009 *“We as Africans are ready to go. The question is, are they ready to receive us? There is no Africa that can exist without Zimbabwe. Africa is indivisible”*.⁵⁶³ Assim, o discurso anti-imperialista era complementado por aquele de solidariedade entre os Estados africanos e aproximação entre os Estados do Sul. Exemplo desta dinâmica são as relações entre Mugabe e a China, que oferecia assistência econômica sem as condicionalidades que o Ocidente impunha, oferecendo, segundo o discurso de Mugabe, um modelo de desenvolvimento alternativo e frustrando as políticas imperialistas ocidentais.⁵⁶⁴

⁵⁶⁰ Discurso do Presidente da República do Zimbábue, Robert Mugabe na XIII Cúpula do Movimento Não Alinhado, Kuala Lumpur, Malásia, 25/02/2003.

⁵⁶¹ AfricaFocus Bulletin, “Zimbabwe: Sanctions and Solidarity”, 18/04/2010. BOMBA, B; MINTER, W. “Zimbabwe: Demystifying sanctions and strengthening solidarity”, *Pambazuka News*, 15/04/2010, Edição 477.

⁵⁶² SADC Today, Vol. 6 No. 4, outubro de 2003.

⁵⁶³ SAPA, “EU Must Save Key EU/Africa Summit: SA”, 19/12/2002. CILLIERS, J. *Op. cit.* 2003. PHIMISTER, Ian; RAFTOPOULOS, Brian. *Op.cit.* 2002. p. 8. PHIMISTER, Ian; RAFTOPOULOS, Brian. *Op. cit.* 2002. p. 8.

⁵⁶⁴ YOUDE, Jeremy. *Op. cit.* 2006-2007.

It is very important for us in Zimbabwe to develop the Look East Policy because that is where people who think like us are, same history of colonialism as ourselves, people who have started developing their economies, are more advanced than Africa, and relations with them will be reciprocal and rewarding.⁵⁶⁵

5.2.3 A aliança entre os inimigos do Zimbábue

Mugabe propagava em seus discursos inflamados a justificação do seu governo em termos de uma ideologia nacionalista e culpava uma coalização de inimigos composta pelos governos ocidentais, o MDC e fazendeiros brancos pelos problemas do Zimbábue.⁵⁶⁶ Na narrativa de libertação destacava-se que a ZANU-PF era quem vencera o colonialismo e, portanto, à ela deveria se direcionar a lealdade da população, pois outros tipos de governos poderiam resultar em um retorno à era colonial. Em oposição ao caráter heróico e patriótico identificado na ZANU-PF, o MDC era caracterizado como uma marionete do Reino Unido, composto por traidores sem história que desejavam uma mudança de regime e procuravam desestabilizar o Estado, idéia que era fortalecida pelo fato deste partido ser apoiado pelos fazendeiros brancos.⁵⁶⁷

A oposição do MDC à tomada ilegal de terras era transformada no desejo da manutenção da desigualdade na posse de terras no Zimbábue, que era justificada por Mugabe com a aliança entre o partido e o Ocidente. Tsvangirai era visto por Mugabe como “*A white man masquerading as a black and A tea boy for his white boss*”, e sobre esta aliança o presidente deixava claro que “*my government will not hesitate in taking very stern measures against them [the West] and their puppets.*”⁵⁶⁸

Esta visão encontrou apoio na região, tornando difícil a aproximação dos líderes políticos africanos do MDC, visto como um partido que emergira a partir de um sindicato e ameaçava a segurança de um regime instalado desde a independência.⁵⁶⁹ O Presidente da Tanzânia, Bejnamin Mkapa, garantindo seu apoio a Mugabe, aconselhou cuidado com os inimigos do partido, que “desprezavam sua própria independência” procurando desestabilizar o país.

⁵⁶⁵ Mugabe citado em The Herald, “President to retire in 2008”, 22/04/2005.

⁵⁶⁶ BRATTON, M; CHIKWANA, A; SITHOIE, T. *Op. cit.* 2005. pp. 77-78.

⁵⁶⁷ NDLOVU-GATSHENI, S. J. *Op. cit.* 2003, p. 104. KRIGER, Norma. *Op. cit.* 2006. p. 15.

⁵⁶⁸ Disponibilizado por Sokwanele, em <http://www.sokwanele.com/node/87>, acessado em 03/04/2011, Zimbabwe Independent, “Who will Mugabe blame next?”, 04/06/1999.

⁵⁶⁹ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. p. 30-33.

Don't be misled by them, (...) They pretend to offer systems and different models of government they think you should establish (...) models are inconsistent with what we fought for. Reject their campaigns of slander and stand firm by your government (...) most white people think they have better ruling models to offer African governments, but never develop income generating projects to improve the welfare of the majority.⁵⁷⁰

Aqueles que se opusessem ao governo eram deslegitimados como inimigos da independência, uma acusação que era sustentada pelos laços entre o MDC e o Reino Unido. Na campanha da eleição presidencial de 2002, Mugabe afirmou “*We are in a war to defend our rights and the interests of our people. The British have decided to take us on through the MDC*”, pois “*The MDC opposition, formed at the behest of Britain in 1999, is on an evil crusade of dividing our people on political lines as they continue to fan and sponsor heinous acts of political violence targeting innocent citizens*”.⁵⁷¹

Com base nesta aliança entre MDC e o Ocidente e no suposto desejo do MDC de derrubar o governo, Mugabe rejeitava as tentativas de Mbeki de estabelecer negociações entre ele e Tsvangirai, afirmando que “*We cannot discuss with allies of the West. The devil is the devil and we have no idea of supping with the devil.*”⁵⁷² Assim, demonizava-se a oposição como aliada do, também demonizado, ocidente e isto, juntamente com a oposição do MDC à reforma agrária rápida, permitia a transformação das disputas eleitorais entre a ZANU-PF e o MDC em parte da libertação do Zimbábue.⁵⁷³

Transformando as eleições em uma continuação da luta armada pela independência, que se estendia devido ao neo-imperialismo do ocidente, questões como direitos humanos e civis, estado de direito e democracia tornavam-se marginais. Assim, era legitimada a violência contra a oposição, pois “*If they [the MDC] want to violate the laws of the country, we can unleash legal force and legal violence, which we are permitted to do. [...] Some measures of force must be used to restrain them*” e “*violence is not just happening, it in fact has been deliberately hatched at the center of the MDC and by its patrons and principals overseas... This is a real physical fight and we have to*

⁵⁷⁰ Panafrican News Agency, “Visiting Tanzanian President Denounces Zanu PF Detractors”, 23/04/1998.

⁵⁷¹ Disponibilizado por Sokwanele, em <http://www.sokwanele.com/node/95>, e em <http://www.sokwanele.com/node/655>, acessados em 03/04/2011.

⁵⁷² Disponibilizado por Sokwanele, em <http://www.sokwanele.com/node/110>, acessado em 03/04/2011.

⁵⁷³ Junto com o conhecido slogan “*land is the economy and the economy is land*”, eram promovidos os slogans: “*Zimbabwe will never be a colony again*” e “*Vote for Maturity, Experience and Wisdom*”. RANGER, Terence. *Op. cit.* 2002. p. 2. Electoral Institute for the Sustainability of Democracy in Africa, “Zimbabwe 2002: Political Campaigning”, fevereiro, 2002.

prepare for it".⁵⁷⁴ A força aplicada contra a oposição era legitimada como parte do comprometimento do governo de garantir a independência e impedir a recolonização do Zimbábue, que garantia que "*We will make them run. If they have not run before we will make them run now.... We will not pander to them any longer. That is gone. It is finished. We are now entering a new chapter, and there will be firm government, very firm government.*"⁵⁷⁵

Este discurso sensibilizou os líderes africanos e boa parte dos Estados do sul que, interessados na versão proposta por Mugabe, ignoraram a violência direcionada contra a oposição nas campanhas eleitorais da ZANU-PF, a subversão do sistema eleitoral com táticas de controle da mídia, fraude, intimidação da oposição e incitamento de ódio racial, além do não cumprimento de promessas e acordos que o regime de Mugabe orquestrava.⁵⁷⁶

5.2.4 O desrespeito às leis que constroem as políticas do regime

Sendo parte da estratégia eleitoral da ZANU-PF, a violência contra a oposição e as violações de direitos humanos e de direitos de propriedade dos fazendeiros brancos se estenderam, e o Estado de direito no Zimbábue passou a ser claramente desafiado e desconsiderado por não favorecer a aquisição compulsória de novas terras e ser visto como um obstáculo para o estabelecimento de justiça com relação à resquícios do colonialismo, a qual justificava as invasões de terras e a negação de direitos básicos à oposição.⁵⁷⁷

Embora a sobrevivência do regime político estava na origem das política da ZANU-PF, ela não foi tratada nos discursos de Mugabe por não ser considerada uma base legítima para a ação política. Ao invés disso, foram levantadas questões que ofereciam uma motivação mais respeitável para as ações do governo, relacionadas à necessidade de justiça social no Zimbábue, como desenvolvimento, nacionalismo,

⁵⁷⁴ Disponibilizado por Sokwanele, em <http://www.sokwanele.com/node/90>, e em <http://www.sokwanele.com/node/109>, acessados em 03/04/2011.

⁵⁷⁵ Disponibilizado por Sokwanele, em <http://www.sokwanele.com/node/97>, acessado em 03/04/2011.

⁵⁷⁶ MACLEAN, Sandra J. "Mugabe at war: the political economy of conflict in Zimbabwe", *Third World Quarterly*, Vol 23, No 3. 2002.

⁵⁷⁷ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. p. 174. KRIGER, Norma. *Op. cit.* 2006, p. 13. RANGER, Terence. *Op. cit.* 2004.

independência e a solução da distribuição desigual da terra, herança da colonização.⁵⁷⁸ A boa governança e o respeito aos direitos humanos eram desconsiderados por serem caracterizados como interesses ocidentais, pouco relacionados aos reais problemas do Zimbábue, que dentro da narrativa desenvolvida por Mugabe estão ligados a desigualdades agrárias e raciais, oriundas do passado colonial.⁵⁷⁹ Mugabe declarou “*Forget what the constitution says (...) If it does not indicate we can take the land then it will be changed and people will just have to take the land*” e, enfatizando a desigualdade entre africanos e brancos, os brancos eram caracterizados como cidadãos ilegítimos:⁵⁸⁰

We know some white commercial farmers would want to take the matter to court when their farms are designated. But this is not a matter for the courts to decide (...) It was not a matter for the courts to decide when our ancestors lost their land to white settlers but where were the courts at that time. Why didn't they intervene?⁵⁸¹

The issue of land has remained one of great concern to the majority of the people, especially as they see no real practical or physical process on the ground (...) We must strive to fulfill their right they suffered for, the right they willingly gave up their sons and daughters in the struggle, the right our comrades perished for during the liberation war.⁵⁸²

Salientando que a tomada de terras era uma tentativa de fazer justiça, Mugabe afirmava tentar acabar com o colonialismo e, além disso, “*The judiciary has no right to give instructions to the President on any matter*”.

We won't go the legalistic way on this issue (...) because that would be accepting that we compensate them for the land, even if we wanted to be generous, charitable and Christian we don't have the resources. (...) They want us to tell our people to sell their goats and cattle so that they get paid when they in actual fact are swimming in wealth because of the many years they have benefited because of this unfair system. (...) People have lived in congested areas for a very long time now and they cannot continue to live like sardines packed in a little tin, they want to have sovereignty of their country.⁵⁸³

⁵⁷⁸ CLAPHAM, C. *Op.cit.* 1996, p. 5.

⁵⁷⁹ PHIMISTER, Ian; RAFTOPOULOS, Brian. *Op.cit.* 2002, p. 17.

⁵⁸⁰ Zimbabwe Independent, “Cutting Edge: Mugabe Shows Contempt For Constitution”, 24/10/1997, Panafrican News Agency, “Mugabe Fumes Over Land Issue”, 08/12/1997, Panafrican News Agency, “Mugabe Sticks To His Guns Over Land Issue”, 27/11/1997.

⁵⁸¹ Panafrican News Agency “Mugabe Fumes Over Land Issue”, 08/12/1997.

⁵⁸² Panafrican News Agency, “Mugabe Wants Resettlement Accelerated”, 26/06/1998.

⁵⁸³ Panafrican News Agency, “UK Softening Stance On Land Issue – Mugabe”, 27/06/1998.

Estas justificativas, juntamente com a valorização da soberania pelos Estados do Sul inviabilizaram críticas e pressões, por parte deles, ao regime. Assim, deixaram o caminho livre para a continuação do regime de Mugabe, sustentado por violência, fraude e muita propaganda, e suas políticas ilegais, e mesmo imorais.

5.3 Conclusão

Diferentemente da reação que se esperaria de um Estado fraco sob pressão de potências, o Zimbábue não capitulou e as políticas do regime não se alteraram mesmo com as sanções ocidentais direcionadas à elite política do país, as duras críticas feitas ao regime na mídia e em encontros internacionais pelo Ocidente, as pressões colocadas sobre os Estados africanos para que estes, por sua vez, pressionassem o regime, e o afastamento dos fluxos financeiros internacionais do país. Isto foi possível devido a estratégias desenvolvidas por Mugabe nas relações internacionais do Zimbábue.

Não se pode simplesmente analisar as ações de Mugabe como aquelas de um pária como o Ocidente propõe. Apesar de esta abordagem explicar muitas das políticas de Mugabe, ela não é suficiente para explicar a sobrevivência de seu regime, pois não explica o principal trunfo de Mugabe: como, mesmo com o as pressões ocidentais sobre ele e sobre outros Estados africanos para que se voltassem contra ele, Mugabe não foi reconhecido como um pária pelo Sul Global e, com seu apoio, garantiu a continuidade de seu regime.

Para se compreender a continuidade do regime, é preciso aceitar que Mugabe soube mobilizar elementos com grande poder simbólico em suas ações e seus discursos. Primeiramente, quando viu seu regime ameaçado, o líder iniciou o programa de reforma agrária rápida, marcado pela tomada de terras de brancos sem compensação, redistribuição rápida e desconsiderando decisões do judiciário contrárias a isto. A desigualdade da distribuição da terra é uma questão importante no mundo em desenvolvimento, e especialmente sensível na África Austral, onde a maioria da terra esteve, durante e mesmo após o período colonial, sob o controle de colonos brancos e seus descendentes. Assim, os Estados vizinhos ao Zimbábue reagiram com cautela quando a reforma agrária rápida se iniciou, mesmo ela sendo um fator de

desestabilização e desafiando o estado de direito, pois temiam serem vistos por suas populações como contrários à reforma agrária.⁵⁸⁴

Mugabe também desenvolveu em seus discursos a narrativa de História Patriótica, caracterizando o cenário político atual do Zimbábue como uma continuação da guerrilha pela independência e identificando nas pressões ocidentais contra o governo a continuação da exploração e das brutalidades coloniais em um novo imperialismo. Este novo imperialismo, desenvolvido pelo Ocidente em parceria com o MDC e a população branca do Zimbábue, justificava a violência nas invasões de terras e a negação de direitos básicos à oposição. Neste discurso a continuidade do regime, composto por heróis da libertação, era equacionada com a defesa da independência do Zimbábue, e a contestação do regime era traição da independência.⁵⁸⁵

A combinação da reforma agrária com a narrativa da História Patriótica garantiu à ZANU-PF o apoio dos líderes políticos africanos, que não desejavam desafiar Mugabe, respeitando-o como um herói na luta por independência do Zimbábue, e temendo serem caracterizados como agentes imperialistas, fantoches do ocidente, caso se posicionassem contra ele ou a favor da oposição zimbabuana. Os líderes políticos também não desejavam ferir a soberania do Zimbábue e, devido a isto, não criticavam o líder publicamente e defendiam uma solução doméstica para a crise.

Aceitando a narrativa proposta nos discursos de Mugabe, quando foram aplicadas sanções contra o governo do Zimbábue, o apoio daqueles que já relutavam em criticar o regime aumentou. Isto porque as sanções foram interpretadas ideologicamente, como uma continuação da dominação do Norte sobre os Estados do Sul. A interpretação que os discursos de Mugabe fizeram das sanções, caracterizando-as como uma tentativa de dominação imperialista sensibilizaram os Estados fracos que, procurando garantir seus interesses e a segurança de seus regimes, abraçaram a narrativa do líder, reafirmando sua soberania e criticando as tentativas de ingerência ocidentais.⁵⁸⁶

Pode-se afirmar que as medidas ocidentais forneceram a Mugabe munição política que ele mobilizou em seu favor reafirmando a divisão entre o Norte e o Sul e a percepção de que o sistema internacional não é justo, fortalecendo a solidariedade entre as “vítimas” da sociedade internacional, outros Estados fracos que com ele se

⁵⁸⁴ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. p. 30.

⁵⁸⁵ RANGER, Terence. *Op. cit.* 2004. pp 215 – 234.

⁵⁸⁶ MAHMUD, Sakah. *Op. cit.* In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. [Eds.]. *Op. cit.* 2001. pp. 129-145.

identificavam.⁵⁸⁷ Segundo Mugabe, os problemas do Zimbábue são resultado da ação das potências, de um mundo dividido entre Estados desiguais, uns ricos e outros pobres, no qual os pobres são oprimidos pelo poder e políticas imperialistas dos mais fortes que procuram estabelecer sistemas de dominação e exploração que justificam com o questionamento da soberania dos falhos Estados fracos. Imbuído de valores soberanistas, africanistas, anti-racistas e anti-colonialistas, o discurso de Mugabe evoca a solidariedade dos Estados em desenvolvimento e legitima seu governo como uma vítima da injustiça do sistema internacional por ser interessante para as elites políticas dos Estados do Sul.

⁵⁸⁷ PAPE, R. "Why Economic Sanctions Still Do Not Work". *International Security*, Vol. 23, No. 1. 1998. pp. 66-77. p. 12. MAHMUD, Sakah. *Op. cit.* In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. [Eds.]. *Op. cit.* 2001. p. 132.

CAPÍTULO 6 - IMPLICAÇÕES PARA AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O continente africano não é tradicionalmente o foco das teorias de Relações Internacionais, e estas explicam pouco sobre a agência e as interações dos Estados africanos, dedicando ao continente espaço marginal em suas formulações explicativas.⁵⁸⁸ Tradicionalmente, os Estados africanos ou são excluídos como comprovação empírica de teorias como o paradigma liberal, que não reconhece a existência de democracias liberais africanas, ou exemplificam Estados não consolidados, problemáticos e tomados por conflitos, cuja soberania é questionável.⁵⁸⁹

Entretanto, é preciso admitir a importância da África para as teorias de relações internacionais para além do papel que lhe é tradicionalmente designado, de antípoda do mundo desenvolvido em contraposição ao qual o modelo tradicional de Estado westfaliano se legitima. Aceitando a existência de dinâmicas nas relações internacionais na África cuja compreensão permite a reavaliação de conceitos consolidados pelos paradigmas tradicionais do campo de estudos, a África pode oferecer novas formas de compreender conceitos amplamente difundidos, relacionados aos paradigmas clássicos.

Indo além dos tradicionais focos de estudo, as grandes potências e o continente europeu, e trazendo a África para o centro dos debates teóricos como fonte de explicações generalizáveis aos fenômenos internacionais, o estudo sobre a ligação entre as relações internacionais do Zimbábue e a manutenção do regime de Robert Mugabe permite repensar as Relações Internacionais de modo mais inclusivo e democrático. Assim, consciente de que todo discurso é uma construção social e o conhecimento histórico trata-se de um conhecimento relacional no qual participam a seleção e julgamento críticos do historiador, assim como o sentido que ele confere aos fatos, pretende-se gerar uma construção analítica pertinente que ofereça explicações satisfatórias ao estudo em questão e seja generalizável permitindo reavaliar as lentes teóricas tradicionais com as quais são analisados os fenômenos internacionais.

⁵⁸⁸ DUNN, Kevin C. "Introduction: Africa and International relations Theory". p. 11. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Africa's challenge to International Relations Theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2001.

⁵⁸⁹ DUNN, Kevin C. "Madlib #32: The (*Blank*) African State: Rethinking the Sovereign State in International Relations". In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Op. cit.* 2001. p. 49. NKIWANE, T. "The End of History? African Challenges to Liberalism in International Relations" In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Op. cit.* 2001. p. 109.

6.1 O poder do discurso e de narrativas nas relações internacionais

Discursos não se restringem às idéias, eles traduzem-se em ações e práticas que tornam seu conteúdo real e estruturam e delineiam aquela realidade que transmitem, tornando-a conhecida.⁵⁹⁰ Os discursos desempenham o papel de referencial, construindo visões de mundo e narrativas políticas, compostas por imagens, idéias, valores e normas.⁵⁹¹ Adota-se aqui, a visão de Alden & Anseeuw, reconhecendo que narrativas admitem o processo histórico profundo e a subjetividade como parte integrante de formações sociais e institucionais, algo que as visões racionalistas negam ou reduzem a importância.⁵⁹²

As narrativas constituem-se em recurso interpretativo especialmente importante para compreender as relações internacionais de Estados fracos e com problemas de legitimidade, pois ela apresenta explicações alternativas da história e gera outras fontes de autenticidade e autoridade, contestando e competindo com outras narrativas vigentes.⁵⁹³ Assim, por meio de seus discursos, Mugabe desafiava a cultura liberal-democrática que, promovida pelo ocidente, era a predominante na comunidade internacional. A narrativa que ele propunha, ideologicamente sedutora para os Estados do Sul, era abraçada por estes, que legitimaram, assim, sua autoridade e voltaram-se contra as políticas ocidentais que o ameaçavam.

Sem rejeitar a proposição de que as relações internacionais são moldadas por relações de poder, propõe-se aqui, uma concepção de poder sensível aos interesses dos Estados, que são contingentes, influenciados por normas e idéias, pela cultura de contextos políticos específicos.⁵⁹⁴ Se tomada uma abordagem neorrealista, definindo poder como a distribuição das capacidades que os atores têm e podem usar para procurar mudar o comportamento de alguém de determinada forma, poder que pode ser medido pelo tamanho da população e território de um Estado, sua dotação de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competências, perde-se a

⁵⁹⁰ DUNN, Kevin. *Op. cit.* In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *op. cit.* p. 56.

⁵⁹¹ ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Op.cit.* 2009. p. 25. Como mencionado na secção 2.5 do Capítulo 2, narrativas são representações amplas de eventos em contextos políticos específicos que, na forma de discursos, contém e transmitem significado.

⁵⁹² *Ibidem.* pp. 25-26.

⁵⁹³ *Idem.*

⁵⁹⁴ WENDT, A. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999. pp. 96-97, 109.

dimensão social do poder, como ele pode ser influenciado e mesmo constituído por fatores não materiais, como normas, idéias e narrativas que as estruturam.⁵⁹⁵

Aceitando que o poder pode ser constituído por outros elementos que não forças materiais, é preciso dar atenção a outras abordagens de relações interacionais. A visão realista clássica, por exemplo, reconhece poder como controle, ou a habilidade de fazer com que outros façam o que se deseja quando eles não o fariam, mas aceita que seu conteúdo pode variar conforma o ambiente político e cultural no qual é aplicado e pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle, englobando relacionamentos sociais que envolvam desde a violência física até os mais sutis laços psicológicos.⁵⁹⁶

Se analisarmos o poder desta forma, como um atributo social, indo além de sua dimensão material e relacionando-o a prestígio, autoridade e legitimidade, pode-se ter uma melhor compreensão dos recursos que um Estado ou regime podem usar a seu favor e da importância de ideologias e instituições para a estabilização e efetividade do poder.⁵⁹⁷ Assim, se aceita aqui, nesse estudo, a proposição de que existe mais de um tipo de poder. Isto é, além do poder que é exercido diretamente a partir dos recursos materiais de um ator, ou *hard power*, traduzido em incentivos ou ameaças, há o poder indireto, ou *soft power*, que existe quando aquele que o exerce estabelece uma agenda ou atrai outros atores para suas idéias, utilizando-se de recursos intangíveis como cultura, ideologia e instituições para modelar suas preferências.⁵⁹⁸

Para ir além da deficiente visão materialista de poder, como a expressão de capacidades materiais dos agentes, é lembrada a abordagem foucaultiana, que não entende o poder como um “conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição do cidadão em um Estado determinado” ou como “um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro”, mas sim “compreender o poder,

⁵⁹⁵ A concepção neorealista de poder foi retirada de WALTZ, K. *Theory of International Politics*. McGraw Hill: Nova Iorque. 1979. p. 131, 191.

⁵⁹⁶ MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 18.

⁵⁹⁷ HURRELL, A. “Power, Institutions and the Production of Inequality”, in BARNETT, Michael N.; DUVALL, Raymond. *Power in global governance*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005. p.49.

⁵⁹⁸ NYE, Joseph S. Jr. *Understanding International Conflicts An Introduction to Theory and History*. Longman classics in political science. 6ª edição. 2007. pp. 60-64.

primeiro, como a multiplicidade das correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização”.⁵⁹⁹

Também se adota de Foucault a idéia de que “é justamente no discurso que se vem articular poder”, admitindo

um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escore, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. (...) Não existe um discurso de poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia.⁶⁰⁰

Reconhecendo o discurso como tal, é possível reconhecer o desenvolvimento de uma narrativa por Mugabe que lhe garantiu, em seu contexto regional, e como um Estado fraco que foi, no passado, vítima da exploração colonial, grande apelo em contextos políticos específicos. No nível regional sua retórica encontrou apoio de Estados que têm um passado similar e no âmbito do Sul Global ela suscitou sentimentos de identificação e solidariedade, provocando uma resposta ideologicamente motivada destes Estados na forma de uma agenda anti-imperialista. Assim, a crise do Zimbábue deixou de ser vista simplesmente como a crise do Zimbábue, tornando-se, a partir dos discursos do líder, parte do conflito entre o Norte e o Sul, e da luta contra a dominação imperialista.

Edward H. Carr reconhece a influência da ética nas relações internacionais ao notar o uso da retórica de justiça para justificar políticas ou caracterizar inimigos negativamente e, embora não reconheça a existência de normas universais, ele aceita a existência de normas internacionais, que são utilizadas pelas nações dominantes para perpetuar seu domínio. Na visão realista clássica, que baseia sua análise a partir da agência das grandes potências, as normas internacionais podem, quando é do interesse das grandes potências, ser desconsideradas, pois quem tem mais poder pode desconsiderar questões morais e agir como bem entender, equacionando poder com direito. “*We both know that the decisions about justice are made in human discussions*

⁵⁹⁹ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 102.

⁶⁰⁰ *Ibidem*. pp. 111-112.

only when both sides are under equal compulsion, but when one side is stronger, it gets as much as it can, and the weak must accept that.”⁶⁰¹

Aqui, no entanto, é rejeitada a idéia de que a cultura internacional é dominada pela dinâmica de imposição de normas das potências para a periferia da sociedade, pois as normas, ou o discurso dominante, são apropriadas ou não pelos Estados periféricos, conforme seus interesses. A adoção nominal de valores liberal-democráticos pela África após o final da Guerra Fria ilustra este ponto. Os Estados com poucas capacidades materiais, fracos, não são vítimas da sociedade internacional, eles defendem-se e ativamente desenvolvem agendas próprias, relacionadas à satisfação de seus interesses.

Tamanha pode ser a força das normas sociais, que elas podem ser utilizadas como uma forma de poder, um instrumento para garantir a segurança dos Estados fracos e dos regimes neles instalados. Por serem materialmente fracos, os Estados africanos abdicaram de estratégias realistas tradicionais como o equilíbrio de poder e, assim, reduziram a competição e os conflitos entre si e passaram a promover como um grupo solidário a defesa de normas e instituições embasadas na identidade comum africana e na soberania dos Estados estabelecidos, que se mostrou uma estratégia interessante para a garantia de sua segurança.

Devido ao reconhecimento desta pluralidade de dinâmicas que pululam no ambiente internacional, relações mediadas por força, por normas e mesmo por solidariedade, mais interessante do que a abordagem Realista Clássica, é um referencial teórico pluralista, que reconheça que além de se relacionar em termos de força e interesses, os Estados podem se vincular a outros e desenvolver valores comuns em relações de força, mas também de reciprocidade, e ainda que, em alguns momentos, forças morais podem transcender o sistema interestatal.

Assim, são reconhecidos os constrangimentos sistêmicos, ou materiais, e normativos no comportamento dos Estados e, ao invés das relações internacionais serem marcadas pela constante anarquia hobbesiana, uma luta de todos contra todos, apesar deste ser um cenário possível, o ambiente internacional também pode ser caracterizado por interações pacíficas e cooperativas, moldadas por normas e valores compartilhados.

Há duas correntes de Relações Internacionais que permitem tal abordagem. Uma é a Escola Inglesa das Relações Internacionais, ou abordagem da Sociedade

⁶⁰¹ Diálogo Meliano, *History of the Peloponnesian War*, livro quinto, pp. 85-113 Apud KORAB-KARPOWICZ, W. Julian. *Op.cit.* 2010.

Internacional.⁶⁰² Inspirada em três tradições de pensamento, a Escola Inglesa reconhece que as relações internacionais podem ser desenvolvidas em três tipos de ambiente. Um deles, o Sistema Internacional, tem características hobbesianas, e nele as relações internacionais se desenvolvem como um jogo de forças, sem a influência de normas.⁶⁰³ Outra forma de ver o meio internacional aceita a existência de interesses comuns entre as unidades, reconhecendo ainda a possibilidade de ser erigida uma identidade cosmopolita a partir dos valores e idéias compartilhados, formando uma Sociedade Mundial que transcende as fronteiras estatais.⁶⁰⁴ Finalmente, as relações internacionais podem se desenvolver em uma Sociedade Internacional, uma forma de associação também governada por normas, mas sem o mesmo grau de unidade da Sociedade Mundial, reconhecendo somente as normas que emergem da necessidade de convivência e cooperação.

Estes três tipos de ordem internacional podem coexistir, pois as motivações que inspiram a ação dos atores se alteram dependendo das diferentes situações e dos diferentes atores com os quais interagem, e podem ser comparadas às três culturas de anarquia de Wendt, hobbesiana, lockeana e kantiana, caracterizadas por culturas de inimizade, rivalidade e amizade inspirando a agência dos atores.⁶⁰⁵

O Construtivismo de Alexander Wendt procura fazer uma ponte entre a visão realista e as teorias críticas e pós-modernas. Aceitando a realidade da anarquia internacional e focando na construção de identidade e interesses, ele argumenta que “*self-help and power politics are institutions, and not essential features of anarchy. Anarchy is what states make of it*”, reconhecendo a possibilidade de outros comportamentos nas relações internacionais que não o de *self help*, comportamentos que

⁶⁰² As três tradições de pensamento que compõem a ontologia da Escola Inglesa, própria, são o Realismo, o Racionalismo e o Revolucionismo. É reconhecido o caráter exagerado das três abordagens, criadas por Wight como recurso didático. O estudo saudável das relações internacionais defendido pela Escola Inglesa deve versar sobre as três tradições e saber utilizar conceitos adquiridos em todas para compor sua ontologia e explicar melhor as dinâmicas internacionais, defendendo assim o pluralismo metodológico e ontológico. Esta visão admite o valor da história e das percepções na determinação de seus objetos de estudo, de suas escolhas metodológicas e na criação dos conceitos básicos que permeiam sua ontologia, com sua abordagem *middle-course*, seu pluralismo teórico e suas ressalvas com relação ao racionalismo. WIGHT, Martin. *International Theory: the Three Traditions* (eds. Gabriele Wight e Brian Porter), Leicester: Leicester University Press. 1991. cap. 1. BROWN, Chris. “International Theory and International Society: the viability of the Middle Way?” in *Review of International Studies*, 21(2), 1995, pp183-196. SARAIVA, José Flávio S., “Revisitando a Escola Inglesa”, in *Revista Brasileira de Relações Internacionais*, 49(1), 2007. p. 133.

⁶⁰³ BROWN, Chris. *Op. Cit.* p. 185.

⁶⁰⁴ BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. IBRI: Brasília, 2002.

⁶⁰⁵ WENDT, A. Three cultures of anarchy. In: WENDT, A. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999. pp. 246-312.

variam dependendo dos papéis com os quais os Estados se identificam e identificam uns aos outros, pois o poder e os interesses são constituídos por idéias e normas.⁶⁰⁶ Como propõe Jutta Weldes, os interesses, assim como realidade, atores e poder, não são auto-evidentes, todos são “produto de interpretação, de subjetividade”.⁶⁰⁷

O Construtivismo é um conjunto de teorias que, assim como a Escola Inglesa, partilham a premissa de que a observação e a conceituação são fundamentadas em estruturas de pensamento pré-existentes, que determinam os significados atribuídos aos objetos de análise, e que o sujeito e o objeto no estudo da política internacional são interdependentes.⁶⁰⁸ Como afirma Carr, embora o pensamento busque a objetividade, a racionalidade e a imparcialidade, é impossível dissociá-lo de valores e julgamentos quando o objeto se trata de política.⁶⁰⁹ Assim, tanto a abordagem da Escola Inglesa quanto a abordagem Construtivista como a de Wendt reconhecem que a natureza das interações depende dos papéis com os quais os Estados se identificam e identificam os outros atores e, assim, ambas as perspectivas admitem o comportamento dos Estados africanos, embasado na solidariedade e na reciprocidade, como uma possibilidade válida de comportamento nas interações internacionais.⁶¹⁰

Para entender como um país fraco sobrevive politicamente na arena internacional e garante a segurança de seu regime mesmo sendo alvo de sanções e críticas de potências, é preciso reconhecer o papel das interações de poder, das regras e normas e da ideologia nas relações internacionais. Tanto o Construtivismo quanto a Escola Inglesa fornecem um referencial teórico adequado, mas, focalizando na constituição da realidade internacional por meio da interação complexa entre estruturas e agentes que se co-constituem, crucial compreender o poder de construção de realidade do discurso desenvolvido por Mugabe, o Construtivismo se mostra o referencial teórico mais interessante, pois permite dissecar a constituição dos agentes e das estruturas

⁶⁰⁶ WENDT, A. “Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics,” *International Organization*, Vol 46. 1987. p. 395. KORAB-KARPOWICZ, W. Julian. *Op.cit.* 2010.

⁶⁰⁷ WELDES, J. “Constructing National Interests”. *European Journal of International Relations*. Vol. 2, No.3.1996. p. 279.

⁶⁰⁸ KNUTSEN, Torbjorn L. *Op. cit.* 1992.

⁶⁰⁹ CARR, E. H. “A crítica realista” e “As limitações do realismo” in: *Vinte Anos de Crise – 1919-39*. IBRI: Brasília, 2001, caps. 5 e 6.

⁶¹⁰ WENDT, Alexander. *Op.cit.* 1987. p. 395.

A consideração de que os Estados são os principais atores na arena internacional, um componente do Realismo Clássico das Relações Internacionais e do Construtivismo de Wendt, será aqui estendida para incluir os governos, pois são eles que agem em nome dos Estados e, assim como estes, agem em busca de seus interesses, com destaque para o interesse principal de garantir sua segurança.

envolvidas no caso analisado a partir dos discursos, normas, valores, ideologias e interesses envolvidos.

Admitida a compreensiva concepção do poder social e as complexas e multifacetadas dinâmicas que podem caracterizar as interações internacionais, é possível identificar nos discursos de Mugabe os componentes principais que, interligados em uma narrativa da libertação, suscitaram a solidariedade africana e do Sul, estruturando e dando vida a uma estratégia de sobrevivência que garantiu a continuidade do regime de Mugabe. Não se afirma, aqui, que o discurso tem um poder intrínseco e qualquer discurso pode ser fonte de legitimidade. O discurso de Mugabe ganha força porque ele corresponde aos interesses de boa parcela da comunidade internacional, sua narrativa é conveniente para os interesses e objetivos dos Estados fracos que, assim, identificados com a proposta de Mugabe, se unem e, coletivamente, conferem força ao discurso.

6.2 O discurso como fonte de legitimidade e poder para Estados fracos

Quando, com o fim da Guerra Fria, o Ocidente passou a exportar o ideal liberal-democrático e a demandar, além dos tradicionais componentes da estatalidade, a boa governança para aceitar a legitimidade dos Estados, era salientada nas relações internacionais a distância entre os Estados pós-coloniais e o ideal de Estado soberano. Esta visão é exemplificada por Robert Cooper em seu artigo “*The Post Modern State*”, no qual divide o mundo entre Estados pós-modernos, Estados modernos e Estados pré-modernos, sendo estes últimos os Estados fracos “*where the state has failed and a Hobbesian war of all against all is underway*”. Segundo Cooper, sendo diferentes, estes Estados devem ser tratados diferentemente.⁶¹¹

O não reconhecimento dos Estados africanos como representantes dos Estados modernos é perceptível quando se analisa o papel da África nas tradicionais teorias de relações internacionais. As teorias liberais das Relações Internacionais, focalizando na expansão do comércio e no desenvolvimento de instituições democráticas, excluem a África de suas análises por não reconhecerem nela democracias liberais.⁶¹² Os Estados africanos não exemplificam o argumento que liga competição comercial ao

⁶¹¹ COOPER, R. *Op.cit.* 2002.

⁶¹² NKIWANE, T. *Op. cit.* In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. [Eds.]. *Op. cit.* 2001. p. 109.

estabelecimento de uma paz duradoura, sendo por isto, freqüentemente ignorados nas teorias liberais. O triunfo do neo-realismo sobre o realismo tradicional também contribuiu para a exclusão do continente da agenda das teorias de Relações Internacionais, pois suas análises sistêmicas não dedicam atenção à periferia, observando, no sistema internacional, a atuação das grandes potências que se organizam em pólos, em torno dos quais se arranjam as unidades mais fracas.

Há um predomínio do uso das teorias marxista-leninistas ou globalistas, para analisar as relações internacionais africanas, pois reconhecendo o meio internacional como um ambiente hierárquico e explorador, elas explicam a manutenção do estado de subdesenvolvimento do continente africano.⁶¹³ No entanto, estas teorias são demasiado generalistas, não reconhecem padrões políticos locais e se mostram tendenciosas, vendo a África como parte da periferia global, um conjunto de impotentes vítimas das grandes potências.⁶¹⁴ Dominadas por visões européias e norte-americanas, as Relações Internacionais não explicam as relações internacionais africanas e as marginalizam de forma a reforçar a centralidade do mundo Ocidental para as Relações Internacionais:

The continent is the ever-present and necessary counterpart that makes the dominant theories complete. It is the periphery to the core; the small states upon which the 'great' powers act. (...) Africa provides the mirror in which the West defines itself (...) Africa is the Other necessary for the construction of a mythical Western Self. Yet, this Western Self remains the author and authority of IR. Within IR theory, Africa is the voiceless space upon/into which the West can write and act. The West's authorship of IR theory is a hegemonic practice which closes out other possible readings/writings of world politics. As a product of Modernity, Western IR theory therefore rests on the necessary marginalization of Africa and other non- Western sites of knowledge.⁶¹⁵

As teorias de Relações Internacionais diferenciam o Estado ocidental, considerado normal, do Estado africano que, caracterizado como fraco e marcado por falhas estruturais que o impedem de ser reconhecido no ideal Estado, significa o “outro”, reforçando a normalidade do Estado ocidental. O Estado africano, fraco, marginalizado, não é reconhecido como fonte de políticas significativas ou “*serious' discussions of world politics*”, mas apenas cenário de catástrofes humanitárias.⁶¹⁶

⁶¹³ NOGUEIRA, J. P. e MESSARI, N. *Op. cit.* 2005. pp. 105-131.

⁶¹⁴ DUNN, Kevin C. *O.cit.* In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. [Eds.]. *Op. cit.* 2001. pp. 2-3, 11.

⁶¹⁵ *Ibidem.* pp. 3-4.

⁶¹⁶ *Ibidem.* p. 1.

O reconhecimento de um Estado como igual e soberano pelos Estados que compõem a comunidade internacional é algo mutável, sujeito à sua “performatividade”, ou o constante processo de constituição dos sujeitos e de padrões de normalidade. O Estado é, assim, um construto social, e são as formas como os Estados desenvolvem os atributos que são esperados deles e desempenham um papel inspirado no discurso dominante na comunidade internacional que lhes garantem seu reconhecimento como Estados. O discurso dominante na política internacional legitima os Estados ocidentais enquanto caracteriza Estados como os africanos como desvios deste padrão. Ao mesmo tempo, o discurso das teorias de Relações Internacionais reifica o ideal de Estado moderno e dá a este construto um caráter de naturalidade, pois *“The modern international system has historically evolved by perpetuating and privileging the Western discourse of the state and delegitimizing others. A state is not a state unless it is recognized by other states”*.⁶¹⁷

No entanto, os discursos sobre os Estados são múltiplos, sendo feitos por diferentes atores com interesses e intenções variadas, e o discurso que legitima o Estado ocidental não monopoliza as normas e idéias que permeiam as relações internacionais. Os Estados africanos não são observadores passivos das ações e discursos desenvolvidos pelas potências, devido a sua recente experiência de instalação de Estados sobre bases instáveis, reconhecem a importância da soberania jurídica e têm grande preocupação com os discursos veiculados acerca de sua legitimidade.

Para garantir a segurança de sua soberania e de seus regimes instalados, as elites governantes dos Estados fracos procuram cooptar o discurso normativo acerca de seus Estados para utilizá-lo em seu benefício:

Even though African elites may have accepted the concept of the state, they have constructed and employed it according to their own needs and contexts. That is to say, they have discursively reinvented the state, while simultaneously employing other discourses of the state. (...) while international forces are constructing various discourses of the state in Africa for their own interests, Africans are often exploiting such discourses for their own enrichment. (...) African political elites often use the dominant discourse to extract resources from the international community in a ‘legitimate’ manner.⁶¹⁸

⁶¹⁷ *Ibidem.* p. 56.

⁶¹⁸ *Ibidem.* pp. 60-61.

Com seu discurso, Mugabe procura combater o discurso ocidental que caracteriza o Zimbábue como um Estado pária, um Estado com um comportamento desviante. O líder desafia o discurso ocidental e, ganhando o apoio de outros Estados fracos, similarmemente descontentes com o discurso ocidental sobre o que são Estados legítimos ou ilegítimos, tem êxito. Assim, Mugabe contém o discurso ocidental que o caracteriza como pária, pois contando com o apoio generalizado de Estados do Sul Global, o Zimbábue necessariamente não pode ser um pária.

Ao mesmo tempo, ao obter o apoio dos Estados fracos, o discurso de Mugabe, com seus elementos anti-imperialistas, ganha destaque dentre as narrativas que competem entre si para determinar as normas e idéias que são reconhecidas e promovidas na política internacional. Os Estados que o apóiam fazem isto em interesse próprio, pois, legitimando o Estado com base na soberania jurídica e no reconhecimento da legitimidade dos regimes estabelecidos, e não na boa governança, os Estados fracos legitimam e fortalecem seus próprios regimes.

Contraopondo-se ao discurso ocidental, que questiona a legitimidade dos Estados pós-coloniais afirmando que estes não têm os componentes de estatalidade nem os padrões de boa governança que se esperaria de um Estado, o discurso de Mugabe, ao reafirmar a primazia da soberania sobre outros valores que permeiam as relações internacionais e reconhecê-la como uma fonte de legitimidade do Estado, fortalece e legitima os Estados fracos. Seu argumento é que, reconhecidos como Estados soberanos pela comunidade internacional no passado, os Estados pós-coloniais não podem ter sua soberania questionada exatamente por serem Estados soberanos.

Esta “inquestionabilidade” que Mugabe atribui à soberania está no cerne das políticas de solidariedade que permeiam as relações internacionais africanas, pois, para garantir sua segurança, os Estados fracos reverenciam a soberania como uma fonte inquestionável de poder e, a partir dela, legitimam os governos estabelecidos. Utilizando-se inteligentemente das normas internacionais em seu benefício, Mugabe conseguiu sensibilizar ideologicamente e garantir a solidariedade dos Estados Africanos e do Sul que, para defenderem seus interesses, procuram combater o discurso ocidental que questiona sua legitimidade como Estados soberanos.

Assim, pode-se compreender o mecanismo por meio do qual o discurso de Mugabe é uma fonte de poder. O discurso do líder, interessante para os Estados que têm poucas capacidades materiais ou não são consolidados e sentem-se ameaçados pelo

discurso ocidental que os desqualifica como Estados modernos, é aceito e promovido por estes Estados. Com este apoio massivo, o discurso de Mugabe ganha legitimidade e o líder não pode ser qualificado como um pária e conta com um grupo solidário, que o defende e fortalece, impedindo que as pressões ocidentais tornem-se insuportáveis. Por sua vez, unidos em um bloco ideologicamente coeso, que é legitimado no discurso de Mugabe, os Estados do Sul também são fortalecidos, pois contam com um arcabouço ideológico que os legitima e que, defendido por um grande grupo de Estados, tem grande relevância dentre os valores que permeiam as relações internacionais.

A sobrevivência do regime de Mugabe, mesmo sob pressão ocidental, demonstra a importância das ideologias que permeiam as relações internacionais. São ideologias que geram a solidariedade entre Estados fracos e o antagonismo entre eles e os Estados do Norte. As potências também se utilizam de ideologias para promover seus interesses, como a tentativa de transformar o Zimbábue em um Estado pária por meio de sua identificação como um Estado pária demonstra. No entanto, é ressaltada a importância da ideologia na agência de Estados pequenos e fracos como o Zimbábue, pois os fatores ideacionais mobilizam recursos de poder não materiais, mas simbólicos e discursivos, que são muito importantes para Estados pequenos se contraporem ao poder das grandes potências e sua imposição de padrões normativos e, muitas vezes, para a garantia de sua própria sobrevivência.⁶¹⁹

Com seu discurso e com a reação ideológica que ele motivou dentre os membros do Sul Global, Mugabe pode contar com fontes de poder não previstas nas tradicionais teorias de Relações Internacionais que focam no poder, influência, interesses e motivações das grandes potências e, predominantemente liberais, postulam que com o estabelecimento do consenso liberal ao final da Guerra Fria, ideologias não motivam mais a agência dos Estados.⁶²⁰ Sem admitir o papel da ideologia nas relações internacionais, não seria possível compreender a continuidade do regime de Robert Mugabe no Zimbábue.

O uso da ideologia, sujeito a alterações conforme as especificidades das situações, não é exclusividade de Mugabe, sendo identificado por Mahmud nas reações a sanções internacionais da Líbia e da Nigéria. O autor mostra que mesmo líderes com pouco carisma, como o General nigeriano Abacha, podem ter sucesso em angariar apoio dentro

⁶¹⁹ MAHMUD, Sakah. *Op. cit.* In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. [Eds.]. *Op. cit.* 2001. p. 130.

⁶²⁰ *Ibidem.* p. 135.

do continente africano caracterizando as sanções às quais foram submetidos como uma tentativa de dominação ocidental e apelando para o sentimento de revolta contra as injustiças internacionais presente nos Estados do Sul.⁶²¹ No caso aqui analisado, Mugabe, que já era reconhecido por seu ativismo e era considerado um prestigioso líder político, se tornou inatingível ao colocar a seu favor símbolos importantes para o Sul Global como a reforma agrária, caracterizando seus opositores como agentes do imperialismo, contrapondo-se ao ocidente e reafirmando a legitimidade dos Estados pós-coloniais e de sua luta contra a dominação imperialista.

A compreensão das condições que permitem a continuidade da crise zimbabuana oferece uma explicação que pode ser generalizável para casos em que a força e a influência das potências não explicam os acontecimentos internacionais e a chave da questão está no uso positivo do poder social.⁶²² Trazendo para o centro da análise a perspectiva dos Estados fracos abre-se o caminho para o reconhecimento do papel importante do discurso e da ideologia nas relações internacionais, pois, em sua constante luta pela sobrevivência, os Estados do Sul valem-se deles. A realidade social emerge a partir das narrativas que desenvolvem, as quais, mesmo sendo fatores intangíveis, produzem efeitos concretos mobilizando políticas de solidariedade e reciprocidade que geram poder e legitimidade para os governos estabelecidos.⁶²³ O valor da ideologia nas relações internacionais africanas ou entre Estados do Sul é imprescindível para a compreensão de alguns fenômenos das relações internacionais que não são compreendidos pelas perspectivas tradicionais de Relações Internacionais e, assim, contribui para o refinamento do estudo das Relações Internacionais.

É preciso, no entanto, lembrar que dentre os efeitos marcantes de discursos nas relações internacionais, pode estar o afastamento das políticas da realidade:

Words carry us forward towards ideological confrontations from which there is no retreat. (...) Slogans, clichés, rhetorical abstractions, false antitheses come to possess the mind (...). Political conduct is no longer spontaneous or responsive to reality. It freezes around a core of dead rhetoric (...) language encloses politicians in the blindness of certainty or the illusion of justice.⁶²⁴

⁶²¹ *Ibidem*. pp. 129-145.

⁶²² *Ibidem*. p. 143-144.

⁶²³ PUCHALA, D. "Some Non-Western Perspectives in International Relations," *Journal of Peace Research*. Vol. 34. No. 2. 1997. p. 130. *apud*. MAHMUD, Sakah. *Op. Cit.* p. 136 e 138.

⁶²⁴ STEINER, George. 1961. *The Death of Tragedy*. London: Faber and Faber. pp. 56-57. *Apud* HURRELL, A. *Op. cit.* 2005. p. 37.

A aceitação da narrativa de Mugabe devido ao seu apelo ideológico para os Estados fracos que procuram defender a todo custo sua segurança e aquela dos regimes estabelecidos permitiu a continuação de um regime problemático, com cada vez menos apoio popular doméstico, pois submetia sua população à gradual destruição do Estado.

O desafio revisionista que Mugabe propôs à comunidade internacional foi aceito pelos Estados do Sul que, descontentes com a distribuição internacional de poder, lutam por uma ordem internacional mais justa.⁶²⁵ No entanto, mesmo que estejam certos em seu diagnóstico da ordem internacional, que, injusta, beneficia uns mais do que outros, a reação ideológica dos Estados do Sul, que se apegam à soberania do Estado e seu poder absoluto, torna sua prescrição infeliz, pois privilegia a justiça internacional sobre a justiça interna. Defendendo a soberania do Estado antes dos direitos da população, esta postura gera políticas interessantes para as elites governantes, mas não para as populações. As políticas de solidariedade, embora legítimas em sua luta pelo fortalecimento dos Estados fracos, não correspondem aos interesses dos povos, permitindo a continuação de crises como a do Zimbábue indefinidamente, estendendo o sofrimento da população zimbabuana, indefesa frente aos ataques de seu Estado.

6.3 Conclusão

A estratégia de Mugabe se mostrou bastante efetiva em um contexto de grandes disparidades de poder como o internacional. A narrativa que Mugabe propunha foi apoiada pelos membros do Sul Global porque legitimava os Estados fracos mesmo que estes não satisfizessem os requisitos do Estado ideal, difundidos no discurso ocidental. Com isto, apesar da crise do Zimbábue, a comunidade internacional se dividiu e o Sul Global apoiou o regime de Mugabe, impedindo que o Zimbábue se tornasse um Estado pária e permitindo a continuidade do regime, mesmo com as pressões ocidentais.

Desafiando os padrões normativos ocidentais relativos ao que caracteriza um Estado e a distribuição internacional de poder, o discurso de Mugabe legitima qualquer Estado ou governo estabelecidos por meio de uma lógica tautológica: pelo simples fato de terem sido reconhecidos como membros legítimos da comunidade de Estados no

⁶²⁵ GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. pp. 73-75.

momento de sua independência, os Estados e governos estabelecidos são legítimos, pois soberano, o Estado não necessita de mais legitimação.

Este discurso ganhou relevância não por ser poderoso em si mesmo, mas por corresponder aos interesses dos Estados do Sul, sendo fortalecido por sua mobilização e unificação. A sobrevivência do regime de Mugabe, que se deu graças à mobilização do apoio de Estados fracos que o líder conseguiu, ilustra como discursos desempenham o papel de referencial, construindo visões de mundo e efeitos políticos concretos. O discurso de Mugabe desafia a cultura liberal democrática, legitimando Estados que não correspondem ao ideal ocidental, demonstrando como discursos e ideologias não podem ser ignorados quando se tenta compreender as relações internacionais, principalmente aquelas de Estados fracos e com problemas de legitimidade. Os discursos apresentam explicações alternativas da história, e sendo fontes de autenticidade e autoridade, são muito importantes para os Estados com poucas capacidades materiais.

Torna-se, assim, necessário entender poder não como distribuição de capacidades, como propõem os neorealistas, mas como um atributo social, relacionado a prestígio, autoridade e legitimidade. Adotando uma perspectiva foucaultiana, o poder pode ser entendido como correlações múltiplas de força, que não podem ser dissociadas de seu domínio, pois elas constituem sua organização. Neste sentido, o discurso é quem articula o poder, sendo fonte de poder ao mesmo tempo em que é condicionado pelo poder.⁶²⁶ Estas condições podem ser observadas no ambiente internacional, no qual não há um ordenamento que constranja o poder dos Estados e mesmo os atores mais fracos podem ter poder e legitimidade se, por meio de suas narrativas, tornarem-nos reais.

No estudo das relações internacionais de Estados fracos é preciso compreender poder como um atributo social, para não se atribuir o papel de vítimas ou de observadores aos Estados fracos. Mesmo com poucos recursos materiais, eles valem-se das narrativas, discursos e ideologias que perpassam as relações internacionais para desenvolverem sua política externa e, assim, obtém recursos de poder.

Assim, o estudo das estratégias de sobrevivência do regime Mugabe permite uma dupla expansão do campo das Relações Internacionais. Ele permite a inclusão dos Estados africanos e de outros Estados fracos como agentes das relações internacionais, fontes de políticas internacionais relevantes. Ao mesmo tempo, o campo de estudos se

⁶²⁶ FOUCAULT, M. *Op. cit.* 1988. pp. 102, 111-112.

abre para o reconhecimento da importância de fatores não materiais e ideacionais como discursos, narrativas, ideologias e identidades para as relações internacionais, que podem influenciar na construção da estrutura internacional e determinar os tipos de relações desenvolvidas entre os agentes.

CONCLUSÕES

A importância do estudo da política externa do Zimbábue e da sobrevivência do governo de Robert Mugabe tem duas dimensões importantes. A primeira delas relaciona-se à pesquisa empírica sobre a crise do Zimbábue: como Robert Mugabe transformou-se de líder legítimo em um autocrata considerado louco por muitos, e o Zimbábue de modelo de Estado pós-colonial em um caso perdido e, mesmo assim, o regime de Mugabe não sucumbiu às pressões das potências ocidentais e o líder continuou no poder.

O estudo empírico sobre a evolução das relações do Zimbábue no ambiente internacional, buscando as causas conjunturais globais e regionais e os interesses que motivaram a agência dos atores, gerou o entendimento sobre a questão de como um Estado fraco em termos de capacidades relativas consegue sobreviver politicamente em um ambiente hostil como a arena internacional. A partir disto emerge a segunda dimensão importante do estudo, pois a compreensão das estratégias de sobrevivência do governo de Mugabe permite maior compreensão das relações internacionais africanas e de Estados fracos, seus interesses e estratégias na política internacional.

O estudo foi desenvolvido pensando nestas duas dimensões relevantes da pesquisa e assim, são necessárias duas linhas de conclusão, uma direcionada ao estudo empírico das relações internacionais do Zimbábue e outra dedicada às contribuições que este estudo pode oferecer ao campo de estudo das Relações Internacionais.

Conclusões empíricas

Procurando compreender porque ocorreu uma alteração na imagem do Zimbábue e do regime de Mugabe para o Ocidente em meados da década de 1990, a pesquisa foi delimitada em dois períodos. No primeiro deles, que se desenrolou entre 1980, quando o Zimbábue se tornou um Estado independente, e a primeira metade da década de 1990, o Zimbábue teve uma bem sucedida inserção na comunidade internacional. Isto se deveu a uma conjuntura internacional favorável, caracterizada pelo equilíbrio bipolar de poder entre as superpotências, à atmosfera securitizada que predominava no ambiente

internacional e favorecia a separação dos âmbitos internacional e doméstico e ao desenvolvimento de uma cultura internacional que valorizava as relações de poder entre os Estados no âmbito internacional e desconsiderava suas condições domésticas, especialmente se tratando de pequenos Estados que não fossem estrategicamente interessantes. Apesar de existir um extenso corpo de normas e convenções compondo o regime de direitos humanos, durante a Guerra Fria, predominavam princípios como a soberania, sendo reificada a separação entre o doméstico e o internacional, afastando a atenção da comunidade internacional dos problemas domésticos dos Estados.⁶²⁷

Também foi marcante para os primeiros anos de independência do Zimbábue, a presença do regime de *apartheid* na África do Sul, que com a *Total National Strategy* ameaçava a segurança do Zimbábue e de toda a África Austral. Para garantir a segurança de seu Estado frente às tentativas de desestabilização econômica e militar da África do Sul, o governo de Mugabe buscou o desenvolvimento econômico regional e lutou contra o regime de *apartheid*, defendendo em sua política externa princípios políticos que caracterizavam o Zimbábue como um Estado africano independente. Devido a sua mobilização política, o Zimbábue adquiriu grande projeção internacional como uma liderança entre os países do Terceiro Mundo. Além disso, sua política doméstica de reconciliação entre brancos e africanos e o pragmatismo que o líder demonstrava implementando políticas reformistas, sem desestabilizar os privilégios da população branca nem a estrutura da economia capitalista, tornavam seu regime muito interessante para o Ocidente, que o reconheceu como um modelo de Estado pós-colonial que poderia ser implementado na África do Sul quando esta se democratizasse.

Esta constelação de fatores funcionou como um escudo, fazendo com que os problemas domésticos do Zimbábue, como os esforços do governo para instalar um Estado monopartidário e a repressão e violência do governo contra milhares de seus cidadãos, fossem ignorados, protegendo o regime e a elite do país de ingerências externas e fazendo da década de 1980 um período de “lua de mel” entre Mugabe e a

⁶²⁷ Entende-se aqui o regime de Direitos Humanos como o conjunto de convenções internacionais então existentes, composto pela Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), a Convenção Internacional de Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1965), as Convenções de Direitos Políticos e Cívicos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção da ONU contra Tortura e outros Tratamentos e Castigos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984) e instrumentos regionais como a Convenção Europeia para a Proteção de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais (1950), a Convenção Interamericana de Direitos Humanos (1969), a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos (1981) e a Convenção Europeia para a Prevenção de Tortura, Tratamentos ou Castigos Desumanos ou Degradantes (1987). GELDENHUYS, D. *Op. cit.* 2004. MASHINGAIDZE, T. M. *Op. cit.* 2006.

comunidade internacional. A falta de atenção com a qual a comunidade internacional reagiu aos problemas existentes no Zimbábue era consistente com a falta de interesse que havia em criticar o regime de Mugabe.

Na década de 1990, os problemas econômicos e sociais do Zimbábue, relacionados a mudanças econômicas estruturais, reforma agrária, repressão da população e a intervenção militar na RDC, por sua vez, ganharam relevância internacional, afetando as relações internacionais do Zimbábue e transformando Robert Mugabe em alvo de críticas ocidentais. Como a existência de problemas domésticos no Zimbábue não era algo novo, não se pode atribuir a atenção internacional que se voltou a estas questões à sua simples existência no ambiente doméstico do Zimbábue. A atenção internacional se voltou ao Zimbábue porque ocorrera uma mudança na imagem do regime de Mugabe para o ocidente, que tinha, agora, interesses em criticá-lo.

Este novo período das relações internacionais do Zimbábue iniciou-se porque com o final da Guerra Fria houve uma mudança na cultura prevalente no meio internacional e a ordem liberal democrática, promovida pelo Ocidente, se descortinou como o sistema normativo predominante na sociedade internacional. Sob influência do consenso liberal que predominava na cultura da sociedade internacional os Estados do Norte tornaram-se mais críticos com relação às políticas de Estados pequenos que necessitavam de sua ajuda, condicionando esta ao cumprimento de determinadas condições, como boa governança, uma economia estável e interessante aos investidores internacionais, manutenção de um padrão democrático e respeito aos direitos humanos da população. Valores como a responsabilidade de proteger ganharam maior relevância, ameaçando valores tradicionais da sociedade internacional como a soberania, que passava a ser tratada como contingente, dependendo do cumprimento de requisitos como a manutenção de uma democracia liberal e de bons índices de governança, sendo legitimada a possibilidade de ingerências externas em nome destes requisitos.⁶²⁸

O fim do regime de *apartheid* na África do Sul também alterou a conjuntura desfavoravelmente para o Zimbábue. A luta contra este regime era um tema central na política exterior de Mugabe e, quando ele foi encerrado, a imagem do Zimbábue deteriorou-se ao mesmo tempo em que a figura de Mugabe era afetada, contraposta à de

⁶²⁸ Em 2000 o princípio da Responsabilidade de Proteger já estava sendo discutido, e fora criada a International Commission on Intervention and State Sovereignty (ICISS), que emitiu em 2001 o relatório intitulado Responsabilidade de Proteger.

Mandela e da África do Sul, que além de ser o Estado mais forte na região, era também o baluarte da democracia e defesa dos direitos humanos na África Austral.

Conclui-se que a crise doméstica do Zimbábue ganhou dimensões internacionais na década de 1990 porque não havia mais incentivos para o Ocidente fechar os olhos para os problemas nas políticas do regime de Mugabe, pois os pilares que embasavam o bom relacionamento entre o líder e a comunidade internacional haviam ruído. Estados europeus, liderados pelo Reino Unido e EUA passaram a pressionar Mugabe, culpando-o pelos problemas do Zimbábue. Os problemas do Zimbábue ganharam destaque internacional e, procurando pressionar Mugabe, além de medidas informais e propaganda negativa contra o regime, que resultaram na redução do fluxo de ajuda internacional, investimentos e recursos financeiros para o país, foram aplicadas sanções direcionadas contra membros da elite política zimbabuana pela UE, EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e o Zimbábue foi suspenso da *Commonwealth*.

No entanto, o governo de Mugabe continuou a ser um símbolo da libertação do colonialismo para os Estados africanos e do Sul Global, que também continuaram a privilegiar valores como a soberania, integridade territorial e a não-intervenção. A explicação de por que os Estados africanos e do Sul Global continuaram a defender Mugabe como um líder legítimo, mesmo sob pressão do Ocidente para que se voltassem contra ele envolve os interesses destes Estados e as estratégias de sobrevivência do regime de Mugabe.

Diferentemente do Ocidente, os líderes políticos do Sul, principalmente os africanos, não abraçaram os valores democrático-liberais promovidos pelo Ocidente após o final da Guerra Fria. Procurando garantir o respeito aos valores importantes para a segurança de seus regimes, estes Estados adotaram os valores democráticos apenas nominalmente, defendendo em suas práticas uma postura soberanista.

Mugabe já era um líder respeitado como herói da luta pela independência do Zimbábue e um feroz oponente do regime de *apartheid*, e com sua retórica anti-imperialista garantiu a continuidade de seu prestígio, motivando a solidariedade das elites africanas. Com seu discurso, ele enquadrou a crise de seu Estado como efeito de políticas imperialistas, gerando uma identificação ideológica do Sul Global com sua situação. Identificados com Mugabe, os Estados do Sul não se voltaram contra ele como o Ocidente incentivava, pois isto seria ceder às políticas do imperialismo. Pelo

contrário, o Sul e especialmente a África censuraram as políticas ocidentais contra Mugabe e, em nome da soberania, apoiaram uma solução doméstica para a crise.

Para obter apoio, Mugabe manipulou questões simbólicas importantes para os Estados africanos e do Sul, mobilizando-os ideologicamente e, com isto, assegurou a sobrevivência de seu regime mesmo sob pressão ocidental. Ele caracterizou a crise do Zimbábue como fruto da desigualdade na distribuição da terra no país, um resquício do colonialismo, aproveitando-se da reforma agrária para angariar apoio da população rural e fazer com que os Estados vizinhos reagissem com cautela à crise. A distribuição desigual de terra é uma questão importante entre os Estados em desenvolvimento, especialmente na África Austral, onde a maioria da terra esteve, durante e após o período colonial, sob o controle de colonos brancos e seus descendentes. Temendo serem vistos como contrários à reforma agrária, os Estados vizinhos se abstiveram de criticar Mugabe.

Em seus discursos, Mugabe veiculou sua versão sobre a crise desafiando a cultura liberal-democrática promovida pelo ocidente e propondo uma narrativa de libertação embasada na injustiça internacional que caracterizava os problemas de seu país como sendo fruto do imperialismo ocidental. Os discursos de Mugabe retomam o pensamento anti-colonialista, reafirmando a divisão do mundo entre raças e Estados fortes e fracos. Um primeiro contato com esta narrativa, permeada por conceitos como colonização ou racismo pode passar a impressão de anacronismo, no entanto, é este discurso que permite a Mugabe caracterizar-se como uma vítima do Ocidente e mobilizar a solidariedade africana e do sul em seu favor, garantindo que as tentativas ocidentais de isolá-lo não tenham êxito. Este discurso, que interpreta as pressões e sanções ocidentais ideologicamente, como uma tentativa de dominação imperialista do Norte sobre o Sul, tem grande força e sensibiliza os Estados fracos, que temem pela segurança de seus regimes. Ideologicamente motivados e procurando garantir a defesa de seus interesses, os Estados do Sul conferiram legitimidade a este discurso, legitimando também a autoridade de Mugabe e enfraquecendo as políticas ocidentais contrárias a seu governo que eram reconhecidas como ingerências imperialistas.

A narrativa proposta por Mugabe combinava a necessidade da reforma agrária com a oposição às políticas imperialistas ocidentais, que eram identificadas até nas ações da oposição zimbabuana, sendo esta caracterizada como uma marionete do Ocidente. Demonstrando a existência de uma aliança entre seus inimigos: a oposição, os

fazendeiros brancos e o Ocidente, Mugabe logrou retratar a crise do Zimbábue como a continuação da luta pela independência pela qual o país passou até 1980. As pressões ocidentais para uma mudança de governo eram, nesta visão, a continuação da exploração colonial em um novo imperialismo, sendo a continuidade do regime equacionada com a defesa da independência do Zimbábue e a contestação ao regime com a traição da independência. Assim, o líder justificava as violências a que submetia a oposição e a população branca, e o desrespeito ao estado de direito, pois as leis que não favoreciam a “libertação” poderiam ser desrespeitadas.

Assim, pode-se concluir que o apoio com o qual o líder contou, que impediu que o Zimbábue se tornasse um pária da comunidade internacional como o Ocidente propunha, foi fruto de suas estratégias de sobrevivência. Estas estratégias sensibilizaram os interesses dos Estados do Sul, garantindo que eles apoiassem-no e não se rendessem às pressões ocidentais para que o pressionassem. A narrativa proposta por Mugabe teve sucesso porque promoveu o principal interesse das elites políticas africanas e de Estados fracos: a continuação de seus regimes. Com isto, o líder manteve um grupo solidário, ideologicamente comprometido e leal ao regime, que lhe garantia, aceitando seu discurso, recursos de poder. No entanto, apesar mostrar-se uma eficiente estratégia para a obtenção de poder e legitimidade, a visão de mundo difundida pelo discurso de Mugabe distanciou a política internacional dos problemas responsáveis pela crise do Zimbábue. O líder desviou o debate para questões de justiça internacional e, assim, continuou a inexistir justiça dentro do Zimbábue.

Conclusões teóricas

Para se compreender as relações internacionais africanas é preciso uma revisão das teorias de Relações Internacionais tradicionais, pois estas não estão instrumentalmente preparadas para dar conta das dinâmicas internacionais africanas ou as relações da África com o mundo. Focadas nas potências, suas capacidades materiais e no ideal de Estado moderno europeu, as teorias tradicionais relegam aos Estados africanos, assim como à grande maioria dos Estados fracos, o papel de antípoda, em oposição ao qual o ideal de Estado moderno europeu se afirma. Não são dadas maiores

atenções às relações internacionais africanas, pois a visão predominante é que no continente não ocorrem políticas relevantes, somente tragédias humanitárias.

Conceitos tradicionais como o de “equilíbrio de poder” não se aplicam às relações internacionais da África, mas isto não significa que o continente não seja fonte de políticas internacionais relevantes: os Estados africanos originam estratégias políticas de grande relevância para as relações internacionais. O que falta é o reconhecimento e a abertura de espaço para as relações internacionais africanas e de Estados fracos nas teorias de Relações Internacionais, que estes atores sejam reconhecidos como agentes das relações internacionais. Para isto, é preciso ir além de conceitos e perspectivas tradicionais, não por que sejam intrinsecamente inválidos, mas porque foram criados para permitir a compreensão das relações internacionais das grandes potências e não de Estados pequenos e fracos, que muitas vezes não têm pleno controle sobre seu território.

Primeiramente, é preciso admitir a importância de valores, normas e ideologias nas relações internacionais. As causas da mudança da imagem de Mugabe no Ocidente e da manutenção de sua imagem positiva no Sul demonstram a importância e a diversidade de valores, normas e ideologias defendidos pelos diversos atores, além de indicar a diversidade de seus interesses e objetivos. Observa-se que estes componentes permeiam as relações internacionais de todos os Estados, fortes e fracos, interferindo em seu reconhecimento da realidade.

Pode ser observada uma mudança nos valores defendidos pelo Ocidente, que a partir da década de 1990 promove uma agenda liberal e democratizante, por estar interessado nos efeitos positivos que esta pode ter para a promoção de seus interesses no Zimbábue. Ao mesmo tempo, os líderes africanos percebem que, embora a aceitação do discurso liberal democrático contribua para a inserção do continente nas dinâmicas internacionais, estes valores não correspondem à promoção de seus interesses, identificando-se com a agenda ideológica proposta por Mugabe. Isto resulta em um padrão de ação caracterizado pela aceitação dos valores ocidentais pelos Estados africanos em discursos e propostas de agenda enquanto, na prática, é privilegiada uma postura soberanista. Assim também foi possível reconhecer que não há uma hierarquia clara entre os valores defendidos pelos atores, sua importância varia segundo os interesses, e que discursos conflitantes podem coexistir, assim como políticas aparentemente contraditórias que, em verdade, são tentativas racionais de conciliar valores competidores que são importantes para os interesses dos agentes.

Estes valores e normas são defendidos em determinadas circunstâncias por determinados atores dependendo de seus interesses. Reconhecendo que assim como variam as capacidades e identidades dos Estados, também variam seus interesses, as ideologias que aceitam e os valores que defendem, ao voltarmos para os Estados fracos, emerge o conceito de segurança de regime. Tal conceito faz parte do instrumental necessário para o estudo das relações internacionais africanas, pois ele permite compreender que, diferentemente das potências, os Estados fracos têm de constantemente cuidar da segurança de seus regimes instalados, pois seus Estados frequentemente não estão consolidados ou são divididos por dissidências domésticas que ameaçam o governo. A garantia da continuidade do regime, embora não seja o único interesse das elites governantes, é uma pré-condição para o desenvolvimento de seus outros interesses.

A partir do conceito de segurança de regime também é possível compreender a agência dos Estados fracos, pois assumindo que os governantes agem em busca da realização de seus objetivos e que estes estão relacionados à sobrevivência do regime, é possível compreender padrões de ação aparentemente contraditórios. Por exemplo, os líderes africanos aceitam nominalmente o discurso liberal democrático promovido pelo Ocidente, para garantir uma efetiva inserção internacional do continente, mas, como se identificam com a agenda ideológica proposta por Mugabe, o resultado é um padrão de ação caracterizado pela aceitação nominal dos valores ocidentais em discursos e propostas de agenda enquanto, na prática, é privilegiada uma postura soberanista. O conceito de segurança de regime, cuja forma de aplicação é contingente, é uma ferramenta importante no estudo das relações internacionais, pois fornece uma chave para entender o comportamento dos líderes políticos africanos e de Estados fracos, marcado por múltiplas estratégias para perpetuar sua estadia no poder.

Admite-se, assim, que os valores e normas propostos pelos Estados variam segundo seus interesses, que também são variáveis dependendo das características e identidades dos Estados.

Os valores e ideologias que permeiam as relações internacionais têm uma relação dinâmica com o poder. Ao mesmo tempo em que são influenciados pelo poder, eles podem ser fontes de poder. Os valores e normas propostos pelos atores mais poderosos têm maior relevância na sociedade internacional do que aqueles propostos por Estados fracos, pois seus proponentes podem garantir seu seguimento pela força se

assim desejarem. No entanto, isto não significa que tais valores sejam hegemônicos. Embora eles possam ser dominantes e aparentemente aceitos por toda a sociedade de Estados, tal aceitação pode ser nominal, uma estratégia de Estados fracos que não desejam entrar em conflito com as potências.

Ao mesmo tempo, os Estados fracos podem se utilizar de ideologias e valores, propostos por meio de discursos, para legitimarem narrativas alternativas às dominantes, pois, ganhando o apoio de outros Estados, tais narrativas podem tornar-se fontes de poder. Na pesquisa percebeu-se que a continuação do regime de Robert Mugabe deveu-se a construção e propagação de um discurso no qual Mugabe propôs uma versão da crise e da ordem internacional que desafiavam a visão predominante, proposta pelo Ocidente, e sua versão ganhou o apoio dos Estados do Sul porque ela salientava as disparidades de poder entre os Estados e os perigos da dominação Ocidental. Desenvolvendo um discurso que promovia os interesses dos Estados fracos, Mugabe mobilizou sua solidariedade e, unidos, eles tornaram-se mais fortes. Pode-se afirmar, assim, que com seu discurso ideológico, Mugabe obteve o apoio de um grupo para sua narrativa e seu governo e gerou recursos de poder dos quais seu Estado necessitava.

Apesar da crescente deterioração doméstica do Zimbábue, a comunidade internacional se dividiu, e mobilizados a partir dos princípios e da ideologia partilhados, identificáveis nos discursos de Mugabe, os Estados africanos e do Sul defenderam o líder zimbabuano. É notável o valor da ideologia e de valores para a segurança de um Estado fraco no meio internacional, pois motivados ideologicamente e manipulando valores, os Estados fracos como o Zimbábue podem alterar as dinâmicas políticas nas relações internacionais. Reconhecendo que não são somente as capacidades materiais de um Estado que determinam seu poder, é possível rever os paradigmas tradicionais das Relações Internacionais, conferindo maior relevância a Estados fracos e ao continente africano em seus debates teóricos.

Apesar de serem funcionalmente iguais como unidades soberanas, os Estados diferem em suas capacidades materiais e isto, como Mugabe identifica em sua narrativa, é fonte de desigualdades no meio internacional. Devido às desigualdades do meio internacional a estratégia de Mugabe funcionou e, apesar da deterioração do Zimbábue, o Sul Global apoiou-o, interessado em legitimar os Estados fracos mesmo que eles não correspondam ao ideal do Estado Ocidental, com os critérios de estatalidade e boa

governança. Apoiando a narrativa proposta por Mugabe os Estados do Sul defendem a soberania de forma tautológica, a partir de seu reconhecimento internacional, de modo que os Estados não consolidados ou com problemas de governança são legitimados por terem sido reconhecidos como membros legítimos da comunidade de Estados no momento de sua independência.

A política externa e os diferentes discursos e valores que a permeiam, competindo entre si, são uma fonte de poder e autoridade importante para os Estados, principalmente para aqueles que não têm capacidades materiais consolidadas. Estes atores mais fracos não são passivos, e suas elites governantes se utilizam da política externa e de recursos não materiais para legitimarem sua soberania e os regimes políticos estabelecidos. A continuidade do regime de Mugabe demonstra que um Estado pequeno e fraco pode mobilizar ideologicamente a solidariedade de membros do Sul e utilizá-la para diminuir os efeitos da disparidade de poder que marca a sociedade internacional.

A visão de mundo difundida nos discursos de Mugabe procurava deslocar o foco do debate internacional sobre a crise zimbabuana dos problemas de governança responsáveis pela crise para o debate para questões de justiça internacional e promovendo valores interessantes para as elites políticas africanas e de Estados fracos, fortalecendo a legitimidade de seus regimes, o líder garantiu um grupo solidário, ideologicamente comprometido e leal a seu regime, que lhe rendeu recursos de poder. É somente reconhecendo a centralidade de valores ideológicos e culturais para as relações internacionais e do conceito de segurança de regimes, diferenciando os interesses do regime instalado daqueles do Estado, que é possível entender o apoio do Sul com que Mugabe conta e que explica a continuidade de seu regime.

Durante a pesquisa ficou evidente a existência objetiva de uma cultura permeando as relações internacionais, uma cultura que não é formada por um conjunto de valores coerentes e consistentes entre si, mas por valores competidores, que ganham relevância conforme se tornam interessantes para os objetivos dos Estados. Os valores liberal-democráticos, promovidos pelo Ocidente a partir da Guerra Fria ameaçavam, com suas concepções sobre a necessidade de boa governança para legitimar os Estados, os regimes instalados, por vezes sem grande legitimidade, em Estados fracos e não consolidados. O discurso de Mugabe, desafiando os valores ocidentais, ofereceu um conjunto de valores alternativos que, interessantes para os Estados fracos, foram apoiados por eles.

Somente é possível compreender as relações internacionais reconhecendo a importância dos valores, normas e da ideologia e a existência de um arranjo no ambiente internacional entre os Estados para garantir certos fins coletivos, como a coexistência dos Estados. O compartilhamento de uma cultura comum entre os Estados permite a organização de regras e instituições internacionais, que ocorre somente quando os Estados tornam-se conscientes de certos valores e interesses comuns, que decorrem da partilha de uma identidade ou ideologia.

As estratégias desenvolvidas por Mugabe demonstram que esta cultura afeta a configuração internacional de poder e que os valores que um regime promove podem ser determinantes para a sua segurança, não sendo somente as capacidades materiais de um Estado os determinantes de sua força. Não há uma hierarquia clara entre os valores. Discursos conflitantes podem coexistir, o que pode gerar políticas aparentemente contraditórias que são, em verdade, fruto da tentativa dos atores de conciliarem valores diferentes, que são importantes para seus interesses. Os valores defendidos pelos atores se alteram conforme o contexto histórico e as preferências dos agentes.

Reconhece-se, assim, que o ambiente internacional é dinâmico, conforme se alteram as relações de poder e emergem novos discursos que passam a contar com o apoio de muitos atores e, assim, alteram-se as relações de poder, os valores defendidos, e mesmo os comportamentos considerados normais ou desviantes, se alteram. Esta relação de co-constituição entre poder, discursos e valores também pode ser observada na relação existente entre os atores e o meio internacional. Pode-se afirmar que as dinâmicas internacionais são constituídas pela ação simultânea de diversos atores em uma estrutura, a qual, embora restrinja suas ações em certa medida, também é moldada pela agência dos atores. As ações dos atores não devem ser percebidas como unidirecionais ou reativas, pelo contrário, são co-constituídas simultaneamente com a estrutura e assim, os valores que os atores promovem e as estratégias que colocam em ação, em certa medida, são influenciadas pelo ambiente que o envolve. Ao mesmo tempo, suas ações produzem efeitos sobre o ambiente internacional os quais, por sua vez, são recebidos de diferentes maneiras pelos demais atores que, com suas respostas, influenciam novamente as políticas internacionais, e assim sucessivamente.

A partir da busca pela compreensão da crise zimbabuana e das exitosas estratégias de Mugabe para garantir a continuidade de seu regime, foram obtidas lições que podem ser generalizadas como estratégias viáveis para Estados não consolidados

como os africanos reagirem à pressões de potências internacionais, contribuindo para a compreensão de suas relações internacionais. As políticas internacionais africanas, tradicionalmente, têm uma compreensão limitada pelas tradicionais teorias de Relações Internacionais, pois a agência dos Estados africanos não corresponde aos cânones do comportamento tradicional de Estados, construído a partir do ideal Ocidental de Estado, e os próprios Estados fracos não correspondem ao ideal de um Estado, inspirado nos Estados europeus.

A pesquisa oferece uma colaboração para a expansão do campo de Relações Internacionais em duas dimensões: incluindo os Estados fracos como os africanos como fontes de políticas internacionais relevantes, e incluindo fatores ideacionais como parte importante das relações internacionais, privilegiando uma ontologia pluralista de forma a tornar o campo de estudos mais abrangente. Espera-se assim contribuir para o melhor entendimento das relações internacionais de Estados com poucas capacidades materiais e do continente africano nos debates teóricos das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ALDEN C.; ANSEEUW, W. *Land, Liberation and Compromise in Southern Africa*. Palgrave Macmillan. 2009.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. IBRI: Brasília, 2002.

CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise – 1919-1939*. IBRI: Brasília, 2001.

CHAN, Stephen. *Robert Mugabe: a life of power and violence*. Londres: I.B.Tauris. 2003.

CLAPHAM, C. *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLARK, Ian. *The Hierarchy of States: Reform and Resistance in the International Order*, Cambridge University Press, Cambridge. 1993.

CLARK, John F. “Realism, Neo-Realism and Africa’s International Relations in the Post Cold War Era” In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Africa’s challenge to International Relations Theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2001. cap 6. pp. 85-102.

DUNN, Kevin C. “Introduction: Africa and International relations Theory”. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Africa’s challenge to International Relations Theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2001. cap 1. pp. 1-10.

_____. “Madlib #32: The (*Blank*) African State: Rethinking the Sovereign State in International Relations”. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Africa’s challenge to International Relations Theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2001. cap 4. pp. 46-63.

DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (eds.). *Africa’s challenge to International Relations Theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2001.

- ENGEL, Ulf. *The Foreign Policy of Zimbabwe*. Hamburg: Institut für Afrika-Kunde. 1994.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GELDENHUYS, D. *Deviant Conduct in World Politics*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan. 2004.
- HERBST, J. *State Politics in Zimbabwe*. Harare, University of Zimbabwe Publications. 1990.
- HOLLAND, Heidi. *Dinner with Mugabe*. Londres: Penguin, 2008.
- HUGUENEY FILHO, Clodoaldo. *A Conferência de Lancaster House: da Rodésia ao Zimbábue*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 1993
- KNUTSEN, Torbjorn L., *A History of International Relations Theory*. Manchester: Manchester University Press. 1992
- KRASNER, Stephen D. *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princeton: Princeton University Press. 1999.
- MAHMUD, Sakah. “Controlling African States’ Behavior: International Relations Theory and International Sanctions against Libya and Nigeria”. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Africa’s challenge to International Relations Theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2001. cap 9. pp. 129-145.
- MARTINS, E. C. R. *Cultura e Poder*. Brasília: IBRI/FUNAG, 2002. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MEREDITH, Martin. *Mugabe: Power, Plunder, and the Struggle for Zimbabwe*. New York: Public Affairs, 2007.
- MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- NKIWANE, Solomon M. “Zimbabwe's Foreign Policy”. In WRIGHT. S [Ed]. *African Foreign Policies*. Boulder: Westview Press. 1999.
- NKIWANE, T. “The End of History? African Challenges to Liberalism in International Relations” In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Africa’s challenge to*

International Relations Theory. New York: Palgrave Macmillan, 2001. cap 7. pp. 103-111.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2005.

NYANGONI, Wellington Winter. *Africa in the United Nations system*. Rutherford: Fairleigh Dickinson University Press. London. East Brunswick: Associated University Presses. 1985.

NYE, Joseph S. Jr. *Understanding International Conflicts An Introduction to Theory and History*. Longman classics in political science. 6ª edição. 2007.

ROSENAU, James. *Global structural transformation: underpinnings and outcomes*. Princeton: Princeton University Press. 1993.

WALTZ, K. *Theory of International Politics*. McGraw Hill: Nova Iorque. 1979.

WEATHERLY, Robert. *The Discourse of Human Rights in China: Historical and ideological perspectives*. Macmillan, London, 1999.

WENDT, A. A. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

WIGHT, Martin. *International Theory: the Three Traditions* (eds. Gabriele Wight e Brian Porter), Leicester: Leicester University Press. 1991.

Artigos

ABRAHAMSEN, Rita; WILLIAMS, Paul. “Ethics and foreign policy: the antinomies of New Labour's "third way" in sub-Saharan Africa”, *Political Studies* Vol. 49 No. 2, 2001, pp. 249-264.

ACHARYA, Amitav. “How Ideas Spread: Whose Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism”, *International Organization*, Vol. 58, No. 2. 2004. pp. 239-27.

ADELMANN, Martin. “Quiet Diplomacy: the reasons behind Mbeki's Zimbabwe policy”. *Africa Spectrum*, Vol. 39. 2004.

ALDEN, Chris.; Le PERE, Garth. "South Africa's Post-Apartheid Foreign Policy: From Reconciliation to Ambiguity?" *Review of African Political Economy*, Vol. 31, No. 100, 2004. pp. 283-297.

ALDEN, Chris; SOKO, Mills. South Africa's economic relations with Africa: hegemony and its discontents. *J. of Modern African Studies*. Vol. 43, No. 3, 2005. pp. 367-392.

ANSHAN, Li. Chinese experiences in development: Implications for Africa. *Pambazuka*. Vol. 438. 18/06/2009.

BAKER, Bruce. "When to Call Black White: Zimbabwe's electoral reports", *Third World Quarterly*, Vol. 23, No. 6. 2002.

BAUER, Martin W. "Classical Content Analysis: a Review". In: BAUER, Martin, GASKELL, George. *Qualitative Researching with Text, Image and Sound: A Practical Handbook*. Londres: Sage, 2000.

BOMBA, B; MINTER, W. "Zimbabwe: Demystifying sanctions and strengthening solidarity", *Pambazuka News*, 15/04/2010, Edição 477.

BOND, Patrick. "ZIMBABWE: Crisis showcases reasons for IMF, World Bank protests". 10/05/2000. Disponível em <http://www.greenleft.org.au/node/22406> , acessado em 25/09/2010.

BOOTH, Ken. VALE, Peter. "Security in Southern Africa: After Apartheid, beyond Realism". *International Affairs*, Vol. 71, No. 2. 1995. pp. 285-304.

BRATTON, M.; CHIKWANA, A.; SITHOIE, T. "Propaganda and Public Opinion in Zimbabwe", *Jounuif of Contemporary African Studies*. 23.1. Jan. 2005. pp. 77-108.

BRATTON, M.; MASUNUNGURE E. Popular Reactions to State Repression: Operation Murambatsvina in Zimbabwe. *African Affairs*. Vol. 106, No. 422. 2006. pp. 21-45.

BRETT, Edward A. "From Corporatism to Liberalization in Zimbabwe: Economic Policy Regimes and PoliticalCrisis, 1980-97" *International Political Science Review*, Vol.26, No. 1. 2005. pp. 91-106. p. 92.

BROWN, Chris. "International Theory and International Society: the viability of the Middle Way?" in *Review of International Studies*, 21(2), 1995,

- CAMPAGNON, Daniel. "Briefing: Zimbabwe: Life After ZANU-PF", *African Affairs*, 2000, Vol. 99, pp. 449-453.
- CHAN, S. "Endgame Or Gambit In Zimbabwe?". *Contemporary Review*, Julho 2005.
- CHEESEMAN, N., TENDI, B. "Power-sharing in comparative perspective : the dynamics of 'unity government ' in Kenya and Zimbabwe", *J. of Modern African Studies*, Vol.48, No. 2. 2010. pp. 203–229.
- CHIRORO, Bertha. "Occasional Paper No. 38: Apathy, Fatigue or Boycott? An Analysis of the 2005 Zimbabwe Senate Elections". *Electoral Institute for the Sustainability of Democracy in Africa*. 2005.
- CILLIERS, J. "From Durban to Maputo A review of 2003 Summit of the African Union". *Institute for Security Studies*. 2003.
- CLAPHAM, Christopher. Review Article: Africa's International Relations. *African Affairs*, Vol. 86, No. 345. 1987.
- COOPER, R. "The post-modern state", In LEONARD, M. [Ed.] *Re-Ordering the World: The long-term implications of September 11th*. The Foreign Policy Centre. 2002. pp. 11-21.
- DÖPCKE, Wolfgang. "A dupla metamorfose do Robert Mugabe ou: as dimensões domésticas e internacionais das eleições em Zimbábue." *Meridiano 47*, 2002 (A).
- _____. "Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African development". *Rev. bras. polít. int.* [online]. Vol.45, No. 1. 2002 (B).
- _____. "A inserção internacional da África sob o signo da globalização e do fim da bipolaridade – teses e idéias." *História*, Universidade de Brasília.
- _____. "De babuínos, homossexuais e um Presidente – ou: o fracasso da política exterior do Zimbábue depois do fim da Guerra Fria". In MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: FUNAG; IBRI, 2003. pp. 277-319.
- _____. "Uma hegemonia regional em movimento: a África do Sul". 2005. *Paper apresentado no Diálogo Brasília-Oxford, na Universidade de Brasília*. Brasília, 14 de abril de 2005.

- DÖPCKE, Wolfgang; MASCHIETTO, Roberta H. *O Desenvolvimento de uma Arquitetura de Segurança Regional na África Austral (SADC)*. Working paper No. 2 do Projeto Líderes regionais e segurança internacional: Índia-Brasil-África do Sul, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília, Abril 2005.
- DUGGAN, W. “The Native Land Husbandry Act of 1951 and the Rural African Middle Class of Southern Rhodesia”. *African Affairs* 1980.
- EVANS, Graham. “South Africa in Remission: The Foreign Policy of an Altered State”. *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 34, No. 2. 1996. pp. 249-269.
- GRAHAM, Victoria. “How firm the handshake? South Africa’s use of quiet diplomacy in Zimbabwe from 1999 to 2006”. *African Security Review*, Vol. 15, No. 4. 2006. pp. 114-127.
- HALL, Margaret. The Mozambican National Resistance Movement (Renamo): A Study in the Destruction of an African Country. *Africa: Journal of the International African Institute*, Vol. 60, No. 1 (1990), pp. 39-68.
- HAMILL, J. “South Africa and Zimbabwe”. *Contemporary Review*. Vol 34. No. 6. Julho 2002.
- HANKE, Steve H. “Zimbabwe From Hiperinflation to Growth”, Cato Institute. Nº 6, 2008. Disponível em http://www.cato.org/pub_display.php?pub_id=9484
- HARKAVY, Robert E. “Pariah States and Nuclear Proliferation”. *International Organization* Vol. 35, No. 1. 1981.
- HURRELL, A. “Power, Institutions and the Production of Inequality”, in BARNETT, Michael N.; DUVALL, Raymond. *Power in global governance*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.
- INGRAM, Derek. “Zimbabwe”, *Round Table*, Abril 1998, Vol. 346, No. 1.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. “Zimbabwe’s Pivotal Election Mugabe clings to Power”. Vol. 8, No. 1. 2002.
- JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G. “Sovereignty and Underdevelopment: Juridical Statehood in the African Crisis” *J. of Modern African Studies*, Vol 24, No 1, 1986, pp 1-31.

- JERVIS, David. "Review Essay The Reasons Why Robert Mugabe Became A Tyrant." *Journal of Third World Studies*, Vol. XXVI, No. 2. 2009.
- JOSEPH, Richard. "Democratization in Africa after 1989: Comparative and Theoretical Perspectives". *Comparative Politics*, Vol. 29, No. 3. 1997. pp. 363-382.
- KAGWANJA, Peter. "Zimbabwe's March 2005 Elections: Dangers And Opportunities". *African Security Review* , Vol. 14, No. 3. 2005. pp. 5-18.
- KIRKPATRICK, Jeane. "Dictatorships and Double Standards". *Commentary Magazine*. 1979.
- KORAB-KARPOWICZ, W. Julian, "Political Realism in International Relations", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edward N. Zalta (ed.). 2010.
- KRIGER, Norma. "Robert Mugabe, Another Too-Long-Serving African Ruler: a Review Essay". *Political Science Quarterly*. Vol. 118.No. 2. 2003(A).
- _____. Guerrilla veterans in post-war Zimbabwe: symbolic and violent politics, 1980-1987. Cambridge: Cambridge University Press. 2003(B).
- _____. Zimbabwe: Political Constructions of War Veterans. *Review of African Political Economy*, Vol. 30, No. 96. 2003(C). pp. 323-328.
- _____. "ZANU-PF Strategies in General Elections, 1980–2000: Discourse and Coercion" *African Affairs*, 2005, Vol. 101, pp. 1-34
- _____. "From Patriotic Memories to 'Patriotic History' in Zimbabwe, 1990 – 2005", *Third World Quarterly*, Vol. 27, No. 6. 2006. pp 1151-1169.
- LAAKSO, L. "Opposition politics in independent Zimbabwe." *African Studies Quarterly*, Vol. 7 No.2-3. 2003.
- _____. "The Politics of International Election Observation: The Case of Zimbabwe in 2000". *Journal of Modern African Studies*, Vol. 40, No. 3. 2002. pp. 437-464.
- MACGREGOR, Karen, "One Side Of The Story Reporting Zimbabwe's Presidential Elections". *The Round Table*.Vol. 366. 2002.
- MACLEAN, Sandra J. "Mugabe at war: the political economy of conflict in Zimbabwe", *Third World Quarterly*, Vol 23, No 3. 2002. pp 513–528.

- MAROLENG, Chris. "Prospects for Political Transition in Zimbabwe". *Africa Security Analysis Programme, Institute for Security Studies*. 2003.
- MARTINS, E. C. de R. O Caráter Relacional do Conhecimento Histórico. In: COSTA, Cléria B. da (Org.) *Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15. 2002. pp. 11-13 e 21-22.
- MASHINGAIDZE, Terence M. "The Zimbabwean Entrapment: An Analysis of the Nexus between Domestic and Foreign Policies in a "Collapsing" Militant State, 1990s-2006". *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, Vol. 5, No.4, Winter 2006 .
- MATLOSA, Khabele. "Election Monitoring and Observation in Zimbabwe: Hegemony versus Sovereignty." *African Journal of Political Science*. Vol 7 No. 1. 2002.
- _____. "Occasional Paper 118: Democratisation at the Crossroads Challenges for the SADC Principles and Guidelines Governing Democratic Elections", *Institute for Security Studies*. Outubro de 2005.
- MCCLELLAND, Cary. "Political capital deficits in Zimbabwean famine: national and international responsibility for prevention failure." *Journal of International Affairs*. Vol. 59 No. 2. 2006.
- MCKINLEY, Dale T. "South African Foreign Policy Towards Zimbabwe under Mbeki". *Review of African Political Economy*, Vol. 31, No. 100, 2004, pp. 357-364.
- MISSER, Francois; ANKOMAH, Baffour. "Mugabe 1, Britain 0". *New African*, Edição 391. Dezembro de 2000.
- MKAPA, Benjamim. "Faster development of coherent SADC identity and shared destiny". *SADC Today*, Vol. 6 No. 4. Outubro de 2003. p.7.
- MKENDA, Adolf. Why I refuse to condemn Mugabe. *Pambazuka*, Edição 431. 2009.
- MOORE, David. "Triple Crisis of 'Modernisation' in Africa: Zimbabwe, the Democratic Republic of the Congo and South Africa" *Third World Quarterly*, Vol. 22, No. 6. 2001. pp 912-916
- MOYO, S. "The Political Economy of Land Acquisition and Redistribution in Zimbabwe, 1990-1999". *Journal of Southern African Studies*. Vol. 26, No. 1. 2000, pp. 5-28.

_____. *The Land Acquisition Process in Zimbabwe – 1997/8: Socio-economic and Political Impacts*. Harare, 1998.

NATHAN, Laurie. “SADC's Uncommon Approach to Common Security, 1992-2003”. *Journal of Southern African Studies*, Vol. 32, No. 3. 2006. pp. 605-622.

NDLOVU-GATSHENI, S. J., Dynamics of the Zimbabwe Crisis in the 21st Century. *African Journal on Conflict Resolution*, Vol. 1, 2003, pp. 99-134.

NEST, Michael. “Ambitions, Profits and Loss: Zimbabwean Economic Envolment in the Democratic Republic of the Congo”. *African Affairs*, No. 100. 2001. pp. 469-490.

NKIWANE, Tandeka C. “Africa and International Relations: Regional Lessons for a Global Discourse”. *International Political Science Review*, Vol.22, No. 3. 2001, pp. 279-290.

O'FLAHERTY, Michael. “Communal tenure in Zimbabwe: divergent models of collective land holding in the communal areas”. *Africa* , Vol.68, No. 4. 1998

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 2003.

PHIMISTER, Ian; RAFTOPOULOS, Brian. “Mugabe, Mbeki & the politics of anti-imperialism”, *Review of African Political Economy*, Vol. 31, No.101. 2002.

POTTS, D. “‘Restoring Order’? Operation Murambatsvina and the Urban Crisis in Zimbabwe”, *Journal of Southern African Studies*, Volume 32, No. 2. 2006.

PREECE, Julia. “Lifelong learning and development: a perspective from the ‘South’” *Compare: A Journal of Comparative and International Education*. Vol 39, No.5. 2009.

RAFTOPOULOS, B. “Briefing: Zimbabwe’s 2002 Presidential Election”. *African Affairs*. Vol. 101. 2002. pp. 413-426.

RAFTOPOULOS, B.; SAVAGE, T. [Eds.] *Zimbabwe: Injustice and Political Reconciliation. Institute for Justice and reconciliation*. Institute for Justice and Reconciliation: Cidade do Cabo. 2004.

RANGER, Terence. “Nationalist historiography, patriotic history and the history of the nation: the struggle over the past in Zimbabwe”, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 30 No. 2, 2004, pp 215 – 234.

_____. "The Zimbabwe Elections: A personal experience." *Transformations* 19/3, julho 2002.

_____. "War, violence and healing in Zimbabwe". *Journal of Southern African Studies*. Vol. 18, Issue 3. 1992.

REDDEN, Thomas J. "The US Comprehensive Anti-Apartheid Act of 1986: Anti-Apartheid or Anti-African National Congress?" Jr. *African Affairs*, Vol. 87, No. 349. 1988, pp. 595-605.

REYNTJENS, Filip. "The Second Congo War: More than a Remake". *African Affairs*. 1999, vol. 98, pp. 241-250.

ROTBURG, Robert. "Africa's mess, Mugabe's mayhem". *Foreign Affairs*. Vol 79, No. 5. 2000.

RUPIYA, Martin R. "Eight Years of Tension, Misperception and Dependence from April 1994 to December 2002 Zimbabwe - South Africa Foreign Relations: A Zimbabwean Perspective". *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, Vol.1, No.4, 2002.

SARAIVA, José Flávio S. "Revisitando a Escola Inglesa", in *Revista Brasileira de Relações Internacionais*, 49(1), 2007.

_____. "A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?" *Rev. Bras. Polít. Int.* Vol. 51 No. 1. 2008. pp. 87-104.

SAUNDERS, R. "Zimbabwe: Esap's Fables". *Southern Africa Report*, Vol 11, No 2, Janeiro 1996.

_____. "Zimbabwe: Esap's Fables II". *Southern Africa Report*, Vol 11, No 4, Julho 1996.

SCARRITT, James R., NKIWANE, Solomon M. "Friends, neighbors, and former enemies: The evolution of Zambia-Zimbabwe relations in a changing regional context". *Africa Today*. Jan-Mar 1996, Vol. 43 No. 1.

SCHAEFFER, Brett, "Zimbabwe's Stolen Presidential Election Demands a U.S. Response", *The Heritage Foundation*. 2002.

- SCHOEMAN, M; ALDEN, C. "The hegemon that wasn't: South Africa's foreign policy towards Zimbabwe", *Strategic Review for Southern Africa*. 2003.
- SHAW, William H., Nozick in Zimbabwe. *Journal of Social Philosophy*, Vol 34, No.2, Summer 2003, 215-227.
- TALBOT, Steve. "From Liberator to Tyrant: Recollections of Robert Mugabe". *Frontline World*. 27/06/2006.
- TAYLOR, Ian, "Commentary: the New Partnership for Africa's Development and the Zimbabwe Elections: Implications and Prospects for the Future." *African Affairs*. No. 101. 2002(C). pp. 403-412.
- _____. "Sino-african relations and the problem of Human Rights". *African Affairs*, Vol. 107 No. 426. 2002(A). pp. 63-87.
- _____. "Africa's leaders and the crisis in Zimbabwe." *Contemporary Review*. 2002(B).
- TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. "The Limits of Engagement: British Foreign Policy and the Crisis in Zimbabwe". *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, Vol. 78, No. 3. 2002. pp. 547-565.
- VAN DEN BRINK, Rogier. "Zimbabwe Land Acquisition Update". *World Bank Report*, 19/05/1999.
- VAN WYK, Jo-Ansie. The Saga Continues...The Zimbabwe Issue in South Africa's Foreign Policy. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, Vol. 1, No. 4, 2002.
- WAAL, Alex, "What's New in the 'New Partnership for Africa's Development'?" *International Affairs*, Vol. 78, No. 3. 2002, pp. 463-475.
- WELDES, J. "Constructing National Interests". *European Journal of International Relations*. Vol. 2, No.3.1996. pp. 275-318.
- WENDT, A. "Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics," *International Organization*, Vol 46. 1987. pp. 391-425.
- WOYACH, Robert *et al.* "International Relations Theory and the New World Order". *Mershon International Studies Review*, Vol. 40, No. 2 (Oct., 1996), pp. 339-352.

YEROS, P. *Evolução do Regime Internacional de Sanções Econômicas e o Caso do Zimbábue*. 2007.

YOUDE, Jeremy. “Why Look East: Zimbabwean foreign policy and China”. *Africa Today*, Vol 53, 2006-2007.

ZUNES, S. “African Dictatorships and Double Standards”, *Foreign Policy in Focus*, 01/01/2008.

Relatórios de Organizações Internacionais e ONGs

AHG/Decl.2 (XXXVII), Declaration On The Resolution Of The Land Question In Zimbabwe.

Assembly/AU/Dec.101(VI), Decision on the 19th Activity Report of the African Commission On Human And Peoples’ Rights - (Doc. EX.CL/236 (VIII))

Australian Parliamentary Observer Mission, Delegation Statement on Zimbabwe Elections, 24-25 June 2000.

CATHOLIC COMMISSION FOR JUSTICE AND PEACE. *Gukurahundi in Zimbabwe: A report on the disturbances in the Matabeleland and the Midlands*. London: Hurst and Company, 2007.

Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE). *Land, Housing and Property Rights in Zimbabwe*. 2001.

CM/Dec.46 (LXXIV), Draft Decision On The Land Question In Zimbabwe.

CM/Dec.544 (LXXII) Rev.1, Decision On Developments In Zimbabwe.

Commonwealth Observer Group, “The Parliamentary Elections in Zimbabwe 24-25 June 2000 Report”, 30/06/2000.

Commonwealth Press Union Report on Press Practices and Ethics in Zimbabwe “Free and Fair: an ambition for Press Reporting”. 2002.

Commonwealth Secretariat. “Promoting Human Rights In Zimbabwe”.2004.

Comunicado da 29ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC. 2009.

Comunicado da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Dar es Salaam, Tanzânia, agosto de 2003.

Comunicado da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Gaborone, Botsuana, agosto de 2005.

Comunicado da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Luanda, Angola, outubro de 2002.

Comunicado da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Lusaka, Zâmbia, agosto de 2007.

Comunicado da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Maseru, Lesotho, agosto de 2006.

Comunicado da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, que ocorreu em Blantyre, no Malauí, entre 12 e 14 de agosto de 2001.

Comunicado da Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e Governo da SADC, março de 2007.

Comunicado da Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e Governo da SADC, Pretória, África do Sul, janeiro de 2009.

Comunicado da Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e Governo da SADC, Blantyre, Malauí, janeiro de 2002.

Comunicado da Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e Governo da SADC, Dar Es Salaam, Tanzânia, março de 2007.

Comunicado da Primeira Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e Governo da SADC. 2008.

Comunicado Final da 38ª sessão da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, Banjul, Gâmbia, novembro-dezembro de 2005.

Comunicado final da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Grand Baie, Maurício, agosto de 2004.

Comunicado final da Cúpula de Chefes de Estado e Governo da SADC, Windhoek, Namíbia, agosto de 2000.

OXFAM. *Land Sesettlement in Zimbabwe*. 2000.

Ditshwanelo - The Botswana Centre For Human Rights. "Press Statement on Zimbabwe Presidential Electoral Process". 2002.

Electoral Institute for the Sustainability of Democracy in Africa (EISA). *Election Update 2005, ZIMBABWE*. No. 1, 2005.

_____. *Election Update, Zimbabwe*. No. 3. 2005.

_____. *Interim Statement: EISA Regional Election Observer Mission to the 2008 Harmonised Elections in Zimbabwe*. 31/03/2008

_____. *New Zimbabwean legislation and the prospects for a free and fair election*. Fevereiro de 2002.

_____. *Not Observing Zimbabwean Elections, Press Statement*. 15/03/2005.

_____. *Post-election Statement: EISA Regional Election Observer Mission to the 2008 Harmonised Elections in Zimbabwe*. 11/04/2008.

_____. *Report: Presidential run-off election and House of Assembly by-elections Republic of Zimbabwe*. 27/06/2008.

_____. *Statement of support for national & international election observation in Zimbabwe*. 23/05/2008.

_____. *Zimbabwe 2002: Elections and new media legislation*. Fevereiro de 2002.

_____. *Zimbabwe 2002: Political Campaigning*. Fevereiro de 2002.

_____. *Zimbabwe: 2002 International statements*. Março de 2002.

_____. *Zimbabwe: 2008 Post-harmonised election violence*. 29/07/2008

_____. *Zimbabwe: 2008 Presidential Run-off*. 14/07/2008.

_____. *Zimbabwe: Excerpts from 2002 African observer mission reports*. Março de 2002.

EMBAIXADA DOS EUA, "Statement on US Embassy observation of Zimbabwean parliamentary elections". 2005.

EMBAIXADA DOS EUA, "United States Embassy concerned over the tabulation of vote counts". 06/04/2005.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), África da Global Information and Early Warning System (GIEWS), agosto, 1997.

Friedrich-Ebert-Stiftung Policy briefing paper, “The ‘Look East Policy’ of Zimbabwe now focuses on China”. Novembro de 2004.

Human Rights Monitor. *Report N° 19. The Abuja Agreement*. Outubro 2001.

Human Rights Watch, *Bullets for Each of You. State-Sponsored Violence since Zimbabwe's March 29 Elections*. 2008.

_____. *Fast Track Land Reform in Zimbabwe*. 2002. Vol. 14, No. 1.

ICG Africa Briefing N°51. *Negotiating Zimbabwe's Transition*. Maio de 2008

_____. Africa Briefing N°56. “Ending Zimbabwe’s Nightmare: A Possible Way Forward”. Dezembro 2008.

_____. Africa Briefing N°59. *Zimbabwe: Engaging the Inclusive Government*. Abril 2009.

_____. Africa Briefing N°70. *Zimbabwe: Political and Security Challenges to the Transition*. 2010.

_____. Africa Briefing Paper. *Zimbabwe: Time for International Action*. Outubro 2001.

_____. Africa Report N° 22. *Zimbabwe: at the Crossroads*. 2000.

_____. Africa Report N° 32. *Zimbabwe in Crisis: Finding a Way Forward*. Julho 2001.

_____. Africa Report N° 47. *Zimbabwe: What Next?*. Junho 2002.

_____. Africa Report N° 85. *Blood and Soil Land, Politics and Conflict Prevention in Zimbabwe and South Africa*. 2004.

_____. Africa Report N° 86. *Zimbabwe: Another Election Chance*. 2004.

_____. Africa Report N° 97. *Zimbabwe's Operation Murambatsvina: The Tipping Point?*. Agosto 2005.

_____. Africa Report N°132. *Zimbabwe: A Regional Solution?*. 2007

_____. Africa Report N°138. *Zimbabwe: Prospects from a Flawed Election*. 2008.

_____. Congo Report N°2 *Congo at War*. 1998.

Interim Statement by the SA Observer Mission on the Zimbabwean Presidential Elections of 9 and 10 March 2002, 13/03/2002.

KAJUMULO TIBAIJUKA, "Report of the Fact-Finding Mission to Zimbabwe to Assess the Scope and Impact of Operation Murambatsvina by the UN Special Envoy on Human Settlements Issues in Zimbabwe". 2005.

Media Monitoring Project Zimbabwe. *A Question of Balance: The Zimbabwean Media and the Constitutional Referendum*. Harare, 2000.

Mwengo Land Project. *Country Feature – Zimbabwe*. 12/05/2000.

NAM NAC/CONF.8/Doc.12, 01/09/1986

OAU interim statement, "Zimbabwe 2000". 2000.

Office Of The AU Observer Mission. *Presidential Run-Off And House Of Assembly By-Elections In Zimbabwe*. 2008.

Report of the Commonwealth Observer Group. *The Parliamentary Elections in Zimbabwe, 24-25 June 2000*. 2000.

Report of the Commonwealth Observer Group. *Zimbabwe 2002 elections*. 2002.

Report of the EU Election Observation Mission on the Parliamentary Elections in Zimbabwe on 24- 25 June 2000.

SADC Parliamentary Forum. *Election Observation Mission To Zimbabwe Report*. 2002.

SADC Parliamentary Forum. *Norms and Standards for Elections in the SADC Region*. 25/03/2001

SADC Election Observer Mission. *Preliminary Statement on the Presidential Run-off and House of National Assembly By-elections held on 27 June 2008*. 2008.

SADC Today, "SADC Mission congratulates the people of Zimbabwe for 'peaceful, transparent, credible, and well-managed elections, which reflect the will of the people'", Vol.8, No.1. Abril de 2005

SADC. *SADC Election Observer Mission Preliminary Statement*. 2005.

SADC-ECF. *Observer Mission Report Zimbabwe 2000*. 2000.

SADC-ECF. *The Observation Statement submitted to the Zimbabwe Electoral Commission*. 30/06/2008.

SADC-PF. *SADC Parliamentary Forum's position regarding observation of the 2005 Zimbabwe parliamentary elections*. 10/03/2005.

South African Observer Mission. *Preliminary Statement*. 02/04/2005.

Technical Committee of the Inter-Ministerial Committee on Resettlement and Rural Development and the National Economic Consultative Forum Land Reform Task Force. "Inception Phase Framework Plan: 1999 to 2000, An Implementation Plan of the Land Reform and Resettlement Programme – Phase 2". *Governo do Zimbábue*. Harare. 1998.

World Bank Independent Evaluation Group Report Report No. 14751. "Zimbabwe – Structural Adjustment Program." 1995.

World Bank. "Zimbabwe: achieving shared growth". *Country Economic Memorandum*. Vol. 1. 1995.

World Bank. *Project Completion Report of the Economic Structural Adjustment Program*. 1995.

World Bank. *Study paper No. 6 do Consultative Group on International Agricultural research (CGIAR)*. 1985.

Zimbabwe Human Rights Ngo Forum. *Human rights and Zimbabwe's June 2000 Election. Special Report*. Janeiro de 2001

Zimbabwe Lawyers For Human Rights. *Report on the March 2005 parliamentary elections in Zimbabwe*. 2005.

Documentos Eletrônicos

"Declaration by the Presidency on behalf of the European Union on Zimbabwe", 04/04/2008. Disponível em www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/cfsp/99758.pdf, acessado em 05/12/2010.

“State of the Nation address of the President of South Africa, Thabo Mbeki: Joint sitting of parliament”, 08/02/2008. Disponível em

<www.dfa.gov.za/docs/speeches/2008/mbek0208.html>, acessado em 01/12/2010.

Acordo de Abuja. Disponível em <<http://www.zimbabwemetro.com/politics/full-text-of-the-abuja-agreement-on-zimbabwe/>>, acessado em 01/05/2011.

Acordo de Cotonou. Disponível em

<http://ec.europa.eu/development/geographical/cotonou/cotonoudoc_en.cfm>, acessado em 01/05/2011.

Acordo Político Global. Disponível em

<<http://www.eisa.org.za/PDF/zimpsa200809.pdf>>, acessado em 05/12/2010.

Carta de Clare Short. Disponível em

<<http://politics.guardian.co.uk/foi/images/0,9069,1015120,00.html>>, acessado em 01/05/2011.

Constituição do Zimbábue com emendas. Disponível em

<<http://kubatana.net/html/archive/legisl/070201consti.asp?sector=LEGISL>>, acessado em 01/05/2011.

Discurso da Ministra-Adjunta Sul-africana Sue van der Merwe no debate da Assembleia Nacional Sul Africana. 28 de março de 2007. Disponível em

<<http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2007/merw0329.htm>>, acessado em 01/05/2011.

Documento da Conferência de Lancaster House. Disponível em

<www.zwnews.com/Lancasterhouse.doc>, acessado em 01/05/2011.

African Elections Database. *Elections in Zimbabwe* Disponível em

<<http://africanelections.tripod.com/zw.html>>, acessado em 11/09/2010.

Emenda Constitucional No 17. 2005. Disponível em

<http://www.kubatana.net/docs/legisl/constitution_zim_amd17_050825.doc>, acessado em 11/09/2010.

Fact Sheet do Governo do Zimbábue sobre a questão da terra. Disponível em

<<http://www.raceandhistory.com/Zimbabwe/factsheet.html>>, acessado em 11/09/2010.

New Economic Partnership for African Development. Disponível em

<http://www.nepad.org/system/files/framework_0.pdf>, acessado em 01/05/2011.

Zimbabwe Economic Structural Adjustment Programme. Disponível em <<http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports/06050223-EN-ZIMBABWE-ECONOMIC-STRUCTURAL-ADJUSTMENT.PDF>>, acessado em 05/12/2010.

Plano de Lagos. Disponível em <http://www.uneca.org/itca/ariportal/docs/lagos_plan.PDF>, acessado em 05/12/2010.

Relatório da UNESCO, capítulo 7: The influence of political orientation and financial provision on education sector activities and studies. Disponível em <http://www.unesco.org/education/educprog/erd/english/wgesa/doc/zimeng/chapter_7.html>, acessado em 05/12/2010.

SADC Principles And Guidelines Governing Democratic Elections. Disponível em <<http://www.eisa.org.za/PDF/sadcguidelines.pdf>>, acessado em 05/12/2010.

SOKWANELE. *The Politics of Land*. 18/07/2004.

Telegrama 07HARARE638, enviado em 13/07/2007 pelo embaixador norte-americano Christopher W. Dell da embaixada dos EUA em Harare para seu governo. Disponível em <<http://www.wikileaks.ch/cable/2007/07/07HARARE638.html>>, acessado em 05/04/2011.

The World Bank Independent Evaluation Group. “Structural Adjustment and Zimbabwe’s Poor”. Disponível em <<http://lnweb90.worldbank.org/oed/oeddoelib.nsf/DocUNIDViewForJavaSearch/15A937F6B215A053852567F5005D8B06>>, acessado em 05/04/2011.

UNDP, International Human Development Indicators, Zimbabwe. Disponível em <<http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/ZWE.html>>, acessado em 10/02/2011

United Nations Human Development Report. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2005/>>, acessado em 10/02/2011

SADC-ECF. *Observer mission report Zimbabwe 2000*. 2000.

Agências de Notícias

ABC News

AFP

Africa Confidential

Africa Focus

African Eye News Service

Afrika News Network

Afrol

Agence France-Presse

All Africa News Agency

Associated Press

BBC News

Bureau of African Affairs, Washington, DC.

Business Day

Cape Argus

CBC News

CNN

Council of the European Union

Daily Gazette

Daily Nation

Dow Jones Newswires

EU Business

EU General Affairs and External Relations Council

Europa World

Financial Gazette
Financial Times
Foreign & Commonwealth News
Genocide Watch News
Human Rights First
Human Rights Watch
Institute for Security Studies Information
Institute for War and Peace Reporting
Inter Press Service
International Herald Tribune
International Press Institute
International Monetary Fund Press
IOL
Iran News
IRIN
Islamic Republic News Agency
Khaleej Times
Los Angeles Times
Macedonian Press Agency
Mail & Guardian
Media Institute of Lesotho
Media Institute of Southern Africa
Media Monitoring Project Zimbabwe
Melbourne Age
Metro Zimbabwe
MSNBC

National Post Canada
New Vision
New York Times
New Zimbabwe
News24
Newsweek
Nigeria Press
Pambazuka
Panafrican News Agency
Reuters
Royal African Society
SABC News
SAPA
Sokwanele
SW Radio Africa
Talk Zimbabwe
The Accra Daily Mail
The Age
The Associate Press
The Australian
The Baltimore Sun
The Courier Australia
The Daily News
The Daily Telegraph
The East African Standard (Nairobi)
The Economist

The Guardian
The Herald
The Heritage Foundation
The Independent
The Insider
The Irish Examiner
The Namibian
The Observer
The Post
The Scotsman
The Sowetan
The Standard
The Telegraph
The Times
The Washington Post
The White House Archives
Times of Zâmbia
UK Foreign and Commonwealth Office
UN Integrated Regional Information Network
United Press
United States Department of State (Washington, DC)
United States House of Representatives (Washington, DC)
United States Information Agency (Washington, DC)
US Treasury department
Voice of America (VOA)
World Socialist Web Site

Xinhua News Agency

ZESN

Zimbabwe Independent

Zimbabwe News Online

Zimbabwe Situation

ZimEye

ZimOnline